

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS  
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Felipe Leindecker Montebanco

**RELICÁRIOS DA PAISAGEM PASTORIL: UMA GEOGRAFIA DO  
PAMPA REMANESCENTE NO BRASIL**

Santa Maria, RS  
2021



**Felipe Leindecker Montebianco**

**RELICÁRIOS DA PAISAGEM PASTORIL: UMA GEOGRAFIA DO PAMPA  
REMANESCENTE NO BRASIL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Doutor em Geografia**.

Orientador: Professor Doutor Cesar de David

Santa Maria, RS  
2021

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

Monteblanco, Felipe Leindecker  
Relicários da paisagem pastoril: uma geografia do  
Pampa remanescente no Brasil / Felipe Leindecker  
Monteblanco.- 2021.  
290 p.; 30 cm

Orientador: Cesar De David  
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa  
Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Programa de  
Pós-Graduação em Geografia, RS, 2021

1. Paisagem pastoril 2. Pampa 3. Remanescentes 4.  
Pecuária 5. Campanha Gaúcha I. De David, Cesar II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, FELIPE MONTEBLANCO, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Tese) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

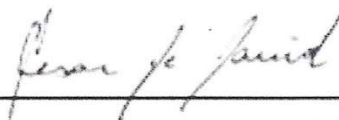


Felipe Leindecker Montebianco

**RELICÁRIOS DA PAISAGEM PASTORIL: UMA GEOGRAFIA DO PAMPA  
REMANESCENTE NO BRASIL**

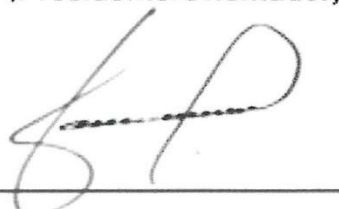
Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Geografia.

**Aprovado em 14 de setembro de 2021 (Webconferência):**



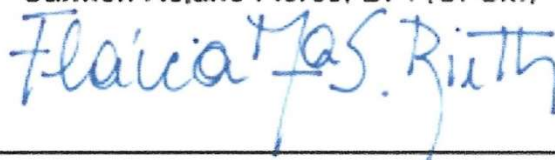
---

Cesar de David, Dr. (UFSM)  
(Presidente/Orientador)



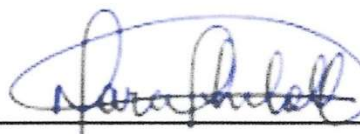
---

Carmen Reiane Flores, Dr<sup>a</sup>. (UFSM)



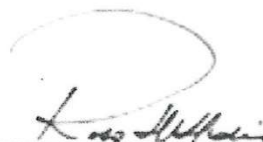
---

Flavia Maria Silva Rieth, Dr<sup>a</sup>. (UFPEL)



---

Marcelo Cervo Chelotti, Dr. (UFSM)



---

Rosa Maria Vieira Medeiros, Dr<sup>a</sup>. (UFRGS)

Santa Maria, RS  
2021



DEDICO:

*Enquanto resultado de um investimento público, às gentes que, na ação ou na representação, na lida ou na arte (ou na arte da lida), continuam animando e desenhando a velha paisagem pastoril do Pampa, hoje já recolhida a alguns confins onde produzir não se resume a uma questão de cifras.*

*Enquanto conquista pessoal e profissional, à minha família. Em especial, à minha filha, Cecília Vergara Montebianco, em cujo “par de estrelas castanhas” que traz no olhar, vejo o quanto a vida é bela.*



MUITO OBRIGADO, MUCHAS GRACIAS:

*Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGeo), por mais essa oportunidade de edificação como ser humano.*

*Meu orientador, Cesar de David, pela amizade, pelo apoio e pela abertura de caminhos e, sobretudo, pela oportunidade de desenvolvimento de um doutorado em pleno livre-pensar.*

*Minha companheira, Carolina Vergara Rodrigues, e minha filha, Cecília Vergara Monteblanco, pelo amor.*

*Meus pais, Maria Salete Leindecker Monteblanco e Renato Martins Monteblanco, e meu avô materno. Arcelio Norberto Leindecker (In memoriam), por terem me proporcionado todo o necessário ao processo de desenvolvimento de um ser humano desde a infância.*

*Professores Carmen Rejane Flores, Eduardo Schiavone Cardoso e Marcelo Cervo Chelotti, da UFSM, bem como a minha querida orientadora de mestrado Rosa Maria Vieira Medeiros, da UFRGS, por juntos terem feito da banca de qualificação do projeto de pesquisa um momento de injeção de ânimo e inspiração.*

*Professora Flavia Maria Silva Rieth, da UFPEL, pelos produtivos momentos de trocas de ideias, ainda que a distância, devido à Pandemia e, principalmente, pela honra em tê-la somada aos demais mestres na banca final de avaliação.*

*Professor e amigo Elvis Albert Robe Wandscheer e professoras Janete Webler Cancelier e Michele Lindner, por também terem se disponibilizado a contribuir com a avaliação da pesquisa.*

*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSul), instituição a que sirvo, pelo decisivo incentivo dado não só a mim, mas, em geral, à qualificação de seu quadro de servidores.*

*CAPES pela concessão de bolsa de Doutorado Sanduíche no Exterior através do Projeto de Cooperação Internacional da UFSM – CAPES/Print – Memória e Tecnologias.*

*Professor Manuel González de Molina Navarro, da Universidad Pablo de Olavide, de Sevilha, Espanha, pelo acesso, sob sua supervisão, ao convívio dessa belíssima Universidade e, sobretudo, pelo compartilhamento de ocasiões e conteúdo que permitiram acesso aos métodos do metabolismo social-agrário, aporte a ser aprofundado em desafios futuros.*

*Professores e amigos (e professores-amigos) com quem tive o privilégio de compartilhar inesquecíveis vivências e aprendizados durante os meses de permanência em Sevilha: Carmen Flores e Mara Azevedo; Fernanda Monteiro, Claudenir “Paraná” Favero e a pequena Nina; Gisélia, Marlove Muniz e Lia Reiniger.*

*Ernestine Ludeke e Juan de Diós, da Fundación Monte Mediterráneo, pela amável recepção durante os dois dias de trabalho de campo na Dehesa San Francisco, em Santa Olalla del Calá, Huelva.*

*Professores Rocío Silva Pérez e Victor Fernández Salinas, da Universidad de Sevilla, pela generosa recepção e conversa em seu gabinete sobre paisagem agrária e patrimônio e, particularmente, pela sugestão de algumas de suas publicações que acabariam sendo referências importantes deste trabalho.*

*Amigo e irmão de alma, historiador e conterrâneo, Gabriel Duarte Costaguta, da Universidad Autónoma de Madrid, por me apresentar a Capital e pelos incríveis e necessários momentos compartilhados tanto lá como em Sevilha.*

*Professores das disciplinas do curso de doutorado: Marcel Achkar, da UDELAR, pelos ensinamentos em “Geografia do Cone Sul”; meu orientador Cesar de David, em “Territórios Rurais”; Álvaro Luiz Heidrich, da UFRGS, em “Culturas em Geografia”; e Daiane Loreto Vargas, da UFRB, em “Saberes Artesanais do Pampa”.*

*Demais professores e técnicos-administrativos do PPGGeo e/ou do Departamento de Geociências da UFSM. Em especial, o Anderson Luiz Machado dos Santos, amigo e colega desde os tempos da graduação, pela troca de ideias no início da pesquisa, e Romário Trentin e Liliane Bonilla, pelo empenho, respectivamente, na Coordenação do Programa e na Secretaria.*

*Colegas de jornada como discente do Programa, pela companhia, entre os quais as novas amizades nascidas desse percurso, como a Ana Carla Lenz, a Ana Hanauer e a Helena Beling, do GPET, bem como o baiano mais gaúcho que conheço, Hilário José Menezes (extensivo à Célia e ao guri). Também Marilse Beatriz Losekann, amiga e colega desde a graduação, pelas contribuições no início da pesquisa; Ivanio Folmer, pelas oportunidades de participar de algumas publicações; e Marcio Estrela de Amorim, duplamente colega, como servidor do IFSul e como discente de pós-graduação da UFSM.*

*Demais geógrafos amigos de uma vida, que são outros dos muitos regalos que a UFSM me deu: Bruno Nunes, Carlos Lucas, Eduardo Samuel Riffel, João Paulo Assis Gobo, Roberto Antunes, Urian Grant e Vagner Guimarães Ramos.*

*Minha querida tia, Valquirea Monteblanco, que me recebeu em Santa Maria em várias de minhas idas para as aulas e demais atividades do doutorado com o carinho, as conversas, as risadas e o conforto que somente uma tia-mãe, como ela, é capaz de proporcionar.*

*Paulo Martins, que outras tantas vezes também me recebeu em Santa Maria, com a receptividade digna do amigo-irmão que é.*

*Mário Junior Neves Lima, Rafael Cavalheiro Chaves e Rafael de Almeida Villagran, também amigos-irmãos, estes, no entanto, vindos da mais tenra infância e que estiveram comigo em momentos cruciais dessa jornada.*

*Marcos Morel “Quinho” Fernandes, companheiro desde os tempos do sonho de “viver da bola” e agora educador físico com quem ainda compartilho a mesma velha felicidade de poder regularmente jogar futebol e de cuidar da saúde física.*

*Isabelle Schmidt da Silva, pelo fundamental apoio e pela amizade.*

*Colegas de IFSul, Cacildo Machado e Rodrigo de Oliveira Estela, pelos incentivos e apoios mútuos. Claudia Garrastazu Ribeiro, pela oportunidade de participação de projeto sob sua coordenação, em parceria com várias outras instituições, dedicado à avaliação dos sistemas pecuários na bacia do rio Ibirapuitã, que muito me foi útil na construção da presente pesquisa. Também Virginia Ponche Barbosa, pela tradução do resumo da tese para o inglês.*

*Pessoal do escritório da Emater de Santana do Livramento, pelas oportunidades de vivências que me ajudaram a pensar a pesquisa, em especial o amigo Leonardo Alonso Guimarães.*

*Colegas da UNIPAMPA, Alessandra Troian, Altacir Bunde, Jeferson da Luz Ferron, João Garibaldi de Almeida Viana e Márcio Pereira Cordeiro, com os quais vivenciei distintos momentos de aprendizado que contribuíram para este projeto.*

*Colegas da UERGS, Anor Aluísio Menine Guedes, Cassiane da Costa, Claudio Becker, Leonardo Menezes e Márcio Zamboni Neske, por várias outras dessas importantes ocasiões e gestos.*

*Pessoal da Secretaria Municipal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Santana do Livramento, em particular, Roberto Braz, pelo compartilhamento de materiais que ajudaram a construir a pesquisa, e Hugo Leonardo Ramos Saraiva, pela solicitude de sempre.*

*Silvia Carambula, pela parceria e oportunidades de aprendizado durante a constituição da RAICES.*

*Jussara Dutra e Ricardo Almeida, pelos diálogos, troca de ideias e pelos trabalhos compartilhados no âmbito do Festival Fronte(i)ra, que foram de grande importância para pensar o Pampa e desenvolver a pesquisa.*

*Carlos Leonardo de Ávila Trindade e Ringlei Pujol, pelas informações e indicações de trabalho de campo.*

*Nilza Mara Pereira, pela revisão textual do trabalho.*

*Meu muito obrigado, por fim, especialmente aos entrevistados e demais interlocutores da pesquisa. Aos artistas-poetas, técnicos da agropecuária, corretores de negócios rurais e, principalmente, às mulheres e aos homens, pequenos e médios pecuaristas e trabalhadores em estâncias, cujos nomes ficam no anonimato por razões metodológicas, mas que, ao fim e ao cabo, são os sujeitos deste trabalho junto com a própria paisagem pastoril.*





*Para el que mira sin ver  
La tierra es tierra nomás  
Nada le dice la pampa  
Ni el arroyo, ni el sauzal*

*Pero la pampa es guitarra  
Que tiene un hondo cantar  
Hay que escucharla de adentro  
Donde nace el manantial*

*[...]*

*Un mundo en cada gramilla  
Adioses en el cardal  
Y pensar que para muchos  
La tierra es tierra nomás*

***Para el que mira sin ver  
Atahualpa Yupanqui***



## RESUMO

### RELICÁRIOS DA PAISAGEM PASTORIL: UMA GEOGRAFIA DO PAMPA REMANESCENTE NO BRASIL

AUTOR: Felipe Leindecker Montebianco  
ORIENTADOR: Cesar de David

A presente tese analisou a dinâmica da paisagem pastoril remanescente dos processos de supressão do Pampa em sua relação com a vida que a anima, dialogando com sujeitos sociais que com ela interagem. A pesquisa foi desenvolvida entre 2017 e 2021, enfocando a alta bacia hidrográfica do rio Quaraí, que se constitui em um dos últimos redutos da porção brasileira do Pampa a conservar significativa parcela de áreas ditas “naturais” do bioma. Buscamos entender as condições sociais e geográficas que tornam essa zona refratária ao avanço do sistema técnico-sojeiro em curso no entorno regional – hoje a principal causa de supressão do Bioma Pampa – analisando até que ponto essa contingência permite ou não a reprodução de velhas características desse meio geográfico. O lastro teórico foi a compreensão do espaço geográfico enquanto formas-conteúdo, materialidade indissociável das ações e representações humanas que a movimentam. Desse entendimento, decorre nossa presunção inicial de que as manchas de Bioma Pampa remanescente pressupõem manchas também de sistemas de práticas ou ações, conteúdo, em alguma medida. A pesquisa foi de caráter qualitativo, operacionalizando analiticamente o conceito de paisagem enquanto foco conceitual. Dois são os grupos de achados da investigação: o primeiro, na escala do Pampa brasileiro e do Sudoeste Gaúcho, é fruto de uma geografia retrospectiva, baseada, sobretudo, em pesquisa bibliográfica e documental. Através desse exercício, enxergamos a face historicamente construída do Pampa: a paisagem pastoril, uma paisagem agrária. Uma obra com origem moderno-colonial, mas que, por fundada na extensividade, foi sendo rotulada como “excessivamente entregue à natureza”, “arcaica” ou “pré-capitalista”. Predestinada, segundo esses olhares exóticos modernos, ao destino agrícola como forma de passaporte ao progresso, essa secular paisagem agora sucumbe rapidamente ao avanço da soja. Restam remanescentes, confinados em geografias refratárias a usos hegemônicos, que, por outro lado, veem crescer formas de valorização do diverso e do singular, na esteira das próprias sequelas deixadas pelo produtivismo e pelos processos de massificação globalizantes, no que se traduz na possibilidade de conversão de sua anterior marginalidade em uma paradoxal virtude. O segundo grupo de achados, este na escala da mancha de remanescentes concentrada no Alto Quaraí, é fruto de uma geografia do presente, baseada, basicamente, no trabalho de campo, com cruzamento entre observação da paisagem e entrevistas semiestruturadas-interlocações. Visualizamos, por essa via, uma área relicário, cujas relíquias que guarda são a própria paisagem e a vida pastoril pampiana que ali se reproduzem entre inércias, transições e mesmo ameaças, sob a “proteção” exercida pelas próprias condições edafoclimáticas e/ou geomorfológicas desses domínios dos solos superficiais de basalto e/ou da minoritária janela de solos de origem arenítica, acrescidos, ainda, do peso exercido pela reprodução de certa reticência histórico-cultural local à agricultura. Observamos, ademais, que esses mesmos condicionantes geográficos geradores de um efeito tampão à entrada das lavouras, compõem, por outro lado, as singularidades de se criar gado nas “pedras” ou nas “areias”, que para além do valor cultural que em si representam, fazem do Alto Quaraí um verdadeiro *terroir* ovelheiro e uma zona de excelente aptidão para a cria bovina.

**Palavras-Chave:** Paisagem Pastoril. Pampa. Remanescentes. Pecuária. Campanha Gaúcha.



## ABSTRACT

### RELIQUARIES OF THE PASTORAL LANDSCAPE: A GEOGRAPHY OF THE REMNANT PAMPA IN BRAZIL

AUTHOR: Felipe Leindecker Montebianco  
ADVISOR: Cesar de David

This thesis analyzed the dynamics of the pastoral landscape remaining from the processes of suppression of Pampa in its relationship with the life that animates it, dialoguing with social subjects who interact with it. The research was carried out between 2017 and 2021, focusing on the high hydrographic basin of the Quaraí River, which is one of the last strongholds in the Brazilian portion of the Pampa to sustain a significant portion of the so-called "natural" areas of the biome. We seek to understand the social and geographic conditions that make this zone resistant to the advancement of the technical soy system underway in the regional surroundings - today the main cause of suppression of the Pampa Biome - analyzing to what extent this contingency allows or not the reproduction of old characteristics of this geographical environment. The theoretical ballast was the understanding of geographic space while content-forms, inseparable materiality from the human actions and representations that move it. This understanding follows our initial presumption that the patches of the remaining Pampa Biome presuppose patches also of systems of practices or actions, content, to some extent. The research was from a qualitative aspect, analytically operationalizing the concept of landscape while a conceptual focus. Two are the groups of finding in this research: the first, on the scale of the Brazilian Pampa and the Southwest of Rio Grande do Sul, it is the result of retrospective geography, based, above all, on bibliographical and documentary research. Through this exercise, we see the historically constructed face of the Pampa: the pastoral landscape, an agrarian landscape. A work with a modern-colonial origin, but which, because it was founded on extensiveness, was labeled as "excessively surrendered to nature", "archaic" or "pre-capitalist". Predestined, according to these exotic modern eyes, to an agricultural destiny as a passport to progress, this centuries-old landscape is now rapidly succumbing to the advance of soy. Reminders, confined in geographies that are refractory to hegemonic uses, which, on the other hand, see the growth of forms of valorization of the diverse and the singular, in the wake of the very after-effects left by productivism and the globalizing massification processes, which translates into the possibility of converting their former marginality into a paradoxical virtue. The second finding group, this on the scale of the spot of remnants concentrated in the Alto Quaraí, is the result of a geography of the present, based basically on fieldwork, with a cross between landscape observation and semi-structured interviews-interlocutions. We visualize, thereby, a reliquary area, whose relics it holds are the very landscape and the Pampas pastoral life that is reproduced there between inertias, transitions and even threats, under the "protection" exercised by the very edaphoclimatic and/or geomorphological conditions of these domains of the superficial basalt soils and/or the minority window of soils of sandstone origin, added, still, to the weight exerted by the reproduction of a certain local historical and cultural reticence to agriculture. We also observe that these same geographic conditioning factors, which generate a buffer effect to the entrance of the crops, make up, on the other hand, the singularities of raising cattle on the "stones" or "sands", which beyond the cultural value they represent, make the Alto Quaraí a true sheep terroir and an area of excellent aptitude for bovine breeding.

**Key-words:** Pastoral Landscape. Pampa. Reminders. Livestock. Campanha Gaucha.



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>20</b>
1.1 APORTES, DEFINIÇÕES E PROCEDIMENTOS.....	26
1.1.1 Geografia, espaço geográfico e paisagem.....	27
1.1.2 Procedimentos.....	43
1.1.3 Alto Quaraí, recorte espacial de análise.....	58
1.1.4 As questões a responder.....	66
<b>2 PAISAGEM PASTORIL: A FACE HISTORICAMENTE CONSTRUÍDA DO PAMPA</b> .....	<b>72</b>
2.1 UMA GEOGRAFIA RETROSPECTIVA.....	74
2.1.1 Uma obra moderno-colonial.....	75
2.1.2 Uma produção social, mas com natureza demais.....	83
2.1.3 “Desertos a oeste do Rio Grande”: olhares europeus oitocentistas.....	85
2.1.4 “Metade Sul”: o olhar urbano-industrial novecentista.....	91
2.1.5 “El Dorado”: o avanço recente da soja e o processo de supressão.....	94
2.1.6 Relicários? Quando restam remanescentes.....	101
2.2 DEHESA: SOBRE UMA PAISAGEM SIMILIAR ESPANHOLA .....	110
2.2.1 Uma construção histórica bem mais antiga.....	111
2.2.2 Uma referência cultural também fronteiriça por excelência.....	116
2.2.3 Uma paisagem da extensividade.....	118
2.2.4 Uma paisagem marginalizada e suprimida.....	120
2.2.5 Uma paisagem requalificada por novos olhares.....	123
<b>3 ALTO QUARAÍ: RELICÁRIO DA PAISAGEM PASTORIL</b> .....	<b>128</b>
3.1 UM RESTO DE PAMPA QUE AINDA NÃO SE FOI.....	130
3.1.1 A “Cuesta de Haedo”.....	131
3.1.2 Um Pampa protegido por sua própria geografia.....	135
3.1.3 O peso das “mentalidades vindas diretamente da história” .....	145
3.1.4 Terreno de baixa aptidão agrícola ou conservatório do Pampa?.....	149
3.2 O QUE FICA ALÉM DO “VERDE” .....	154
3.2.1 Onde ainda impera a vida pastoril.....	155
3.2.2 Campos ovelheiros e produtores de carneiros.....	159
3.2.3 Criar nas “pedras” e criar nas “areias” .....	164
3.2.4 Onde o Pampa é “a cultura que nós temos” .....	175
3.2.5 Onde as rugosidades têm mais vez.....	177
3.3 MUDANÇAS DE UM REDUTO DE PERMANÊNCIAS.....	190
3.3.1 Quando o novo é a volta ao antigo: regeneração do Pampa, (re)construção da paisagem pastoril e reterritorialização de pecuaristas.....	191
3.3.2 Quando o antigo se veste do novo: repaginações na pecuária.....	198
3.3.3 Quando o novo são ameaças: a falta de braços e o abigeato, as invasoras e os parasitas.....	216
3.3.4 Meandros da convivência entre vida pastoril e produção de energia eólica.....	234
3.3.5 A “janela” de entrada da soja e outros usos.....	244
3.4 O ALTO QUARAÍ EM DOIS RETRATOS.....	250
3.4.1 Seu José, na paisagem das “areias” do Areal.....	251
3.4.2 Seu Pedro, na paisagem das “pedras” da Coxilha Negra.....	263
<b>4 SÍNTESE</b> .....	<b>274</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>282</b>





## 1 INTRODUÇÃO

Em nossa dissertação de mestrado, defendida em 2013, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), estudamos a dinâmica do espaço rural no município de Santana do Livramento, no sudoeste gaúcho, fronteira com o Uruguai. Foi ainda durante o desenvolvimento dessa pesquisa que um novo evento se tornou, a nosso ver, mais evidente no Pampa: Coxilhas<sup>1</sup> e canhadas<sup>2</sup> cobertas de pasto verde nativo, campos e rebanhos a perder de vista, estabelecimentos pastoris, campeiros e a lida, cavalos, ovelhas e bois, a paisagem que sintetiza a própria identidade local-regional, aquela que um dia havia sido regra, emblema maior de sua ruralidade, estava agora crescentemente reduzida.

Ao final daquela pesquisa, ainda em 2013, a sensação era de que, ao menos em nível local, ou seja, de nosso então recorte de estudo delimitado pela área de um município, a projeção de futuro lançada artisticamente anos antes pelo chargista Santiago, estava, de certo modo, em processo. Expliquemos: entre 2009 e 2010, ainda no calor das discussões sobre a territorialização das monoculturas de eucalipto no Pampa, utilizávamos em sala de aula como recurso ao debate junto aos terceiros anos do ensino médio da escola onde lecionávamos, algumas charges que esse artista havia desenhado sobre o tema. Em uma delas, aparecia a representação de um futuro hipotético em que apenas um pequeno fragmento da paisagem pastoril do Pampa se mantinha conservado, mas cercado por todos os lados de plantações de eucalipto. Dentro desse fragmento, alguns homens devidamente pilchados<sup>3</sup> declamavam poesias gauchescas, inspirando-se, para criar seus versos, naquele resto de paisagem pastoril. No “corredor”<sup>4</sup> ao lado daquele campo, outras duas pessoas que cruzavam a cavalo comentavam: “É o único campo que não virou plantação de eucalipto pra estas bandas”. Junto à cerca que delimitava aquele pedaço melancólico de Pampa remanescente, uma placa avisava: “Alugamos esta reserva de Pampa Gaúcho para poetas nativistas buscarem inspiração”.

---

<sup>1</sup> As coxilhas, em espanhol *cuchillas*, são colinas, elevações ou leves ondulações do terreno. O nome deriva de “cuchillo”, ou seja, faca, já que as coxilhas são como cortes no terreno que dividem as águas de distintas bacias hidrográficas.

<sup>2</sup> As canhadas, em espanhol *cañadas*, são estreitas planícies ou terrenos baixos entre as coxilhas.

<sup>3</sup> Vestidos a caráter.

<sup>4</sup> Estrada vicinal.

A realidade que estávamos já vendo em Santana do Livramento lembrava a mensagem da charge, a exceção do agente da transformação, pois foi a soja que alcançou extensão similar e não o eucalipto. No demais, de fato, aquilo que um dia havia sido o normal, o quase exclusivo, estava agora cada vez mais se transformando no peculiar, no restante, no réliquo. As lavouras de soja, já avançavam, dentro de uma racionalidade até então estranha ao espaço local.

Foi isso que nos despertou interesse e, ao mesmo tempo, a sensação de que despertaria o interesse público mais massivo, cedo ou tarde, sobretudo, porque isso que víamos na escala do município era sabidamente a expressão local de um evento que avançava sobre todo o quadrante sul do estado, correspondente à área entendida como a parte brasileira do Bioma Pampa. Achamos que estaria aí um assunto relevante socialmente para o desenvolvimento de uma nova pesquisa, no doutorado.

Nisso, nosso interesse poderia ter recaído sobre as causas, efeitos e características exatamente do avanço da soja sobre as áreas anteriormente dedicadas à pecuária extensiva. A partir de distintos enfoques, esse tem sido, aliás, o objeto de estudo de várias pesquisas no âmbito da geografia. No entanto, chamou-nos atenção a via contrária, ou seja, a das causas, características e efeitos da permanência ou continuidade relativa de certas “manchas” de Pampa, particularmente as manchas pastoris<sup>5</sup>, ante o entorno que cede progressivamente a essa transição. Seria o equivalente, na citada charge de Santiago, ao tal fragmento de Pampailhado onde os poetas nativistas buscavam inspiração. Essa analogia, aliás, é oportuna na medida em que expressa, de antemão, o viés pelo qual realizamos esse estudo, qual seja o da interface entre as faces ambiental e sociocultural da paisagem pastoril.

Iniciamos formalmente a pesquisa em março de 2017, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Debruçamo-nos sobre uma dessas situações, em particular, em que o Pampa pastoril remanesce. Enfocamos o caso da alta bacia hidrográfica do rio Quaraí, tendo como objetivo amplo compreender a dinâmica da paisagem pastoril que remanesce dos processos de supressão do Pampa em sua relação com a vida que a anima, dialogando com os sujeitos sociais que com ela interagem.

---

<sup>5</sup> Considerando que nem todo o recorte entendido como correspondente ao Bioma Pampa teve historicamente ou tem ainda hoje sua fisionomia e dinâmica socioespacial balizada pela atividade pastoril.

Elencamos o caso da alta bacia do rio Quaraí por se tratar de um dos últimos redutos do recorte entendido como a porção brasileira do Bioma Pampa a conservar significativo percentual das áreas ditas “naturais”, apresentando o menor grau de fragmentação da paisagem (INSTITUTO CURICACA, 2018). Esse recorte é também especialmente exemplar do conjunto do Pampa, pois testemunha o que foi outrora de forma mais ampla e contínua – antes das grandes metamorfoses de hoje - uma de suas porções mais representativas do ponto de vista ecopaisagístico, a saber: a chamada Cuesta de Haedo, região de predomínio de campos de solos rasos de origem basáltica onde se concentram originalmente “as paisagens mais legítimas de campo[...], expressão mais clássica da vegetação campestre sul-brasileira (RAMBO, [1942] 2015, p. 121)”. Trata-se de um recorte expressivo na medida em que se situa naquela que é considerada “área core” ou “nuclear” do Pampa, ou seja, onde as características fisiográficas e biogeográficas atribuídas ao Bioma se apresentam com maior tipicidade (AB’SABER, 2003; IBGE, 2004).

A nosso ver, a relevância e/ou justificativa da elucidação de um recorte rugoso como esse tem que ver, sobretudo, com as valorizações do diverso que emergem ante um mundo em massificação. De modo que, esteve no pano de fundo dessa pesquisa também uma tentativa de trazer à luz algo da situação em que se encontra essa herança ou esse patrimônio acumulado da marcha histórico-geográfica da pecuária extensiva, no que nitidamente se mostra como uma corrida contra o tempo. Algo expresso, aliás, em obras dedicadas ao Pampa, tal como a intitulada *Nosso pampa desconhecido*, organizado por Chomenko e Bencke (2016), cujo título é bastante sugestivo.

Não foi intuito, no entanto, entrar em alguma dessas discussões de natureza mais aplicada, como a do patrimônio cultural institucionalizado, do desenvolvimento rural sustentável, produtos locais, diferenciação e nichos de mercado, indicações geográficas ou mesmo o tema das áreas protegidas, por exemplo. A ideia foi produzir um conhecimento que sirva de subsídio, a quem possa interessar, em possíveis pensares e agires aplicados, além do que já seria um ótimo caminho trilhado se proporcionarmos, com as linhas que seguem, um momento agradável de leitura aos interessados pelo Pampa.

A pesquisa foi de caráter qualitativo, operacionalizando analiticamente o conceito de paisagem, tido por Claval (2007) como documento-chave na compreensão das culturas. Subsidiemo-nos, contudo, também, em outros conceitos

geográficos relacionados. Enquanto técnicas de pesquisa, conjugamos a consulta a fontes bibliográficas e documentais, a observação da paisagem em trabalho de campo com descrições textuais e registros fotográficos, e as entrevistas semiestruturadas com coleta de narrativas das gentes que animam a vida dessa paisagem.

Organizamos o texto do seguinte modo: O item seguinte, parte ainda deste capítulo introdutório, traduz-se exatamente em uma explicação mais pormenorizada da metodologia. Nele, trazemos, primeiro, o suporte teórico-conceitual da investigação, baseado na compreensão do espaço geográfico – e, portanto, do (sub)espaço Pampa – como uma sucessão de formas-conteúdo, tendo como “porta de entrada” ao seu exame a paisagem, enquanto “foco conceitual”. Depois, elucidamos cada uma das técnicas de pesquisa utilizadas ao longo do processo de investigação, seguidas da definição do recorte empírico de análise. Ao final do capítulo, seria dizer, em posição representativa da ideia de um amadurecimento de algo surgido de perguntas brutas, expomos as questões-problema propriamente ditas que moveram a pesquisa.

Nos capítulos 2 e 3 apresentamos os dois grupos de achados da investigação: o primeiro, abordado no capítulo 2, é fruto de uma geografia retrospectiva, realizada na escala do Pampa brasileiro e do Sudoeste Gaúcho. Através desse exercício, enxergamos a face historicamente construída do Pampa: a paisagem pastoril, uma paisagem agrária. Uma obra com origem moderno-colonial, mas que, por fundada na extensividade, foi sendo rotulada como “excessivamente entregue à natureza”, “arcaica” ou “pré-capitalista”. Predestinada, segundo esses olhares exóticos modernos, ao destino agrícola como forma de passaporte ao progresso, essa secular paisagem agora sucumbe rapidamente ao avanço da soja. Restam remanescentes, confinados em geografias refratárias a usos hegemônicos, que, por outro lado, veem crescer formas de valorização do diverso e do singular, na esteira das próprias sequelas deixadas pelo produtivismo e pelos processos de massificação globalizantes, no que se traduz na possibilidade de conversão de sua anterior marginalidade em uma paradoxal virtude.

O segundo grupo de achados, este na escala da mancha de remanescentes concentrada no Alto Quaraí, é fruto de uma geografia do presente, para a qual dedicamos o capítulo 3. Visualizamos, por essa via, uma área relicário, cujas relíquias que guarda são a própria paisagem e a vida pastoril pampiana que ali se reproduzem entre inércias, transições e mesmo ameaças, sob a “proteção” exercida pelas próprias

condições edafoclimáticas e/ou geomorfológicas desses domínios dos solos superficiais de basalto e/ou da minoritária janela de solos de origem arenítica, acrescidos, ainda, do peso exercido pela reprodução de certa reticência histórico-cultural local à agricultura. Observamos, ademais, que esses mesmos condicionantes geográficos geradores de um efeito tampão à entrada das lavouras, compõem, por outro lado, as singularidades de se criar gado nas “pedras” ou nas “areias”, que para além do valor cultural que em si representam, fazem do Alto Quaraí um verdadeiro *terroir* ovelheiro e uma zona de excelente aptidão para a cria bovina.

Fechamos a tese em uma síntese dos aprendizados, que formam o capítulo 4.



## 1.1 APORTES, DEFINIÇÕES E PROCEDIMENTOS

*Onde andará a silhueta  
Desses antigos campeiros  
Que desenhavam saudades  
Na fumaça dos palheiros  
E madrugavam setembros  
Na voz clara dos braseiros.*

*Onde andará a "mañanita"  
Dos mates de gosto bueno  
Da encilha dos gateados  
Contraponteando o sereno  
E a humildade dos ranchos  
Guardando sonhos morenos.*

*Onde andará o verso claro  
Ponteado numa canção  
Que se espalhava em floreios  
Pelas tardes do galpão  
E matizavam campeiros  
Ao som da gaita e violão.*

*Onde andará a tarde longa  
Das ressolanas campeiras  
Onde a alma desses tantos  
Cruzava além da porteira  
Pra o mundo das invernadas  
Por não saber das fronteiras.*

*Por onde andará o semblante  
De um avô maragato  
Que eternizou seu silêncio  
Na moldura de um retrato  
E dos seus causos antigos  
Desses campeiros de fato*

*Quem sabe andam perdidas  
Na saudade dos avós  
Ou presas dentro do peito  
Querendo saltar na voz  
Mais bem certo elas se acham  
Guardadas dentro de nós.*

**Onde andará**  
*Fabiano Bacchieri; Gujo Teixeira; Joca Martins*

O recurso ao poema que inicia esse capítulo traz uma dupla representação: expressa os dilemas que envolvem a transformação do Pampa e os destinos de suas gentes e, ao mesmo tempo, sugere uma busca, o “onde andar?”, jogando luz sobre o próprio conteúdo do capítulo, que nada mais é do que a explicação da forma como realizamos uma procura durante o processo de investigação. Aliás, a propósito da abertura deste e dos demais capítulos com trechos de poesias regionais, o intuito é trazer representações sociais da paisagem e da vida pastoril, de sua dinâmica e transformações, considerando nisso a referência de Gomes (2001, p. 59) de que

o estudo da paisagem e suas representações sob diversas linguagens, relatos, poesia, iconografia etc. é uma fonte de registro dos ‘olhares’ sobre as práticas e culturas que subverte a racionalidade científica pelo valor intrínseco da subjetividade que comportam, sem deixar de ser imprescindível para a legibilidade do mundo [...].

Esses versos, bem como outras formas de representação que serão trazidas ao longo do trabalho, tais como as narrativas de viajantes dos séculos XIX e XX, são produtos de pesquisa bibliográfica e documental. Constituem parte do conteúdo desse espaço, são dados da realidade, como será visto a seguir nos itens referentes ao quadro teórico-conceitual de referência e às técnicas de pesquisa.

### **1.1.1 Geografia, espaço geográfico e paisagem**

Ao tecer uma crítica ao problema do método na geografia, Moreira (2011) avalia essa ciência como um saber antigo que teve o pecado e a virtude de centrar-se em descrições e não em conceitos. A virtude estaria na qualidade das descrições e no legado de documentação do mundo feita pelos geógrafos, enquanto o pecado estaria exatamente na redução da complexidade das paisagens a uma coleção de coisas, exatamente pela ausência de teoria capaz de uma elucidação mais profunda.

Diz o autor que houve, tradicionalmente, certa despreocupação com o rigor conceitual no âmbito da geografia, pretensamente justificada pela ideia de que esta seria uma ciência descritiva do mundo, uma ciência do visível e não do invisível, o que faria da ausência de um amparo conceitual não propriamente um problema. No entanto, para Moreira (2011, p. 125), é justamente aí que começa o problema da geografia, pois, ao mesmo tempo em que se pretende uma ciência que busca desvelar o real, mantém-se restrita à aparência, a um discurso do imediato, no nível epidérmico



dos fenômenos, exatamente pela ausência do pensamento, da reflexão intelectual via conceito(s) ou do trânsito pelas “[...] mediações que se colocam entre a aparência e a essência”.

Em opinião parecida, Duncan (2004) julga que os geógrafos limitaram muito seus métodos de pesquisa à observação e à busca de arquivos, de modo que outras técnicas de coleta de dados como a entrevista, que trariam à tona informações sobre percepção, por exemplo, raramente foram tentadas. Segundo o autor, até pouco tempo, os geógrafos estiveram indiferentes ao que ocorria nas ciências sociais ou nas humanidades, com o argumento de que os intérpretes da paisagem não precisavam se preocupar com debates, segundo eles, “esotéricos”. Assumia-se entre os geógrafos, em particular entre os geógrafos culturais, que “[...] a autoridade interpretativa resultaria da relação desinteressada entre aquilo que simplesmente ‘está lá na paisagem’ e a força do erudito acostumado aos exercícios de campo ou arquivo (DUNCAN, 2004, p. 93)”. Trata-se, segundo afirma, de um empirismo de corte anti-teórico, que vê as formas externas e as aparências da superfície de maneira não problemática, como um registro de artefatos entendidos como coisas dadas.

Santos (2006), por sua vez, argumenta que a geografia quis, desde sempre, desenvolver-se como uma descrição da terra, envolvendo sua população, as relações entre os habitantes e as obras daí resultantes. No entanto, o autor se pergunta o que seria, de fato, uma boa descrição, sustentando que esta deveria ser inseparável da explicação. Para o autor, é a vontade de explicar que deve estar no alicerce do ato de descrever, o que pressupõe a existência prévia de um sistema, ou seja, de um corpo teórico-conceitual e analítico derivado de uma preocupação ontológica com o objeto da geografia, o espaço. Em sua concepção, quando esse sistema é inexistente, isto é, quando não há uma compreensão sobre a natureza do próprio espaço como objeto de estudo, desdobrada em um método pertinente à sua análise, envolvendo conceitos-chave ou categorias analíticas e instrumentos lógicos e operacionais, o resultado são peças isoladas, distantes de uma coerência própria de um ramo específico do saber com objeto próprio de estudo. Em suas próprias palavras:

Cada vez que um geógrafo decide trabalhar sem se preocupar previamente com o seu objeto, é como se para ele tudo fossem "dados", e se entrega a um exercício cego sem uma explicitação dos procedimentos adotados, sem regras de consistência, adequação e pertinência (SANTOS, 2006, p. 12).

É o próprio Milton Santos (2006) quem vai oferecer esse sistema, que ele chamou de um “sistema de ideias”, base de um sistema descritivo e de um sistema interpretativo em geografia. Na avaliação de Moreira (1996) trata-se, na verdade, de uma teoria social até então faltante à ciência geográfica e que Milton Santos vai suprir através dessa obra intitulada *A natureza do espaço*. Na base de seu sistema de ideias, está uma compreensão inovadora do objeto de estudo da geografia, o espaço geográfico.

O espaço geográfico surge como um “conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações”. Um híbrido entre a materialidade ou configuração geográfica e a vida que a anima, isto é, as relações sociais. Nesse entendimento, não existe separação possível entre objetos e ações. Ambos não existem e não nos permitem o seu conhecimento de outra forma que não seja em comunhão: “De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes (SANTOS, 2006, p. 39)”. A própria dinâmica e transformação do espaço se dá, segundo o autor, sob essa égide. Para Santos (2006), essa compreensão atribui um novo status aos objetos geográficos, ou seja, à configuração geográfica, à materialidade, já que estes deixam de ser entendidos como espaço-superfície ou espaço-absoluto, receptor passivo da história, para tomar parte em um espaço relacional, em que se tornam não apenas produto mas também condição da realização da história. Em outras palavras, os objetos ou as formas, são sempre formas-conteúdo.

Os objetos, são, para o autor, “[...] tudo o que existe na superfície da Terra, toda herança da história natural e todo resultado da ação humana que se objetivou. [...]. Isso que se cria fora do homem e se torna instrumento material de sua vida (SANTOS, 2006, p. 47)”. Já as ações humanas, segundo Santos, resultam de necessidades naturais ou criadas, sejam elas materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais ou afetivas. Por isso, o autor vai falar em três tipos básicos de ações: o agir técnico, o formal e o simbólico. Os dois primeiros se impõem no âmbito das necessidades sobretudo político-econômicas, compondo formas de ação ditas “racionais”, instrumentais ou, ainda, “funcionais”, envolvendo formalismos jurídicos e científicos. Já o agir simbólico é movido por necessidades afetivas, emotivas, rituais, determinados por modelos gerais de significação e de representação.

Segundo Santos (2006, p. 53), “essas formas do agir são inseparáveis, ainda que, em cada circunstância, sua importância relativa não seja a mesma”. Algo que se assemelha, aliás, à argumentação de Haesbaert (2004) sobre os “fins” dos processos de territorialização. Para o autor, dependendo da natureza das necessidades que levam à ação do Homem sobre o espaço (ou sobre as formas-conteúdo), os territórios daí resultantes serão ora mais funcionais, ora mais simbólicos, nunca se manifestando em estado puro. Eles se desdobram, segundo o autor, em um *continuum* que vai desde o político-econômico mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca, até o mais simbólico-cultural, subjetivo, carregados das marcas do vivido, vinculado ao valor de uso. Assim, como as ações vão invariavelmente desembocar nos objetos, estes também terão, em diferentes medidas, um conteúdo simbólico e funcional.

Em suma, ação e objetos são unos. “A ação não se dá sem que haja um objeto; e, quando exercida, acaba por se redefinir como ação e por redefinir o objeto (SANTOS, 2006, p. 61)”. Daí que, para Santos (2006), o espaço é um composto de formas(objetos)-conteúdo(ações) em interminável sucessão, em que não há existência empírica e nem filosófica da forma sem seu conteúdo e nem conteúdo que exista sem uma forma a abrigá-lo. Aliás, eis aí o motivo pelo qual a substituição dos campos nativos do Pampa por grandes lavouras modernas não tem implicações apenas sobre a biodiversidade, a “natureza”, o solo, ou a água, por exemplo, ou mesmo apenas sobre o conjunto da materialidade até então posta. Santos (2006) explica que quando a sociedade age sobre o espaço, ela não o faz sobre os objetos como realidade física, mas como realidade social, formas-conteúdo. A ação se dá sobre objetos dotados de uma presença humana e por ela qualificados. A dialética se dá entre ações novas e uma “velha” situação composta indissociavelmente de objetos e a vida que os anima, de modo que, “em cada momento, em última análise, a sociedade está agindo sobre ela própria, e jamais sobre a materialidade exclusivamente (SANTOS, 2006, p. 71)”.

Exatamente por isso, quando, ao contrário, remanescem arranjos da tradicional paisagem pastoril, como no caso do Alto Quaraí, pressupõe-se, também, permanências, em alguma medida, nos sistemas de práticas ou ações, no conteúdo, nas relações sociais, na vida que a anima. Essa ontologia do espaço ajuda a compreender, por exemplo, por que a biodiversidade, a geodiversidade, a água e o solo, enfim, esses bens comuns tão enfocados na valorização do Pampa sob o ponto de vista do bioma, só se tornam plenamente inteligíveis do ponto de vista de sua

conservação e de seu futuro, se considerados em relação às intencionalidades que sobre eles se projetam na forma de ações, dotando-o de um conteúdo, funcional e simbólico. Foi esse o lastro ontológico de nossa pesquisa e a compreensão da natureza do espaço geográfico que a guiou. Esse foi, também, o pano de fundo que permeou desde a formulação das questões-problema, até o método e as práticas da investigação. O que implica, aliás, em assumir possíveis erros que tenhamos cometido na interpretação da própria teoria, bem como os desdobramentos analíticos daí decorrentes.

Munidos, então, de um entendimento-base do espaço, coube pensar nas categorias analíticas ou conceitos operacionais que, refletindo a ontologia, poderiam dar o devido enfoque aos aspectos do real a serem priorizados, de acordo com as questões-problema previamente esboçadas. Como alerta Santos (2006), as categorias de análise, formando sistema, devem esposar o conteúdo existencial do espaço, de modo que a própria coerência da construção teórica depende do grau de representatividade delas em relação ao objeto. São muitos os conceitos utilizados pelos geógrafos na operacionalização de suas pesquisas socioespaciais. O próprio autor define vários deles, como, por exemplo: paisagem; configuração territorial; divisão territorial do trabalho; espaço produzido ou produtivo; rugosidade e forma-conteúdo.

Nessa direção, em artigo que é referência bastante conhecida, Suertegaray (2001) busca uma compreensão objetiva e sistemática dos conceitos que denomina como balizadores da geografia, no intuito de delinear um corpo referencial de possibilidades analíticas. Segundo a autora, “[...] os conceitos geográficos expressam níveis de abstração diferenciados e, por consequência, possibilidades operacionais também diferenciadas (SUERTEGARAY, 2001, s/p)”. Tomando como ponto de partida exatamente essa compreensão de espaço geográfico de Santos (2006), ou seja, enquanto sistemas de objetos e sistemas de ações, a autora afirma que o campo de atuação da geografia é balizado por esse conceito, sendo ele o mais abrangente. Por isso mesmo, a partir dele, trabalha-se com conceitos, segundo a autora, mais operacionais, ou seja, que possibilitam o exame do espaço geográfico sob diferentes óticas.

Para a autora, cada conceito expressa uma possibilidade em particular de leitura de espaço geográfico, delineando, portanto, também um caminho metodológico específico. Como exemplos, ela traz os conceitos de paisagem, território, lugar e

ambiente, explicando que o espaço geográfico pode ser lido através de cada um deles (entre outros) ou mesmo através de mais de um deles em relação, levando em conta que cada uma dessas dimensões contém e está contida em todas as demais (sistema). Significa dizer que “paisagens contêm territórios que contêm lugares que contêm ambientes valendo, para cada um, todas as conexões possíveis (SUERTEGARAY, 2001, s/p)”. O enfoque em uma ou outra dessas categorias vai depender, segundo a autora, da visão analítica privilegiada por um ou outro geógrafo.

Em publicação mais recente, mas com semelhanças em relação à reflexão de Suertegaray (2001), Haesbaert (2014) propõe uma “constelação” ou família de conceitos, em que se situam, de forma relacional, os principais conceitos trabalhados pela geografia. O autor parte de uma problematização sobre o próprio sentido dos conceitos, defendendo que estes não são nem simples retratos, reflexos ou espelhos da realidade e nem, tampouco, pura idealização ou produto do pensamento *a priori*. Na concepção de Haesbaert (2014), referenciada em autores como Foucault, Deleuze e Guatarri, os conceitos são produtos das problematizações do real. Segundo o autor, a vida e suas problemáticas antecedem o conceito. É de uma questão particular, de uma problematização, que eles nascem. Por isso, argumenta que toda proposição conceitual é mutável e reavaliável, dado que cada momento da história e cada espaço geográfico (re)coloca seus próprios problemas.

Segundo Haesbaert (2014), os conceitos sempre são criados em relação com problemas específicos, de modo que cada um deles privilegia algumas problemáticas enquanto “foco”, reconhecendo a presença de outras, mas as deixando em segundo plano. É assim que Suertegaray (2001) vai falar, por exemplo, do recurso ao conceito de paisagem quando a problemática estiver voltada à dimensão econômico-cultural do espaço geográfico, do recurso ao território quando o enfoque for político (poder), ao lugar quando o problema for a existência objetiva e subjetiva, e ao ambiente quando a questão for a transfiguração da natureza. A sua vez, é também através desse entendimento de conceitos referenciados a problemáticas que Haesbaert (2014) vai falar do recurso ao território enquanto espaço-poder, ao lugar enquanto espaço vivido, à paisagem enquanto espaço-representação e ao ambiente enquanto relações sociedade-natureza.

O autor salienta, no entanto, que o fato de os conceitos dizerem respeito a uma problemática específica não significa que tenham de ser absolutamente distintos, exclusivos, separados como entes puros, rígidos. Pelo contrário, para Haesbaert

(2014, p. 32) “os conceitos não só não podem ser tratados isoladamente como nunca constituem unidades homogêneas, sempre são múltiplos [...]”. Explica o autor, que esse caráter heterogêneo e múltiplo do conceito se dá tanto internamente em seus elementos, sobreposições e flexibilidade no lidar com uma determinada problemática ou foco central, quanto externamente, em sua relação com outros conceitos como parte de uma constelação ou sistema maior. Internamente, um exemplo disso é o amplo espectro de significação assumido pelo conceito de território no âmbito das problemáticas atinentes ao poder (que também tem diferentes compreensões). Externamente, o exemplo é a sua frequente intersecção com outros conceitos, como o de lugar (HAESBAERT, 2014). Além disso, para o autor, os conceitos não são apenas instrumentos de conhecimento do “já-dado” ou já produzido, eles também envolvem a produção da própria realidade, do real-futuro, ao problematizarem e proporem novas questões, sendo, por isso, de uso político.

É com base nesse entendimento do que são conceitos que Haesbaert (2014) vai propor o sistema que ele chama de constelação. Para explicá-lo, o autor faz analogia a um conjunto de planetas girando em torno de uma estrela. A estrela e sua luz correspondem ao conceito de espaço. Os astros que orbitam e são iluminados por essa estrela-espaço correspondem aos demais conceitos geográficos, entendidos como operacionais ou categorias analíticas: território, paisagem, lugar etc., cada um deles existindo somente em sua relação com os demais, sendo que seu movimento e sua capacidade de esclarecimento dependem de sua relação com a categoria central, o espaço. Cada conceito-astro desse sistema, tem, por sua vez, os seus satélites, ou seja, suas derivações conceituais ou elementos, reprojando neles a luz (ou a ontologia do espaço) oriunda da categoria central.

Em suma, mergulhados na categoria espaço, esses conceitos ditos mais operacionais, em sistema, ordenam-se e reordenam-se a partir das problemáticas enfrentadas e bases teórico-filosóficas acionadas, sendo a percepção clara da problemática o ponto de partida fundamental (HAESBAERT, 2014). Em outras palavras, é a problemática em que a pesquisa está inserida que vai definir sob qual ênfase ou enfoque o espaço será abordado:

Ao tratarmos o espaço geográfico a partir de nossos conceitos fundamentais, destacamos, ou melhor, focalizamos algumas de suas propriedades e/ou dimensões, nunca esquecendo que o que define nossa focalização, o privilegiamento de uma dessas dimensões, são as questões ou problemáticas que buscamos enfrentar (HAESBAERT, 2014, p. 43)

Haesbaert (2014, p. 42) propõe a denominação de foco conceitual a essa [...] priorização que cada conceito dá em relação ao espaço geográfico (e suas “regiões”). Segundo o autor, a vantagem de se falar em foco é a possibilidade de enfatizar uma determinada perspectiva ou forma de olhar e abordar a questão-problema ou objeto, sem, no entanto, ignorar as demais possibilidades de focalização, ou seja, sem desconhecer a presença de outros elementos que, ainda que não estejam enfocados, permanecem presentes. Na ótica de Haesbaert (2014), um foco conceitual implica distância das abordagens (neo)positivistas de caráter classificatório que consideram os conceitos fechados em espécies de gavetas claramente distinguíveis. Um foco conceitual significa determinar uma ênfase ao mesmo tempo em que se reconhece os contatos e interlocuções, cruzamentos, interpenetrações e sobreposições, num jogo que, para o autor, é muito mais complexo na realidade concreta do que permitem destacar essas indicações gerais.

Mas, e no caso de nossa pesquisa em particular, sob qual foco conceitual abordar o espaço geográfico? Como foi visto, a resposta para isso envolve pensar na problemática em que estamos nos detendo. Em primeiro lugar, nossa questão, desde o seu esboço, situa-se nesse subespaço ou região chamada Pampa. Esse (sub)espaço sofre hoje um processo de metamorfose, causado, sobretudo, pelo evento (novo sistema de ações) representado pelo avanço das lavouras modernas de soja, sendo o interesse aqui compreender as características e a dinâmica socioespacial daquelas suas partes que remanescem desse processo como heranças frente à crescente massificação.

Explicamos melhor: através do caso de uma pesquisa que avaliou os efeitos da introdução da eletricidade em meio subdesenvolvido, Santos (2006) chama atenção sobre as possibilidades de compreender, a partir do fenômeno técnico ou da introdução de novos objetos técnicos, “[...] a produção e a transformação de um meio geográfico, assim como, por outro lado, compreender as condições de organização social e geográfica necessárias à introdução de uma nova técnica (SANTOS, 2006, p. 23)”. Em nossa pesquisa, trata-se de algo parecido, mas de forma inversa: está em questão avaliar as condições de organização social e geográfica que contingenciam, em alguns lugares do Pampa, particularmente no Alto Quaraí, a introdução de uma nova técnica, no caso, o sistema técnico das lavouras modernas, e até que ponto a não introdução desses novos objetos técnicos permitem ou não a reprodução de

velhas características desse meio geográfico, sobretudo, ante um entorno marcado pelo avanço do sistema técnico ligado ao complexo sojeiro. Um exemplo interessante nesse sentido é citado por Souza (2013) sobre um trabalho que mostrou a significativa influência da topografia da Zona Portuária do Rio de Janeiro, ou seja, de um sistema de objeto naturais, na permanência de antigas formas e conteúdos ao dificultar a realização de reestruturações espaciais “modernizantes”.

Em tarefas como essa, a geografia possui uma longa tradição, qual seja a de estudar as transformações e permanências, continuidades e descontinuidades do meio geográfico. E, ainda que com as limitações teórico-conceituais mencionadas por Moreira (2011), Duncan (2004) e Santos (2006), citadas no início deste subcapítulo, a porta de acesso privilegiada a esse conhecimento foi, historicamente, a paisagem. A paisagem é um documento-chave na compreensão das culturas, vai nos dizer Claval (2007). Ela manifesta concretamente a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza, afirma-nos, por sua vez, Berque (1998). Isso porque ela é uma inscrição, uma escrita da Terra por uma sociedade, uma geo-grafia em seu sentido literal, segundo explica esse autor. Trata-se, por isso, de um texto passível de leitura e interpretação, como sugere Duncan (2004). A paisagem é um documento a acusar, a depender de quem o lê e como o lê, o que se passa num determinado (sub)espaço, lugar ou região.

Assim, em nosso trabalho, foi o recurso a esse conceito, enquanto foco conceitual, que consideramos pertinente. Realizamos um levantamento bibliográfico diverso sobre paisagem, buscando autores de perspectivas teóricas distintas, mas que, de algum modo, ajudassem a operacionalizar o conceito de forma que contemplasse o espaço pampiano do Alto Quaraí enquanto formas-conteúdo. Por sugestão de Haesbaert (2008), não nos filiamos a uma determinada “corrente” de interpretação do conceito de paisagem, buscando, ao contrário, os pontos de diálogo entre distintas perspectivas. Segundo o autor, a complexidade e o hibridismo dos fenômenos contemporâneos colocam a geografia frente à necessidade de abordagens não fragmentadoras e dicotomizantes entre diferentes dimensões. Para Haesbaert (2008), sem diluir a especificidade ou a relevância do cultural ou do econômico ou do ambiental, por exemplo, é preciso entendê-los dentro de concepções mais híbridas, preocupando-se mais em discutir os vínculos do que em identificar limites ou fronteiras com outras dimensões que compõem o espaço geográfico. Até porque, o entendimento do espaço geográfico como indissociabilidade entre sistemas



de objetos e sistemas de ações, ou seja, como sucessão infinita de formas-conteúdo, presume essa forma de abordagem não fragmentária.

Nessa perspectiva, realizamos a análise daquelas contribuições sobre paisagem que consideramos mais relevantes para a presente pesquisa. Nisso contam, por exemplo, trabalhos como os de Berque (1998), Gomes (2001), Duncan (2004), Santos (2006), Claval (2007), Raffestin (2010), Souza (2013), Andreotti (2013) e Verdum et. al. (2016). Não é intuito aqui, no entanto, levantar exaustivamente os diferentes entendimentos sobre paisagem, nem mesmo elaborar uma pretensa lista dos principais. Ao invés disso, trazemos as contribuições cujas abordagens julgamos dar maior suporte analítico à presente pesquisa, sobretudo, no sentido de refletirem operacionalmente a forma como estamos compreendendo o espaço geográfico.

Para Santos (2006), a paisagem é a parte observável do conjunto de elementos naturais e artificiais que fisicamente caracterizam uma área. Trata-se da parte visível daquilo que o autor chama de configuração geográfica, ou seja, o substrato material (SOUZA, 2013) ou materialidade do espaço. Enquanto conjunto de formas abarcadas pela visão num dado momento, a paisagem exprime as heranças deixadas pelas sucessivas relações localizadas entre homem e natureza (SANTOS, 2006). Ela é, por isso, transtemporal, segundo o autor, na medida em que reúne objetos passados e presentes. Em outras palavras, a paisagem “[...] existe através de suas formas, criadas em momentos históricos diferentes, porém coexistindo agora (SANTOS, 2006, p. 67)”. Daí que o autor vai falar na paisagem como espécie de palimpsesto, ou seja, algo como um escrito que guarda sinais, cicatrizes ou, melhor, vestígios, de outro escrito anterior que existiu sobre a mesma superfície. Trata-se de uma superposição do resultado material da ação das diferentes gerações, mediante acumulações e substituições. Ou ainda, uma “[...] testemunha da sucessão dos meios de trabalho, um resultado histórico acumulado (SANTOS, 2006, p. 70)”. Talvez seja esse, aliás, o sentido das palavras de Claval (2007, p. 15), quando diz que a paisagem fala “dos homens que a modelam e que a habitam atualmente, e daqueles que lhes precederam; informa sobre as necessidades e os sonhos de hoje, e sobre aqueles de um passado muitas vezes difícil de datar”.

Para Santos (2006, p. 67), a paisagem é, em suma, um “sistema material”, traduzido, tal como no entendimento de Verdum et. al. (2016, p. 212), em “[...] formas, linhas, cores e texturas [...]”. É o que Berque (1998) vai chamar de paisagem-marca, ou seja, uma manifestação concreta que expressa uma civilização. Aliás, é

exatamente essa característica da paisagem, de expressão material visível de uma sociedade, que vai levar Santos (2006, p. 69) a julgá-la como um “precioso instrumento de trabalho”. Berque (1998), por sua vez, vai dizer que, enquanto marca, dado concreto sensível a um observador, a paisagem pode e deve ser descrita e inventariada, para o que se dispõe, segundo o autor, de numerosos instrumentos metodológicos. Para o autor, é este, inclusive, “[...] o procedimento inicial de todo estudo geográfico, tanto físico quanto humano: fazer o inventário das formas concretas (percebidas numa escala humana) da epiderme terrestre – é a geo-geografia enquanto descrição da terra pelos geógrafos (BERQUE, 1998, p. 87)”.

Por outro lado, é também latente a compreensão de que embora seja necessário, não é suficiente abarcar a paisagem apenas como marca, aspecto visível. A questão que parece se colocar aqui é o risco a que se refere Moreira (2011), citado anteriormente, de o pesquisador acabar preso à aparência sem chegar a uma essência. Esse risco se daria, basicamente, por dois motivos: 1) porque nem tudo que é real pode ser desvelado pela visão e 2) porque o próprio olhar do pesquisador é condicionado por filtros. Destrinchemos melhor esses motivos 1 e 2, respectivamente:

1) Duncan (2004, p. 97) explica que “[...] nem tudo que é real e/ou tem poder causal pode ser observado ou experimentado”. De modo que, segundo o autor, para “[...] compreender a natureza relacional do mundo precisamos ‘completá-lo’ com muito do que é invisível, para ler os subtextos que estão por debaixo do texto visível (DUNCAN, 2004, p. 100)”. Por isso, para o autor, essa tradicional atenção quase que exclusiva aos artefatos (objetos, formas, paisagem-marca) indicam, usualmente, o que ele chama de “[...] um tipo altamente limitado de empirismo, que deixa fora de consideração muitos dos mais interessantes e poderosos fatores causais que afetam os fenômenos sociais (DUNCAN, 2004, p. 97)”.

Nesse sentido, Santos (2006, p. 71), vai argumentar que, enquanto sistema material, “a paisagem é apenas uma parte da situação”, pois “a situação como um todo é definida pela sociedade atual [...]”. A sua maneira, por sua vez, Berque (1998, p. 84) vai dizer que não é suficiente compreender a paisagem enquanto formas ou objetos, pois “a paisagem existe, em primeiro lugar, na sua relação com um sujeito coletivo: a sociedade que a produziu, que a reproduz e a transforma em função de um certa lógica”. Por isso, para compreender mais a fundo essa “[...] marca que os homens criam na superfície da Terra, convém considerar a maneira como a sociedade está organizada, a natureza dos atores que aí estão presentes e os direitos de que

dispõem”, como sugere Claval (2007, p. 296). É ela, a sociedade, que dá substância ou teor a essa paisagem-marca, é ela que “[...] anima as formas espaciais, atribuindo-lhes um conteúdo, uma vida”, explica Santos (2006, p. 70). Ou seja, se, de um lado, a paisagem expressa o resultado material acumulado das ações humanas ao longo do tempo, de outro, são as ações atuais que vão lhe atribuir um dinamismo e uma funcionalidade, tornando paisagem e sociedade atual variáveis complementares para a análise do pesquisador (SANTOS, 2006). Nas palavras de Duncan (2004, p. 100), “para conhecer o significado de um texto (nesse caso, o texto é a paisagem) precisamos preconceber o todo do qual o texto é uma parte”.

Operacionalmente, isso vai implicar ir além da observação da paisagem enquanto “[...] conjunto de objetos reais concretos”, no dizer de Santos (2006, p. 67), ou enquanto marca, no dizer de Berque (1998), ou, ainda, enquanto conjunto de artefatos, no texto de Duncan (2004). A paisagem, pelo simples fato de existir como formas, não basta, alerta Santos (2006). É preciso vê-la em indissociabilidade com seu conteúdo social, sendo exatamente nesse híbrido que reside, enfim, a ontologia do espaço de que fala o autor. Dito de outro modo, para o autor, buscar interpretar forma e vida separadamente pode conduzir a graves erros de julgamento, já que nem uma e nem a outra têm existência autônoma. “Os homens e o espaço que fizeram seu são as duas faces de uma mesma realidade e devem ser apreendidos pelo mesmo procedimento intelectual”, vai nos dizer, enfim, Claval (2007, p. 318).

Por isso, a descrição (e, claro, a análise) de um sistema de objetos vai depender invariavelmente da descrição de um sistema de práticas (funcionais e simbólicas), haja vista que existe uma interferência constante entre os dois, como destaca Santos (2006). Pela ótica de Berque (1998), restringir-se à descrição ou inventário dessas formas ou dessa materialidade é distanciar-se da própria paisagem como dado perceptível na medida em que está sendo abstraído o sujeito coletivo com o qual ela se relaciona, ou seja, a sociedade que a produziu e que a (re)produz. O exemplo utilizado pelo autor (1998, p. 86) é bastante didático: “[...] a análise antropométrica, biológica etc. dos elementos de um rosto não é suficiente para dar conta desse rosto; falta outra coisa: uma relação direta com um sujeito”.

2) Além dessa questão da insuficiência do visível como forma de acesso ao real, Duncan (2004) chama atenção para o fato de que o próprio visível captado na paisagem pelo pesquisador é contextual, ou seja, os dados observacionais com os quais ele descreve a paisagem não são reflexos espelhados, são na verdade

construídos nos limites de suas próprias estruturas intelectuais e alcances da linguagem. Nas palavras de Souza (2013), a paisagem é sempre, de certo modo, subjetivamente e culturalmente construída. “[...] Resulta da apreensão do olhar do indivíduo, que, por sua vez, é condicionada por filtros fisiológicos, psicológicos, socioculturais e econômicos, e da esfera da rememoração e da lembrança recorrente”, como prefere Gomes (2001, p. 56). É o resultado de um processo de produção mental que tem origem na observação humana mediatizada por diferentes linguagens, conforme explica Raffestin (2010).

De tal modo, que sempre haverá, segundo esse último autor, fenômenos de atrofia e de hipertrofia segundo a percepção da paisagem de cada pesquisador, variando se ele está mais interessado pela cidade, pelo mundo rural ou pela geomorfologia, por exemplo. Em outras palavras, segundo o autor, a paisagem enquanto materialidade observada é sempre uma imagem (“geograma”) da realidade material (“geoestrutura”) e não a própria realidade material. O recorte da paisagem efetuado pelo indivíduo, condicionado por seus próprios filtros e pelos interesses que o regem, nem sempre captura e valoriza a complexidade das coexistências do espaço, diz Gomes (2001, p. 57). Segundo esse autor, “[...] a paisagem tem sua existência condicionada pela capacidade do observador em reter, reproduzir e distinguir elementos significativos (culturais ou naturais, circunstanciais ou processuais, adventícios ou genuínos, entre outros aspectos)”.

Mas, operacionalmente, esse ponto 2 se desdobra em quê? Na perspectiva colocada por Duncan (2004), uma implicação operacional poderia ser o rompimento com o tratamento da paisagem e de seu significado de forma restrita apenas ao ponto de vista do próprio pesquisador. O autor advoga em favor de um caminho intermediário entre empiria e teoria, em que a concepção contextual do mundo dada pelo ponto de vista do pesquisador se confronte mutuamente com a influência exercida pela própria paisagem sobre as ações e representações humanas, o que pode ser desvelado na interlocução com os sujeitos sociais que com ela se relacionam.

É nesse sentido que Berque (1998) vai propor um tratamento indissociável entre essa paisagem enquanto marca e a paisagem enquanto matriz, na perspectiva de que ela inspira um sentido, implicando toda uma cadeia de processos físicos, mentais e sociais, que a fazem desempenhar esse “[...] papel perpétuo e simultâneo (BERQUE, 1999, p. 88)”. Trata-se de algo semelhante ao que Duncan (2004, p. 106)

vai chamar de “[...] qualidade de estruturada e estruturante da paisagem”, no sentido de que é um produto social concreto, mas, sobretudo, um elemento que tem papel nos próprios processos sociais e culturais, no que ele vai chamar de paisagem como sistema de criação de signos.

Evidentemente, essa paisagem-marca ou esse sistema material, porta símbolos e mensagens inscritas formal ou informalmente nos objetos geográficos, “[...] colaborando, para o bem e para o mal, para a socialização e a (de)formação de hábitos, costumes e mentalidades (SOUZA, 2013, p. 74)”. No entanto, ainda que as abordagens de Berque (1998) e Duncan (2004) estejam aparentemente destacando esse aspecto mais simbólico do condicionamento desempenhado pela paisagem sobre a sociedade, cabe compreender, tal como explica Souza (2013), que, uma vez produzida, essa materialidade ou configuração geográfica condiciona também em um sentido mais funcional, através, por exemplo, de seu sítio e sua topografia com suas construções e sua infraestrutura produzidas desse ou daquele jeito. Isso porque essa marca, em sua materialidade, bloqueia ou libera a circulação, facilita ou dificulta determinadas práticas, atrai ou afasta investimentos, atrai ou repele visitantes, favorece ou desfavorece os encontros, a aproximação e o diálogo entre pessoas etc. (SOUZA, 2013). Como sintetizaria Santos (2006, p. 92), “o trabalho já feito se impõe sobre o trabalho a fazer”.

Talvez, o ponto comum dessas compreensões seja importância dos relatos ou narrativas das gentes como forma de ir além da descrição pelo pesquisador da paisagem-marca, aprendendo também o seu papel ativo, ou seja, a paisagem-matriz. O procedimento sugerido por Berque (1998), por exemplo, parte do que ele chama de inventário eco-geográfico, que consiste em avaliar a maneira e o grau em que uma tal sociedade transformou a natureza que habita. Trata-se do tradicional ponto de partida da geografia, ou seja, a descrição da paisagem enquanto marca. A esse procedimento se somaria um inventário das representações, que se traduziria em registrar a percepção da paisagem por essa sociedade, como ela “[...] evoca e idealiza sua relação com a natureza (pintura da paisagem, literatura, jardins etc.) (BERQUE, 1998, p. 88)”. Por sua vez, a esses dois inventários, se seguiria um terceiro: o dos conceitos e dos valores de tal sociedade, ou seja, como ela concebe e julga o natural e o artificial, a natureza humana, sua própria natureza e o sobrenatural, e como esse quadro mental se projeta no ecúmeno, na organização territorial, na arquitetura, etc. Um quarto inventário seria o das políticas, ou seja, o da gestão do ecúmeno, das

instituições que essa sociedade cria para gerir seu patrimônio eco-geográfico e sua eficácia. Por fim, se processaria um exame de síntese desses inventários em que estas distintas dimensões são analisadas em suas relações.

Na concepção de Duncan (2004), compreender a qualidade estruturada e estruturante da paisagem envolve perguntar o que é significado pela paisagem (significação da paisagem) e de que maneira essa significação ocorre (retórica da paisagem). No que tange à significação, o autor sugere três tipos de informação a partir de relatos locais: 1) sobre a natureza da paisagem, como ela lhes parece; 2) que importância é atribuída à paisagem; e 3) de que maneira suas leituras da paisagem naturalizam as relações sociais em uma sociedade ou a transforma. Segundo o autor, essas mesmas indagações podem ser submetidas aos relatos não-locais, em que se torna interessante analisar a diferença entre os discursos do “outsider” e do “insider” sobre a forma como interpretam a paisagem. Explica Duncan (2004, p. 108) que “[...] o outsider pode manter um distanciamento crítico que o coloca numa perspectiva diferente da visão tomada como dada, ou naturalizada, das pessoas do local”. Deste modo, segundo o autor, a justaposição dessas duas leituras pode ajudar a esclarecer a maneira como a paisagem atua na transmissão de ideologias dominantes, ajudando a reproduzir práticas sociais e políticas. Além disso, o autor fala da necessidade de atenção ao que chama de ‘retórica da paisagem’, que consiste em compreender como “[...] a paisagem é lida como um texto e, então, atua como um instrumento de transmissão, reproduzindo a ordem social (DUNCAN, 2004, p. 110)”.

Por fim, na perspectiva de Souza (2013), trata-se de “desconfiar” da paisagem enquanto aparência posta à interpretação do pesquisador. Trata-se de buscar interpretá-la ou decodificá-la à luz das relações entre forma e conteúdo, aparência e essência, como diz o autor. Ao estudar uma paisagem rural, por exemplo, para além do que se observa, seria preciso levar em conta, também, os sistemas de produção, os problemas enfrentados pelos que ali vivem e/ou trabalham, suas concepções, percepções e ações nessa paisagem, a influência de cenários em outras escalas (a divisão territorial do trabalho) etc. Isso implicaria fazer o uso de técnicas de pesquisa que vão além da observação com descrições textuais e/ou dos registros fotográficos feitos pelo próprio pesquisador. A eles se somariam e/ou confrontariam material de fontes bibliográficas e documentais e, sobretudo, de entrevistas com sujeitos sociais, contendo suas narrativas e relatos.

Mesmo assim, é importante considerar a representação como tal e não a confundir com a própria realidade, alerta Raffestin (2010). Isso, seja nas representações obtidas nas entrevistas, seja na consulta a publicações, documentos audiovisuais, poesias ou descrições produzidas por terceiros, por exemplo. Para o autor é isso o que vai permitir utilizá-las como instrumentos de pesquisa. Em suas palavras: “É normal que aconteçam confusões entre a realidade e a representação, porém torna-se problemático no sentido científico porque se traduz numa incapacidade de usar a representação como meio para conhecer a realidade (RAFFESTIN, 2010, p. 22)”. Melhor dizendo, é preciso reconhecer a representação como face ou dimensão da realidade socioespacial em questão, e não a realidade mesma, no sentido de que o espaço contém as representações, mas não se resume a elas. É oportuna aqui a afirmação de Claval (2007) de que os espaços humanizados são marcas da cultura tanto no sentido da ação concreta, das tecnologias usadas, por exemplo, na exploração das terras ou na construção de habitações, quanto no sentido da representação, que ajuda a concebê-los enquanto expressão de preferências, valores, sentidos de um grupo. “As práticas que modelam o espaço ou que são desenvolvidas no sentido de utilizá-lo, misturam estreitamente o ato, a representação e o dizer (CLAVAL, 2007, p. 14)”.

Tal como no caso da paisagem diretamente observada/percebida pelo pesquisador, é preciso desconfiar também de suas representações, vai dizer Souza (2013). Caberia, nessa perspectiva, compreender que a imagem fotografada, filmada, desenhada, pintada, feita poema ou textualmente descrita por terceiros, constitui, para quem a produz, um instrumento de descoberta do oculto na realidade, mas também, e sobretudo, uma descoberta de si próprio no ambiente social através da eliminação e a evidenciação de elementos particulares (RAFFESTIN, 2010). É entender que essas representações contêm ao mesmo tempo informações e omissões, atrofias e hipertrofias, a intenção de tornar visível e a de tornar invisível. Em outras palavras, essas representações são instrumentos ou subsídios de descoberta dos lugares, suas paisagens e conteúdos sociais e ao mesmo tempo das diversas ideologias desejosas de dar uma identidade ao seu próprio olhar. Daí a necessidade de “cruzar” essa multiplicidade de fontes.

### 1.1.2 Procedimentos

Partindo do exposto no item anterior, passemos agora às ferramentas e técnicas utilizadas na investigação. Iniciemos esclarecendo a opção pela pesquisa qualitativa. Nosso estudo da paisagem pastoril, da vida que a anima através de seus sujeitos sociais e das relações entre ambos no Alto Quaraí não esteve baseado em pesquisa quantitativa, porque o interesse não foi pelas representatividades numéricas, nem tampouco pela validação de hipóteses a serem categoricamente confirmadas ou refutadas (MINAYO, 2002). Em outras palavras, nossa busca foi menos por aquilo que se repete e pode ser tratado em sua homogeneidade, e mais por aquilo que se apresenta como singularidade e significado (MINAYO, 2017). Nosso problema de pesquisa se traduz em perguntas a serem respondidas a partir do diálogo entre distintos olhares contextuais, tal como se refere Duncan (2004), que se desdobram desde o nosso próprio olhar enquanto pesquisador, até os dos diferentes sujeitos sociais que vivem e/ou se relacionam com o Alto Quaraí. Como destaca Flick (2009, p. 25), na pesquisa qualitativa, “a subjetividade do pesquisador, bem como daqueles que estão sendo estudados, tornam-se parte do processo de pesquisa”.

Sob essa perspectiva de investigação, a primeira e básica técnica utilizada foi a pesquisa bibliográfica. Os procedimentos consistiram na consulta, seleção e fichamento de livros e capítulos, artigos de periódicos e de anais de eventos, teses e dissertações e outros trabalhos de cunho científico. Podemos falar em duas linhas de pesquisa bibliográfica, uma que tratou a respeito da busca por material adequado à definição do sistema ou fundamentação teórico-conceitual, e outra que correspondeu à consulta a material já publicado sobre o tema da investigação, o chamado “estado da arte” (GIL, 2008) sobre o Pampa. Em outras palavras, a pesquisa bibliográfica subsidiou, de um lado, a definição das generalizações (suporte teórico-conceitual) e, de outro lado, a tomada de conhecimento de fatos brutos (o que se sabe sobre o tema), como será destacado adiante, com base em Leal (2002), no item dedicado às questões-problema.

Assim, na pesquisa bibliográfica, uma das vias nos subsidiou na compreensão do espaço geográfico, da paisagem, da técnica, dos objetos e das ações, das formas e do conteúdo, da configuração geográfica e das relações sociais, das funções e dos significados, da estrutura e do processo, das rugosidades, da (i)materialidade, da natureza-sociedade, dos eventos etc. A outra via, por sua vez, nos subsidiou no que



diz respeito à realidade do Alto Quaraí, do Pampa, da pecuária e da vida pastoril, de suas tradições e de suas modernizações, de sua reprodução e de sua supressão, de suas metamorfoses e contingências. A separação é meramente didática, pois o quadro teórico-conceitual de referência constituiu, na verdade, a própria lente com a qual o tema de pesquisa e os fatos brutos que o cercam foram observados. Em suma, a pesquisa bibliográfica foi um dos elementos que permitiram que a paisagem captada por nós através da observação seja compreendida em sua historicidade e em suas funções e significados atuais, em sua participação na estrutura ou divisão do trabalho a que pertence e no processo que com ela se dá.

A essa técnica se somou ainda a pesquisa documental. Os documentos podem ser definidos como fontes de dados não obtidos diretamente da observação ou da interlocução com as pessoas por parte do pesquisador, e sim indiretamente, por meio de jornais, papéis oficiais, registros estatísticos, fotos, filmes e vídeos registrados por terceiros etc. (GIL, 2008). Quiviy e Campenhoudt (1998) destacam que os documentos podem ser manuscritos, impressos ou audiovisuais. Podem ser também oficiais ou privados, provenientes de organismos ou de pessoas, podem conter dados numéricos ou textuais.

Em nossa pesquisa, recorreremos, basicamente, às seguintes fontes documentais: 1) bancos de dados históricos, estatísticos e cartográficos de instituições como IBGE, MMA, ICMBio, INCRA, entre outros; 2) aplicativo Google Earth, que permite uma visão prévia multiescalar da paisagem a ser explorada em trabalho de campo 3) projeto MapBiomas, que monitora o uso do solo nos biomas brasileiros; 4) poesias e, em geral, arte regional de linha campeira; e 5) vídeos produzidos por terceiros com conteúdo de interesse para a pesquisa. Como destacam Quiviy e Campenhoudt (1998, p. 201), “é frequente o trabalho de um investigador necessitar de dados macrossociais que apenas organismos oficiais poderosos, como os institutos nacionais de estatística, têm condições de recolher”. É esse o caso da presente pesquisa, em que a compreensão do local envolveu necessariamente a compreensão de outros contextos escalares. Foi intuito compreender o Alto Quaraí, suas paisagens e suas gentes, dentro do contexto maior em que estão inseridos, tanto na geografia presente quanto no processo histórico de sua construção e transformação. Para isso, essas pesquisas documentais somadas à pesquisa bibliográfica, foram ferramentas imprescindíveis.

O trabalho de campo, por sua vez, foi a forma privilegiada de obtenção de informações, para o que cabe uma reflexão sobre essa tradicional prática da Geografia: é bastante citada a assertiva de Kaiser (2006, p. 100) de que, em campo, “uma coisa é observar para tentar compreender, registrar os fenômenos para os interpretar com o apoio da explicação geral; uma outra é ir ‘à pesquisa’ como quem vai ao zoológico ou ao safári!”. Com essa observação, o autor reitera a crítica ao empirismo de corte antiteórico de que falamos anteriormente. No nosso entender, o que Kaiser (2006) quer dizer é que o trabalho de campo não pode se restringir à tradicional prática da observação da paisagem como conjunto de coisas dadas, devendo, isto sim, ser uma articulação teórico-prática que permita ir além da dinâmica das formas para chegar à dinâmica das formas-conteúdo, que é, digamos, a essência do espaço geográfico.

A semelhança do que já trouxemos à discussão anteriormente, também Zusman (2011) explica que o trabalho de campo com o qual a geografia forjou sua própria identidade enquanto disciplina científica foi aquele ancorado na experiência visual, tendo a observação como forma preponderante no processo de conhecimento. Segundo esta autora, “se suponía que existía una correspondencia directa entre lo que se veía en el terreno y el conocimiento de la realidad (ZUSMAN, 2011, p. 20)”. Por isso, em campo, as práticas que tradicionalmente caracterizaram a ciência geográfica foram, segundo a autora, notadamente visuais, tais como ler as formas visíveis, fotografá-las e classificá-las a partir da comparação com outras paisagens. Para Zusman (2011), os geógrafos, diferentemente dos etnógrafos, estiveram durante muito tempo reticentes à relevância de, no trabalho de campo, interagir com as populações locais, considerando seus saberes no processo de produção do conhecimento.

No entanto, desde o advento das chamadas geografias críticas, a partir da década de 1970, o trabalho de campo vem ganhando novos sentidos e sofrendo reformulações, segundo a autora. Em sua concepção, essas novas compreensões interpretativas deram à geografia o status de uma ciência social, preocupada com temas como o da pobreza estrutural e o das desigualdades sociais, por exemplo. Com isso, as sociedades locais, até então raramente levadas em conta como vozes relevantes nos processos de investigação em trabalho de campo, foram paulatinamente ganhando maior protagonismo (ZUSMAN, 2011).

Além disso, Zusman (2011) explica que, sobretudo a partir da década de 1990, muitas pesquisas também passaram a ter seus trabalhos de campo influenciados pela etnografia, oriunda da antropologia. Diz a autora que essa influência permitiu “[...] ‘bajar la voz’ del investigador” em favor de uma multiplicidade de vozes, numa “[...] perspectiva heterogénea y polifónica de los procesos espaciales analizados (ZUSMAN, 2011, p. 23)”. Para Zusman, essa forma de trabalho de campo concebe que todos os pontos de vista são importantes na investigação. Além do que, segundo a autora, ajuda a desestabilizar representações hegemônicas, em muitos casos associadas exatamente ao olhar unívoco de um ator, setor social ou mesmo acadêmico sobre uma dada realidade.

Em nosso caso, essa ideia de “bajar la voz del investigador” se refletiu na própria redação da tese, como será visto adiante, na qual fizemos questão de lançar mão de abundante material transcrito diretamente das falas dos entrevistados. Além disso, cabe destacar que pensar no trabalho de campo dessa forma traz à tona, inclusive, a possibilidade de colocar em questão certos estigmas ou rótulos generalistas ainda bastante reproduzidos sobre o Pampa e sua paisagem-vida pastoril. Tanto aqueles em que aparece, por exemplo, reduzido a um “reduto latifundiário” de corte “aristocrático”, domínio do arcaico e do atrasado ou do improdutivo, do lento e do conservador, quanto aqueles que projetam ou mesmo já enxergam o que seria um extremo oposto, ou seja, a extinção dos arraigos tradicionais da pecuária extensiva na esteira das modernizações e da globalização.

Nisso, cabe destacar a concepção de Warnier (2000), que, ao dissertar sobre a globalização da cultura, tece interessante crítica a tomadas de posição como essas, de cunho, digamos, macrossociológico, ou às vezes macroeconômico, dizendo que elas pecam por não levarem em conta a escala local. Para o autor, esses discursos generalizadores são, por vezes, desprovidos da preocupação de integrar exatamente os dados de pesquisa de campo. Seus autores não veem o que se passa localmente e reproduzem o que, para Warnier, é o mesmo erro dos teóricos da modernização por “convergência”, das civilizações a caminho de um modelo único, que, segundo ele, vigorava na década de 1960. Para o autor, “[...] é preciso articular dois pontos de vista alimentados em partes iguais pelos dados empíricos: o global e o local (WARNIER, 2000, p. 148 – 149)”.

Nessa perspectiva, em nosso caso, optamos por um trabalho de campo em diálogo entre essas inovações e a tradição observacional e descritiva da geografia.

Sobre isso, Zusman (2011) destaca que essas sucessivas e distintas concepções e formas de fazer trabalho de campo convivem na atualidade. Não houve um processo linear de substituição de umas pelas outras, de tal modo que, por vezes, o trabalho de campo clássico e o de influência etnográfica, por exemplo, constituem um mesmo trabalho de campo. Por isso, segundo a autora podem aparecer combinadas a tradicional observação visual com técnicas como a observação participante, o mapeamento participativo, a realização de entrevistas semiestruturadas e/ou as histórias de vida, por exemplo. A observação da paisagem pode, aliás, servir como ponto de partida, como defende Berque (1998), ou seja, um primeiro nível de aproximação. Pode, também, ser elemento importante de uma etapa exploratória, de reconhecimento do terreno, sendo útil, inclusive, para testar ou reformular a própria investigação e as questões-problema que a orientam (ZUSMAN, 2011). A partir disso, conforme Zusman (2011), é a interação com os informantes o que vai abrir a possibilidade de descrição da vida socioespacial, ao incorporar a perspectiva dos próprios membros da comunidade em questão.

Seguimos, portanto, esse caminho da mescla entre observação-registros da paisagem (incluindo a materialidade dos objetos e a materialidade dos corpos) e entrevistas semiestruturadas. No caso da observação, Quivy e Campenhoudt (1998) lembram que essa é a única técnica de recolha de informações que capta os acontecimentos, as situações ou os fenômenos sem a mediação de um documento ou de um testemunho. Segundo os autores, ao contrário do que ocorre em outras técnicas, a observação é direta, ocorre sem a intermediação de declarações (como no caso dos questionários e entrevistas) ou de vestígios deixados por aqueles que testemunharam o fenômeno direta ou indiretamente (como no caso da análise de documentos). Em outras palavras, poderíamos dizer que a observação direta é a única técnica de pesquisa inteiramente submetida à contextualidade do olhar do próprio pesquisador.

Entre as possibilidades de observação, optamos pela do tipo não-participante, em que o pesquisador permanece como observador externo, de fora da vida social pesquisada (QUIVIY; CAMPENHOUDT, 1998). Quanto à forma de obtenção dos dados, optamos pela observação sistemática (GIL, 2008), em que há elaboração prévia de um plano de observação pautado naqueles aspectos mais significativos de serem enfocados de acordo com as questões-problema da pesquisa. Como destacam Quivy e Campenhoudt (1998, p. 196) “o campo de observação do pesquisador é, a

priori, infinitamente amplo”, por isso, o ato de observar deve estar estruturado a partir dos objetivos do trabalho, que guiam ou mesmo filtram o processo de observação.

Para Gil (2008), esse planejamento prévio se desdobra em um instrumento de registro das observações, que pode assumir distintos níveis de estruturação. Segundo o autor, dependendo da pesquisa, esse instrumento vai ser mais aberto, com maior liberdade ao pesquisador de proceder a anotações daquilo que observa, ou mais fechado, por vezes na forma de uma grade, por exemplo, “[...] em que os comportamentos a serem observados são prévia e minuciosamente definidos, de forma tal que cabe ao pesquisador apenas assinalá-los (GIL, 2008, p. 106)”. Para Quivy e Campenhoudt (1998), essas distintas formas de estruturação das observações tem suas vantagens e desvantagens. As grelhas de observação, por exemplo, quando muito formalizadas, podem facilitar a interpretação, mas ao mesmo tempo podem tornar-se demasiado superficiais e mecânicas “[...] perante a riqueza e a complexidade dos processos estudados (QUIVIY; CAMPENHOUDT, 1998, p. 199)”.

Nessa perspectiva, optamos pelo modo mais aberto de estruturação das observações, traçando somente suas linhas gerais na forma de tópicos elencados a partir de cada uma das questões-problema de pesquisa. Em cada tópico, os registros se deram de forma livre, seja na forma de anotações, seja através das fotografias ou mesmo filmagens, quando pertinente. Destacamos, também, basicamente duas escalas de observação. A primeira foi a tomada desde as rodovias e corredores: sob esse ângulo, a visão da paisagem pastoril pampiana do Alto Quaraí é ampla, de conjunto. As pessoas, quando visíveis, são registradas em suas movimentações à distância. As observações são feitas sem o consenso prévio dos sujeitos sociais, já que se trata de um olhar de fora, que antecede a inserção nas propriedades e o contato com as gentes locais. Já a segunda escala foi exatamente aquela tomada desde o interior das estâncias<sup>6</sup>, rincões, passos, vilas rurais e demais tipos de estabelecimentos ou povoações do Alto Quaraí. Nesse caso, a paisagem é tomada mais em profundidade do que em extensão. As pessoas e suas movimentações são registradas de perto. As observações são feitas com prévio consenso das pessoas que terão nos recebido em suas casas exatamente para participarem da pesquisa mediante contato prévio ou instantâneo, direto ou mediado.

---

<sup>6</sup> Ao longo de nosso trabalho utilizaremos o termo estância em seu significado mais “primitivo”, simplesmente como estabelecimento pastoril baseado no uso das pastagens naturais do Pampa, independente de tamanho.

Nessa escala, aliás, é preciso estar atento e levar em conta eventuais efeitos de nossa própria presença junto aos sujeitos observados, tais como ocultações e mudanças de comportamento e comprometimento de sua espontaneidade, advindas de sua consciência de estarem sendo observados (QUIVIY; CAMPENHOUDT, 1998; GIL, 2008). Nesse sentido, é importante, também, levar em conta as sugestões de Gil (2008) e Quivy e Campenhoudt (1998) quanto ao momento mais oportuno para proceder ao registro das observações. Para Gil (2008, p. 103), esse momento “é, indiscutivelmente, o da própria ocorrência do fenômeno”. No entanto, ambos os autores destacam que nem sempre é possível e nem desejável, sendo em certos casos até mesmo inconveniente, tomar nota no próprio local e momento percebido, sob pena de perda de elementos significativos da situação, com perturbação da naturalidade da observação devido à desconfiança que pode ser gerada nas pessoas observadas. Uma saída seria exercer confiança limitada na própria memória, tomando nota imediatamente após a observação.

Cabe destacar que ainda que nossa observação tenha como principal fonte de informações a paisagem, nela estão incluídas as pessoas (corpos) e suas movimentações, dado que estas também se colocam junto às formas-objetos como dados visíveis, como argumenta Souza (2013). O autor usa o exemplo da paisagem da praia de Copacabana, convidando a imaginá-la de modo que não fosse possível ver nela os banhistas ou a presença de pessoas de modo geral. Tal representação, segundo o autor, causaria profunda estranheza e pareceria artificial, na medida em que estaria sendo suprimido o elemento que lhe dá vida. Nessa perspectiva, nossa observação da paisagem em campo inclui a atenção ao que as pessoas fazem nessa paisagem, buscando captar as manifestações não verbais de sua presença, tais como comportamentos, movimentações do corpo, práticas, gestos, jeitos, vestimentas, adornos, sons oriundos de suas atividades etc. A observação desse tipo de aspecto pode servir como uma primeira aproximação com o conteúdo das formas observadas, ou, em outras palavras, uma porta de acesso à paisagem em seu papel de matriz de concepções, representações e ações. Cabe lembrar que a observação das pessoas, em comparação com a entrevista, por exemplo, pode permitir a recolha de informações imbuídas de maior grau de autenticidade na medida em que “é mais fácil mentir com a boca do que com o corpo”, como destacam Quivy e Campenhoudt (1998, p. 199).

Por outro lado, para que o trabalho de campo obtenha seu completo sentido é indispensável a interlocução com os sujeitos que vivenciam a paisagem. Se o espaço, como formas-conteúdo, é, em diferentes medidas, funcional e simbólico, cabe uma forma de interlocução que ajude a dar conta disso. Dito de outro modo, se a paisagem é marca e matriz de funções e significados, de objetividades e subjetividades, de ações e representações, é necessário um instrumento capaz de captar essa mescla. Por isso, optamos pelas entrevistas semiestruturadas.

Segundo Heidrich (2016), ainda que as pesquisas qualitativas privilegiem o estudo de questões subjetivas, o uso de entrevistas semiestruturadas é muito comum para que possam ser obtidas, também, informações objetivas básicas sobre a população pesquisada ou aspectos materiais do problema ou contexto em questão. Perguntas mais objetivas, tais como área do estabelecimento, o que produz e o sistema de produção, por exemplo, ajudam a aprofundar ou mesmo confrontar aquilo que é captado pela observação. Por isso, ao somar-se ao aparato teórico e às pesquisas bibliográfica e documental, ajudam a compreendermos o conteúdo funcional da paisagem, a estrutura de que ela é parte e o processo pelo qual está passando. Por sua vez, as perguntas de cunho mais subjetivo, tais como a história da vida da pessoa com a paisagem, sua percepção sobre o que permanece e o que muda etc., serão os elementos que possibilitarão a multiplicação dos olhares, com o intuito de efetivamente acessar as formas-conteúdo, a paisagem-marca e matriz.

Segundo Quivy e Campenhoudt (1998), a entrevista semiestruturada ganha esse nome no sentido de que não é nem inteiramente aberta e nem, tampouco, absolutamente fechada, feita de grande número de perguntas precisas. Colgnese e Mélo (1998) vão explicar que, na entrevista semiestruturada ou semidiretiva, o entrevistador observa um roteiro mais ou menos preciso e ordenado de questões, mas, ao mesmo tempo, é livre para fazer perguntas adicionais. Nessa mesma linha, Boni e Quaresma (2005) afirmam que, nesse tipo de entrevista, o pesquisador segue um conjunto de questões previamente definidas, mas o faz em um contexto muito semelhante a uma conversa informal, combinando perguntas mais abertas e mais fechadas.

A preparação dos roteiros que guiam as entrevistas parte da problemática que se pretende elucidar, como explicam Colgnese e Mélo (1998). Segundo esses autores, “o roteiro deve ser exaustivo e conter todas as perguntas e tópicos considerados aprioristicamente relevantes, com o objetivo de orientar os rumos da

entrevista (COLOGNESE; MÉLO, 1998, p.147)”. Quanto à condução da interlocução no momento da entrevista, levamos em conta significativo número de sugestões, não apenas de Colognese e Mélo (1998), mas também de Quiviy e Campenhoudt (1998), Gil (2008) e Boni e Quaresma (2005), que dizem respeito a atitudes que ajudam a manter uma boa relação com o entrevistado de modo a obter melhores retornos, com maior riqueza e espontaneidade nas informações. São exemplos: os cuidados no contato inicial com os informantes e, após, na forma de colocar as perguntas; formas de intervenção, estímulo a respostas completas e manutenção do foco; cuidados com a escolha adequada do ambiente e do contexto da entrevista etc.

Quanto à forma de registro das informações, optamos pelo uso do gravador de voz. Para Gil (2008), a gravação é o melhor modo de preservar o conteúdo da entrevista. Seu uso é condicionado ao consentimento do entrevistado (GIL, 2008; QUIVIY; CAMPENHOUDT, 1998), que normalmente é dado sem maiores dificuldades, sobretudo, se, em prévia, os objetivos da pesquisa são claramente esclarecidos e o entrevistador se compromete em: 1) garantir o anonimato do entrevistado; 2) não repassar o arquivo gravado a terceiros; e 3) apagar as gravações após a análise (QUIVIY; CAMPENHOUDT, 1998). Nessa forma de registro das informações, é preciso considerar que a presença do gravador pode causar inibição ou constrangimento. Esse fato exige do pesquisador esforço redobrado para que o entrevistado se sinta o mais à vontade possível, sob pena, por exemplo, de ele assumir um personagem que nada tem a ver consigo, tentando de forma consciente ou inconsciente, enganar o pesquisador, como destacam Boni e Quaresma (2005) ao trazerem sugestões de Pierre Bourdieu para a realização de entrevistas científicas. Aliás, entre essas sugestões estão as que dizem respeito à transcrição das entrevistas, que devem, por um lado, ser preenchidas dos sentimentos não captados pelo gravador e, de outro, esvaziadas de vícios que comprometam a legibilidade do conteúdo, sempre mantendo, no entanto, a fidelidade com o que foi dito:

Bourdieu (1999) também aponta algumas sugestões para com a transcrição da entrevista que é parte integrante da metodologia do trabalho de pesquisa. Uma transcrição de entrevista não é só aquele ato mecânico de passar para o papel o discurso gravado do informante pois, de alguma forma o pesquisador tem que apresentar os silêncios, os gestos, os risos, a entonação de voz do informante durante a entrevista. Esses “sentimentos” que não passam pela fita do gravador são muito importantes na hora da análise, eles mostram muita coisa do informante. O pesquisador tem o dever de ser fiel, ter fidelidade quando transcrever tudo o que o pesquisado falou e sentiu durante a entrevista. O autor também considera como dever do pesquisador



a legibilidade, ou seja, aliviar o texto de certas frases confusas de redundâncias verbais ou tiques de linguagem (né, bom, pois é etc.). Este autor também considera como um dever do pesquisador tomar o cuidado de nunca trocar uma palavra por outra, nem mesmo mudar a ordem das perguntas. Portanto considera-se ideal que o próprio pesquisador faça a transcrição da entrevista (BONI; QUARESMA, 2005, p. 78).

Mas com quem é interessante ter uma entrevista? Quivy e Campenhoudt (1998) falam em três categorias de interlocutores: 1) a dos especialistas no domínio de pesquisa a que se direciona a pergunta de partida; 2) a das testemunhas privilegiadas e 3) a do público a que o estudo efetivamente diz respeito.

A categoria dos especialistas envolve docentes, investigadores e peritos. Para os autores, os interlocutores que se enquadram nessa categoria podem ajudar a conhecer melhor o “terreno” ao exporem os procedimentos e resultados de seus trabalhos. Em nosso caso, privilegamos a consulta aos especialistas através de suas publicações via pesquisa bibliográfica, liberando espaço-tempo para realizar as entrevistas com outras categorias de interlocutores cujas contribuições não seriam possíveis ou seriam mais difíceis de conseguir de outra forma.

Já a categoria das testemunhas privilegiadas envolve, segundo os autores, as pessoas que devido a sua posição, ação ou responsabilidades, têm um bom conhecimento da realidade em questão. Em nossa pesquisa, as entrevistas com esses interlocutores não se deram em trabalho de campo no Alto Quaraí e sim nas cidades de Santana do Livramento e Quaraí. Os entrevistados foram os seguintes: a) 1 técnico extensionista rural com atuação em Quaraí; b) um técnico da agropecuária com atuação em Santana do Livramento que é, ao mesmo tempo, pequeno pecuarista no Alto Quaraí; c) 2 representantes de escritórios de negócios rurais, sendo 1 de Santana do Livramento e 1 de Quaraí; e d) 2 artistas/literatos do meio nativista de Santana do Livramento com amplo conhecimento da zona rural do município e região.

Somamos, ainda, um tipo singular de testemunha privilegiada: o daqueles que hoje vivenciam o processo de avanço da soja no entorno regional “vizinho” ao Alto Quaraí. Ainda que essa “onda lavoureira” e as metamorfoses que causa não sejam diretamente o nosso foco, a interlocução com quem a está vivenciando se torna interessante, sobretudo, para efeitos de comparação e relações com o que ocorre no Alto Quaraí enquanto área relativamente contingente a essa dinâmica sojeira. Em outras palavras, a comparação, herança metodológica da geografia tradicional, pode ser uma ferramenta a mais na elucidação daquilo que é singular do Alto Quaraí.

Nesse aspecto, importantes interlocuções com sujeitos sociais e observações da paisagem foram obtidas na parte ou “metade” leste de Santana do Livramento, pertencente à província geomorfológica da Depressão Periférica do Rio Grande do Sul, Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria, de solos predominantemente arenosos, onde a soja avança com velocidade. Em particular, foi realizada uma entrevista junto a um pecuarista familiar da localidade de Palomas, em junho de 2019. A comparação, aliás, trouxe não apenas singularidades atinentes à inserção ou não nesse processo de avanço das lavouras, mas também, aspectos históricos, técnicos, econômicos e culturais relacionados às diferenças naturais e ambientais entre os campos “pro lado das areias” e os campos “pro lado das pedras”, para utilizar os temas recorrentes entre as gentes locais.

Por fim, quanto à terceira categoria de informantes chamada por Quivy e Campenhoudt (1998, p. 72) de “público a que o estudo diz diretamente respeito”, cabe uma adaptação: Em nosso caso, o público em questão é um híbrido, ou seja, é a paisagem com a via social que a anima, são as formas-conteúdo. Deste modo, entre as categorias de informantes citadas não há uma apenas que corresponda ao “público” ou sujeito-objeto do estudo, todas elas o são, junto com a paisagem. Assim, nossa terceira categoria de interlocutores das entrevistas são os *insiders* (DUNCAN, 2004). Trata-se das pessoas que têm nas localidades do Alto Quaraí o lugar de onde veem e vivem o mundo, para utilizar a expressão de Wanderley (2001) sobre os espaços rurais. São, sobretudo, os pecuaristas familiares e os médios pecuaristas, os peões e capatazes, mulheres e homens residentes nos rincões, passos, vilas, estâncias e demais lugares de vida locais.

É essa a categoria com a qual as entrevistas foram realizadas durante o trabalho de campo no Alto Quaraí. Foram realizadas 6 entrevistas, todas elas entre início de agosto e final de setembro de 2019. Após alguns estudos prévios sobre as características da população e dos estabelecimentos localizados nessa área de estudo, cruzados com diferentes características ambientais das localidades, chegamos aos seguintes entrevistados: 1 médio pecuarista da região dos campos de solos rasos de basalto, chamados “campos “sujos”, da localidade do Espinilho; 1 médio pecuarista da zona dos campos de solos arenosos da localidade do Areal; 1 pecuarista familiar dos campos arenosos-pedregosos sites sobre afloramento arenítico da Formação Botucatu, na localidade do Coatepe; 1 pecuarista familiar e 1

pequeno<sup>7</sup> pecuarista dos campos de solos rasos chamados “campos limpos” sobre substrato basáltico do alto da Coxilha Negra, junto à linha de divisa seca com o Uruguai; 1 peão-capataz de estância média dos campos de solos rasos de basalto chamados “campos sujos” da localidade do Passo do Geromito.

Com essa categoria dos “insiders”, em particular, não menos importantes que as entrevistas propriamente ditas, foram as interlocuções, por assim dizer, que consistiram em conversas mais breves realizadas em situações de campo em que não seria possível uma entrevista. Foram momentos em que cruzamos, por exemplo, com algum campeiro pelos corredores, em que paramos em algum “bolicho”, em que paramos para uma conversa de “porteira” com alguma família, ou até mesmo em que fomos ajudados a trocar um pneu furado do carro etc. Como essas situações foram se mostrando proveitosas desde os primeiros trabalhos de campo, tomamos por prática manter um roteiro simplificado também para essas interlocuções breves, de modo a tirar maior proveito delas.

No total, foram realizadas 13 entrevistas e 12 interlocuções em diferentes localidades. Todos os entrevistados tiveram trechos de suas falas citados diretamente no texto da presente tese. Nestes casos, com o intuito de preservar o anonimato dos sujeitos sociais que contribuíram com a investigação, optamos pelo uso de nome fictício, conforme o Quadro 1, a seguir.

Detalhe importante a mencionar é sobre a composição do rol de entrevistados apenas com pessoas do sexo masculino. Evidentemente, isso não foi algo planejado e sim uma aleatoriedade das circunstâncias da pesquisa. Por um lado, acaba de certo modo refletindo a realidade desse que é um meio reconhecidamente masculinizado, o que inclui não apenas a vida pastoril em si, mas as atividades que a rodeiam como as formas de negócios rurais (campo e gado), a assistência técnica e a extensão rural e mesmo o meio artístico nativista. Por outro lado, poderia sugerir uma reprodução proposital ou inconsciente da velha tendência à invisibilização das mulheres nesse meio. Explicamos, pois, que isso foi nada mais que fruto da dificuldade que encontramos enquanto pesquisador do sexo masculino em conseguir, na espontaneidade dos trabalhos de campo realizados invariavelmente de forma solitária, entrevistas com as mulheres, ainda que tenhamos conseguido interlocuções.

---

<sup>7</sup> Cabe a distinção entre pecuarista familiar e pequeno pecuarista, na medida em que o segundo tem fonte de renda principal de origem urbana, divide a vida entre moradia na cidade e o campo e, por vezes, mantém trabalhador fixo como principal mão de obra do estabelecimento.

Quadro 1 – Informações sobre entrevistados e atribuição de nomes fictícios

<b>Nome fictício</b>	<b>Identificação funcional</b>	<b>Localidade</b>	<b>Município</b>	<b>Data da entrevista</b>
<b>Anderson</b>	Pequeno pecuarista	Palomas	Santana do Livramento	21/06/2019
<b>Ado</b>	Poeta nativista	Centro	Santana do Livramento	22/07/2019
<b>Eduardo</b>	Poeta nativista	Centro	Santana do Livramento	27/07/2019
<b>Rodolfo</b>	Médio pecuarista	Espinilho	Santana do Livramento	07/08/2019
<b>Juremir</b>	Técnico extensionista rural	Centro	Quaraí	10/08/2019
<b>Antônio</b>	Corretor de imóveis	Centro	Santana do Livramento	16/08/2019
<b>Leandro</b>	Corretor de imóveis	Centro	Quaraí	21/08/2019
<b>José</b>	Médio pecuarista	Areal	Quaraí	21/08/2019
<b>Nico</b>	Pecuarista familiar	Coatepe	Quaraí	27/08/2019
<b>Robert</b>	Pequeno pecuarista	Marco do Araújo – Coxilha Negra	Santana do Livramento	24/09/2019
<b>Pedro</b>	Pecuarista familiar	Ponta do Capão do Inglês – Coxilha Negra	Santana do Livramento	24/09/2019
<b>Dioclécio</b>	Peão-Capataz de estância	Passo do Geromito	Santana do Livramento	26/09/2019
<b>André</b>	Pequeno pecuarista e técnico da área de agropecuária	Centro	Santana do Livramento	09/06/2021

Outra questão é que, em se tratando de pesquisa qualitativa, teria sido difícil estabelecer previamente quantas saídas a campo e quantas entrevistas seriam realizadas com essas diferentes categorias de informantes. Dos sujeitos sociais e da paisagem pesquisados, interessou mais cada unidade amostral, ou seja, cada conjunto formado por sujeito social e paisagem, do que o número de amostras e a representatividade de sua distribuição dentro da área-recorte de estudo. Estiveram em foco, aqui, as particularidades casuais a serem desveladas em profundidade, e não o conjunto de unidades a apontar uma eventual tendência geral, segundo uma variável (HEIDRICH, 2016). Na analogia bastante didática feita por Heidrich (2016), seria algo como aquele produto diferenciado, lançado ao mercado em pequenos estoques, cujo foco é o maior ganho por unidade de produto, em detrimento dos produtos cujo ganho é obtido no atacado, em volume. O que, na prática, implicou

maior disponibilidade de tempo para uma convivência dialogada em campo na busca por maior riqueza de detalhes de cada situação vivida, tal como adverte esse autor.

Nisso, cabe destacar a referência Minayo (2017, p. 8), quando diz que “certamente o número de pessoas é menos importante do que o empenho em enxergar todas as possibilidades de se aproximar empiricamente do objeto, prestando-se atenção às diversas dimensões e interconexões”. Nessa perspectiva, consideramos que o recurso a entrevistas e interlocuções com diferentes categorias de pessoas, associado a uma boa base de informações oriundas de outras fontes como a própria observação da paisagem, a pesquisa bibliográfica e documental, colocou-nos em perspectiva favorável a uma aproximação satisfatória com a realidade em questão.

Desde o início da pesquisa foram realizadas, no total, 17 saídas a campo, com itinerários a diferentes localidades do Alto Quaraí. Outros 2 trabalhos de campo tiveram como trajeto a zona “foco” da introdução da soja em Santana do Livramento, correspondente aos terrenos sedimentares da Depressão Central gaúcha, na parte leste do município, totalizando, então, 19 incursões. Desse total, 4 foram realizadas em 2017, no primeiro ano do curso de doutorado, durante a fase inicial da pesquisa, em que nos limitamos à observação, anotações e registros fotográficos da paisagem, assim como a algumas interlocuções breves com as gentes locais do Alto Quaraí. Em 2018, foi feita uma única saída a campo, também de caráter exploratório. No ano de 2019, com a pesquisa já estruturada teórica e metodologicamente, foram feitas 10 saídas a campo, em que os procedimentos utilizados nas incursões anteriores foram acrescidos das entrevistas semiestruturadas e de novas interlocuções espontâneas com as gentes locais, só que agora mais bem direcionadas aos objetivos da pesquisa.

Por motivo de força maior, essas coletas realizadas em 2019 acabaram se tornando a fonte da maior quantidade e qualidade dos dados de nosso *lôcus* de estudo. Ocorre que, originalmente, nosso planejamento previa a realização da maior parte dos trabalhos de campo e das entrevistas no ano de 2020, após a realização do Doutorado Sanduíche, na Espanha, que se estendeu de outubro de 2019 a março de 2020. No entanto, devido à Pandemia Mundial de COVID-19, tivemos de dar por encerradas as entrevistas de campo junto aos chamados “insiders” apenas com o material que já havíamos coletado em 2019, antes da viagem. Realizamos, desde então, outras 4 saídas de campo, sendo 2 delas em 2020 e outras 2 em 2021, restritas,

porém, apenas à observação, anotações e registros fotográficos da paisagem, com algumas interlocuções apenas “de porteira” com as gentes locais, mantendo margem segura de distanciamento.

Por fim, a esse jogo, mescla ou cruzamento de técnicas de coleta de dados, associamos sua análise e interpretação. Segundo Gil (2008), tradicionalmente esses dois processos foram tratados de forma separada e sequenciada: primeiro se procederia à análise, consistindo na organização e sumarização (sintetização) dos dados recolhidos, e, depois, à interpretação, ou seja, à procura de seu sentido mais amplo, mediante ligação a conhecimentos anteriormente produzidos (GIL, 2008). No entanto, o autor explica que esses dois processos estão intimamente relacionados e, especialmente nas pesquisas qualitativas, não há separação possível entre eles. De modo que muitos relatórios de pesquisa sequer contemplam seções separadas para tratar dos dois processos (GIL, 2008). Segundo afirma, em pesquisas como os estudos de caso, que é o nosso caso, a análise-interpretação dos dados é principalmente qualitativa e não pressupõe definição prévia dos procedimentos de análise. “[...] Não há fórmulas ou receitas predefinidas para orientar os pesquisadores” e o processo tem significativa dependência de elementos, como a capacidade e o estilo do próprio pesquisador (GIL, 2008, p. 175).

Mesmo assim, consideramos pertinente o conjunto de dez princípios e práticas da análise qualitativa sugeridos por Tesch (1990) apud Gil (2008, p. 176 – 177), que são os seguintes:

1. A análise não é a última fase do processo de pesquisa; ela é cíclica ou concomitante à coleta de dados. A rigor, o processo de análise inicia-se no momento da própria coleta; essas duas etapas se comunicam.
2. O processo de análise é sistemático e compreensivo, mas não rígido. A análise só termina quando os novos dados nada mais acrescentam quando entram num estado de saturação.
3. O acompanhamento dos dados inclui uma atividade reflexiva que resulta num conjunto de notas de análise que guiam o processo. Estas notas possibilitam registrar o processo e constituem importante ajuda para o desenvolvimento conceitual.
4. Os dados são segmentados, isto é, subdivididos em unidades relevantes e significativas, mas que mantêm conexão com o todo. A finalidade da análise não é simplesmente descrevê-los, mas promover algum tipo de explicação.
5. Os segmentos de dados são categorizados de acordo com um sistema organizado que é predominantemente derivado dos próprios dados. Algumas categorias são estabelecidas antes da análise dos dados. Mas, ao longo do processo são identificados novos temas e definidas novas categorias a partir dos próprios dados, de forma indutiva.
6. A principal ferramenta intelectual é a comparação. Os procedimentos comparativos são usados nos mais diversos momentos do

processo de análise. Os dados obtidos, por sua vez, podem ser comparados com modelos já definidos, com dados de outras pesquisas e também com os próprios dados. Esta comparação é que possibilita estabelecer as categorias, definir sua amplitude, resumir o conteúdo de cada categoria e testar as hipóteses.

7. As categorias para escolha dos segmentos são tentativas e preliminares desde o início e permanecem flexíveis. Como as categorias derivam dos próprios dados é necessário que sejam definidas como provisórias até que possam abarcar os dados a serem obtidos posteriormente.

8. A manipulação qualitativa dos dados durante a análise é uma atividade eclética; não há uma única maneira de fazê-la. Embora se reconheça a importância de um arcabouço metodológico sólido, não se pode dispensar a criatividade do pesquisador. Cabe-lhe muitas vezes desenvolver a sua própria metodologia.

9. Os procedimentos não são científicos nem mecanicistas. Para análise requer-se um plano. Mas isso não significa que se deva aderir mecanicamente ao processo. Embora requeiram conhecimentos metodológicos, não existem regras rígidas de análise. Na pesquisa qualitativa importante papel é conferido à interpretação.

10. O resultado da análise é um tipo de síntese em mais alto nível. Embora ao longo do processo de análise ocorra a segmentação dos dados, o que se espera ao final é a constituição de um quadro mais amplo e coerente.

Assim, expostas as técnicas de pesquisa e análise-interpretação dos dados, no próximo item, apresentamos a delimitação da área de estudo, isto é, o *lócus* empírico de análise, que teve como critério a busca pelos lugares onde, em tese, o Pampa se mantém conservado e pelo secular uso pastoril.

### **1.1.3 O Alto Quaraí, recorte espacial de análise**

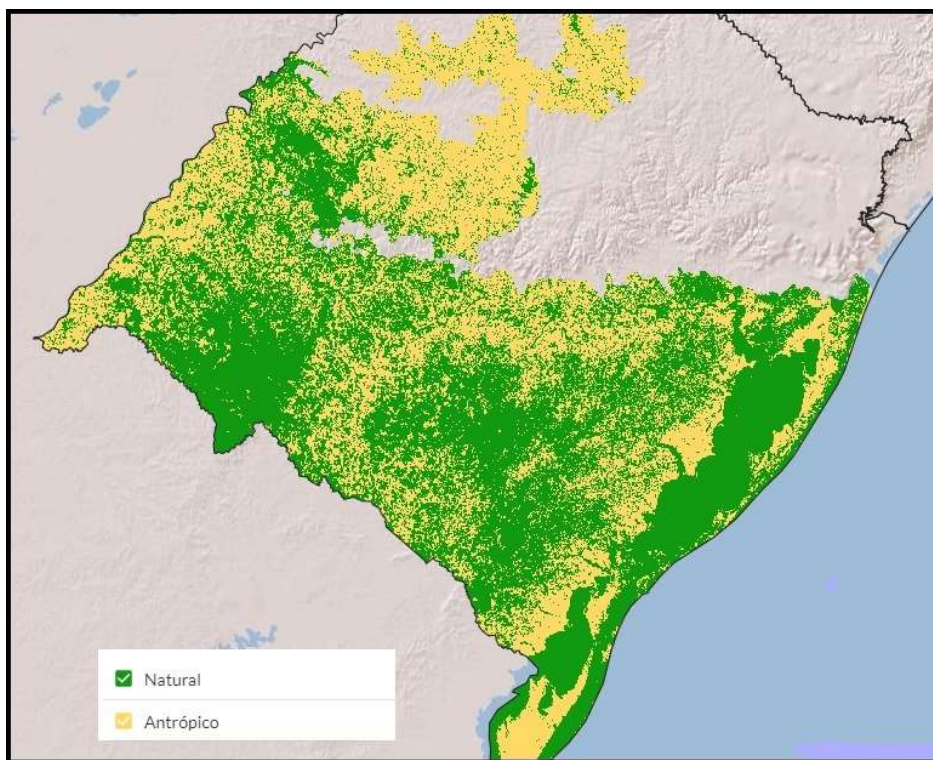
O recorte mais amplo da pesquisa é dado pela parte brasileira do Pampa, correspondente, grosso modo, ao quadrante sul do Rio Grande do Sul. A referência é a regionalização inicialmente proposta pelo IBGE (2004), com base no conceito de bioma, ainda que reconhecendo a existência de outras múltiplas formas de regionalização desse subespaço a partir de variados critérios.

Nossa pesquisa se insere na problemática surgida exatamente do acelerado processo de metamorfose em curso nesse espaço. Os sistemas técnicos das lavouras modernas, com destaque para a soja, avançam como um evento capaz de transformar com velocidade as formas-conteúdo até então postas. A paisagem é o elemento que mais emblematicamente expressa esse processo ao tornar visível a supressão do pastoril e de toda uma constelação de elementos que tradicionalmente animaram esse subespaço e o proveram de características singulares. São transformações sensíveis

mesmo ao observador menos interessado, ainda que cruzando rapidamente pelas estradas e rodovias do Pampa.

As imagens de satélite dão conta de desvelar a proporção de tal evento, através do monitoramento da supressão das formações pampianas naturais como campos e florestas. A Figura 1, a seguir, expõe as áreas suprimidas e os remanescentes ainda conservados até o ano de 2019 em todo o recorte do bioma no Brasil. Através desse trabalho de sensoriamento remoto, fica evidente o avançado estado de substituição da vegetação nativa e, mais do que isso, é indiciado um processo mais amplo, de metamorfoses das formas-conteúdo, da (i)materialidade, da natureza-cultura pampianas.

Figura 1 – Bioma Pampa - Distribuição espacial das áreas sob uso natural (verde) e antropização acumulada até 2019 (amarelo)



Fonte: Adaptado de Projeto MapBiomas – Coleção **5.0** da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil, acessado em 01/05/2021 através do link: <http://mapbiomas.org>  
Projeto MapBiomas - é uma iniciativa multi-institucional para gerar mapas anuais de cobertura e uso do solo a partir de processos de classificação automática aplicada a imagens de satélite. A descrição completa do projeto encontra-se em <http://mapbiomas.org>.

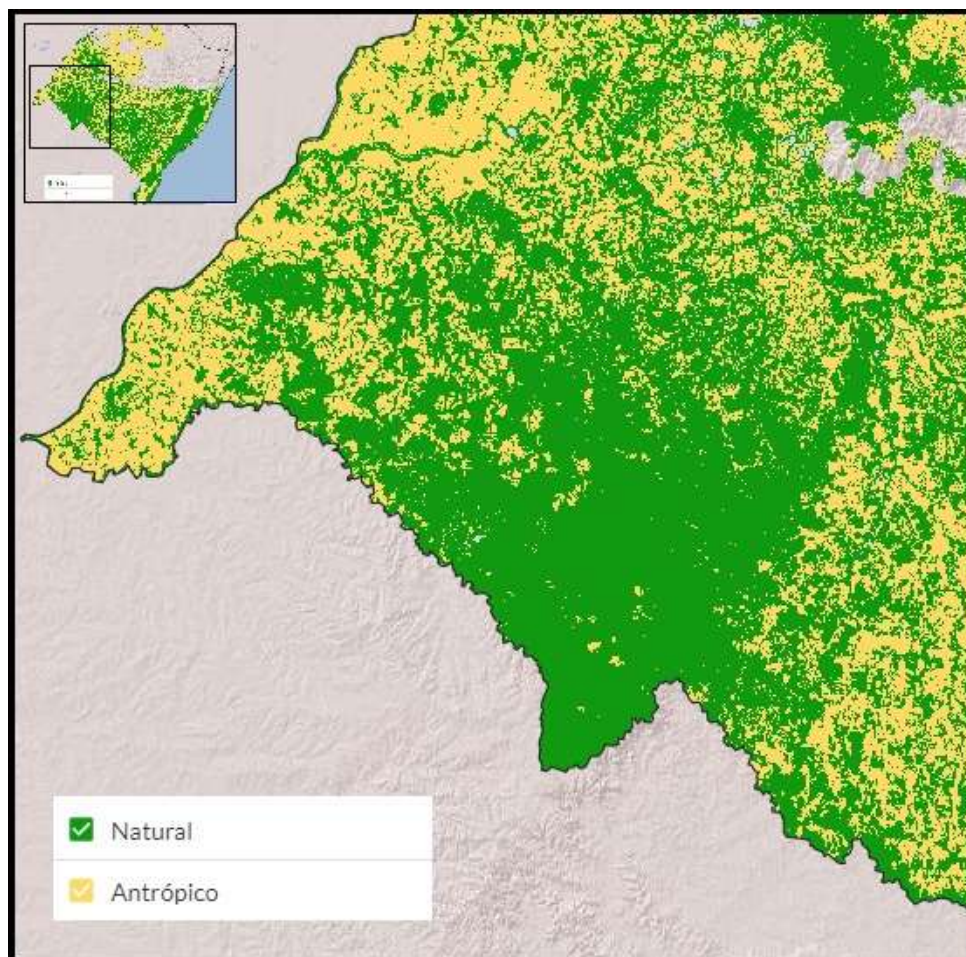
Em nossa pesquisa, enfocamos a particularidade do que ocorre no sudoeste gaúcho na esteira desse processo. Essa parte do Pampa, onde outrora Ab'Saber



(2003) identificou o domínio por excelência das pradarias do Rio Grande do Sul, é agora cada vez mais fragmentada, com supressão particularmente adiantada ao longo dos vales dos maiores rios da região, como o Uruguai, o Ibicuí e o Santa Maria. Nessa região, originalmente detentora do “tapete vegetal do Pampa”, o chamado “campo fino” de que falava Pébayle (1968, p. 18), remanescem agora alguns “redutos”.

Na Figura 2, a seguir, é possível observar que uma dessas manchas remanescentes, em particular, sobressai-se por ser mais nítida, extensa e relativamente contínua.

Figura 2 – Supressão e remanescentes do Pampa até 2019 – Sudoeste gaúcho

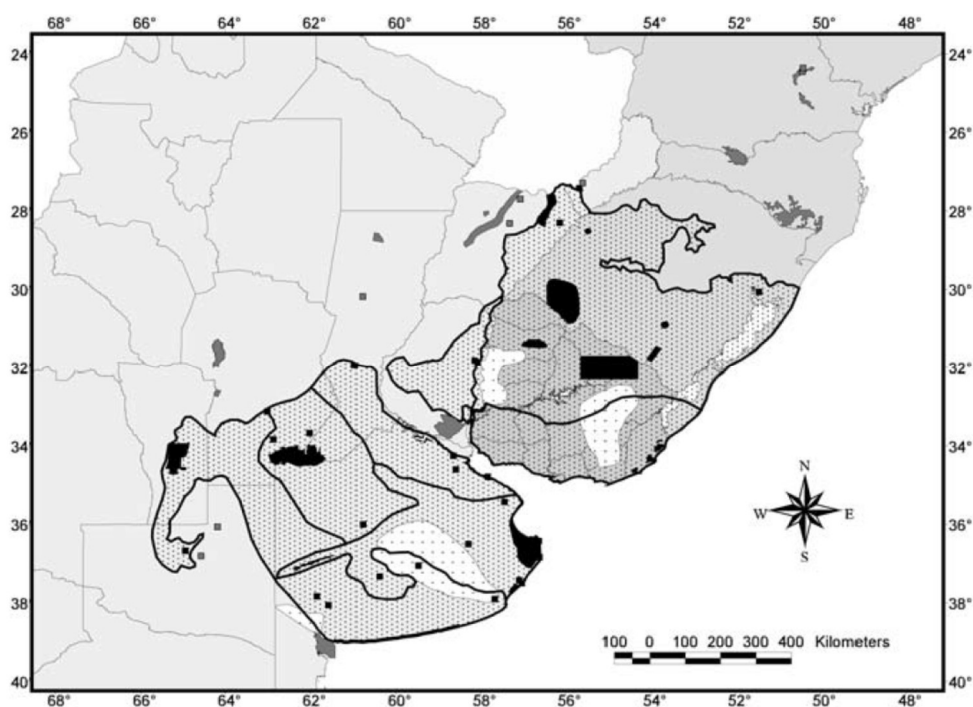


Fonte: Adaptado de Projeto MapBiomias – Coleção 5.0 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil, acessado em 01/05/2021 através do link: <http://mapbiomas.org>  
Projeto MapBiomias - é uma iniciativa multi-institucional para gerar mapas anuais de cobertura e uso do solo a partir de processos de classificação automática aplicada a imagens de satélite. A descrição completa do projeto encontra-se em <http://mapbiomas.org>.

Ela se localiza na parte centro-ocidental da Campanha, onde predomina relevo suavemente ondulado originário de derrame basáltico correspondente ao chamado Planalto da Campanha ou Cuesta do Haedo, área “core” do Bioma Pampa no Brasil, segundo o IBGE (2004). Atributo este, aliás, sem dúvida, relevante, pois significa que estamos não só frente a um Pampa que remanesce, mas que remanesce em uma de suas porções originalmente mais representativas do ponto de vista ecopaisagístico.

Mesmo antes do reconhecimento do Pampa como bioma no Brasil, essa zona já aparecia em uma publicação internacional organizada por Bilenca e Miñarro (2004) como uma das Áreas Valiosas de Pastizal (AVP) de toda a região do Prata, segundo critérios como a biodiversidade, o uso da terra, e a relevância cultural que oferece. A Figura 3 traz a representação dessas AVPs identificadas. As áreas em preto, como a que cobre nosso *lócus* de estudo, correspondem às AVPs que tinham mais de 15 mil hectares, enquanto os pontos negros são as áreas com menos de 15 mil hectares. O mesmo vale para as áreas e pontos em cinza escuro, com a diferença de que essas são AVPs consideradas cercanas ou do entorno da região. Por fim, as áreas em branco são as que continham fragmentos de pastizais ilhados.

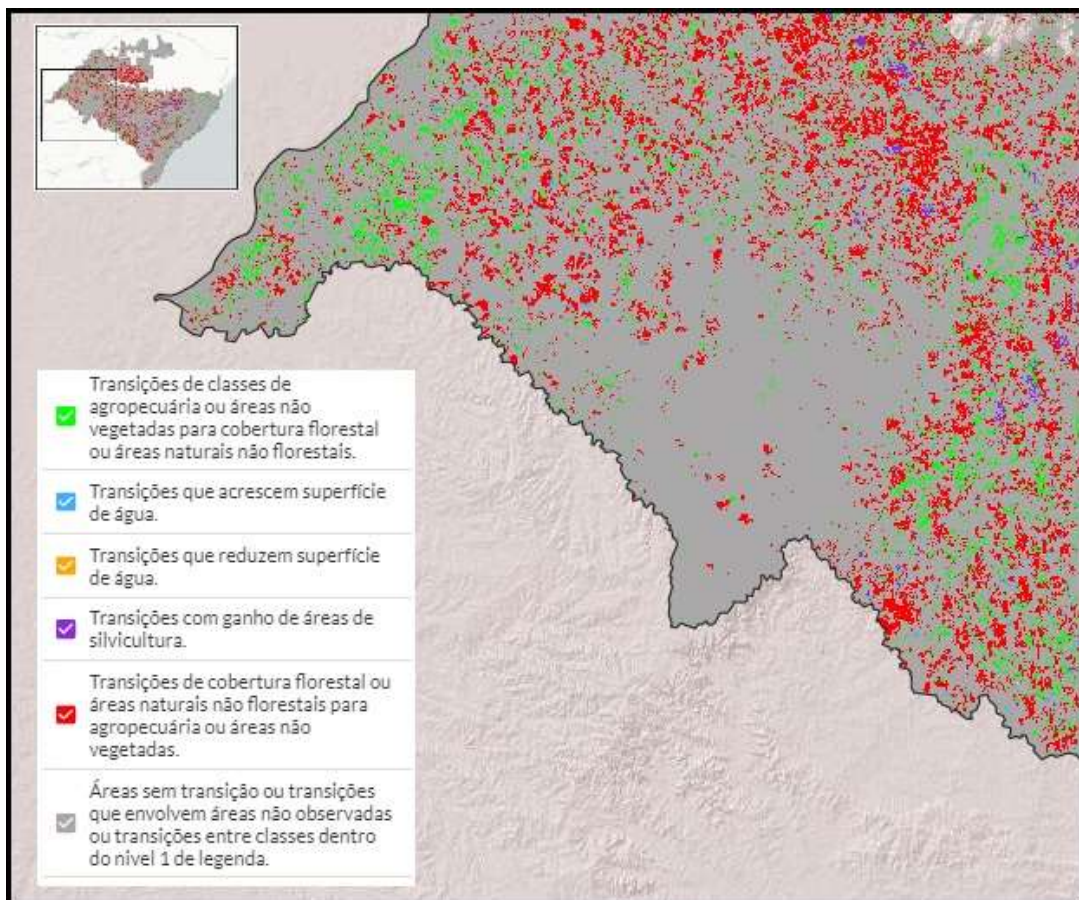
Figura 3 – Distribuição das Áreas Valiosas de Pastizal (AVPs) da região dos pastizais do Rio da Prata e zonas cercanas



Fonte: Adaptado de Bilenca e Miñarro (2004)

Por sua vez, a Figura 4, a seguir, dá conta de que essa área cruzou as últimas três décadas, de 1985 a 2019, com significativa estabilidade no uso do solo frente a um entorno que esteve marcado pelas transições. Isso significa que atravessou o período de mais acelerada alteração do espaço pampiano em toda a história sem grandes transformações, o que evidencia o seu caráter de “refúgio”.

Figura 4 - Transições de uso do solo no Bioma Pampa – Sudoeste gaúcho (1985 - 2019)



Fonte: Adaptado de Projeto MapBiomas – Coleção 5.0 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil, acessado em 01/05/2021 através do link: <http://mapbiomas.org>

Projeto MapBiomas - é uma iniciativa multi-institucional para gerar mapas anuais de cobertura e uso do solo a partir de processos de classificação automática aplicada a imagens de satélite. A descrição completa do projeto encontra-se em <http://mapbiomas.org>.

É assim que chegamos ao recorte mais específico da pesquisa. Se as áreas mais envoltas em transições se situam nas partes mais baixas correspondentes aos médios e baixos cursos principais e tributários dos rios da Campanha, de outro lado, é no alto das coxilhas, nos divisores d’água, região de nascentes e altos cursos

localizados no reverso da Cuesta de Haedo, que se concentra essa “mancha” remanescente do Pampa. Duas são as bacias hidrográficas que abrigam as áreas mais significativamente contínuas de conservação: a do rio Ibirapuitã e a do rio Quaraí. A primeira tem toda a sua parte superior protegida pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), através da Área de Proteção Ambiental do Ibirapuitã. A segunda é uma bacia transfronteiriça, cujo leito principal, o do rio Quaraí, serve de limite político entre Brasil e Uruguai. Sua parte superior, ou seja, o Alto Quaraí, é onde efetivamente se encontra a área mais conservada da bacia, sendo compartilhada por dois municípios: Quaraí e Santana do Livramento. As proporções do Alto Quaraí, em termos de Km<sup>2</sup>, regulam com as da APA do Ibirapuitã, mas ao contrário desta, não se trata de uma área protegida.

Assim, levando em conta que a APA do Ibirapuitã, já foi (e é) lócus de diversas investigações e, pensando, também, na viabilidade logística da pesquisa, delimitamos como área de estudo o Alto Quaraí. A Figura 5 detalha esse recorte, incluindo também a APA do Ibirapuitã, para fins de referência de localização.

Figura 5 – Detalhamento do recorte espacial de análise





Apesar de não constituir uma Unidade de Conservação (UC), o Alto Quaraí já esteve, a partir de publicação de MMA (2007), entre as chamadas Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade Brasileira, definidas pelo Ministério do Meio Ambiente junto com outras 87 áreas pertencentes ao Bioma Pampa. Como o próprio nome sugere, as Áreas Prioritárias são aquelas partes do Bioma identificadas como preferenciais para efeito de formulação e implementação de políticas públicas, programas, projetos e atividades sob a responsabilidade do Governo Federal (MMA, 2007). Cada uma dessas áreas foi, então, classificada segundo sua importância biológica e segundo a prioridade de ação. No caso do Alto Quaraí, sua importância biológica foi classificada como “Extremamente Alta”, e sua prioridade de ação como “Muito Alta”.

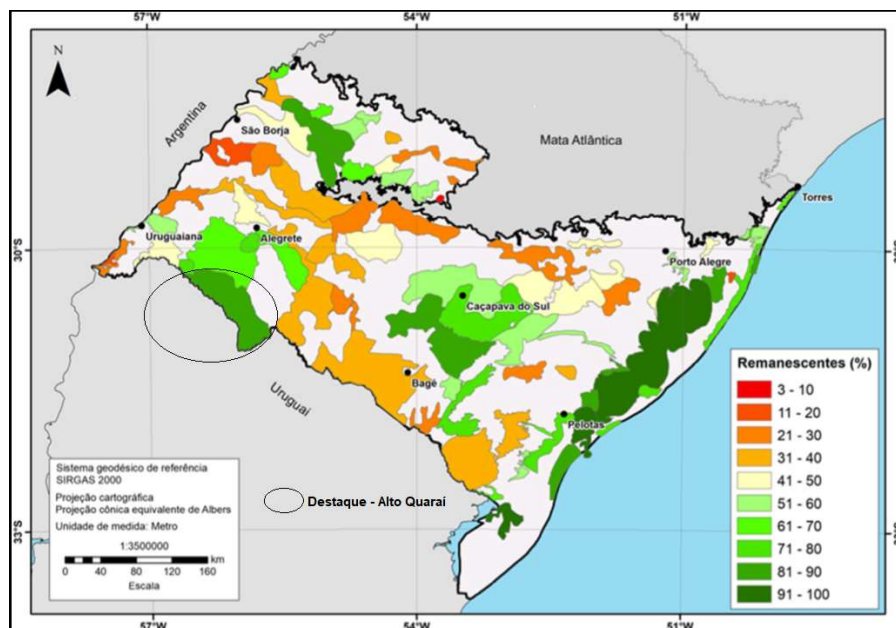
Em 2018, por demanda do Ministério do Meio Ambiente e com execução do Instituto Curicaca (2018), foi publicado um relatório que teve como um dos seus objetivos avaliar em que medida essas Áreas Prioritárias definidas em 2007 foram ou não, de lá para cá, submetidas a modificações expressivas das suas condições ambientais, baseando-se, para isso, na análise do grau de supressão da vegetação nativa. Esse estudo mostra que, em 2009<sup>8</sup>, o Alto Quaraí era uma das poucas Áreas Prioritárias do Bioma Pampa com percentual de remanescentes da vegetação nativa superior a 80%. Entre as Áreas Prioritárias localizadas especificamente no sudoeste do estado, Campanha Gaúcha, o Alto Quaraí era a única que se mantinha nessa faixa percentual, como mostra a Figura 6.

Outro dado importante do citado relatório diz respeito ao grau de fragmentação dos remanescentes naturais no interior de cada Área Prioritária. Esse dado é calculado através do índice de agregação (DIVISION), que expressa a probabilidade de dois pontos selecionados de forma aleatória em uma mesma Área Prioritária não se encontrarem na mesma mancha de área natural remanescente. Os valores vão de 0 a 1. Quanto mais próximo de zero, maior é a probabilidade de dois pontos estarem em uma mesma área remanescente, indicando, por isso, baixa fragmentação. Já quanto mais próximo de 1, maior é a probabilidade de esses dois pontos não estarem em uma mesma área contínua de remanescentes, indicando alto grau de fragmentação.

---

<sup>8</sup> Ano da última atualização do monitoramento da supressão da vegetação nativa do Bioma Pampa pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA).

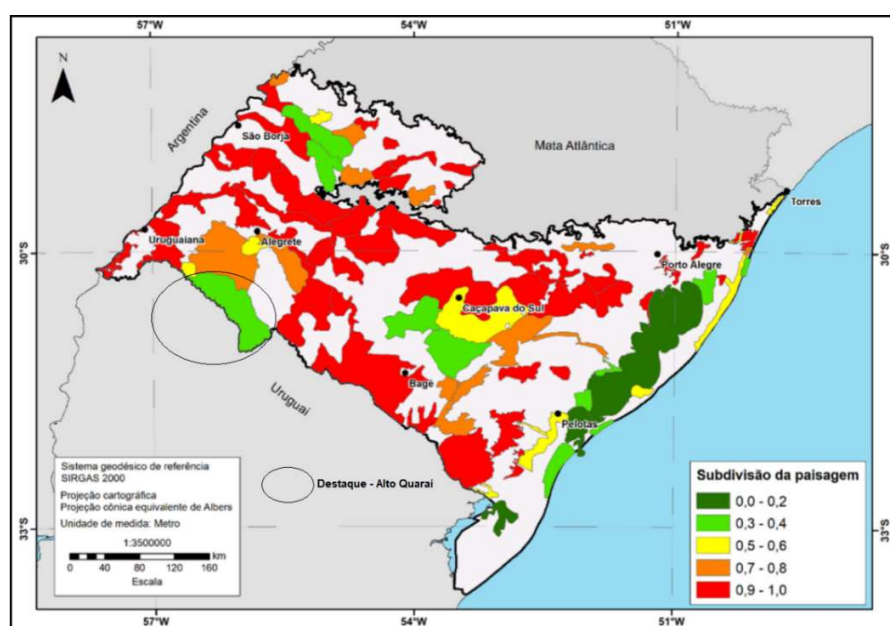
Figura 6 - Áreas Prioritárias do Pampa: percentual de remanescentes (2009)



Fonte: Adaptado de Instituto Curicaca (2018)

A Figura 7 mostra que, em 2009, o Alto Quaraí apresentava baixo índice de fragmentação da paisagem (cor verde) em comparação às demais Áreas Prioritárias do sudoeste gaúcho, em sua maioria altamente fragmentadas (cor vermelha).

Figura 7 – Áreas Prioritárias do Pampa: fragmentação da paisagem (2009)



Fonte: Adaptado de Instituto Curicaca (2018)

Assim, apresentado o recorte espacial de análise, no próximo item, expomos, por fim, as questões-problema da pesquisa.

#### 1.1.4 As questões a responder

O leitor poderá se perguntar o motivo de só agora, ao final do capítulo dedicado à metodologia, serem expostas as questões-problema. De fato, é indispensável que o ponto de partida de uma pesquisa acadêmica seja uma pergunta posta à realidade. Porém, a partir dessa questão inicial, são, sobretudo, as leituras, trabalhos exploratórios de campo com interlocuções junto a sujeitos sociais e as novas reflexões que surgem a partir disso, os elementos que levam ao refinamento necessário para a formulação de questões-problema propriamente ditas. A posição dada ao presente item reflete, portanto, esse processo de aprimoramento de algo que se iniciou com uma questão ainda em estado bruto.

Problemas de pesquisa são produto da articulação entre **valores** e **conhecimentos** adquiridos pelo pesquisador, elementos estes que compõem sua percepção sobre uma dada porção da realidade a ser compreendida ou desvelada, vai nos dizer Leal (2002). Isso significa, nas palavras da própria autora, que “o pesquisador se conscientiza de um problema de pesquisa a partir dos **conhecimentos** de que dispõe e que ganham sentido em função de seus **valores pessoais** (LEAL, 2002, p. 234, grifo nosso)”.

Os conhecimentos envolvem, de um lado, o que a autora chama de generalizações, e de outro, o que chama de fatos brutos sobre uma dada realidade. As generalizações são para Leal (2002) conhecimentos elaborados para explicar conjuntos de fatos brutos, sendo exemplos os conceitos e as teorias, ou seja, o quadro teórico-conceitual de referência. Nessa seara, conforme explicitado no item anterior, encontramos importante suporte no que Moreira (1996) classificou como a teoria social legada à geografia por Santos ([1996]2006) em *A Natureza do espaço*, com subsídio operacional no conceito de paisagem. Esse suporte teórico-conceitual traduzido em um pano de fundo, uma “imaginação” sobre a natureza do espaço geográfico, constitui nosso principal condutor ao problema de pesquisa e está na própria composição das perguntas que o formam.

Por sua vez, os fatos brutos são dados já existentes, aqueles que permitem tomar ciência das questões que cercam certo aspecto do real, ainda que por si só não possibilitem sua compreensão. Em outras palavras, são dados que propiciam ao investigador se situar e instrumentalizar-se em relação à realidade em questão para examiná-la e questioná-la (LEAL, 2002). Em nosso caminho trilhado de atenção à dinâmica socioespacial no Pampa, podemos tratar como fatos brutos os seguintes, por exemplo:

1) O Pampa, notadamente sua paisagem pastoril, é, ao mesmo tempo, produto (marca) e produtor (matriz), dinâmica de uma “vida pastoril” secular, de uma cultura;

2) Por isso mesmo, a importância “natural”, biológica ou ambiental do bioma é influenciada e influenciadora de uma importância social e cultural, não apenas no sentido da técnica e dos artefatos mais funcionais, mas também no que diz respeito a aspectos mais simbólicos como a memória e a identidade de diferentes grupos;

3) Mas essa relação vem sendo diluída não só por aquelas modernizações-intensificações da própria pecuária com maior grau de ruptura com a tradição, mas, sobretudo, pelo avanço da silvicultura e das grandes lavouras de soja que geram verdadeiras metamorfoses, reestruturando a paisagem e a vida de onde se instalam em uma troca profunda de racionalidade;

4) Remanescem manchas de relativa conservação da paisagem pastoril pampiana, redutos de relativa permanência dessas tradicionais formas, o que presume certa quantidade de permanências nos sistemas de práticas herdadas;

5) No sudoeste gaúcho, tido como “área core” do bioma, o território correspondente a Área de Proteção Ambiental do Ibirapuitã, bem como a área não protegida correspondente à alta bacia hidrográfica do Rio Quaraí, na linha de fronteira com o Uruguai, constituem-se em alguns dos últimos redutos em que a paisagem pastoril se mantém pouco fragmentada;

6) Frente ao acelerado processo de supressão, cabe compreender a dinâmica e os dilemas da conservação desses redutos para além da biodiversidade em si, analisando a paisagem enquanto produto e produtora de



repertórios de ação, memória e identidade, ou seja, de patrimônio cultural, visto que estão imbricados.

Por fim, todos esses fatos brutos e esse quadro de referência teórico-conceitual – ou seja, todos esses conhecimentos – não nos soariam com a mesma relevância e, portanto, não nos levariam à tomada de consciência de um problema de pesquisa se não houvesse alguns valores que nos direcionam ao Pampa. Para Leal (2002, p. 233), os valores são “[...] representações mentais do que é bom, desejável ou ideal; expressam preferências, inclinações pessoais”. Segundo Claval (2007), os valores são recebidos do entorno, têm influência sobre nossas atitudes e guiam nossas escolhas, eles são parte da cultura. Isso se traduz em compreender que o pesquisador, não somente na eleição do problema, mas ao longo do processo de pesquisa, recebe influência de seu meio cultural, social e econômico, como explica Gil (2008). Segundo este autor, a escolha do problema tem a ver com grupos, instituições, comunidades ou ideologias com que o pesquisador se relaciona. Por mais que ele desenvolva seus trabalhos de forma autônoma e com objetivos estritamente científicos, existe sempre um comprometimento, pois “[...] os padrões culturais, filosofias de vida e ideologias criam certo engajamento na seleção do problema (GIL, 2008, p. 36)”.

Em nosso caso, toma parte nisso, antes de tudo, o simples fato de sermos nascidos e criados em um município pampiano, onde pudemos vivenciar a influência e a importância de sua paisagem na cultura local-regional. Em outras palavras, nos direciona a esse tema de pesquisa a própria vida que levamos imersos no cotidiano de uma cidade de fronteira materialmente rodeada da tradicional paisagem pastoril e simbolicamente permeada dela, no sentido de que carrega algo como um espírito ou mesmo uma estética daí oriunda. De modo que, mesmo vivenciando esse universo campeiro, rural, não mais que sazonalmente e como visitante, remete-nos ao Pampa o próprio dia a dia cidadão da fronteira, ele mesmo permeado de expressões, costumes, memórias, representações e significados dos lugares nitidamente referenciados histórica e geograficamente nesse universo pastoril onde outrora viveu e deu sentido à vida a maior parte da população da região. Em suma, cremos que pesquisamos o Pampa antes de tudo, porque para além de ser uma forma perceptível e visível, ou seja, uma paisagem-marca emblemática do nosso lugar de origem, é também, ele próprio, uma das fontes a partir da qual se produzem percepções,

concepções e ações formadoras de traços identitários, ou de modo mais geral, de expressões culturais locais-regionais das quais nos sentimos partícipes em muitos aspectos.

É assim que chegamos à questão ampla que move a presente investigação, levando em conta a advertência de autores como Quiviy e Campenhoudt (1998), Leal (2002) e Gil (2008), quando argumentam não ser qualquer problema o apropriado à pesquisa científica. Para Quiviy e Campenhoudt (1998), uma boa pergunta de partida de uma pesquisa é aquela que é passível de ser tratada, ou seja, aquela que torna possível o trabalho eficaz a partir dela, fornecendo elementos para respondê-la. Nessa linha, Leal (2002) afirma que o problema de pesquisa é aquele que não pode ser resolvido apenas com a intuição, através do senso comum ou da simples especulação. Ele pressupõe a possibilidade de busca ou procura de informações que o esclareçam, compreendam, resolvam ou contribuam para a sua solução. De modo que, saber distinguir um problema propício à investigação de outro que não é propício se traduz em um importante passo, tendo em vista que essa “[...] é uma fase crucial em qualquer pesquisa, pois dela dependerão todas as demais decisões [...]” (LEAL, 2002, p. 231).

Eis, então, a formulação da letra propriamente dita do problema: Como se dá a dinâmica da paisagem pastoril e sua vida nessa área relativamente contingente ao avanço das lavouras modernas e à supressão do Pampa correspondente à alta bacia hidrográfica do Rio Quaraí, Campanha Gaúcha?

De forma subsidiária a esse problema amplo, perguntamos ainda:

- Que interpretações é possível obter da paisagem pastoril pampiana e dos recentes processos de supressão a partir de um exercício de geografia retrospectiva?
- Por que – e até que ponto, de fato – esse confin do Alto Quaraí permanece alheio à inserção das principais atividades agrícolas comerciais causadoras da fragmentação da paisagem do Pampa?
- Indo além dos aspectos com maior apelo, quais sejam o da cobertura vegetal e, de modo geral, da biodiversidade, por exemplo, que outras marcas associadas permanecem na paisagem como rugosidades, ou seja, como heranças ao mesmo tempo físico-geográficas e sociogeográficas (SANTOS, 2006) e que funções e significados exercem?

- Ainda que as grandes lavouras, por ora, não convertam de forma intensa essa parte do Pampa, que novas marcas vêm sendo impressas na paisagem a partir de novas ações e como elas se relacionam com as formas-conteúdo herdadas?
- Como vivem, percebem e dão significado a essa paisagem aqueles que com ela se relacionam, (re)produzem-na e transformam-na direta ou indiretamente, cotidiana ou sazonalmente?

A partir do capítulo seguinte, apresentamos a redação do que encontramos como respostas a essas questões.



## 2 PAISAGEM PASTORIL: A FACE HISTORICAMENTE CONSTRUÍDA DO PAMPA

Em cada item que forma o presente capítulo, realizamos uma geografia retrospectiva do Pampa em perspectiva histórica, isto é, pela ótica da paisagem e da vida pastoril construída socialmente a partir do bioma. Trata-se de uma reconstituição, ainda que inevitavelmente sucinta, do processo histórico-geográfico que legou e agora vai metamorfoseando essa herança secular, até chegarmos à situação atual em que ela vai se reduzindo a remanescentes, como é o caso do Alto Quaraí. Procuramos fazer isso, tanto no sentido da produção social dessa paisagem-vida enquanto algo concreto, como na perspectiva de um fenômeno percebido, refletido em representações sociais. Enfocamos o caso do recorte sudoeste do Rio Grande do Sul, já nos aproximando, dentro do possível, de nosso lócus de análise, o Alto Quaraí. Ao longo dessa reconstituição, o texto é acompanhado de fotografias atuais registradas em localidades desse recorte, buscando exatamente contextualizar os tempos diversos que coexistem em suas paisagens.

Além disso, trazemos para comparação uma outra geografia retrospectiva: a das dehesas espanholas. Fazemos isso, porém, de forma mais sucinta, numa iniciativa centrada muito mais em visualizar o próprio Pampa pastoril dentro de um quadro de outras expressões culturais-agrícolas de tipo extensivo do que propriamente em expressar um conhecimento aprofundado sobre essa obra cultural e agrária mediterrânea em si mesma. Tratamos, pois, esse exercício como uma maneira de perfilar similaridades e diferenças históricas e, sobretudo, destinos que vão tomando essas duas realidades socioespaciais com vistas a ampliar o campo de visualização de perspectivas futuras para o caso de nosso objeto de estudo: o Pampa pastoril.

Para tanto, baseamo-nos em uma série de artigos que fazem parte de uma trajetória relativamente longa de estudo das dehesas enquanto construção histórica, cultural e agrária, trilhada por pesquisadores da *Universidad de Sevilla*, com os quais obtivemos contato durante o período de Doutorado Sanduíche, em 2019, a saber: Rivera e Pérez (1997; 2002); Pérez (2010); e Pérez e Salinas (2015; 2015b). Complementarmente, utilizamos informações obtidas de observações-registros fotográficos, documentos, e uma entrevista, todos realizados em trabalho de campo realizado em dezembro de 2019 junto à Dehesa San Francisco, em Santa Olalla del Calá, Huelva, Andaluzia.



## 2.1 UMA GEOGRAFIA RETROSPECTIVA

*Pampa...pátria sulina com alma empastada  
 Fronteira...sonhos comuns com divisas marcadas  
 História...fatos guardados na tulha do tempo  
 Memória...registro firmado de cada momento*

*São várzeas infindas, são campos e grotas  
 É sangue e suor sobre couro das botas  
 É lida e serviço, cordeona e violão  
 É pampa e fronteira... de uma só tradição!*

*É assim nosso mundo aos olhos de Deus  
 Fronteira gaúcha que é minha e dos meus  
 É a Arte e cultura mantendo o legado  
 História e destino...A ferro forjado!*

*Pampa...sustento de tantos que vivem do arrião!  
 Fronteira..."hermanos" de paz sobre o pago lindeiro  
 História...é o verso deixado no livro da vida  
 Memória..."recuerdos" marcados por idas e vindas*

*"Es poncho y espuelas, tropillas y estancias"  
 Um sul ancestral que mantém a constância  
 Seguindo o futuro e honrando o passado  
 É pampa e fronteira...em ambos os lados!*

**Memorial de Pampa e Fronteira**  
 Daniel Cavalheiro e Leonardo Borges

### 2.1.1 Uma obra moderno-colonial

Quando os europeus começaram a palmilhar, aqui e ali, a região do Prata, ainda no século XVI, as paisagens pampianas eram já de domínio campestre. No entanto, ainda não eram paisagens propriamente pastoris: os animais herbívoros nativos, como veados, emas, capinchos, antas e pequenos roedores, por serem de pequeno porte, não submetiam a vegetação a uma pressão de pastejo capaz de modelar, efetivamente, a paisagem, tal como ocorreria posteriormente a partir da presença do gado (BEHLING et. al., 2009). Da parte antrópica, não havia, tampouco, nenhum tipo de manejo desses animais e plantas em favor de uma vida pastoril, tal como iniciaria mais tarde com o gado. O complexo alimentar relacionado aos grupos indígenas da região já delineava sociedades da carne, mas não das carnes bovina e ovina. A paisagem já era uma paisagem de domínio campestre, mas não pastoril.

De modo geral, os campos eram mais altos, mais “sujos”, permeados de maior presença de vegetação lenhosa, com variações segundo condições específicas de local para local (geomorfológicas, pedológicas, hidrográficas e microclimáticas etc.). A biodiversidade, manejada pelos grupos indígenas sem maiores mediações além das técnicas do corpo (SANTOS, 2006), era muito mais condicionante da vida desses grupos do que modelada por essa ação humana. “Na ausência de meios eficazes de transporte, de comunicação e de exploração dos meios, a vida social permanecia fragmentada e a humanização dos ambientes limitada (CLAVAL, 2007, p. 321)”. Poderíamos dizer: essa era ainda uma paisagem matriz das culturas locais, muito mais do que marca delas.

Foi somente na esteira do processo de organização moderno-colonial do mundo que a paisagem – e a vida – pastoril do Pampa começou a ser modelada junto a uma gama de outras “paisagens derivadas”, como diria Sorre (1961), com origem no intercâmbio de homens, produtos e objetos, tornados globais desde as grandes navegações iniciadas no século XV (MOREIRA, 2011). Sua formação começou com o transplante e instalação do gado como prótese pelos colonizadores espanhóis no século XVII. Algo tornado possível somente pelo uso de outras próteses, como haviam sido os navios que um dia transplantaram a gadaria do além-mar, evidenciando a origem mais técnica do que propriamente “natural” dessa emblemática configuração geográfica pampiana.



A partir daí, o que definiu a construção do Pampa pastoril não foi o mero acréscimo do exótico animal pastador como objeto a mais na antiga paisagem, mas a relação de cotransformação entre esse novo objeto, o gado, e os demais do sistema preexistente (plantas, animais, solo, gentes, etc.), formando um novo sistema, uma nova marca-matriz cultural em movimento, hoje secular nos casos em que não foi efetivamente substituída nos eventos mais recentes. Foi gerada uma coprodução histórica, por assim dizer, entre as características tanto dos campos, quanto de sua pecuária, quanto de suas expressões culturais. A paisagem pastoril é, portanto, o elemento de síntese a expressar essa produção, essa modelagem histórica (Fotografia 1).

Fotografia 1 – “Tocando tropa em tempo feio”. Julho de 2019, Sarandi, Santana do Livramento, RS.



Fonte: Registro do autor em trabalho de campo

O historiador Reverbel (1986, p. 21), em seu clássico *O gaúcho*, já chamava atenção, por exemplo, para o fato de que esse aspecto hoje dominante dos campos “foi obra do dente e do casco do boi, bem secundados pela voracidade cavalari e pelos

caprichos palatais da ovelha [...]”. Hoje, é de amplo conhecimento que se não tivesse existido a secular presença do gado pisoteando e pastoreando os campos, bem como algumas outras práticas tradicionais da vida pastoril como o roçado e a queima, grande parte do Pampa seria coberto por outros tipos de vegetação que não as de domínio herbáceo. Outras formações como as florestais teriam suporte em muitas das combinações de clima, geologia, geomorfologia e solos existentes atualmente na região.

Na prática, essa história se iniciou com os Povos indígena-missioneiros organizados pelos padres espanhóis da Companhia de Jesus, que foram quem introduziu o gado na atual parte brasileira do Pampa, no século XVII. Mas ao invés de pura determinação vertical dos colonizadores, esse destino pastoril começou a ser selado, também, a partir de um profundo condicionamento horizontal posto pelo meio geográfico pampiano anterior.

O trabalho de Levinton (2009) sobre a construção do território do povo de Yapeyú<sup>9</sup> traz isso à luz ao esclarecer que, apesar do grande esforço investido pelos sacerdotes em desenvolver a agricultura em seus domínios pampianos – como já o faziam em outras regiões em que atuavam – não houve progresso: faltavam bosques para a metodologia guarani de plantação, mas sobravam campos de bons pastos para o procrio do gado. Além disso, a agricultura se chocava com o modo de vida do complexo intertribal nativo desses campos agrupado na nova redução, mais ligado à caça, mesmo entre grupos com raízes plantadoras, como os guarani, já que as condições ambientais não favorecem o roçado.

Enquanto isso, a atividade pastoril, por seu caráter andejo, mostrou-se condizente com a continuidade da livre circulação caçadora. O autor avalia que os sacerdotes precisaram, então, adaptar relativamente sua proposta de configuração do novo espaço missioneiro às antigas práticas regionais, ou seja, à liberdade do índio caçador da paisagem natural-campestre pampiana, ao passo que aos índios tocou a

---

<sup>9</sup> Fundada em 1627, em frente a desembocadura do rio Ibicuí no rio Uruguai, em área fronteira aos atuais municípios de Uruguaiana e Itaqui, Yapeyú foi a redução mais austral do sistema missioneiro e, por isso, também a redução pampiana por excelência. Ocupou desde muito cedo essa região de domínio basáltico correspondente ao reverso da Cuesta, onde está o Alto Quaraí. Ainda que em solo gaúcho tenham sido fundadas as chamadas reduções orientais do Tape, primeiro, e os chamados Sete Povos, depois, para o caso do Alto Quaraí e de todo esse rincão sudoeste do estado formado pelos rios Ibicuí ao norte, Quaraí ao sul, Uruguai a oeste, e Ibirapuitã a leste, a obra que resultou nos alcores locais-regionais da paisagem pastoril é, sobretudo, desse povo de Yapeyú, com sede na outra margem do rio Uruguai, atual Argentina, mas que abrangeu por mais de um século toda essa região.

relativa ressignificação do sentido dado à caça a partir da relação com os animais trazidos pelos europeus, sobretudo o cavalo e o boi, utilizando-os para subsistência, transporte e comércio.

Claval (2007, p. 202) lembra que “as relações ecológicas impõem ao Homem condicionantes (frio, calor, aridez, rigidez, declividades) mas também lhe fornecem alimento, água e materiais com os quais moldam seu universo instrumental”. Pois, enquanto a outros territórios indígenas-missioneiros o meio natural condicionou um destino florestal-agrícola – a exemplo da zona dos ervais mais ao norte – os campos do Pampa condicionaram seu próprio destino pastoril. Esses indígenas-missioneiros e muitos de seus parentes que permanecem nômades tornam-se vaqueiros ou tropeiros. Nos fogões, os relatos de façanhas de antigas caçadas a pé são ressignificados para incluir contos sobre bons cavalos e grandes vaqueadas em jornadas distantes (LEVINTON, 2009).

Alvorece com eles um sistema de técnicas pastoris hibridizado com seus antigos saberes-fazeres da caça, como que preludiando aquilo que Rieth et. al. (2016) chamam, para o modo de vida de campeiros contemporâneos, exatamente de “lógica da caça”, ou seja, o gosto por correr atrás, laçar, derrubar etc. animais da criação extensiva. Apesar de poucos desses personagens figurarem em documentos históricos, é gestada com eles significativa parte dos tradicionais usos e costumes rurais da região, como explica Barrios Pintos (2011) ao dissertar sobre a história da pecuária no Uruguai. É preconizado, nisso, um gênero de vida de onde derivam traços identitários do “camponês da campanha” atual, tal como alcunhado por Chelotti (2009).

O desenvolvimento dessa vida pastoril foi gerando, indissociavelmente, o seu correspondente na paisagem, num salto de um Pampa natural a um Pampa pastoril. Já na presença massiva do gado uma significativa mudança, tal como registraria mais tarde o colonizador espanhol Félix de Azara:

En las áreas de pastos poblados o frecuentados desde hace tiempo por pastores y rebaños “he observado constantemente que esos pajonales, o lugares llenos de grandes hierbas, disminuyen día por día y sus plantas son reemplazadas por césped y por una especie de cardo rastrero, muy espeso y de muy pequeña hoja; de suerte que si el ganado se multiplica o pasa un tiempo algo considerable, las grandes hierbas que el terreno producía naturalmente desaparecerán del todo”. Si este ganado es lanar la destrucción de las grandes hierbas es más pronta y el césped crece más deprisa, etc. (AZARA, 1969, p. 78).

Submetidos ao pastoreio e ao pisoteio, os campos foram se ajustando gradualmente, abrindo espaço ao predomínio de espécies vegetais adaptadas a essas perturbações (CRUZ; GUADAGNIN, 2010). Foi assim modelado um balizador da nova paisagem: a maior exposição do extrato herbáceo, o tapete vegetal, feição produzida pelo pastejo-pisoteio.

Um passo adiante foi dado nesse processo de humanização quando jesuítas e índios fundaram locais para manter o gado controlado, estande: nasciam as estâncias e os estancieiros. As primeiras significando inicialmente tão somente os locais destinados à criação de gado, sem referência à dimensão ou tamanho (sendo também chamadas pelos jesuítas ao modo espanhol de “dehesas”), e os segundos significando os índios missioneiros responsáveis pelas estâncias. Nesses estabelecimentos e nos postos estratégicos, a vida pastoril foi se desenvolvendo junto com a paisagem. Os animais passaram a ser melhor assistidos e posteriormente foram implementadas diversas técnicas de reprodução e cuidados contra diferentes enfermidades (LEVINTON, 2009). Tiveram origem aí alguns dos primeiros rodeios de gado manso da região (CAMPAL, 1968). Com o costeio dos animais, foi melhorada a quantidade de crias e evitados os recorrentes ferimentos dos cavalos usados para lidar com a brutalidade das reses *cimarronas*<sup>10</sup>. Para Levinton (2009, p. 109) “en función del tipo de manejo de esta estancia, orientada a una producción más especializada, se configuró un casco”.

Uma população de gerações acumulando conhecimentos do território, da lida campeira, das lavouras de subsistência, da equitação para o trabalho (também para a guerra) foram tomando parte na complexa divisão do trabalho, explicam Ahlert e Golin (2017). Aí estavam, além dos índios estancieiros (geralmente caciques ou irmãos administradores), os capatazes, posteiros, domadores, campeiros etc. (AHLERT; GOLIN, 2017). A experiência indígena-missioneira foi, enfim, gestando a paisagem-vida pastoril. Escreveu um legado que, quando não sobrevive hoje diretamente como rugosidade no sistema de objetos (em algum monte secular de umbus, em galpões, currais de pedras, ou outras edificações construídas nesse período), permanece como rugosidade em aspectos do sistema de práticas atuais da vida pastoril, de onde saem, por sua vez, objetos que, embora novos, muitas vezes têm idade técnica carregada dessa experiência pioneira.

---

<sup>10</sup> Ou, em português, chimarronas. Significa rezes xucas, asselvajadas.

No adentrar do século XIX, os portugueses dominaram o território missioneiro da Banda Oriental. Com isso, a paisagem-vida pastoril entrou em novo ciclo de sua história enquanto construção social. Mas esse período de sua gênese jesuítico-indígena já havia durado mais de um século e meio, o que hoje representa quase metade de sua história como paisagem humanizada. Naquele início dos oitocentos, o que já a singularizava em um quadro de comparação com outras paisagens derivadas do processo colonial era exatamente a permanência de significativa parcela de natureza em seu arranjo. Ainda que fruto de uma situação técnica impossível sob os desígnios apenas naturais, a paisagem e a vida pastoril haviam mantido uma simbiose com o meio geográfico pampiano anterior. Uma lógica produtiva com base na própria oferta da natureza regional, o pasto, e num sistema técnico pastoril hibridizado com a herança indígena caçadora.

A nova ordem instituiu a propriedade privada da terra e do gado numa crescente instrumentalização do meio sob a razão comercial, numa colocação periférica na Divisão Territorial do Trabalho, subordinada à demanda das charqueadas. Mas por outro lado, a criação de gado permaneceu baseada na “[...] excelente qualidade das pastagens naturais, sua “grama curta, porém succulenta” (DREYS, 1990, p. 20). A maior parcela do tempo e do trabalho necessário ao crescimento e engorde do gado até que estivesse em condições de venda continuou a cargo da relação do animal com o ambiente pampiano. Vale dizer, era uma produção lenta, operada no tempo dos condicionantes naturais. Ao longo dos oitocentos, a pecuária extensiva continuou sendo construída basicamente daquilo que o Pampa oferecia ao gado e, por isso, a fisionomia da paisagem pastoril continuou sendo esculpida sem grandes reestruturações da configuração geográfica anterior.

As inovações técnicas – as que poderiam trazer maior grau de artificialização da paisagem – encontravam contingências. Intervenções em matéria de produtividade, como seria o caso do recurso ao plantio de pastagens, por exemplo, não estavam no horizonte técnico e nem econômico dessa atividade, dado que periférica na divisão internacional do trabalho, “subsidiária de uma subsidiária<sup>11</sup>” na

---

<sup>11</sup> A pecuária extensiva se restringia, em sua fonte principal de renda, a fornecer matéria-prima para as charqueadas, que, por sua vez, tinham seu lugar não mais do que no fornecimento de um item de alimentação da força de trabalho das plantações do centro econômico do país, mas ainda assim subordinadas internacionalmente. Os lucros eram captados pelas etapas a jusante, resultando em baixa remuneração pelo gado em pé, que, por sua vez, estimulava a permanência do baixo investimento e do caráter extensivo da pecuária (PESAVENTO, 2014; FONTOURA, 2000).

economia do país, e, portanto, de baixa remuneração. A intervenção técnica no processo produtivo permaneceu restrita a trabalhos como o de castração, amansamento, prevenção e cuidado de enfermidades e outras atividades realizadas dentro do saber-fazer iniciado na ação indígena-missioneira, já secular naquele contexto, capaz de impactar a produtividade apenas até certo nível. O manejo de campo, por exemplo, restringia-se a práticas como a queima sazonal, cujo impacto sobre a produtividade é menos evidente do que seu papel por gerações na modelagem fisionômica da paisagem pastoril, junto ao próprio pastoreio e pisoteio do gado.

No demais, do nascimento ao abate dos animais, o tempo de trabalho natural superava largamente o tempo de trabalho social, para utilizar os termos de Freitas (1980). O que fundamentalmente definia o tamanho da produção e a magnitude da renda obtida na criação era basicamente a quantidade (em termos de área) e a qualidade (em termos de tipo de campo) das parcelas de Pampa usadas por cada particular. A criação oitocentista modesta, não mais que suficiente para garantir sozinha a reprodução socioeconômica de uma família, não era feita sem uma boa meia légua de campo. Em todos os casos, mesmo entre pequenos e médios criadores, a atividade se assentava sobre extensões consideráveis se comparada a outras realidades camponesas regionais, de modo que, nessa forma de uso do solo, o critério área, sozinho, não se constituía em um bom indicador da condição socioeconômica de um produtor.

Um criador oitocentista com 500 reses, por exemplo, demandava minimamente cerca de 1400 hectares<sup>12</sup>. Ainda assim, não produzia mais do que 40 a 50 novilhos anuais para venda, o que garantia um capital modesto e não oferecia a perspectiva de acúmulo de fortuna, segundo afirma Christillino (2010). A produção nesse nível podia ser mantida, em tese, com mão de obra familiar e/ou com apenas mais um trabalhador, seja ele um escravo campeiro ou mesmo um peão livre, segundo Farinatti (2007).

---

<sup>12</sup> Na década de 1830, por exemplo, o cálculo médio era de que cada légua quadrada (4.356 Ha) podia receber e criar entre 1.500 a 2.000 cabeças de gado, segundo o testemunho de Dreys (1990). Esse mesmo cálculo é ainda referido nos primeiros anos do século XX, conforme testemunho de outro viajante, o italiano Vittorio Bucceli (2016). Na prática, no entanto, essa lotação é sempre menor, pois é desigual a fertilidade do pasto em diferentes locais de uma grande extensão de terras, segundo complementara Dreys (1990).

Boa parte dos criadores dessa faixa de até 500 cabeças, número que a historiografia agrária considera o limite superior da faixa dos pequenos pecuaristas, tinha rebanhos ainda menores, de 200, 100 cabeças, o que permitia um desfrute anual modestíssimo, ainda que em termos de área não demandasse menos do que 500, 400 hectares. A estes e a membros de suas famílias, o consórcio do trabalho em suas pequenas criações com a agricultura (quando em campos aráveis) ou com o trabalho nas estâncias da região, era prática comum (CHRISTILLINO, 2010). É dessas famílias que era oriunda parte daqueles que procuravam trabalho regular ou eventual nas grandes estâncias (FARINATTI, 2007).

Aliás, já ao longo do século XIX, o grosso dos criadores eram pequenos e médios pecuaristas (FARINATTI, 2007; CHRISTILLINO, 2010). Em Alegrete, por exemplo, entre 1831 e 1870, os criadores com rebanhos de gado vacum inferiores a 500 reses eram maioria absoluta (52%) conforme sugere a análise de inventários post mortem realizadas por Farinatti (2007). Em Santana do Livramento, Fernandes e Miguel (2016) trazem um percentual ainda maior para o período entre 1859 e 1881: 70% de criadores com até 500 reses, tendo como fonte os inventários post mortem. Significa dizer que: além de serem a maioria dos que animavam a vida pastoril lidando com suas próprias criações, os pequenos criadores eram significativa parte dos que a animavam também nas grandes estâncias.

Na paisagem, esses corpos circulantes, além de objetos fabricados como benfeitorias, entre sedes, galpões, mangueiras, pomares e plantações e outras edificações, vão aparecer em proporção representativa da parte minoritária que cabia ao trabalho humano nesse sistema produtivo. Estando a grande fatia do trabalho a cargo do campo nativo, era exatamente dele e do próprio gado que se constituía majoritariamente a fisionomia da paisagem (Fotografia 2).

A atividade pastoril foi condicionada a se fazer de lonjuras, na forja de uma fisionomia marcada pelas grandes distâncias e uma vida indispensavelmente a cavalo. Uma feição de densidades humanas rarefeitas, sintetizada na percepção do viajante alemão Avé-Lallemant (1953, p. 270) que, cruzando a Campanha em 1858, observava que “aqui os vizinhos não se podem olhar da janela, antes a visita de um ao outro é já uma pequena viagem, por mais rapidamente que os ligeiros corcéis atravessem o campo (AVÉ-LALLEMANT, 1953, p. 270)”.

Fotografia 2 – “Onde os vizinhos não se podem olhar na janela”. Novembro de 2017, Caty, Santana do Livramento, RS.



Fonte: Registro do autor em trabalho de campo

Uma imagem de certo modo desprovida das geometrias e densidades mais comuns às obras humanas, montando um conjunto singelo que evoca em Rambo (2015, p. 134), durante suas andanças pelo sudoeste gaúcho já em meados do século XX, “[...] a ilusão de uma natureza primigênia, ainda intacta da mão destruidora do homem”.

### **2.1.2 Uma produção social, mas com natureza demais**

“As lógicas produtivas conduzem a níveis muito contrastados de transformação dos espaços humanizados”, segundo vai explicar Claval (2007, p. 291). Pois, já em fins do século XIX, grandes áreas de Mata Atlântica do sudeste brasileiro haviam sido substituídas por imensos cafezais. Na Zona da Mata nordestina, já era antiga a supressão do bioma para dar lugar a extensas plantations de cana-de-açúcar. No Planalto ao norte do Rio Grande do Sul, as colônias de imigrantes já haviam aberto clareiras nas matas para construir uma diversificada agricultura familiar, compondo



uma paisagem cultural profundamente diferente da paisagem natural anterior. Em Minas Gerais e partes do centro-oeste, a geologia já havia sido revirada em busca de ouro.

No Pampa pastoril, no entanto, em dois séculos desde sua origem moderno-colonial, havia ocorrido algo distinto. A paisagem-vida pastoril havia sido erguida como um híbrido de feitiço altamente condicionado pela paisagem-vida natural anterior. Mesmo nos casos em que o uso pastoril havia sido conduzido fora dos padrões do que hoje se chamaria “sustentabilidade”, isso havia se dado mediante perturbações na biota e não em sua efetiva substituição.

É isso, exatamente, o que começa a colocar o Pampa pastoril em certo desalinho com o próprio padrão moderno-colonial de civilização que o havia originado, ainda que expressão híbrida de natureza-cultura permaneça fisionômica e tecnicamente próxima daquilo que a geografia imaginária presente no pensamento moderno europeu identificou como “estado de natureza”. E, no pensamento moderno-colonial, dominar a natureza é o fundamento da civilização e da cultura (europeia, burguesa, branca, masculina), como explica Porto-Gonçalves (2001). O Pampa pastoril vai, então, ganhando, pouco a pouco, esse rótulo de vazio a preencher, de deserto a povoar ou de progresso ainda por se realizar quando deixar de ser “só campo”. A paisagem e a vida pastoris, de certo modo, começam a se tornar marginais à própria modernidade colonial de onde tiveram gênese.

No mesmo passo em que esse patrimônio agrário vai sendo produzido e transformado, vai sendo construído sobre ele (e não a partir dele, como argumenta Porto-Gonçalves (2019) para o caso do Cerrado) um imaginário pejorativo, na esteira da construção, também desde fora, da hegemonia daquilo que Pérez (2008) considera uma leitura exclusivamente produtiva dos espaços agrários, numa primazia da face restritamente funcional e econômico-produtiva da agropecuária. Em outras palavras, para os padrões moderno-coloniais importados da Europa, construiu-se desde cedo a percepção exógena de que faltou à paisagem pastoril algo de regular, de padronizado, de linear, de denso, que sintetizasse uma imagem de progresso (Fotografia 3).

Fotografia 3 – “Coronilha solitária, campo e mata de galeria”. Setembro de 2019, Passo do Geromito, Santana do Livramento, RS.



Fonte: Registro do autor em trabalho de campo

Assim, nas dicotomias comuns da modernidade, não só entre natureza e cultura, mas entre civilização e barbárie, arcaico e moderno, atraso e progresso, subdesenvolvido e desenvolvido, seguidamente tocou à paisagem e à vida pastoril o polo inculto, notadamente, em suas expressões não aristocráticas, não brancas, não ricas e/ou não poderosas.

### **2.1.3 “Desertos a oeste do Rio Grande”:** olhares europeus oitocentistas

Diversos viajantes europeus testemunharam e produziram narrativas escritas sobre a vida pastoril no sudoeste gaúcho em diferentes momentos do século XIX. Nesses documentos, o Pampa aparece reiteradamente como algo entregue à relva, um “deserto” ou “oceano” verde. Salvo, claro, nas situações em que esses “andantes” eram recebidos por algum estancieiro rico com um “[...] jantar esplêndido acompanhado de um excelente vinho do Porto”, como foi o caso do francês Arsene

Isabelle (2006, p. 191) ao visitar uma estância no atual município de Uruguaiana, na década de 1830. Ou, ainda, quando encontravam algum “[...] sinal de progresso em tão ermas regiões”, como foi o caso do alemão Avé-Lallemant (1953, p. 296), ao comentar que havia uma biblioteca na residência de um estabelecimento no atual município de Alegrete, em 1858.

No demais, a ideia de Pampa deserto ou selvagem é uma constante. O francês Nicolau Dreys chega mesmo a nominar a região, em meados do século XIX, como “desertos a Oeste do Rio Grande (DREYS, 1990, p. 109)”, enquanto o belga Jean Baguet, cruzando a Campanha em 1845, se consola dizendo que “felizmente há estâncias no campo, como oásis no deserto... (BAGUET, 1997, p. 75)”. Tal era a percepção negativa do europeu moderno que se aventurava por esses campos que o alemão Robert de Avé-Lallemant, em viagem pelo Rio Grande em 1858, expressa o alívio de sair da região, dizendo alegrar-se em pensar que já se encontrava novamente no domínio das águas do Vacacaí e do Jacuí que era a ligação fluvial com a parte, segundo ele, mais civilizada da Província (a parte litorânea) e com o caminho mais próximo do oceano. O viajante escreve que “para quem percorreu o solitário distrito das Missões e a desabitada margem do Uruguai – todo o oeste da Província – esse pensamento é sem dúvida consolador (AVÉ-LALLEMANT, 1953, p. 307)”.

Outros aspectos também compunham o repertório desse olhar exótico dos viajantes europeus oitocentistas. Alguns dos elementos mais característicos da paisagem e da vida pastoril são também referidos seguidamente de forma pejorativa. Em certa passagem, o francês Saint-Hilaire, cruzando o sudoeste gaúcho em 1821, critica a alimentação centrada na carne, o consumo do mate, e aquilo que considera uma demasiada importância do cavalo e da montaria. Em uma estância em que esteve no atual município de Uruguaiana, o naturalista descreve o alferes/estancieiro que o recebeu como “[...] um homem que se nutre unicamente de carne, e carne mais dura que se possa imaginar; mora numa choupana de sete passos de comprimento por cinco de largura, não tem outro prazer além do fumo e de tomar mate [...] (SAINT-HILAIRE, 2003, p. 307)”. Segundo o francês, embora o próprio homem parecesse satisfeito, aquela forma de existência austera e resignada necessariamente reconduziria à condição de barbárie não só o próprio homem, mas o povo que compartilhava daquele modo de vida (Fotografia 4).

Fotografia 4 – “De cambona no fogo”. Setembro de 2019, Coxilha Negra, Santana do Livramento,RS



Fonte: Registro do autor em trabalho de campo

Nas palavras de Saint-Hilaire, “restringir todas as suas habilidades a saber montar a cavalo, todos os seus costumes a comer carne é reduzi-lo a condição de indígena e distanciá-lo da civilização”. O viajante segue, ainda, dizendo ser por meio da civilização que o Homem, conhecendo certa quantidade de prazeres, é instigado a trabalhar e a exercitar sua inteligência para conquistar esses prazeres e, por conseguinte, “[...] aperfeiçoar-nos, pois é unicamente pelo exercício de nossa inteligência que nos aperfeiçoamos (SAINT-HILAIRE, 2003, p. 307)”.

Para Saint-Hilaire, aos olhos de um europeu que chegasse àquela região tendo aprendido um ofício ou tendo sido criado em ambiente agrícola, eram desprezíveis as maneiras grosseiras daquela gente, que, segundo ele, envolta à vida pastoril, não exercitava muito sua inteligência e levava uma vida semelhante à dos “selvagens”. Em tom de lamento, Saint-Hilaire (2003, p. 321 – 322) observa:

O que logo lhes apaixona são os cavalos e o gado; imitam tudo o que vêem e, não querendo ficar em situação de inferioridade diante de seus vizinhos aprendem a montar tão bem quanto os que lhes ensinam, elogiando tanto a

arte de montar, que pensam não existirem outras habilidades. Aliás, a infância sempre achará um prazer imenso no sentimento de sua superioridade. Esse prazer é experimentado quando a criança se torna dona de um cavalo que concorre em um rodeio, ou ela ajuda a matar um boi e retalhá-lo.

Como europeu oriundo de uma França que ditava as referências de modernidade e civilização exportadas ao mundo, Saint-Hilaire estabelece em sua descrição uma hierarquia entre a atividade pastoril e a agricultura. Os costumes relacionados à primeira aparecem como inferiores aos da segunda. O viajante afirma que a vida pastoril é o primeiro estágio da civilização, quando uma região ainda é pouco habitada e que, na medida do aumento da população e da divisão das terras, a agricultura torna-se uma necessidade. Deste modo, justifica que, se, inicialmente, as magníficas pastagens que cobriam a Capitania do Rio Grande e de Montevideu haviam convidado naturalmente os primeiros povoadores à criação de gado, com o tempo, isso acabaria por concorrer para um retrocesso ao obrigar os produtores a deixar os costumes da vida agrícola pelos da vida pastoril (Fotografia 5).

Fotografia 5 – Conduzindo vaca preta para o parto. Novembro de 2017, Pedra Montada, Quaraí, RS.



Fonte: registro do autor em trabalho de campo

De forma muito semelhante, o espanhol Félix de Azara já havia feito, ainda no século XVIII, o mesmo tipo de observação sobre os domínios espanhóis do Pampa. Dizia ele que a vida pastoril, como meio de subsistência era “mucho mas sencillo, mucho menos penoso y supone menos industria que el de cultivar la tierra”. Por isso, na concepção do autor, a arte do pastoreio precederia em termos, digamos, evolutivos, a arte agrícola, argumentando que “la historia nos muestra por todas partes pueblos pastores que se convierten en agricultores, y acaso nunca ha sucedido que un pueblo agricultor se convierta en pastor (AZARA, 1969, p. 285)”.

Dito isso, o explorador espanhol lamenta o destino pastoril que tomava os domínios do Prata, dizendo que “los ganaderos de estas regiones son los menos civilizados de todos los habitantes, y que este género de vida casi ha reducido al estado de indios bravos a los españoles que lo han adoptado (AZARA, 1969, p. 285)”. Na descrição de Azara, esses pastores não mantinham a mesma constância de labor que era própria da agricultura e permaneciam a maior parte do tempo ociosos, afirmando ainda que “estas gentes no acompañan nunca los ganados al campo, como sucede en Europa. Todos sus cuidados se reducen a salir una vez por semana, seguido de algunos perros, para dar una vuelta a sus posesiones, gritando y a todo galope (AZARA, 1969, p. 286)”.

Com o mesmo tom de inferiorização com que mais tarde Saint-Hilaire criticaria a alimentação carnívora dos criadores de gado da Campanha, o iluminista espanhol também cria imagens da cultura alimentar dos pastores do Prata, dizendo:

No comen legumbres ni ensaladas, diciendo que son pasto, y se mofan de los europeos, que comen como los caballos y usan el aceite, otra cosa que les repugna mucho. No se alimentan absolutamente mas que de carne de vaca asada como lo hacen los charrúas y sin sal (AZARA, 1969, p. 287).

Nessa mesma linha, outro francês, Nicolau Dreys, observa, na década de 1830, que mesmo abundante em peixes em seus rios, os habitantes do Pampa, inclinados a uma dieta centrada na carne vacum, pareciam “[...] fazer pouco caso deles (DREYS, 1990, p. 59)”. Diz o autor que a criação de gado e o gosto adquirido por ela, os conduzia para outra direção. O viajante chama atenção para o tanto de atrelado à natureza pampiana era o sistema de criação extensiva que se desenvolvia. Ele observa que havia uma reprodução natural do gado, que, somada a uma despesa que o autor caracteriza como quase nula dado que o principal insumo era o pasto

nativo, configurava uma condição favorável ao estancieiro. Inclusive, esse era um fator que, para o francês, concorria para a permanência da pecuária em detrimento da agricultura: “[...] Poucas necessidades levam o habitante para a cultura. Sua vida está segura com esse mesmo gado que cobre o país, e tão completamente acostumado está a tirar dele seu sustento, que não sente a falta das searas [...] (DREYS, 1990, p. 56)”.

De forma semelhante aos franceses, também o alemão Avé-Lallemant discorre sobre a falta das searas na região, em 1858. Nas proximidades do Inhanduí, últimas léguas antes da então vila do Alegrete, ele diz que a região ondulada onde se encontrava “[...] certamente poderia chamar-se bela, se cultivada e ocupada por aldeias, pomares e trigais (AVÉ-LALLEMANT, 1953, p. 298)”. O mesmo ocorre da vila de Alegrete para leste, onde, ao olhar do viajante, desaparecia “[...] qualquer vestígio de habitação humana e a região era [...] despida de qualquer cultura (p. 300 – 301)”. A leste de São Gabriel o alemão ainda reclama a ausência do cultivo da terra, dizendo que “[...] faltava o gracioso encanto que imprimem a uma paisagem a cultura humana, as aldeias e povoados (p. 310)”. Segundo ele, a desculpa usada pelas gentes dali era a falta de braços oriunda da baixa densidade de habitantes para empreender o cultivo da terra. Para o viajante, no entanto, essa era uma desculpa para a preguiça imperante entre a população: “Cultivar, lavrar com os próprios braços, semear, colher - nisso ninguém pensa. Antes privar-se de tudo e satisfazer-se com carne, leite e queijo (p. 253)”.

Segundo Avé-Lallemant (1953), nessa região da margem do Uruguai os gêneros alimentícios vegetais, não sendo produzidos ali, alcançavam preços elevados. Por isso, não restava à população mais pobre outra alternativa que não a de se alimentar principalmente de carne, cuja produção, segundo afirma, se dava um tanto por si mesma nas criações extensivas dos campos, sem ninguém se dar “[...] ao trabalho de melhorar as pastagens ou a raça do gado (p. 253)”. Na visão do viajante, tratava-se, inclusive, de uma realidade inversa a da Alemanha, sua terra natal, onde era pobre o homem que passando uma semana inteira sem carne, tinha de viver de feijão e batatas, enquanto na Campanha, se olhava com piedade a família que na semana só tinha carne e não podia comprar feijão. Segundo sua comparação, “no (hemisfério) norte prepondera numericamente, no primeiro plano, o homem que cultiva, e no sudoeste (da Província de São Pedro), o gado e o cavalo em vez do homem (p. 253 – 254)”. Para o viajante, esse era um inconveniente que só seria

sanado pela imigração europeia em grande escala. A síntese do autor é reveladora de todo um espírito moderno-colonial: “Pelo menos a metade das enormes várzeas do Uruguai precisa ser revirada pelo arado e plantada por agricultores. Em nosso século é essa a missão da raça anglo-saxônica, germânica do norte (p. 254)”.

#### **2.1.4 “Metade Sul”: o olhar urbano-industrial novecentista**

Ainda na década de 1960, até mesmo na de 1970, era possível ver a paisagem pastoril do Pampa em significativa medida conservada no mesmo feitiço moldado desde a introdução do gado na Banda Oriental. Ainda naquela década esse espaço mantinha muitas permanências de seu passado histórico. A Campanha percebida por Pébayle (1968, p. 18), por exemplo, em seus trabalhos de campo na região, ainda era naquele momento um “[...] domínio tradicional de criação extensiva”. A paisagem descrita pelo autor continuava marcada pela vegetação herbácea, campestre nativa, cobrindo planuras e coxilhas. Citando estatísticas oficiais, o autor afirma que em 1960 a área destinada à agricultura na região cobria apenas 210.000 hectares, equivalente a só 4,6% da superfície explorada, contra mais de 20% em outras regiões do estado. Na visão do autor, a maioria dos produtores daqueles meados da década de 1960 ainda considerava que “[...] o pampa só podia abrigar uma atividade, ligada à excepcional riqueza de seu tapete vegetal: a criação extensiva (PÉBAYLE, 1968, p. 20)”. Apesar de algumas modernizações, sobretudo no que diz respeito aos melhoramentos zootécnicos, a tradição ainda marcava a paisagem-vida pastoril da região que, aos seus olhos, permanecia sob “[...] poderosa influência do meio natural e do vigor das mentalidades vindas diretamente da história (PÉBAYLE, 1968, p. 32)”.

No entanto, desde o pós-Segunda Guerra Mundial, havia se iniciado um processo sem precedentes de globalização das trocas, industrialização e urbanização mundial, operando grandes mudanças que foram paulatinamente dissolvendo os domínios da relativa fixidez das antigas regiões e suas paisagens até então estáveis, como era o caso da paisagem pastoril do Pampa (MOREIRA, 2011). Mesmo ainda na década de 1940, em suas viagens ao sudoeste gaúcho, o geógrafo Balduino Rambo já podia ver, entre Rosário do Sul e Livramento, grandes plantações de arroz, que se repetiam também entre Bagé e Dom Pedrito. Sobre essa região, correspondente aos terrenos sedimentares da Depressão Central gaúcha, o geógrafo já fazia, inclusive, uma acertada previsão: “Esta terra deverá transformar-se em grandes áreas agrícolas



(RAMBO, 2014, p. 27)”. Na década de 1960, muitas áreas pampianas de várzea e banhado já haviam dado lugar ao arroz irrigado, principalmente através do arrendamento da terra por parte de investidores de fora da região, trazendo novas lógicas de produção e de vida (CHELOTTI, 2009).

Sobretudo a partir das décadas finais do século XX, o mundo começa a ver os espaços rurais crescentemente invadidos de uma relação socioespacial cada vez mais utilitária, frequentemente conduzindo os subespaços à monofuncionalidade, como explica Claval (2007). As paisagens culturais legadas pela história agrária passam por processos de progressiva standardização ou banalização, na medida em que as modernizações iam ocorrendo mediante difusão de um mesmo padrão técnico em diferentes lugares, atenuando suas diferenças morfológicas (SANTOS, 2006). Toma corpo e se torna hegemônica uma cultura desenvolvimentista para o campo, tendo na cidade o seu polo irradiador, construindo um despreço pelas heranças agrárias, vistas como rudes e vulgares, segundo demonstra Pérez (2008).

De acordo com a autora, põe-se em marcha a deslegitimação da cultura do campo, tendo como resultado o deterioro de seus imóveis mais significativos, além de artefatos, conhecimentos, técnicas, ofícios, utensílios, linguagens, incluindo as próprias paisagens que sintetizavam esse universo. Nesse contexto, as heranças dignas de reconhecimento patrimonial, social ou institucional, e de conservação, só podem ser as de corte cidadão, pertencente às classes dominantes, ou as enfocadas em valores naturalísticos, conforme explana a autora. A herança da agropecuária – uma híbrida de natureza-cultura, viva e dinâmica – não é considerada merecedora de reconhecimento patrimonial (PÉREZ, 2008). Pelo contrário, a ideia dominante passa a ser a de que essa herança fosse efetivamente suprimida para dar lugar à moderna e eficiente produção demandada pela sociedade urbano-industrial.

No Pampa, um sintoma característico desse processo foi o impulso tomado pela ideia de que os campos nativos do Rio Grande do Sul deveriam necessariamente ser cobertos com alguma plantação moderna como forma de passaporte da região ao progresso ou desenvolvimento. Já na década de 1970, o desacordo desenvolvimentista com a ideia de campos nativos servindo de alimento para o gado atribuía um estigma ao pecuarista como sendo “gigolô de vaca”, em referência pejorativa ao que se considera de pouco labor, lento e improdutivo.

No período entre as décadas de 1980 e 1990, começava a ganhar corpo, inclusive, uma dicotomia no Rio Grande do Sul envolvendo a ideia de um estado

dividido em norte-rico-desenvolvido, identificado como moderno-agrícola, e sul-pobre-subdesenvolvido, identificado como pastoril. O sul do estado, ou seja, o Pampa brasileiro, aparecia, segundo alguns discursos, reduzido a uma “metade sul”, denominação que trazia embutida essa ideia de pobreza, arcaísmo, atraso e subdesenvolvimento, servindo de chamariz a grandes projetos modernizadores. A essa altura, se houvesse uma imagem para servir de emblema da decadência da região, esta seria representada pela velha paisagem pastoril.

Mesmo sob diferentes posições do espectro ideológico, a pecuária extensiva do Pampa se tornava expressão da face oposta ao desenvolvimento. Numa visão, digamos, mais empresarial, circulante entre uma fatia dos próprios pecuaristas, surgia o estigma da acomodação, da irracionalidade, da ineficiência, falta de dinamismo, baixa produtividade e rentabilidade, a ser superada com grandes investimentos e projetos modernizantes. Nesse olhar não era levado em conta – ou talvez não fossem consideradas justificáveis – eventuais outras motivações em ser pecuarista que não as movidas pelo empreendedorismo, como poderia ser o caso, por exemplo, da simples reprodução de um modo de vida herdado de gerações que privilegia a segurança e certa autonomia em relação ao mercado.

Já numa posição mais à esquerda, aparecia a associação ao latifúndio, à desigualdade, à concentração fundiária, argumentando em favor da reforma agrária. Notadamente, havia à esquerda certa tendência de reduzir a diversidade da pecuária extensiva do Pampa brasileiro a um mosaico de latifúndios, o que, de certo modo, também acabou contribuindo para a invisibilização de uma miríade de sujeitos sociais da faixa dos pequenos e médios pecuaristas que, historicamente, haviam sido maioria desse universo (FARINATTI, 2007; CHRISTILLINO, 2010; FERNANDES e MIGUEL, 2016), responsáveis efetivos, em sua corporeidade, pela modelagem da paisagem e pela animação da vida pastoris, enfim, pela constituição desse patrimônio agrário regional.

Ainda que por parte do MST, por exemplo, o foco estivesse na concentração fundiária na região, e em pautas como o estabelecimento de um limite máximo de área de propriedade da terra no Brasil, a atuação do INCRA nas vistorias e desapropriações para fins de reforma agrária esteve mais centrada na questão da lotação pecuária dos campos como indicador de produtividade (DA ROS, 2009), na mesma linha da busca por superação do baixo dinamismo econômico defendida por setores empresariais. Seria dizer, seja à “esquerda” ou à “direita”, as críticas partiam de um olhar

produtivista. Por isso, em ambos os casos, elas acabavam desembocando exatamente nesses pequenos e médios pecuaristas, dado que eram os submetidos a uma gama maior de limitantes para a assimilação de modernizações e, também por isso, mantenedores de uma racionalidade produtiva distinta da lógica puramente instrumental do investimento tipicamente capitalista.

### **2.1.5 “El Dorado”: o avanço recente da soja e o processo de supressão**

Nos anos 2000, a supressão do antigo universo pastoril pampiano já havia ganhado escala e se tornado mais evidente. Isso ocorre já na plenitude do que Santos (2006) chamou de meio técnico-científico-informacional, em que ciência, tecnologia e mercado global, conjuntamente, tornam-se os pilares da intervenção do homem no meio, desencadeando processos de cientificização ou tecnificação da paisagem. O Pampa passa a se ver cada vez mais incorporado aos grandes e mais recentes circuitos globais ancorados na competitividade, produtividade e lucro, que intensificam e transformam usos antigos, como é o caso da própria pecuária, e, sobretudo, impõem outros novos, como a agricultura moderna.

A região é demandada a servir ao que Achkar (2017) chama de “intensivismo”, produzido tanto em sentido horizontal, com o avanço da fronteira agrícola e da conversão de grandes extensões de campo, quanto em sentido vertical, incrementando a produção por unidade de área, com uso intensivo de bens naturais como água e solo. O avanço das plantações de espécies florestais e, sobretudo, da soja, constitui a expressão mais saliente disso no caso pampiano (DE DAVID, 2016). Mais recentemente os projetos de mineração também vêm se somando entre esses influxos potencialmente supressores do Bioma Pampa.

Para Santos (2006), nesse mundo de hoje, os eventos que se realizam sobre diferentes lugares atendem cada vez mais a fins estranhos a sua população. Muitas vezes, eles são apenas respostas localizadas a necessidades alheias e a funções cuja geração é distante. O autor chama de alienação local ou alienação regional o resultado desse distanciamento entre o motor dos eventos e o local de sua realização. Na escala de onde essas ações são comandadas, estão, sobretudo, os grandes decididores, como governos, empresas transnacionais, organizações internacionais etc., enquanto na escala de sua efetivação estão os atores locais-regionais, cujo poder de escolha é normalmente limitado.

Como explicar as metamorfoses que ocorrem hoje no Pampa a partir do avanço da soja sem considerar, por exemplo, o peso do chamado “efeito China”? Escher e Wilkinson (2019) falam de um verdadeiro “complexo soja-carne Brasil-China”, articulando os dois países como “polos” comerciais. Segundo os autores, a China passa por um processo de acréscimo da renda per capita, urbanização e aumento da classe média, que hoje chega a algo em torno de 30% de sua população (em termos absolutos, trata-se do equivalente a cerca de duas populações brasileiras inteiras). Isso se desdobra em uma importante mudança de hábitos alimentares relacionados à classe social, cuja expressão é o aumento do consumo de carne, neste caso, notadamente a carne suína. Essa demanda leva a uma industrialização da produção chinesa de suínos, que, por sua vez, tem no farelo de soja um importante insumo, principal componente da ração dada aos animais.

É oriunda sobretudo daí a enorme demanda chinesa por soja, que absorve mais de 60% da oferta do mercado internacional e impacta na alta dos preços do grão, no bojo do que, segundo os autores, convencionou-se chamar de boom da commodities. No Brasil, como polo exportador, o efeito é a expansão na área plantada, na quantidade produzida e nas exportações de soja em grãos. Em 2019-20, o Brasil ultrapassou os EUA e teve a maior produção mundial de soja. Com essa demanda internacional constante, sobretudo, a asiática, e com a permanência do valor do grão em um patamar atrativo, ainda que ente oscilações, a expansão em extensão e produtividade segue sua marcha e agora se estende, também, ao Pampa Gaúcho.

A associação entre mercado global, ciência, tecnologia e informação vai tornando cada vez mais diminutas as áreas em que as condições naturais preexistentes ainda impõem barreiras ao plantio da soja a ponto de inviabilizá-lo. Enquanto as terras com condições mais propícias ao cultivo da oleaginosa vão se esgotando, os incrementos técnicos a estendem a terrenos de segunda ou terceira alternativa. Os solos superiores dos Cerrados nas áreas mais altas e planas já estão ocupados. No Rio Grande do Sul, as terras altas de solos profundos com predomínio de texturas argilosas da tradicional região produtora do Planalto alcançam preços de mercado exorbitantes, expressando a baixa disponibilidade frente à demanda crescente na esteira da valorização do grão. Em todo o Brasil, a expansão se volta, agora, a regiões até então marginais, em movimentos semelhantes ao que inicialmente levou a soja do sul para o centro-oeste, a partir da década de 1970. Nos Cerrados, também começam a ser visadas, por exemplo, zonas de solos arenosos,

em geral carentes de nutrientes e de estrutura física, além de mais sensíveis a secas e excessos de chuvas.

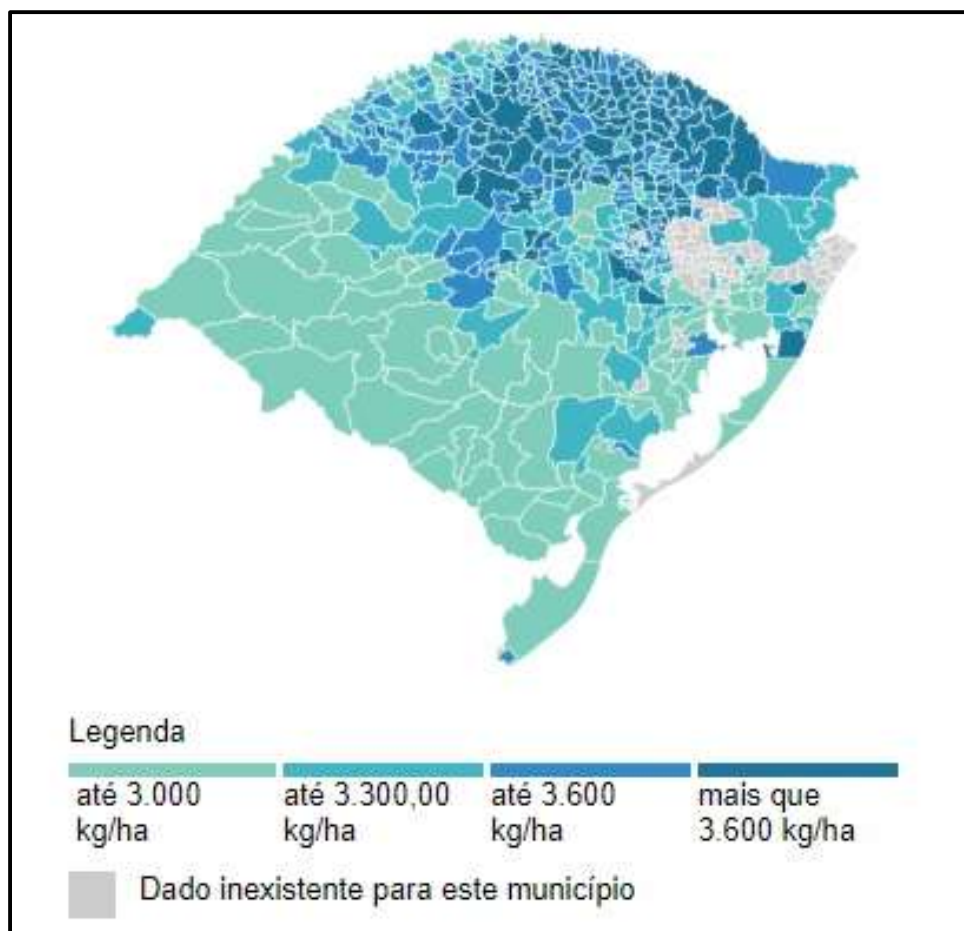
A expansão da soja dos domínios de solos argilosos do norte para os de solos arenosos e franco-arenosos do sul é o correspondente desse movimento no Rio Grande do Sul. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ainda em 2011, os cinco municípios gaúchos com a maior área plantada de soja eram todos do Planalto: 1) Tupanciretã; 2) Palmeira das Missões; 3) Cruz Alta; 4) Julho de Castilhos; e 5) Jóia. No entanto, em 2019, menos de 10 anos depois, 3 dos 5 municípios com maior área plantada já eram do Pampa, sendo dois deles da Campanha Gaúcha: São Gabriel e Dom Pedrito, empatados na segunda posição, e Cachoeira do Sul, ocupando a quarta.

Os operadores desse evento na escala de sua realização são investidores com trajetória no setor, oriundos, sobretudo, dessas regiões tradicionalmente produtoras da metade norte do estado. “É gente de Lagoa Vermelha, de Cruz Alta, tem várias regiões aí. [...] Já não tem mais espaço lá né, daí eles tão descendo”, percebe, por exemplo, Anderson, pecuarista em Palomas, em Santana do Livramento, localidade considerada um “foco” do impulso sojeiro, localizada sobre terrenos sedimentares da depressão periférica, na bacia do rio Santa Maria. Dadas as singularidades dos solos sobre os quais o evento se realiza, trata-se de um avanço que se dá à guisa de especial necessidade de investimento, seja em fertilizante e corretivos, material genético e maquinário adaptados, ou em manejo de proteção, dada sua maior fragilidade. Ainda assim, são obtidas produtividades por área sensivelmente menores que as do Planalto. São Gabriel e Dom Pedrito, por exemplo, caem para o 11 e o 15, respectivamente, quando o tema é a quantidade produzida, segundo a mesma plataforma de dados do IBGE, para o ano de 2019. De acordo com essa fonte, enquanto em municípios do norte do estado o rendimento médio chega a ultrapassar os 4.000 Kg/ha; no sul, apenas uma minoria chega aos 2.000 Kg/ha. A Figura 8, a seguir, traz uma síntese desse contraste de rendimento.

Ocorre que a menor produtividade por área acaba sendo, de certo modo, compensada pelo preço da terra consideravelmente mais baixo, o que favorece o avanço em extensão do cultivo, conforme evidencia a fala de Antônio, representante de uma firma de negócios rurais de Santana do Livramento: “Maioria do pessoal é o pessoal da serra e outros estados que está plantando na região soja, arroz. O preço

do hectare é muito caro lá, então eles vêm aqui e compram ‘dez vezes mais’”, enfatiza o corretor.

Figura 8 – Rio Grande do Sul: rendimento da produção de soja em kg/ha (2019)



Fonte: IBGE Cid@des

De fato, no Planalto, em zonas com condições de alta produtividade para a soja, o valor médio do hectare ultrapassa os 58 mil reais, enquanto em municípios como Passo Fundo, chega a ultrapassar os 60 mil, segundo dados do INCRA (2020). Lá, mesmo as áreas aptas de baixa produtividade para o grão rondam, no mínimo, os 30 mil reais o hectare, de acordo com a mesma fonte. Enquanto isso, na Fronteira Oeste, as melhores terras, que mesmo assim tem produtividade média para a oleaginosa, valem em média 14,3 mil reais, e as com aptidão de baixa produtividade, 11,5 mil (INCRA, 2020).

Assim, a grande procura de terras para compra e arrendamento com esse fim vai se tornando marcante nas localidades do Pampa com solos minimamente viáveis à agricultura, conforme evidencia outro trecho da fala de Anderson, pecuarista em Palomas: “Eles chegam ali no teu campo, o campo tá com gado, eles chegam assim e te perguntam se tu não queres plantar soja. [...] Às vezes por telefone também, eles conseguem teu número e te ligam, te fazem proposta e melhoram a proposta, dobram a proposta”. Sob essa pressão de demanda, a conversão de remanescentes de paisagem-vida pastoril é facilitada nessas localidades, considerando as dificuldades contemporâneas de reprodução socioeconômica na pecuária extensiva, sobretudo para pequenos e médios pecuaristas. Embora os preços pagos pelo gado bovino ao produtor, por exemplo, venham em uma ascendente recente após longo período de queda e posterior estabilização em patamar relativamente baixo (VIANA, et. al., 2009), os custos se ampliam notoriamente, seja em insumos como medicamentos veterinários ou em mão de obra, por exemplo.

Surge, então, a ideia de que “financeiramente a soja é mais rentável”<sup>13</sup>. André, como agrônomo com atuação em Santana do Livramento, simula, a título de exemplo, o cálculo financeiro que pode envolver a decisão do pecuarista em arrendar para o plantio da soja:

o cara (sojicultor) oferece um arrendamento pra ele, 6, 8 sacas de soja por hectare<sup>14</sup>, e numa pecuária tradicional ele tá tirando 70 kg de peso vivo/hectare/ano<sup>15</sup>. Então é negócio, entende. E ele vai pensar: não vou me incomodar, é o agricultor que vai trabalhar”.

Sobre a localidade de Palomas, ouvimos que “muita gente ali vendeu gado, vendeu tudo e vive do arrendamento da soja”<sup>16</sup>. Nessa localidade, duas são as formas mais comuns de arrendamento para o grão: a de “ano fechado” e a sazonal. No primeiro caso, o arrendatário permanece com a área arrendada na entressafra da soja, mantendo-a em pousio, coberta com algum cultivar protegendo o solo até o próximo plantio ou destinando-o à pastagem para o gado. No segundo caso, a área

---

<sup>13</sup> Fala de Anderson, pecuarista em Palomas.

<sup>14</sup> Considerando a cotação atual da saca de soja (60 kg), que rodeia os 160 reais, a receita por hectare/ano do produtor arrendatário giraria entre 960 e 1280 reais.

<sup>15</sup> Considerando a cotação do boi gordo, por exemplo, que está ao redor de 10,5 reais, a receita do pecuarista por hectare/ano ficaria em torno de 735 reais.

<sup>16</sup> Fala de Anderson, pecuarista em Palomas.

arrendada é devolvida ao proprietário com pastagem de inverno, após a colheita da soja.

Há quem, vendo as possibilidades de renda geradas por essa demanda, resista muitas vezes amparado na tradição:

O que me segura é aquela velha insistência. De tu querer seguir teus ancestrais ali, o meu avô, meu pai, só que tá ficando inviável já, pelas propostas que estão me fazendo. Já está num ponto que se eu não fizer eu já perco. Já estou perdendo. Por exemplo, a pecuária assim, se eu pegar e diminuir a minha lotação ali e tirar uma parte pra soja já estou ganhando<sup>17</sup>.

Aos que não vivem nas localidades, mas mantêm algum tipo de vínculo, cresce a percepção de que “[...] não tem mais estância, é tudo granja”, tal como Eduardo, artista do meio nativista em Santana do Livramento. Em sua leitura, “[...] essa zona, tu sai pela faixa aí já tem campo que não tem mais cerca né, por causa da lavoura. Pampeiro pra frente não tem mais cerca. Não vê nem gado da beira da faixa”. A força econômica do evento desperta a percepção de que “mais cedo ou mais tarde aquela região ali é só planta”<sup>18</sup>, ainda que as transformações que causa na paisagem não passem despercebidas e nem sem um grau de pesar por algo que está se perdendo:

As pessoas, ali, mudaram uns oitenta por cento aquela região ali. Do pessoal que era dali que venderam, que tão na cidade, que arrendaram, não tão mais lá. Tchê, e dali da área, o que tu notas, o único problema que eu acho, assim, é do secante esse que eles colocam. Isso aí que te deixa, na época que tacam aquilo, fica uma paisagem triste assim, que é o que mata o pasto. Aquilo ali te mata todo o banco de semente que tu tens ali, das nativas, que isso aí hoje pra ti recuperar um campo é de 7 a 10 anos que vai voltar a ter aquele tipo de gramínea nativa ali né. Tem esse lado também<sup>19</sup>.

É nesse sentido que a região se transfigura em uma nova fronteira agrícola em expansão. Um novo “El Dorado” segundo os imperativos do desenvolvimento como intensificação produtiva. O Pampa, de modo geral, e sua paisagem-vida pastoril, em particular, entram em um processo sem precedentes de supressão de suas características, tanto em profundidade, reordenando modos de vida e espaços já organizados e consolidados, quanto em extensão, através da incorporação de novos territórios às dinâmicas produtivas intensivas (HAESBAERT; LIMONAD, 2007)<sup>20</sup>.

<sup>17</sup> Fala de Anderson, pecuarista em Palomas.

<sup>18</sup> Fala de Anderson, pecuarista em Palomas.

<sup>19</sup> Fala de Anderson, pecuarista em Palomas.

<sup>20</sup> Ao dissertarem sobre os processos de globalização/fragmentação.



Em Palomas, ocorre ainda uma particularidade nesse processo. Ali, a forma singular com que historicamente foram arranjadas natureza e artifício produziu paisagens e expressões culturais que hoje se tornam de interesse para o turismo. Sua singular geodiversidade, por exemplo, classificada por Sell (2017) como pertencente ao “Pampa das mesetas”, em referência à presença de cerros tabuliformes, como o próprio Palomas, é um marcador de identidade territorial e, ao mesmo tempo, um componente cênico da paisagem. A ela se associam rugosidades herdadas da histórica pecuária extensiva que são reapropriadas a esse fim turístico. A presença da vitivinicultura e, mais recentemente, da olivicultura, completam esse quadro de potencialidades, em uma articulação natureza-tradição-tecnologia com arraigo territorial. Nasce daí a chamada Ferradura dos Vinhedos, uma rota de turismo rural e enogastronômico que vem alcançando notoriedade. O agronegócio da soja avança sobre esse arranjo de formas-conteúdo seja efetivamente o substituindo, seja interferindo em sua dinâmica (Fotografia 6).

Fotografia 6 – O Cerro Palomas e a soja: um geopatrimônio e sua nova e contraditória convivência. Fevereiro de 2021, Palomas, Santana do Livramento, RS.



Fonte: Registro do autor em trabalho de campo

O fato é que, nesse impulso, o sonho moderno sonhado de fora desde os tempos das crônicas dos viajantes europeus, de que o Pampa, sendo apenas campo é vazio e que, portanto, seria um dia preenchido com algo de “industrioso”, parece enfim estar se realizando. Esse processo é envolto em uma aura de inevitabilidade oriunda tanto do fato de que a sua difusão é comandada por essa citada mais-valia operada em nível mundial, quanto em razão da enorme força do imaginário correspondente que facilita a sua inserção em toda parte (SANTOS, 2006).

Como o novo “El Dorado” gaúcho, o Pampa vê a lavoura moderna da soja avançar afiançada numa visão estritamente funcional-produtiva do campo, exteriorizando os custos patrimoniais desse processo, os quais, mesmo quando assumidos como indesejáveis, são aceitos como inevitáveis (PÉREZ, 2008) ante uma causa maior que é o desenvolvimento da região.

### 2.1.6 Relicários? Quando restam remanescentes

[...]  
*Pampa - matambre esverdeado  
 dos costilhares do Prata  
 que se agranda e se dilata,  
 de horizontes estaqueados.  
 Couro recém pelechado  
 que tem pátria nas raízes,  
 aos teus bárbaros matizes  
 os tauras e campeadores  
 misturaram sangue às cores  
 pra desenhar três Países*  
 [...]

**Payador, Pampa e Guitarra**  
 Noel Guarany; Jayme Caetano Braun

As sociedades humanas vêm desde milênios transformando o meio natural através da agricultura e da pecuária, adaptando-se ao entorno ao mesmo tempo em que desenvolvem complexos sistemas agropecuários, segundo caracteriza Pérez (2008). A autora destaca que alguns desses seculares e às vezes milenares sistemas produtivos se perpetuam entre inércias e transformações até hoje, constituindo um valioso legado cultural associado a paisagens ímpares. A marcha histórico-geográfica das práticas agropecuárias gerou um rico patrimônio imóvel imbricado a um repertório de saberes, ofícios e tradições de caráter intangível que incrementam sua relevância histórico-cultural e as referendam como patrimônio (PÉREZ, 2008).

Os versos com que iniciamos este texto, datados da década de 1970, incitam a um pensar regional sobre esse tipo de patrimônio relacionado às práticas agropecuárias: o construído a partir da natureza pampiana no secular feito da pecuária extensiva. Em suas rimas, Jayme Caetano Braun e Noel Guarany expunham um entendimento, digamos, endógeno, sobre o Pampa. Com evidente sentimento de pertencimento e expressões próprias de quem era parte do universo representado, os poetas já delineavam com propriedade aspectos dessa paisagem emblemática da América meridional.

O Pampa, a Pampa ou os Pampas, no plural ou no singular, no feminino ou no masculino, tem como um dos seus traços fisionômicos marcantes o “matambre esverdeado” de que falam os poetas, ou seja, a vegetação campestre que, por rasteira, formando como que uma manta, lembra essa peça de carne que cobre as costelas do gado. Para os poetas, em sua linguagem “terrunha<sup>21</sup>”, melhor do que localizar o Pampa na região do Prata ou em seu entorno é localizá-lo nos “costilhares do Prata”, ou seja, entre suas costelas, numa referência ao tradicional corte bovino. Do mesmo modo, melhor do que caracterizá-lo como conjunto de ecossistemas de predomínio campestre é simplesmente associá-lo a um “couro recém pelechado<sup>22</sup>” em referência à pelagem do gado que, após a troca, fica mais curta, assim como o próprio campo quando pastejado.

Em “analogias campeiras” como essa está embutido o fato de que parte significativa da história/geografia do Pampa é também a de sua relação com a criação extensiva de gado, ou com a “vida pastoril”, no dizer de Queiroz (1977). Uma relação secular que não se restringiu apenas a campos e rebanhos, implicando também, fundamentalmente, as gentes locais na forja de todo um universo sociocultural, ou seja, toda uma “vida pastoril” (Fotografia 7).

O exercício de geografia retrospectiva que fizemos permite entender a paisagem pastoril como uma marca produzida no Pampa pela cultura, para utilizar o entendimento de Berque (1998). Evidencia-se, portanto, uma paisagem cultural, um resultado material das atividades produtivas da pecuária extensiva e dos esforços de suas gentes em habitar o Pampa, expressando, por isso, determinadas técnicas, mas também visões de mundo. Trata-se, pois, de um testemunho impresso do “[...] conjunto de artefatos, do know-how e dos conhecimentos através dos quais os

---

<sup>21</sup> Que é da terra, enraizada.

<sup>22</sup> Que trocou de pelo.

homens mediatizaram suas relações com o meio natural” ao longo da história do Pampa, tal como na definição de cultura de Claval (2007, p. 13).

Fotografia 7 – “Campereando”. Agosto de 2019, Areal, Quaraí.



Fonte: Registro do autor em trabalho de campo.

O mesmo exercício nos mostra, ainda, que essa marca, uma vez sulcada nesse pedaço regional da superfície terrestre, condicionou e condiciona, ela própria, as possibilidades de ação e esquemas de percepção e concepção que a moldam, ou seja, ela participa da produção da vida pastoril como cultura, influenciando-a, ela lhe serve de matriz (BERQUE, 1998). De modo que, unificadas, a paisagem e a vida pastoril expressam uma forma-conteúdo, uma construção social híbrida de natureza-artifício que contém e está contida no Bioma Pampa, sendo altamente representativa dele, ainda que não seja sua única expressão. Para além da dimensão ambiental, ecológica ou fisionômica “natural” que carrega, a paisagem e a vida pastoril expressam a importância da dimensão cultural e agrária do Pampa.

No entanto, sabe-se que, em todos os lugares habitados, as relações entre sociedade e natureza têm sua história marcada pela paulatina substituição do meio natural por um meio cada vez mais artificializado, produto de sua sucessiva instrumentalização por parte de determinada sociedade, diz-nos Santos (2006, p. 156). Pois, no Pampa, a paisagem pastoril e sua forma singular em que arranja a parte do 'natural' e do 'artificial' [...]", vai se reduzindo a "refúgios" mantenedores de alguma continuidade onde a transição se tornou regra. Vão remanescendo "manchas" dispostas em diferentes graus de conservação.

O já citado monitoramento do uso do solo no bioma, realizado pelo Projeto MapBiomas, por exemplo, dá um indicativo dessa condição ao identificar algumas áreas mais significativamente nítidas e relativamente contínuas que formam como que redutos de vegetação pampiana remanescente em meio a enormes manchas de supressão. Ainda que nem todos esses remanescentes sejam ocupados pelo uso pastoril, é sempre nesses fragmentos que estão contidas essas formas residuais da emblemática paisagem-vida social gerada historicamente pela dinâmica da pecuária extensiva em campo nativo. Segundo Borba (2002), são esses fragmentos menos artificializados ou menos inseridos nos circuitos hegemônicos os que menos produzem externalidades negativas e mais conservam elementos culturais e históricos como habilidades, conhecimentos, tradições, paisagens e biodiversidade, exatamente por não terem se inserido nessa lógica produtiva intensivista que agora avança sobre o Pampa.

Podemos falar, nesse sentido, em um caráter de relicário dessas manchas de vegetação nativa, manifesto tanto no sentido etimológico da palavra, enquanto sinônimo de resto ou resíduo (remanescente do Pampa), quanto no sentido mais usual, enquanto local que abriga coisas valiosas, heranças. Um relicário, aliás, chama atenção para a indissociabilidade entre forma e conteúdo, entre o tangível e o intangível, enfim, entre paisagem e a vida que a anima, dado que um relicário (uma forma, um suporte) guarda relíquias (artefatos, saberes-fazer, práticas, falas, jeitos etc.).

Mundialmente, é exatamente a consciência de que se vive uma época de transformação e de ruptura com o passado, o que leva a uma atitude de reconhecimento de que uma parte de nosso entorno natural-artificial representa um legado valioso, constituindo, por isso, uma herança ou patrimônio, conforme destaca Valcárcel (1998). É esse um paradoxo moderno, segundo analisa o autor, que reside,

por um lado, na sucessiva destruição e substituição do espaço herdado, e por outro, na valorização e preservação daquilo que são seus restos ou manifestações em processo de supressão, na constituição do que o autor chama de “cultura do patrimônio”.

Seria esse o caso da tradicional paisagem pastoril nesse exato momento em que vai se tornando cada vez mais residual? O fato é que somente hoje, quando já se reduz a essas espécies de “testemunhos” é que o Pampa se torna pauta de preocupação em distintos âmbitos. Algo, aliás, que foi e é de praxe em situações em que o desenvolvimento capitalista bate às portas de diferentes contextos regionais naturais-culturais: Com a ameaça, a valorização (VALCÁRCEL, 1998). Na verdade, o próprio reconhecimento institucional do Pampa como um dos biomas brasileiros pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2004) se deu apenas em 2004, já na esteira do processo de supressão, como um evidente sintoma reativo.

O advento do Bioma Pampa é representativo desse momento em que, como explica Moreira (2011, p. 152) “o meio ambiente se desarruma e a diferença reage contra o padrão da repetição”. Para o autor, é com [...] a instalação da crise que vem a redescoberta da diferença. E, com a diferença, o conceito de biodiversidade (MOREIRA, 2011, p. 152-153)”. Evidentemente, em tempos-espacos como esse de agora, a ideia de uma regionalização baseada nesse parâmetro foi providencial. Contribuiu “[...] para a mobilização de setores governamentais e não-governamentais ligados ao meio ambiente em torno da conservação dos campos [...]”, como destaca Bencke (2009, p. 101). Desencadeou, também, uma “[...] identidade pública nacional [...]” para essa porção singular do território brasileiro, como preferem Vélez et. al. (2009, p. 359).

Ocorre, no entanto, que as metamorfoses do Pampa não se amortizam à dimensão ambiental, da perda de biodiversidade. Não se trata, somente, da substituição dos campos nativos por lavouras. Trata-se da supressão de formas, mas também de conteúdo, de objetos, mas também de relações sociais singulares, de natureza e também de cultura. Trata-se de diluição de elementos associados à biodiversidade, e, também, de componentes históricos, arqueológicos, paisagísticos e etnográficos, por exemplo. Vão minguando espécies e ecossistemas, mas também práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas associadas a instrumentos, objetos, artefatos e lugares de referência cultural (UNESCO, 2006). São transformações que são a expressão local de um processo que é global, de

massificação de paisagens que haviam estado historicamente imbricadas a modos de vida e tradições locais (BRASIL, 2009). Segundo Costa e Serres (2016), são metamorfoses na paisagem cujo grau e velocidade podem alterar a própria leitura que seus habitantes têm dela, podendo provocar a perda de referências históricas que servem como marcos memoriais e, portanto, de identidade. Seria dizer, indissociavelmente, o Pampa pastoril é metamorfoseado enquanto marca secular e em seu papel de matriz cultural.

Por isso, se inicialmente o reconhecimento do Pampa veio através de uma pegada, digamos, ecológica, de atenção, sobretudo, ao seu patrimônio “natural” e biológico, o estágio atual de supressão aponta para a importância de outras de suas dimensões imbricadas no processo. O contexto mundial de crise e alertas ambientais que dá eco ao tema da biodiversidade, tem o seu correspondente cultural que, frente à massificação das paisagens numa sociedade cada vez mais global, dá eco a um crescente apego cultural ao que é próprio e distintivo: Os territórios e suas expressões humanas, além dos biomas e suas expressões “naturais”, tornam-se um valor cultural a contemplar e a conservação e/ou recuperação de suas paisagens aparece como um objetivo político da atualidade (VALCÁRCEL, 1998).

No mundo, as tendências globalizadoras geradoras de recursos genéricos e de caráter deslocalizável são confrontadas pela revitalização experimentada pelas identidades locais dos territórios, onde estão ancorados recursos patrimoniais específicos, de caráter singular e irrepetível (PÉREZ; SALINAS, 2008). Do esquecimento e da marginalidade, esses tipos de paisagens, lugares de trabalho e habitação, espaços de sociabilidades, de expressões orais e rituais singulares, passam agora, ainda que lentamente, a ser vistos como potenciais recursos identitários em que podem se apoiar, inclusive, determinados processos de desenvolvimento (PÉREZ, 2008).

Daí que, ao se falar no Pampa remanescente, é oportuno falar na paisagem-vida pastoril remanescente. Seria dizer, além de um patrimônio “natural” ou biológico, estaríamos falando de um patrimônio territorial, em sentido amplo, e/ou um patrimônio agrário, em sentido estrito. Enquanto patrimônio territorial, seria falar na paisagem-vida pastoril como um legado de vidas sociais precedentes no devir histórico que reúnem elementos naturais e os acréscimos artificiais oriundos desse processo, e que se constitui em elemento de identidade social ao refletir, em sua fisionomia, os modos

e condições de vida da sociedade que a moldou e a molda (VALCÁRCEL, 1998) (Fotografia 8).

Fotografia 8 – Tempos coexistentes. Agosto de 2019, Estrada do Espinilho, Santana do Livramento, RS.



Fonte: registro do autor em trabalho de campo.

Já enquanto patrimônio agrário, seria chamar atenção para o legado relacionado especificamente à herança histórica da exploração agropecuária, no sentido trazido por Pérez (2008), neste caso, notadamente a da pecuária extensiva. Herança esta, manifesta tanto em sua face material, traduzida nos sistemas de objetos relacionados à produção, quanto em sua face etnográfica, expressa em ofícios, artefatos, identidades etc. Em suma, em termos de patrimônio territorial-agrário, seria pensar a paisagem e a vida pastoril como testemunhas (i)materiais de uma atividade que faz parte da história da sociedade gaúcha e platina, cuja expressão pode ser encontrada em elementos como aperos, edificações, habitats, costumes, ofícios, rituais, tradições orais, etc. (PÉREZ, 2008).



Vejamos, no subcapítulo seguinte, a trajetória de uma paisagem similar, a da dehesa espanhola, também representativa da exploração pecuária extensiva, de onde é possível extrair exemplos para a reflexão...



## 2.2 DEHESA: SOBRE UMA PAISAGEM SIMILIAR ESPANHOLA

*Tiene un viejo caballote,  
de gigantesca armadura,  
buen correr, mala andadura,  
largo pienso y alto trote.*

*Tiene dos perros de presa  
de ancha boca bien dentada,  
por si una res empicada  
se desmanda en la dehesa.*

*[...]*

*Tiene... nada a lo moderno:  
perdiz en ancho jaulón,  
escopeta de pistón  
y polvorines de cuerno.*

*Y tiene tan larga capa,  
tan ancha capa de paño,  
que al caballote castaño  
nalgas y cuello le tapa.*

*[...]*

*vividor como una oruga,  
su vida de siempre es esta:  
con las gallinas se acuesta,  
con las alondras madruga.*

*Clavado en la dura silla  
de su viejo caballote,  
se va a Extremadura al trote  
y al trote toma a Castilla;*

*[...]*

*y viene y va con ganado,  
y vende, y vuelve a arrendar,  
y paga y vuelve a criar...  
y siempre está atareado.*

*[...]*

*Pocas habrá tan certeras  
cual sus sagaces miradas  
para arrendar otoñadas  
y calcular montaneras,*

*pesar un novillo «a ojo»,  
vender oportunamente,  
saber observar prudente,  
saber mirar de reajo...*

*Mas, ¡ay, que todo declina!  
Ya no baila, ni capea,  
ya no lucha ni pulsea,  
ya va viejo, ya se arruina...*

*Ya con su grave figura  
y su aspecto, antes bizarro,  
sombras de aquel cuerpo charro  
que fue broncea escultura...*

*[...]*

**Ganadero**

José María Gabriel y Galán

### 2.2.1 Uma construção histórica bem mais antiga

A dehesa espanhola pode ser considerada uma similar ibérica da paisagem pastoril do Pampa, sobretudo, no sentido de que é, também, uma marca impressa, em grande medida, pelas práticas da pecuária extensiva ou da vida pastoril. Enquanto no Pampa essa marca advém do manejo pecuário histórico de uma natureza já previamente de domínio campestre, na dehesa ela procede do desbaste de uma massa arbórea, a do bosque mediterrâneo, a fim de obter áreas de pasto nativo para o gado. O resultado é o que se chama de monte hueco, ou seja, uma fisionomia savaniforme ou de parque, caracterizada por campos salpicados de árvores (Fotografia 9).

Fotografia 9 – Paisagem típica de Dehesa. Dezembro de 2019, Santa Olalla del Calá, Huelva, Andaluzia.



Fonte: registro do autor em trabalho de campo

Assim como as áreas do Pampa ocupadas historicamente com a pecuária extensiva, as zonas adehesadas do mediterrâneo ibérico expressam uma paisagem cultural, uma produção histórica vinculada à exploração pastoril, em que pese, em ambos os casos, sua aparente naturalidade (PÉREZ, 2010).

A semelhança do que ocorre nos campos sul-americanos, o gado constitui o elemento base da paisagem da dehesa e seu principal produto econômico, ainda que nem sempre os rebanhos estejam à vista devido à mobilidade inerente a sua condição de sistema pecuário extensivo (PÉREZ, 2010). Na Fotografia 10, a seguir, por exemplo, está representada uma típica paisagem de dehesa com a presença de rebanhos bovinos. Neste caso, em particular, trata-se de um rebanho composto de duas raças autóctones andaluzas: a retinta, em primeiro plano, e a berrenda em colorado, com pelagem de duas cores, ao fundo.

Fotografia 10 – Bovinos em pastejo na Dehesa. Dezembro de 2019, Santa Olalla del Calá, Huelva, Andaluzia.



Fonte: registro do autor em trabalho de campo

Tradicionalmente, a composição da pecuária da dehesa é variada como no Pampa. No entanto, para além da tríade bovinos-ovinos-equinos dominante deste lado do Atlântico, aparecem na dehesa, também, outras criações arraigadas culturalmente como a dos chamados toros de lidia (touro de combate), destinados a espetáculos taurinos populares da região, além da tradicional cabanha de cavalos de raça andaluza, também chamada de Puro Sangue Espanhol (PSE) e, sobretudo, a de suínos, de raça autóctone ibérica, principalmente, o que constitui, talvez, uma das principais diferenças entre essas duas paisagens.

Ambas, dehesas e estabelecimentos pastoris do Pampa, são fisionomias que respondem a uma funcionalidade predominantemente pecuarista e de minoritária participação agrícola. Na dehesa, porém, o uso pastoril é decisivamente subsidiado e complementado economicamente pelo uso florestal, sobretudo de encinas e alcornoques, árvores nativas do gênero *Quercus*. A encina é espécie destacada na produção da bellota, um fruto que se soma ao pasto na alimentação dos porcos e demais criações e é particularmente fundamental na fase de engorde extensivo dos suínos, chamada montanera. Por isso, nas dehesas onde as criações suínas são o carro-chefe, são propositalmente as encinas que dominam o conjunto arbóreo da paisagem, uma vez que cada árvore recebe uma remodelagem, testemunhando os esforços de maximização da produção de bellotas por indivíduo em benefício da produção pecuária suína extensiva de corte (Fotografia 11).

Fotografia 11 – Pasto e bellotas baixo a uma encina mult centenária. Dezembro de 2019, Santa Olalla del Calla, Huelva, Andaluzia.



Fonte: registro do autor em trabalho de campo.

Já os alcornoques, além de também produzirem um tipo de bellota, são utilizados para extração de lenha e corcho, duas fontes históricas de renda complementar à pecuária nas dehesas. O corcho é o produto da extração da casca

do alcornoque, sendo utilizado como matéria prima para diversos fins, entre os quais o mais conhecido é a fabricação de rolhas para garrafas de bebidas.

A Fotografia 12, a seguir, demonstra um rebanho de porcos da raça autóctone ibérica pastando em liberdade embaixo de Encinas e Alcornoques no período correspondente à montanera, quando as bellotas estão maduras e caem do pé, servindo de alimento aos animais junto com restos de ramos, folhas e o pasto. Na fotografia é possível notar ainda a presença de uma ensina em crescimento protegida por uma grade. Esse é um manejo que visa à reprodução sustentável da massa arbórea, evitando que os brotes sejam comidos pelo gado ou por animais silvestres. Cabe destacar, por fim, que, para além da alimentação, os bosques aclarados de encinas e alcornoques desempenham também o importante papel de sombra e abrigo às criações extensivas, sobretudo, frente aos extremos de temperaturas no inverno e verão, característicos do mediterrâneo ibérico.

Fotografia 12 – Cerdos ibéricos em pastejo extensivo. Dezembro de 2019, Santa Olalla del Calá, Huelva, Andaluzia



Fonte: registro do autor em trabalho de campo

Tanto na dehesa quanto na Campanha, a prevalência ou especialização em um ou outro tipo de criação extensiva, bem como as diferentes combinações de criações em um mesmo estabelecimento variaram ao longo da história. Isso dependeu

de circunstâncias, tais como diferentes potencialidades edáficas, capacidades técnicas, conjunturas socioeconômicas e destinos das produções. A orientação produtiva dominante em cada dehesa guarda estreita relação com a disposição dos elementos que compõem sua paisagem, como demonstra Pérez (2010): como já dito, onde o carro chefe é a criação suína, o estrato arbóreo é dominado pelas encinas, pois produzem bellotas em maior qualidade e quantidade; porém, onde é explorada economicamente a extração do corcho, o alcornoque aparecerá em maior densidade. Onde dominam as criações bovinas e ovinas, a densidade da massa arbórea vai tender a ser menor, expressando o enfoque nas áreas de pasto (Fotografia 13). Enquanto, nas dehesas orientadas à exploração cinegética (caça), o conjunto arbóreo é mais descuidado e aparecem os matagais, exatamente pela ausência do manejo pastoril.

Fotografia 13 – Ovinos da raça autóctone merina em campos de maior altitude e com menor densidade do estrato arbóreo. Dezembro de 2019, Santa Olalla del Calá, Huelva, Andaluzía.



Fonte: registro do autor em trabalho de campo

Nota-se que há um profundo arraigo da paisagem da dehesa ao seu uso pastoril. O próprio vocábulo dehesa tem procedência etimológica na palavra latina *defensa* (defesa), designando um espaço cercado e destinado ao pastoreio, protegido



(defendido) frente a outros usos (PÉREZ; SALINAS, 2015). As raízes de sua produção como paisagem agrária singular são muito antigas e remontam à Idade Média, período em que se consolida seu significado como área de uso principalmente pastoril e de caráter comunitário (PÉREZ; SALINAS, 2015). Trata-se, portanto, de uma obra muito mais antiga do que a produzida no Pampa, a qual tem origem apenas no século XVII, exatamente pelas mãos dos espanhóis, sobretudo dos jesuítas, como vimos anteriormente.

Aliás, as primeiras estâncias do Pampa nasceram como dehesas do “novo mundo”, e eram, de fato, com esse nome que os jesuítas espanhóis as chamavam inicialmente: “dehesas del común del pueblo, que llaman estancias”, tal como se refere um dos sacerdotes da época, Padre Cardiel, cujo escrito é trazido por Levinton (2009, p. 209). Cabe lembrar que adveio desse criatório mediterrâneo considerável parte de objetos, corpos e saberes-fazeres que iniciaram a composição dessa nova paisagem-vida pastoril sul-americana. Eram, inclusive, troncos ancestrais dos atuais touros e vacas retintas e berrendas, raças autóctones das dehesas andaluzas e estremenas, muitos dos bovinos que no Pampa vieram dar origem à enorme gaderia chimarrona, casco da vida pastoril. Eram também crias das dehesas os cavalos andaluzes e berberes que dariam origem à hoje icônica raça equina pampiana do cavalo crioulo. Desses bosques adehesados, adviria, por fim, muitas das gentes de campo e de cavalaria, trazendo aportes a arte da equitação e em geral à cultura equestre e pastoril que por aqui se instalou, junto com guitarras e vozes, usos e costumes de marcada influência mourisca, que até hoje permeiam corpo e o espírito pecuarista do Pampa, como já percebera Ornellas (2012) ainda em meados do século XX, em seu clássico *Gaúchos e Beduínos*.

### **2.2.2 Uma referência cultural também fronteiriça por excelência**

As similaridades vão se avolumando e delineando os contornos dessa ligação propriamente dita, na medida em que são trazidos outros elementos para comparação. Tanto essa paisagem pecuarista mediterrânea, quanto a pampiana, são expressões regionais sulistas em seus respectivos continentes. As primeiras são típicas do quadrante sul da Espanha (e de Portugal, onde o correspondente da dehesa é o chamado montado) e, os segundos são característicos do quadrante sul do Rio Grande do Sul (e da América do Sul, se considerarmos toda a área de abrangência

do Bioma Pampa estendida ao Uruguai e parte da Argentina). Na Espanha e no Rio Grande do Sul, essas duas paisagens da pecuária se concentram na Fronteira Oeste destes territórios, constituindo-se de um caráter fronteiriço por excelência.

A dehesa é uma expressão de fronteira desde os seus albores medievais, quando foi zona de fricção no sentido norte-sul, entre cristãos e muçulmanos, durante a chamada Reconquista, quando os primeiros se expandiam desde o norte da península ibérica, e os segundos estabeleciam seu reduto de resistência no Sul (PÉREZ; SALINAS, 2015). De modo que, o território de abrangência das dehesas é permeado de testemunhos (i)materiais desses atritos, intercâmbios e mesclas, que o dotam de uma aura “legendária” e “cavaleiresca”: fortes, castelos, muralhas e ermitas, além de toponímias, lendas bélicas, estórias de lealdades e traições, assaltos a inimigos, enfrentamentos inquisitoriais, cantos, folclore etc (PÉREZ; SALINAS, 2015). Seria dizer, a dehesa é a paisagem agrária característica de um território marcado pela herança cultural hispano-mourisca.

Na modernidade, essas áreas de dehesa continuaram correspondendo a uma zona fronteiriça de atrito e de disputas territoriais, agora no sentido oeste-leste, entre Espanha e Portugal (PÉREZ; SALINAS, 2015). Essas disputas atravessaram outros vários séculos com fatos e episódios cujas heranças também chegam à contemporaneidade, permeando e/ou se relacionando com a sua paisagem agrária: castelos que se sucedem em linha defensiva, fortalezas e fortificações, territórios e núcleos populacionais que em algum momento de sua história chegaram a pertencer à Portugal, monumentos e referências de feitiço português, mescla de estilos artísticos, nomes de lugares marcadamente lusófonos etc (PÉREZ; SALINAS, 2015).

Deste lado do Atlântico, do mesmo modo, falar na produção histórica da paisagem pastoril no e com o Pampa é, indissociavelmente, falar de fronteira. Aliás, há, evidentemente, certo grau de ascendência entre o caráter fronteiriço que ainda povoa as dehesas ibéricas, e o caráter fronteiriço que ainda povoa o Pampa. Disto, é representativo o fato de que o mesmo evento histórico que, na península, tomou dos portugueses a cidade estremenha de Olivença para torná-la um município espanhol, foi o que, em contraponto, no Prata, tirou o território das Missões e a Campanha Gaúcha dos espanhóis para torná-lo domínio português. Trata-se da chamada Guerra das Laranjas, em 1801, quando em resposta à tomada da praça de Olivença pelos espanhóis, os moradores luso-brasileiros do Rio Grande intensificaram as hostilidades aos castelhanos na zona de fronteira, resultando na expansão portuguesa para oeste

até o rio Uruguai. Resulta desse curto episódio, que, hoje, Olivença é um reduto de dehesas espanhol marcado pela mescla com a herança lusa, e a região das antigas Missões Orientais, seria dizer, todo o oeste do Rio Grande do Sul, é uma parte brasileira do Pampa marcada pela mescla com a herança hispânica.

Por conta disso, tal como a dehesa, a paisagem e a vida pastoril da Campanha, tampouco, não se faz sem sua dose de espírito legendário e cavaleiresco, ainda que ao seu modo crioulo, permeado da história indígena e negra além da ibérica. Disso fazem parte causos de revoluções, lugares de memória de batalhas e de similares episódios de façanhas e traições, marcadores territoriais de fronteira, estâncias construídas como fortins no topo das coxilhas, toponímias que remetem ao tempo dos espanhóis, dialeto campeiro permeado do portunhol etc. Tanto lá, quanto cá, essas marcas fronteiriças que se associam às suas respectivas paisagens agrárias são um patrimônio territorial, um recurso cultural e identitário em potencial.

### **2.2.3 Uma paisagem da extensividade**

Como o sudoeste adehesado da Espanha, o sudoeste pampiano do Rio Grande do Sul foi construído através de uma estrutura fundiária caracterizada pelo domínio areal dos grandes estabelecimentos. Em sua constituição histórica, dehesa e estância tiveram na extensão uma resposta às características do rendimento natural dos pastiais, de modo que o pleno funcionamento do sistema e a obtenção de uma produção minimamente rentável estiveram associados fundamentalmente à dimensão de área disponível. No século XVIII, Félix de Azara (1969, p. 286) observava que, no Prata, “una estancia o dehesa que no tiene mas que cuatro o cinco leguas cuadradas<sup>23</sup> de superficie o extensión está considerada en Buenos Aires como poco considerable, y en el Paraguay pasa por ser de extensión ordinaria”. Naquela época, segundo analisa Moreno (2008), mesmo “una suerte de estancia de media legua de frente por legua y media de fondo (2.500 hectáreas) no alcanzaba, por la baja intensidad de explotación de la época, para sustentar una familia”.

Assim, respeitadas as diferentes proporções do que seria no velho continente e na imensidão sul-americana, uma grande extensão, o fato é que dehesa e estância, descendem dessa configuração latifundiária, da qual carregam muitas permanências.

---

<sup>23</sup> Cerca de 15 a mais de 20 mil hectares.

Não por acaso, se encontram nas zonas espanholas de dehesa as menores densidades demográficas do país. Segundo explica Pérez e Salinas (2015, p. 40), “con un sistema productivo poco generoso, las densidades de población son también bajas”. Para os autores, a baixa densidade demográfica expressa a adaptação humana secular a um meio natural “pobre” e, até mesmo hostil, aos labores agrícolas, que o empurraram ao uso extensivo. A Espanha das dehesas corresponde à chamada “España silícea”, cujo substrato geológico é formado de plataformas cristalinas e metamórficas sobre as quais, em geral, se desenvolvem solos rasos e de baixa fertilidade, com baixa aptidão agrícola (PÉREZ, 2010).

O caráter extensivo da pecuária, a estrutura fundiária caracterizada pelo domínio areal da grande propriedade e a baixa densidade demográfica que caracterizam as áreas de dehesa, não se explicam separadamente entre si, tampouco se compreendem fora de sua relação com as limitações físicas citadas. Essa mesma descrição pode ser aplicada sem maiores distorções ao Pampa pastoril. No Rio Grande do Sul, as menores densidades demográficas correspondem as áreas da fronteira oeste onde a estrutura fundiária foi construída historicamente sob a lógica da pecuária extensiva. E, notadamente, em cada rincão, a densidade de habitantes é tanto menor quanto menor é o leque de outros usos do solo possíveis que não a pecuária extensiva. Daí que, tal como na “Espanha silícea”, as áreas menos povoadas do Rio Grande do Sul estão nas zonas de solos “pobres” e/ou rasos e pedregosos dos terrenos basálticos da Fronteira Oeste ou dos cristalinos e metamórficos da Serra do Sudeste, onde as limitações ao uso agrícola fazem confinar os remanescentes da paisagem pastoril do Bioma Pampa, conforme será aprofundado na segunda parte, dedicada ao Alto Quaraí.

Ainda assim, em nenhum dos dois casos a baixa densidade de habitantes é sinônimo de vazio. Seria dizer, o menor povoamento não significa despovoamento, assim como a dominância areal da grande propriedade não significa paisagens resumidas a uma mosaico de latifúndios. Ao contrário, tanto em um como em outro caso, a reprodução dos maiores estabelecimentos esteve historicamente amparada em uma maioria de pequenos, que eram os fornecedores, em grande medida, de sua mão de obra. De modo que, para Rivera e Pérez (1997, p. 207), o funcionamento das dehesas tradicionais não poderia explicar-se “sin la gran mayoría de explotaciones minifundistas ubicadas en los alrededores de los pueblos, cuya inviabilidad económica

empujaba a sus propietarios a emplearse en las grandes explotaciones adhesadas (en muchos casos como aparceros)”.

Esse quadro comparativo de significativas similaridades se completa com as características geomorfológicas dominantes em ambas as paisagens. Ainda que dehesa e Pampa pastoril ocorram também sobre zonas mais “dobradas” e serranas, ambas são reproduzidas majoritariamente em penillanuras (que etimologicamente significa “quase planuras”), ou seja, em relevo suavemente ondulado. Daí que compartilhem da projeção de uma imagem tendente à monotonia, de largo horizonte. São semelhantes as sensações de quem viaja pelas estradas da Estremadura ou da Fronteira Oeste gaúcha. Além do que, a dehesa está circunscrita a condições climáticas caracterizadas por extremos sazonais, com geadas e temperaturas próximas de zero graus no inverno até secas estivais com temperaturas próximas dos quarenta graus. São condições que, acrescidas das características edáficas marcadas pela presença de solos rasos e pedregosos, guardam particular semelhança com o que ocorre nos campos basálticos superficiais da Fronteira Oeste.

#### **2.2.4 Uma paisagem marginalizada e suprimida**

Hoje, ambas são paisagens residuais, se considerarmos sua abrangência original. O processo de supressão que aqui no Pampa começou pelos meados do século XX, com as lavouras de arroz, nas dehesas teve início mais antigo, datando de meados do século XIX. Nessa época, a dehesa sofreu uma transição do uso comunal à privatização, no chamado processo desamortizador espanhol, que consistiu basicamente na posta de terras em leilão pelo Estado em favor de um processo de mercantilização da terra, sintomático da passagem dos resquícios da sociedade medieval à sociedade burguesa (PÉREZ, 2010). Com isso, as dehesas passaram da auto-organização local até então característica para as mãos de uma classe de terratenentes, em geral, absentistas. Expandiu-se então, a lógica de mercado e com ela novos usos da terra, convertendo muitas áreas de dehesa a usos tidos como mais intensivos e rentáveis, notadamente as localizadas em áreas com melhor aptidão agrícola (PÉREZ, 2010; PÉREZ; SALINAS, 2015).

A ideia iluminista de racionalidade e progresso que vinha embutida nesse processo desamortizador, ligava-se ao produtivo, fértil e agrícola e não ao “natural”, seco-rochoso e silvopastoril. A dehesa, então, começou a desaparecer das zonas com

melhores solos para a agricultura e com melhor logística, situadas próximo a ferrovias, cidades e mercados. Essa paisagem foi ficando confinada nas serras e campinas com limitações para agricultura e que, ora pela topografia acidentada, ora pela dureza de suas rochas, dificultavam a inserção de infraestruturas e outros avanços técnicos que acompanhavam e propiciavam a almejada intensificação, o progresso e o crescimento econômico (RIVERA; PÉREZ, 2002). Punha-se em marcha, então, a supressão da dehesa, processo que a reduziria, pouco a pouco, aos remanescentes atuais.

No mesmo bojo, foi sendo construído certo descrédito social da dehesa enquanto sistema de produção agrária, devido a sua identificação com solos pobres, inadequados e marginais (PÉREZ; SALINAS, 2015). No final do século XIX, essa paisagem já era assimilada a uma Espanha profunda, seca e pobre. Nas artes e nas letras, as dehesas apareciam como espaços escassamente povoados, cujos habitantes eram pessoas pobres e rudes, por vezes bandoleiros. A dehesa se tornou fundo cênico marcado pelo estático, antiquado e conservador, um reduto de ideais antigos e atrasados ou ultrapassados. Seu reconhecimento social foi ganhando sentido negativo, sem outros olhares que contribuíssem para a sua dignificação e pudessem legitimar seus múltiplos e diversos valores (PÉREZ; SALINAS, 2015).

A partir da década de 1960 do século XX, o mesmo tipo de olhar urbano-industrial sobre o campo que, aqui, terminaria reduzindo o Pampa a uma “Metade Sul” e a pecuária extensiva secular da região a uma atividade de “gigolôs de vaca”, é o que, lá, recaiu sobre a dehesa, lançando-a a um novo ciclo de marginalização, abandono e supressão. Nessa década, avança sobre o campo o paradigma desenvolvimentista baseado na ideia de intensificação produtiva e crescimento econômico, colocando as dehesas e suas atividades de criação de gado extensiva – naquele momento já bastante recolhidas às serras e zonas de baixa aptidão agrícola – em desvantagem competitiva com a pecuária intensiva das zonas mais bem comunicadas e de solos férteis, capaz de abastecer o mercado em maior escala e frequência (PÉREZ, 2010; PÉREZ; SALINAS, 2015). Com apoio decisivo do Estado, projetou-se a modernização do campo espanhol, em tom semelhante ao que, no Brasil, era planejado pelo governo militar através do Estatuto da Terra de 1964, colocando a dehesa em evidente inadequação ao novo paradigma.

Descapitalizadas, as dehesas experimentaram uma grande crise de sua funcionalidade produtiva agrária, o que afetou suas mais intrínsecas características, segundo observa Pérez (2010). A crise salarial associada, e a inviabilização de uma

miríade de pequenos produtores, incorreu em um acentuado êxodo rural, conforme demonstra a autora. As dehesas foram perdendo a abundante mão de obra que as havia sustentado historicamente, o que significou abandono de atividades agrárias, mas também a desaparecimento de práticas culturais que as enriqueciam, como avaliam Pérez e Salinas (2015). Dizem os autores, que a concentração da propriedade da terra ganhou novo impulso, avançando sobre os estabelecimentos inviabilizados, em muitos casos, através de novos proprietários, em geral com outros interesses na terra que não a reprodução daquele sistema extensivo tradicional de baixa rentabilidade. Muitas áreas de dehesas foram convertidas em espaços apenas para caça ou em monoculturas de eucalipto e pinus para a indústria de papel e celulose, naquele momento emergente (RIVERA; PÉREZ, 1997).

Nos estabelecimentos que permaneceram pecuaristas, a adaptação à nova conjuntura levou a grandes mudanças no sistema produtivo, para os que conseguiam. Desenhou-se um movimento de especialização na pecuária bovina em detrimento das demais espécies. Os bovinos foram ganhando preferência em relação aos ovinos em função da maior facilidade de manejo diante do contexto de esvaziamento do campo e escassez de pastores, enquanto os efetivos suínos foram drasticamente reduzidos frente à desvantajosa competição com as produções industriais e, de modo particular, pela ocorrência da peste suína africana no período, segundo Pérez (2010). A intensificação produtiva, incentivada institucionalmente, induziu à crescente cruzamento e à efetiva substituição das raças autóctones, adaptadas ao ambiente das dehesas, por raças exógenas mais precoces e produtivas, ainda que menos adaptadas ao meio, repercutindo em aumento do uso de insumos externos como pastagens plantadas e rações concentradas, conforme avalia a autora.

A paisagem da dehesa foi sendo progressivamente degradada, transformada, ou, em muitos casos, suprimida. Em áreas despecuarizadas, avançavam os matagais sobre as antigas áreas de pastos (PÉREZ, 2010). Com a mingua dos efetivos suínos e com a escassez de trabalhadores, esmoreciam os cuidados com a encina, que deixava de ser manejada, comprometendo sua produção de bellotas e alterando a composição da paisagem da dehesa. Grandes áreas de encinas e alcornoques foram também desmatadas para dar lugar a pastagens plantadas, florestas de pinus e eucalipto ou outras atividades agrícolas. Nas dehesas tornadas espaço de caça, foram introduzidas novas espécies cinegéticas e instalados novos objetos ligados a esse uso, como as cercas especiais para conter os animais de caça numa determinada

área, como demonstram Pérez e Salinas (2015). Esse e outros objetos sem vocação de integração paisagística e particularmente estranhos à tradicional paisagem da dehesa foram crescentemente implantados, como silos, armazéns e torres de transmissão de energia elétrica, rompendo com o que os autores (2015, p. 44) chamam de “espírito de lugar de la dehesa y su condición de locus amoenus<sup>24</sup>”. Ao mesmo tempo, uma miríade de outros objetos de presença secular na dehesa foram se tornando disfuncionais, sendo, muitas vezes, abandonados à degradação e ruína ou simplesmente substituídos, tais como cercas de pedra, bebedouros para o gado (abrevaderos), casas de campo (cortijos), galpões e postos (chozos) etc (PÉREZ; SALINAS, 2015).

Nessa esteira, aprofundou-se o descrédito socioeconômico e cultural da dehesa, associando-a à pobreza econômica e de espírito, ao atraso, à desigualdade e à injustiça (PÉREZ; SALINAS, 2015). De modo que, tal é a similaridade entre essa história e aquela discutida no capítulo anterior, sucedida nos campos do Pampa Gaúcho, que bem poderíamos dizer: a dehesa, como construção social objetiva e subjetiva, foi uma espécie de Pampa pastoril existente lá mesmo no interior da península, com semelhante desalinho à ideia moderna de progresso.

### **2.2.5 Uma paisagem requalificada por novos olhares**

Hoje, presencia-se uma requalificação dos olhares sobre a dehesa. As mesmas características que a mantiveram a margem do paradigma desenvolvimentista, foram as que, paradoxalmente, começaram requalificá-la como paisagem de alto valor ecológico (RIVERA; PÉREZ, 2002; PÉREZ, 2010; PÉREZ; SALINAS, 2015; PÉREZ; SALINAS, 2015b). As dehesas remanescentes passaram a ser estimadas, notadamente, por seus atributos ambientais-naturalísticos (conservação da vegetação, fauna, geodiversidade) e estético-paisagísticos (beleza cênica, espaços abertos), cuja conservação decorre exatamente de seu caráter refratário ao avanço da intensificação produtiva e da tecnificação da paisagem durante o período desenvolvimentista.

Essa nova percepção, enquadrada dentro do que Rivera e Pérez (1997) chamaram de “ideologia clorofílica” circulante entre a classe média urbana, levou a

---

<sup>24</sup> Lugar ameno ou agradável.



um processo de patrimonialização da dehesa, no sentido de sua crescente valorização por parte da administração pública. A dehesa passou a ser crescentemente foco de proteção por leis, normas, programas e planos de desenvolvimento sustentável, além de enquadrada oficialmente em espaços protegidos, a exemplo da Reserva da Biosfera Dehesas de Sierra Morena (em 2002), como demonstra Pérez (2010). Nesse bojo, foi se ampliando o interesse social e acadêmico pelas dehesas, o que redundou em maior conhecimento e apreço cidadão por essa paisagem, conforme explica a autora. De espaço visto em termos essencialmente agropecuários e, ainda assim, de baixo dinamismo econômico-produtivo, a dehesa se tornou lugar de “natureza”, qualidade ambiental, beleza e amenidades.

Ainda conforme a análise de Pérez (2010), cada vez mais, numerosos visitantes urbanos e novos proprietários com expectativas de negócio foram delineando uma nova funcionalidade, ligada ao ócio e à recreação. A dehesa foi sendo crescentemente vista como espaço de consumo, para além do olhar tradicional como espaço de produção. No aspecto produtivo, foi beneficiada, segundo a autora, pela constituição de uma demanda por produtos saudáveis, tradicionais e territorialmente diferenciados, surgidos exatamente no contraponto das crises alimentares relacionadas à oferta standard de alimentos industrializados e à homogeneização globalizadora. Inúmeros produtos tradicionais das dehesas foram recebendo distinções através de Denominações de Origem Protegidas, Indicações Geográficas Protegidas e outros distintivos de qualidade com certificação.

Instituições públicas de diferentes áreas, com agricultura, ambiente, cultura e desenvolvimento territorial, por exemplo, passaram a apoiá-la com suas políticas. Em particular, o seu caráter de uso múltiplo, passou a ser valorizado ante as sequelas do intensivismo e da anterior ênfase desenvolvimentista nos monocultivos. Em geral, o resultado foi uma revitalização de suas paisagens, ainda que de forma não isenta de conflitos e contradições. De modo que, com tantos pontos históricos em comum com o Pampa pastoril, a dehesa hoje se diferencia significativamente da paisagem sul-americana quando o tema é a percepção social e atenção institucional que vai ganhando e ao destino objetivo que vai tomando na contemporaneidade. Enquanto lá o problema maior parece residir em tornar comunicável e sistêmica a miríade de olhares e práticas incidentes sobre a dehesa, aqui, a questão é o caráter incipiente desses novos olhares frente ao veloz processo de supressão em curso.

Na dehesa, os gargalos se situam basicamente na dificuldade de esses novos olhares e práticas levarem em conta seu caráter de paisagem cultural, com funcionalidade agrária, que é a base de sua própria fisionomia hoje valorizada, como destaca Pérez (2010). No Pampa, o gargalo é conseguir afirmá-lo como espaço a ser conservado, frente à ideia de “El Dorado” para a expansão da soja. Na dehesa, os regramentos ambientais de áreas protegidas, por exemplo, por vezes se põem em contradição com as atividades produtivas e, frequentemente, os componentes humanos desses territórios não são valorizados como os ambientais, naturalísticos e estéticos. Enquanto no Pampa, em se tratando do bioma brasileiro menos protegido por Unidades de Conservação, esse acaba não sendo um problema latente, mas pelos motivos, digamos, equivocados. Além disso, no âmbito da Política Agrária Comum (PAC) da União Europeia, existem ajudas agroambientais concedidas na forma de pagamentos diretos aos produtores, incluindo pagamentos por reprodução de sistema extensivo, sendo o problema, neste caso, certas inadequações e desequilíbrios dessa política ao ser aplicada genericamente na realidade das dehesas, desconsiderando sua complexidade e redundando em perda de efetividade no que poderia ser um grande diferencial para a reprodução social dessa paisagem. No Pampa, por outro lado, a lacuna é a inexistência mesma de pagamento direto a produtores por parte de políticas públicas, quanto menos destinadas à reprodução de sistemas extensivos.

Outra questão, é que sendo a dehesa crescentemente vista como espaço de consumo, acaba tendo suas funções agrárias em certos casos desvalorizadas por grupos de desenvolvimento rural que passam a vê-la apenas com atrativo turístico. Enquanto isso, no Pampa esse é outro dos problemas que não se sucede pelo próprio caráter incipiente dessa nova função turística. Por sua vez, a valorização e diferenciação dos produtos genuínos da dehesa através de selos de qualidade, ainda que seja fator chave na preservação dessa paisagem e de sua cultura, por vezes não aparece associada ao seu efetivo terroir de produção que é a própria dehesa. Vários de seus produtos protegidos com indicações geográficas, tais como jamones e paletas, carne de ternera e carne de cordero, ainda que vinculados a âmbitos territoriais, não fazem, por vezes, menção às dehesas. Seria dizer, trata-se de mais uma expressão de desencontro entre forma e função, neste caso, com valorização da função em detrimento das formas. Algo que tampouco ocorre no caso pampiano, já que essas distinções de qualidade ainda são escassas e as iniciativas existentes têm

como ponto forte exatamente sua vinculação ao Pampa, com as estâncias e com a vida pastoril, como é o caso de distintivos como a indicação de procedência Pampa Gaúcho da Campanha Meridional, da Alianza del Pastizal, e de associações como o Alto Camaquã.

Por fim, no caso da dehesa, os esforços de valorização e conservação repercutem ultimamente na preparação para a sua candidatura à lista de paisagem cultural mundial da UNESCO (PÉREZ; SALINAS, 2015b). Já no caso da paisagem pastoril pampiana, o caráter incipiente de sua valorização tem, por outro lado, uma possível vantagem: a de que esse processo de requalificação dos olhares possa se dar desde o princípio a partir de um olhar unitário, levando em conta seu caráter de paisagem cultural-agrária e a inseparabilidade entre forma e função, que no caso da dehesa acaba sendo seu maior gargalo. De modo que a propagação de novas áreas protegidas, novas legislações, novas políticas públicas, produtos diferenciados, turismo rural, estejam entendidos de que o Pampa é quase sempre sinônimo de uma paisagem pastoril, portanto de um agrossistema, marca impressa pela cultura. Sua própria riqueza ambiental advém da natureza de seu histórico uso extensivo com a pecuária, o que torna a valorização dessa função elemento básico de sua conservação.

E, isso, não apenas no que diz respeito ao sentido técnico, de disseminação de tecnologias e em geral de ações de desenvolvimento da rentabilidade dos estabelecimentos. Ainda existe no meio técnico certa reticência em considerar os elementos simbólicos como potencialidades, quando na atual exaltação do que é próprio e distintivo dos territórios, a valorização conjunta de todo o patrimônio agrário que diferencia a vida pastoril pampiana de outras vidas pastoris poderia ser uma das principais fontes de qualidades extrínsecas que distinguem seus produtos: sedes e galpões, estruturas de manejo e cercas de pedra, poteiros e invernadas, rituais, cantos, versos, linguajares, aperos etc.



### 3 ALTO QUARAÍ: RELICÁRIO DA PAISAGEM PASTORIL

No presente capítulo apresentamos, por fim, uma geografia do Pampa remanescente no Brasil: a do Alto Quaraí.

Tecemos uma compreensão geográfica da chamada Cuesta de Haedo, região natural pampiana que abriga esse reduto e cujas características são historicamente condicionantes da humanização de suas paisagens, estando, também, na base da explicação da permanência atual dessa zona como conservatório do bioma.

Demonstramos que exatamente sobre a Cuesta está a única zona pampiana marginal ao avanço da soja, evento este que já se faz presente em quase toda a diversidade ambiental do Rio Grande do Sul. Evidenciamos, assim, as singularidades geográficas predominantes nessa área como geradoras de um efeito protetivo sobre o Pampa, ao restringirem o leque de usos do solo possíveis.

Aferimos, ainda, que, no Alto Quaraí, os elementos naturais do bioma Pampa – de que são exemplos as próprias formações campestres – conservam-se arranjados como parte de uma singular arrumação de feitiço histórico, uma paisagem agrária, hoje protegida por suas próprias contingências: a paisagem pastoril. De modo que, nas vozes locais, o próprio Pampa aparece como sinônimo de vida pastoril mais do que propriamente um domínio natural.

Avaliamos, também, que as mesmas características que contingenciam as lavouras e fazem do Alto Quaraí parte de uma forma residual de domínio da pecuária extensiva no estado, são as que tecem as singularidades da própria pecuária ali desenvolvida: forjam um *terroir* ovelheiro e uma zona especializada na fase de cria bovina, imbricada aos seus típicos campos de solos rasos.

Nos campos sobre basalto, presenciamos numerosas expressões de uma vida permeada pelos desafios e amenidades de se criar gado “nas pedras”, enquanto nos campos arenosos do Areal e do Coatepe, por exemplo, testemunhamos as nuances ligadas às especificidades do ser pecuarista nas “areias”. Na objetividade de cada situação dessas e na subjetividade de cada olhar local, apresenta-se um patrimônio territorial e agrário de notável valor cultural.

Identificamos, assim, uma porção do espaço não completamente domesticada pelos imperativos da eficiência, da produtividade e do lucro. Uma zona que, devido as suas próprias contingências, sofre menos pressões de mudança e torna-se uma janela rugosa à reprodução de valores de uso, ao simbólico, à afeição e à topofilia, frente a

um entorno regional que vai sendo mais rápida e profundamente alienado de seus arraigos locais.

Finalizamos o capítulo com a ponderação de que o Alto Quaraí, ainda que reduto da paisagem pastoril pampiana, não é sinônimo de reduto do estático. Avaliamos que a própria paisagem pastoril, em certos casos, é fruto da transição, oriunda de reconversões da agricultura para a pecuária.

A própria pecuária dessa zona, aliás, nem de longe se reduz a um refúgio dos reticentes à modernidade. São diversos os graus e nuances das modernizações e repaginações que movimentam a atividade pastoril na direção de sua eficiência e condições mais favoráveis a sua reprodução social. De outro lado, são também várias as mudanças que a ameaçam, como atestam os crescentes problemas com as espécies invasoras javali e capim anonni.

Há, ainda, uma janela, onde – por ora, ainda timidamente – a soja, principal motor de transformação em outras paragens do Pampa, encontra também, no Alto Quaraí, a sua entrada. Enquanto, por fim, o grande potencial eólico de geração de energia dessa zona, vai tendo como laboratório o Complexo em funcionamento no entroncamento entre a Coxilha Negra e de Japejú (Santana), levantando questões sobre o futuro desse relicário pastoril.

## 3.1 UM RESTO DE PAMPA QUE AINDA NÃO SE FOI

*O campo que eu vou cantar  
Tem mouras pelas divisas  
E um ovelheiro que avisa  
Quando chega gente estranha;*

*O campo que eu vou cantar  
Concentra uma áurea antiga  
Que há muito inspira cantigas  
Das vozes desta campanha.*

*O campo que eu canto hoje  
Tem galpão guardando arreio  
E índio de tranco feio  
Assoviando junto à aurora...*

*O campo que eu canto hoje  
Chega assim rangendo basto  
Trazendo brotes de pasto  
Pelas rosetas da espora.*

*O campo desta milonga  
Tem trevos e maçonilhas  
Canhada, sanga e coxilha  
E varzedo a engordar gado*

*O campo que eu canto assim  
Tem capão de corunilhas  
E quero quero em vigília  
No quartel dos alecrins.*

*O campo que ainda vejo  
Tem a vida se movendo  
Com esperanças renascendo  
A cada dia de chuva*

*O campo que ainda vejo  
Tem banhos e transcurrais  
Com mangueirões ancestrais  
A sombra das timbaúvas.*

*O meu campo, canto assim!  
Imagens do tempo antigo  
Olhar e alma de amigo  
Que o tempo jamais esquece*

*De noite dorme com a lua  
Ao som de grilo a embalá-lo  
E ressuscita com galos  
A cada vez que amanhece!*

**O campo que ainda vejo**  
Leonardo Borges

### 3.1.1 A “Cuesta de Haedo”

Em meados do século XVIII, o povo indígena-missioneiro de Yapeyú, que havia fundado a pecuária nesses campos de predomínio basáltico ao sul do Ibicuí, tem um litígio por terras com um particular espanhol chamado Francisco Martínez de Haedo. Este, munido de uma quantia recebida da Coroa espanhola por retribuição a serviços prestados durante campanha militar contra os portugueses, compra da própria Coroa espanhola uma grande área de terras na Banda Oriental, em 1764 (LEVINTON, 2009). No entanto, a área era território usado pelos indígenas-missioneiros desde o início daquele século, correspondente à parte mais austral da estância grande de Yapeyú (Figura 9). No juízo, os missioneiros se apoiam no Direito Natural, alegando que muitos dos próprios grupos indígenas que haviam formado Yapeyú eram naturais daquelas mesmas terras. O litígio se estenderia na justiça colonial por mais de vinte anos, tempo suficiente para o poder do *hacendado* espanhol se estabelecer: a estância foi erguida no rincão formado pelo encontro do rio Negro com o rio Uruguai, cujo nome passou a ser *Rincón de Haedo*, e a coxilha que encerra o rincão e estende-se até a atual fronteira brasileira tornou-se a *Cuchilla de Haedo*.

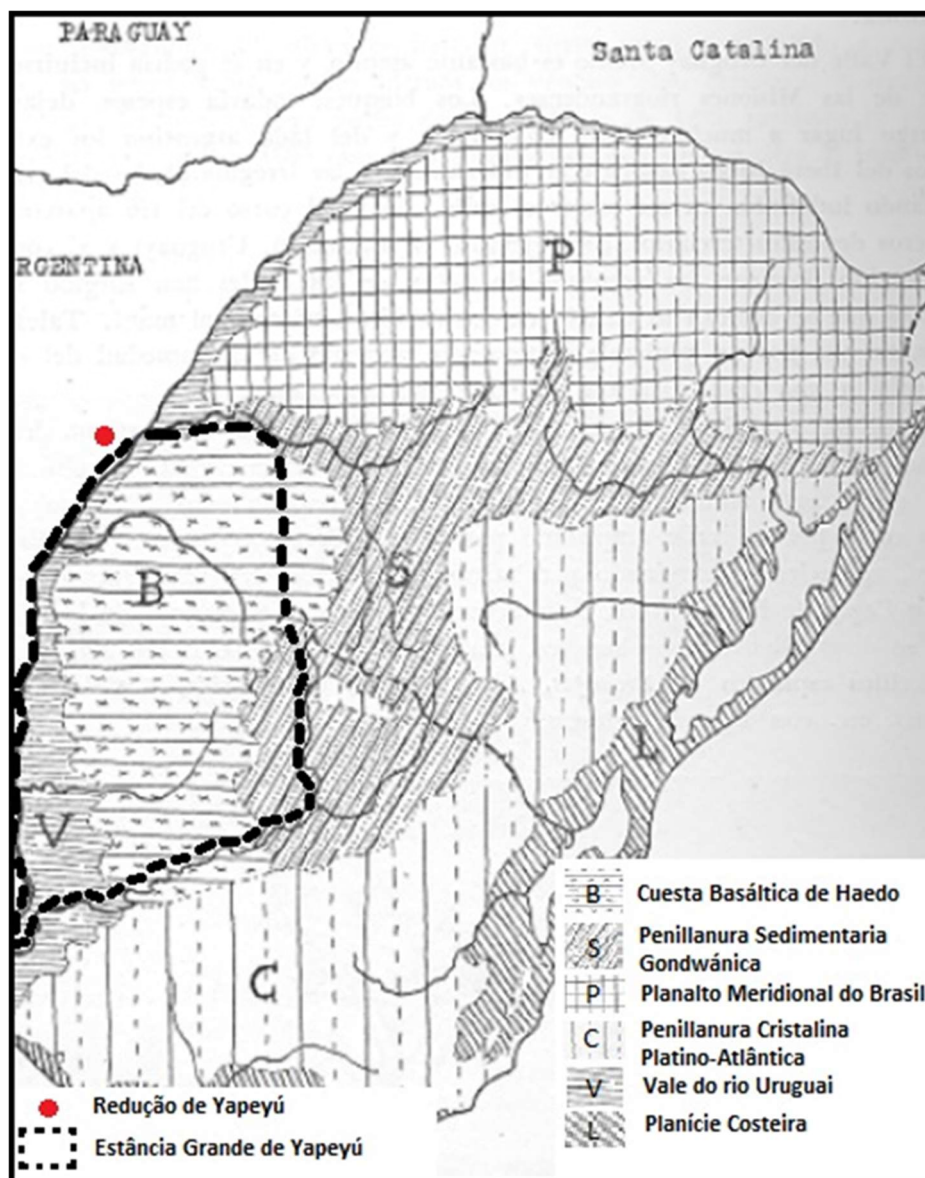
Mais de século e meio depois, quando o geógrafo russo-uruguaio Chebataroff ([1951] 2014) propõe as regiões naturais do Rio Grande do Sul e do Uruguai, toma emprestado o nome histórico dessa coxilha uruguaia para dar unidade à região natural, chamando-a, então, de Cuesta Basáltica de Haedo. Posteriormente, autores brasileiros como Muller Filho (1970), Suertegaray (1987), entre outros, vão reiterar essa classificação e nomenclatura, inclusive em regionalizações restritas ao Rio Grande do Sul. Qual ia ser a surpresa de um geomorfólogo brasileiro atual ao saber que, ao tratar o sudoeste gaúcho como Cuesta de Haedo, está ele, de certo modo, homenageando um *hacendado* espanhol do século XVIII com pouca ou nenhuma relação com a parte brasileira desse compartimento, ademais de ter se tornado fazendeiro no Uruguai exatamente por seu papel contra os luso-brasileiros e de ter ficado conhecido por seu litígio com o povo mestiço-indígena-missioneiro de Yapeyú?

É inevitável considerar que teria sido mais justo se Chebataroff (2014) tivesse feito referência exatamente a Yapeyú, que se não tem parte na longa história natural que legou as características da Cuesta Basáltica, tem, por outro lado, grande peso no processo de humanização de suas paisagens, em um legado de mais de século e



meio em que teve seu território pastoril quase que circunscrito a essa província natural (Figura 9).

Figura 9 – As regiões naturais do Rio Grande do Sul e do Uruguai segundo Chebataroff (2014) com destaque para a localização da Estância Grande de Yapeyú no século XVIII, quase circunscrita ao Reverso da Cuesta de Haedo



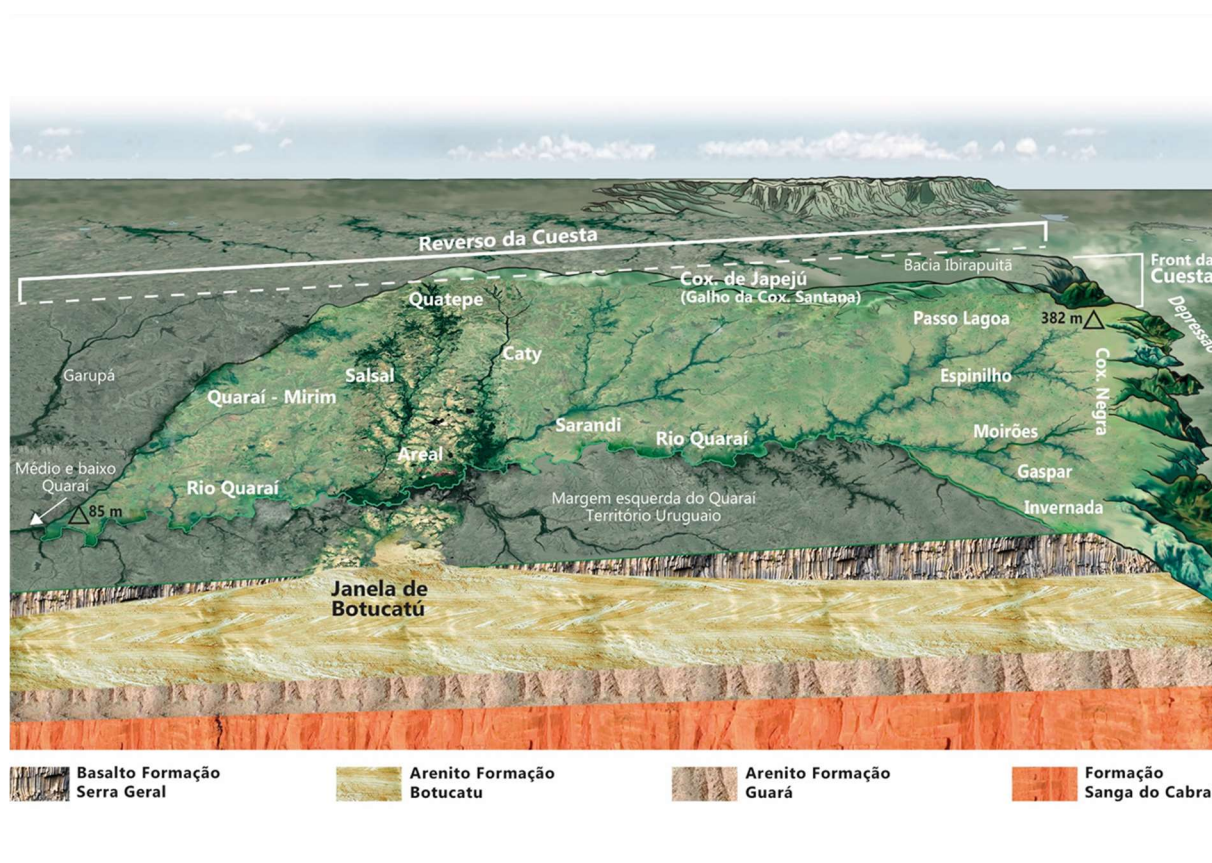
Fonte: Adaptado de Chebataroff (2014)

Isso leva a pensar que, de fato, quando a história da paisagem enquanto construção social não é examinada, ela acaba sendo tão inconscientemente lida quanto inconscientemente escrita, como nos diz Duncan (2004). A começar por sua nomenclatura: as toponímias são como antigos discursos congelados na paisagem,

como explica Claval (2007). São como vozes passadas que, por vezes, “[...] *hablan mejor que los documentos escritos*”, segundo explica Crawford (1983, p. 61).

Mas, para além dessa história humana que traz embutida, a Cuesta de Haedo é fruto de uma infinitamente mais antiga história natural que condicionou e condiciona até hoje a própria forma com que ocorre a humanização de suas paisagens. Interessa, por isso, iniciar o presente capítulo com uma compreensão geográfica dessa região, dado que é ela que hoje entrincheira uma das últimas manchas mais significativas de Pampa remanescente no Rio Grande do Sul, o que se repete, também em sua porção uruguaia. Na Figura 10, a seguir, trazemos uma representação da Cuesta, em um perfil geológico-geomorfológico. Em tom verde mais claro, destacamos o Alto Quaraí, evidenciando sua posição no conjunto do compartimento.

Figura 10 – O Alto Quaraí na Cuesta de Haedo



Fonte: organizado pelo autor em parceria com Jylson J. Martins JR

Eis, então, resumidamente, a chamada Cuesta de Haedo: 1) um substrato rochoso arenítico com origem no grande deserto que havia dominado a paisagem do estado na aridez do jurássico (Formação Botucatu), capeado por outro basáltico originado dos derrames vulcânicos fissurais ocorridos ao longo do cretáceo (Formação Serra Geral)<sup>25</sup>; 2) um leve mergulho do relevo para oeste em direção à calha do rio Uruguai gerado pelo soerguimento-inclinação pós-cretácea dessa estrutura, delineando o Reverso da Cuesta, ou seja, essa suave rampa por onde a gravidade deu conta de ir entalhando a bacia do rio Quaraí quando o clima regional, saindo da aridez, tornou isso possível; 3) um abrupto a leste – o Front da Cuesta – delimitado pela Coxilha Negra/Haedo<sup>26</sup>, obra da erosão regressiva da escarpa basáltica, vinda do quadrante leste para oeste do estado, removendo derrames, exumando rochas cristalinas e sedimentares mais antigas, gerando a depressão periférica, até chegar à posição atual desse “perau” escarpado.

Nisso, vai parcela importante da parte que toca à natureza na construção da singularidade geográfica dessa parte do Pampa, para o que cabe ainda um pequeno aprofundamento: nesse extremo sudoeste gaúcho, os derrames vulcânicos foram menos abundantes, cobrindo a região de apenas uma fina capa ígnea (ROBAINA et. al., 2010). Isso acabou legando alguns dos principais elementos de distinção da Cuesta de Haedo no quadro físico do Rio Grande do Sul, tais como: 1) sua baixa altitude em comparação ao conjunto do planalto ao norte do estado onde os derrames foram mais significativos (ROBAINA, et. al. 2010); 2) sua altitude suficiente para se distinguir do seu entorno regional, que é domínio das planícies e terras baixas. Daí que o Alto Quaraí corresponde ao topo da Fronteira Oeste, com altitudes que chegam perto dos 400 metros em pontos da Coxilha Negra, junto às nascentes do rio, onde é delimitada a linha de fronteira seca com o Uruguai; 3) a ocorrência de “janelas” de exposição da camada rochosa arenítica imediatamente anterior, fruto da paulatina remoção dessa delgada camada ígnea por intemperismo (ROBAINA et. al., 2010),

---

<sup>25</sup> A origem dessa formação está ligada à fragmentação do continente Gondwana e abertura do Atlântico Sul durante o Cretáceo. São rochas originadas de derrames vulcânicos do tipo fissural, associados à tectônica divergente entre as placas sul-americana e africana (ROISENBERG; VIERO, 2002).

<sup>26</sup> Cuchilla de Haedo e Coxilha Negra são segmentos da mesma coxilha. Junto à linha de fronteira, onde ela serve de limite entre Brasil e Uruguai, chama-se Coxilha Negra. Em sua continuação em território uruguaio ganha o nome de Cuchilla de Haedo.

formando a chamada “Janela de Botucatu”, que em Quaraí se concentra no antigo Rincão do Areal<sup>27</sup>, hoje localidade do Areal, assim chamada não por acaso.

Os basaltos da formação Serra Geral e os arenitos da formação Botucatu se revestem de grande importância como condicionantes da humanização de suas paisagens. São esses dois tipos de substrato rochoso que dão lastro a solos, domínios vegetais e, de modo geral, a fisionomias expressivas do arranjo no Alto Quaraí. Poderíamos, grosso modo, dizer: o grupo das paisagens areníticas ou “das areias”, associadas as ditas “janelas de Botucatu” na área que abrange a localidade quaraense do Areal, e o grupo das paisagens basálticas ou “das pedras”, que compreende o entorno, que é a maior parte, compartilhada entre os municípios de Quaraí e Santana do Livramento. Nas Areias, estão algumas das fisionomias “monumentos” a essa história natural como o são os areais, hoje já tratados como patrimônio geomorfológico (BOHN GASS et. al., 2019). Nas pedras, está a superfície de solos originados do basalto, predominantemente pouco espessos, mas de grande fertilidade, origem de pastagens de conhecido valor forrageiro. São arrumações naturais dos sistemas de objetos que secularmente condicionaram diferenças nos sistemas de ações e representações que sobre elas se dão.

### 3.1.2 Um Pampa protegido por sua própria geografia

Imaginemos, na virada para os setecentos, uma jornada de um grupo de vaqueiros yapeyuanos sobre os campos do Reverso da Cuesta: sua movimentação não é aleatória. É a geografia física quem indica o traçado de caminhos, sugere os pontos propícios para o descanso de tropas e tropeiros e os melhores passos dos rios. É a configuração geográfica quem sugere, também, as melhores áreas para armazenamento das réses e os melhores locais para construção de currais, além do material a ser utilizado. Os caminhos de tropas, por exemplo, são delineados, preferencialmente, pelos divisores de água que cortam os campos, as *cuchillas* (*instrumento cortante, faca*). São terrenos “duros”, não inundáveis e que dão acesso a pontos onde os cursos d’água são vadeados com maior comodidade (LIMA, 2007).

---

<sup>27</sup> O Rincão do Areal é formado pelos rios Quaraí ao sul, Caty a leste e Areal a oeste. Aparece com esse nome pelo menos desde as cartas de sesmarias distribuídas na região no início do século XIX. O trabalho de Santi (2004) traz algumas transcrições dessas cartas. Nessas transcrições aparece também o arroio Coatepe, com a grafia Catapé.

Da frente da redução de Yapeyú, uma jornada dos tropeiros pela Banda Oriental até a reserva espontânea de gado cimarrón chamada Vacaria del Mar, em atual território uruguaio, vai tomar rumo sudeste através da coxilha que divide as bacias do Quaraí, de um lado, e do Ibirocaí e Ibirapuitã (bacia do Ibicuí), de outro: é a Coxilha de Japejú atual, um topônimo testemunho dessa história indígena-missioneira<sup>28</sup>. Através dela, o caminho segue para sul para ganhar a “parte uruguaia” de seu curso, sobre o perfil do Front da Cuesta, correspondente ao dorso da Coxilha de Haedo/Negra. Por esse divisor de águas, chega-se ao rio Negro e, atravessando-o, é alcançado o sul do atual Uruguai, de onde, tomando rumo leste, chega-se até a Vacaria del Mar. Esse trajeto completo é um dos troncos do chamado Caminho Geral (CAMPAL, 1968) ou Caminho Real de Yapeyú, importante corredor de tropas a essa redução, iniciado ainda no século XVII.

Hoje, o perfil da Coxilha de Japejú é, em boa medida, acompanhado pela BR 290 no trecho entre Uruguaiana e Alegrete, e pela RS 183, conhecida como estrada do Passo da Guarda, entre Alegrete e Santana do Livramento. Golin (2015) lembra, aliás, que sobre quase toda a malha de caminhos indígena-missioneiros iniciados com as Vacarias estão as rodovias contemporâneas do Rio Grande do Sul, tal como um didático efeito palimpsesto na paisagem. A Estrada do Passo da Guarda é a que, de forma mais certa, corta esse que é o coração de uma das últimas “manchas” mais contínuas da paisagem pastoril pampiana no Rio Grande do Sul, tendo em parte significativa de seu trecho o Alto Quaraí, de um lado, e a APA do Ibirapuitã, de outro. Trata-se de uma “estrada paisagística” (SELL, 2017), um mirante privilegiado dessa hoje remanescente paisagem.

---

<sup>28</sup> Ainda no início do século XIX, quando os luso-brasileiros dominam essa zona da Cuesta e são distribuídas as primeiras sesmarias, as cartas de concessão mencionam: “Coxilha de Sant’Anna de Japejú”, “Coxilha de Japejú que vem de Sant’Anna”, “Coxilha de Sant’Anna”, “Coxilha Grande de Japejú”, “Coxilha de Japejú”, “Coxilha Geral que segue para Japejú”. Um exame cuidadoso da localização de cada sesmaria revela: todas são formas diferentes de se referir à mesma coxilha, a que divide as bacias dos rios Ibirapuitã e Quaraí, desenhando um arco visivelmente orientado ao antigo povo de Yapeyú. É a origem indígena-missioneira da Coxilha de Santana atual e daquela que é uma de suas continuações: a Coxilha de Japejú. Uma marca que a marcha do avanço luso-brasileiro não conseguiu apagar. Cabe destacar que até os idos do século XVIII, antes da expansão luso-brasileira, esteve localizado exatamente no entroncamento entre as coxilhas de Sant’Ana, Negra-Haedo e de Yapeyú, o posto indígena-missioneiro de Santa Ana de Yapeyu pertencente à Estância Grande de Yapeyú, nas redondezas de onde está a conurbação atual entre Santana do Livramento e Rivera. Segundo Levinton (2009), o posto de Santa Ana seria o tampão do grande rincão contido entre o Ibicuí, o Uruguai, o Quaraí e o Ibirapuitã, pois controlaria a única saída terrestre importante dessa área.

Mas, voltemos à tropeada. De distância em distância, são necessárias estações de parada e descanso de tropas e tropeiros. É preciso sombra e abrigo. Os campos de solos rasos da Cuesta oferecem escassos capões de mato e as matas de galeria que acompanham os cursos d'água escondem, por vezes, armadilhas. São fechadas, densas, espinhosas. Danificam os couros dos animais e fomentam estouros de tropa, na medida em que, naquele momento, ainda constituem moradas de predadores, como as onças (CRAWFORD, 1983).

No entanto, à beira do dorso da Coxilha de Japejú, já nas vertentes da bacia do rio Quaraf, estão dois tributários: os arroios Coatepe e Salsal, que se encontram e formam uma rinconada, ou seja, uma área naturalmente cercada com uma única saída terrestre, em formato de forquilha (voltar à Figura 10). Nesse rincão, a sorte de uma “lente” de solos com origem arenítica ilhada em um entorno regional dominado pelos campos basálticos propicia a excepcionalidade de um bosque de butiás yatay, um relicto natural de climas pretéritos<sup>29</sup>. Nele, há aguadas, sombra e alimento. O butiá yatay alcança uma altura que facilita a vigilância das reses, evitando fugas (CRAWFORD, 1983). No inverno, quando esmorece o pasto nativo, a palha pode ser “deitada” para alimentar os animais estafados das jornadas. O fruto, o butiá, também é um alimento nutritivo tanto para tropas quanto para tropeiros.

De fato, tantas são as amenidades ali disponíveis, que quase chega a ser possível visualizar a imagem desse patrimônio natural, o palmar, fazendo-se pouco a pouco patrimônio agrário pelo reiterado uso, tornando-se voz testemunha vegetal de uma ecologia ambientada à ocupação pastoril a grandes distâncias (CRAWFORD, 1983). A memória da comunidade dá a essa imaginação ares de evidência quando de

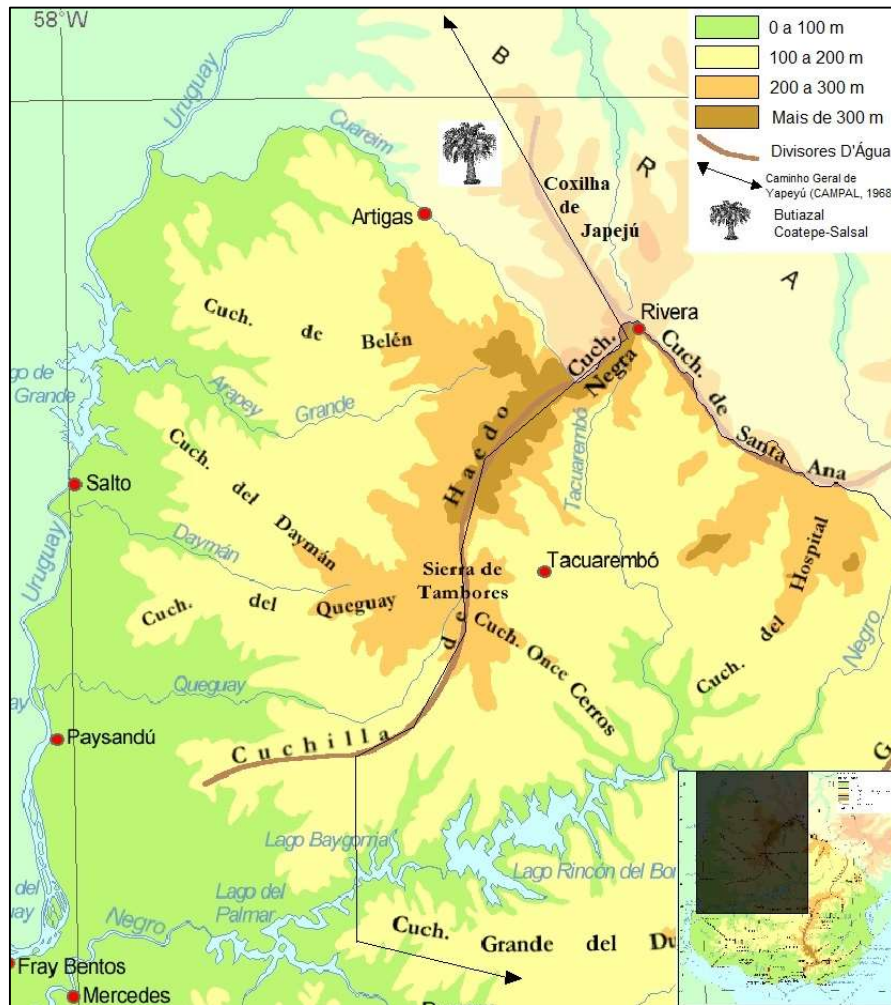
---

<sup>29</sup> Segundo Marchiori e Alves (2011), que estudaram esse palmar numa perspectiva fitogeográfica, trata-se de uma herança natural relacionada exatamente à existência dessa citada “janela” ou “lente” de solos arenosos-pedregosos associados à “janela de Botucatu”. O entorno que cerca essa janela, basáltico, explica o isolamento e a pequena extensão que revestem o palmar de excepcionalidade. Palmeiras como essas pertencem, de modo geral, à flora megatérmica, já que exigem para o seu desenvolvimento normal temperaturas médias anuais superiores a 20 graus, como explica Chebataroff (1974) em obra clássica sobre as palmares do Uruguai. Por isso, segundo o autor, espécies que prosperam além do limite imposto pelos trópicos o fazem “[...] *en forma relativamente dispersa o formando manchones poco considerables* (CHEBATAROFF, 1974, p. 3)”. Para o autor, palmares como esses existentes em zonas extratropicais seriam na verdade remanescentes ou relictos de uma vegetação adaptada a climas pretéritos mais favoráveis à sua existência, mas que o clima atual não conseguiu eliminar. Por isso, o afloramento da Formação Botucatu, como uma janela aberta a tempos pretéritos, em certa medida explica o butiazal, já que na exposição desse substrato rochoso às condições climáticas contemporâneas acabam sendo reproduzidas em alguma medida as condições ambientais do passado, favoráveis a essa espécie. Algo semelhante ao que ocorre nos vizinhos areais, sites sobre a mesma “janela de Botucatu”. Seriam ambos “ecossistemas testemunhos”, tal como sugere Pires da Silva (2008) para o caso dos areais, cuja existência é favorecida pela singularidade da interação entre clima atual e esse substrato material singular.



alguns dos mais antigos ouve-se a crença de que “foram os home da capa preta” que plantaram o butiazal, em referência aos jesuítas. A Figura 11, a seguir, traz representado sobre o mapa físico atual do Uruguai e do sul do Rio Grande do Sul o trajeto dessa grande tropeada, que embora imaginada, conta com suas evidências na historiografia e na história oral.

Figura 11 – O caminho de uma tropeada indígena-missioneira sobre a geografia física uruguio-rio-grandense



Fonte: Adaptado de mapasdeuruguay.com

O que esse pequeno exercício de imaginação histórica permite ilustrar é aquilo que Sorre (2000, p. 22) chamou de “formas ativas de adaptação de um grupo humano ao meio geográfico”. Seria dizer, os grupos humanos atuam sobre o meio a partir das condições que por esse meio lhes são postas. Agem sobre ele, mas são, também por

ele, diretamente condicionados em suas ações. De modo que, as combinações de modos de fazer humanos são expressões dessa sua adaptação aos diferentes contextos geográficos. Essa, aliás, é a base de todo um paradigma da geografia clássica francesa que ficaria conhecido como possibilismo, cujo advento pode ser localizado, sobretudo, na obra de Paul Vidal de La Blache, a partir dos albores do século XX. Nessa geografia lablacheana, a natureza não impõe e sim propõe, como explica Claval (2014), cabendo ao homem escolher uma resposta em função das estratégias e técnicas que ele domina, na busca de satisfazer suas necessidades.

Evidentemente, essa premissa possibilista é tanto mais clara quanto mais longínquo na história humana for o caso em questão. Era sobretudo no mundo técnico de ontem, anterior à avassaladora padronização propiciada pela difusão em extensão e profundidade dos transportes e das comunicações, que as proposições locais definiam em grande medida o universo instrumental dos homens e os sistemas de objetos daí resultantes (CLAVAL, 2007). O progresso das técnicas conseguiu, em certo grau, libertar os lugares dessa antiga “escravidão às circunstâncias anteriores”, de que fala Santos (2006). Ou seja, importantes barreiras geográficas foram rompidas na medida em que o progresso técnico avançou, já que “as possibilidades de agir e de transformar o meio mudam desde que se dispunha de utensílios”, como nos diz Claval (2007, p. 248).

Mesmo assim, esses ensinamentos que nos lega a geografia clássica ajudam a averiguar as razões que fazem do Alto Quaraí um lócus onde o Pampa ainda remanesce, em significativa medida. Isso porque, mesmo com a extraordinária capacidade técnica de hoje de humanizar e padronizar as paisagens, os dados propriamente locais não são dissolvidos, como explica Santos (2006). Apesar da força do casamento entre mercado global, ciência, tecnologia e informação que caracteriza os eventos de hoje, “a realidade dos territórios e as contingências do ‘meio associado’ (meio natural e técnico indissociavelmente) asseguram a impossibilidade da desejada homogeneização (SANTOS, 2006, p. 27)”. Seria dizer, o meio técnico atual, que é um meio técnico-científico-informacional, consegue relativizar, mas não é capaz de eliminar aqueles velhos condicionantes geográficos dos lugares de que falava a tradição do possibilismo e que ilustramos através de nossa imaginada tropeada.

Vejamos, por exemplo, a já mencionada trajetória histórico-geográfica da soja no Brasil, só que agora pelo ângulo da relação entre a técnica e a diversidade das geografias locais-regionais brasileiras. Introduzido no país no final do século XIX, o



grão de origem asiática chegou através de uma variedade trazida dos Estados Unidos. O cultivar americano, adaptado a altas e médias latitudes, ficou restrito, não por acaso, ao clima subtropical da região sul, tendo como berço e celeiro o noroeste gaúcho, sobre terrenos ondulados de solos profundos típicos do Planalto. Permaneceu circunscrito a essa zona enquanto teve importância secundária, cultivado por agricultores familiares e visando à obtenção de forragem e grãos para o arraçamento de criações de aves e suínos do mercado interno (BONATO E BONATO, 1987).

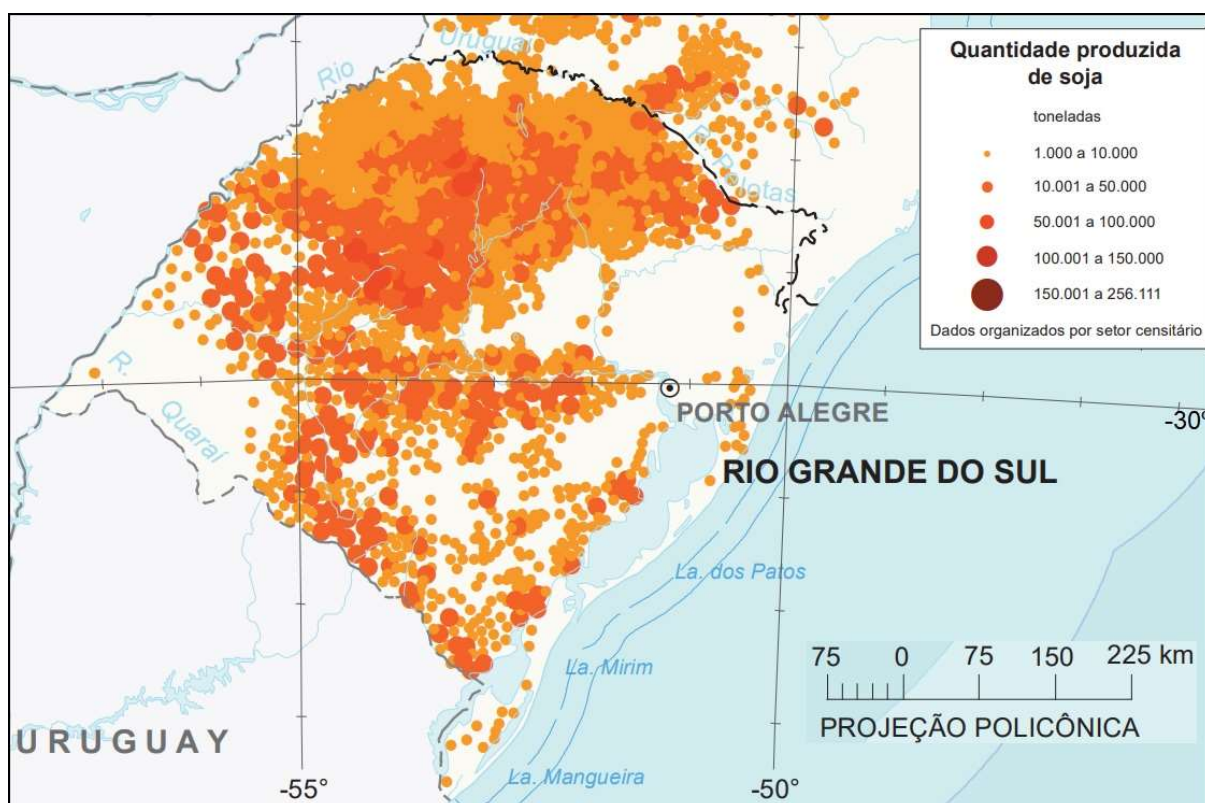
O primeiro condicionante geográfico mais significativo começa a ser rompido quando, nos anos 1970, impõe-se uma grande pressão de demanda no mercado internacional, valorizando extraordinariamente o grão. O cultivo vai se tornando crescentemente atrativo a agricultores e investidores e considerado estratégico pelo Estado. A expansão em extensão e em produtividade vai se tornando imperante. Uma miríade de atores públicos e privados, tais como Embrapa, institutos estaduais de pesquisa, universidades, além de fundações, empresas e corporações do agronegócio movimentam significativos processos de pesquisa, desenvolvimento e inovação com o intuito de expandir a soja sobre variadas condições de clima e solo (GAZZONI, 2018).

A ciência consegue “tropicalizar” a soja, e as antigas cultivares de latitudes médias e altas vindas dos EUA, que não possibilitariam a pretendida expansão às vastidões de baixas latitudes do Cerrado, vão sendo substituídas (GAZZONI, 2018). Ao mesmo tempo, são desenvolvidas tecnologias para a correção das características químicas dos solos e construção de fertilidade, a fim de produzir as condições nutricionais ideais para o cultivo em diferentes geografias. Nas décadas de 1980 e 1990, inovações como a substituição do revolvimento do solo com o arado pelo sistema de plantio direto, além da transgenia e da evolução das técnicas de manejo, vão tornando o cultivo viável em parcela cada vez maior da diversidade de solos e climas do Brasil, abrindo novas fronteiras ao mesmo tempo que possibilitam maior produtividade por área. O progresso técnico permite agir sobre as possibilidades e proposições até então postas pelo meio. A produção se liberta, pouco a pouco, das amarras do possibilismo.

Hoje, essa marcha segue na conjunção de ciência, tecnologia e informação, e vai ocupando cada vez mais áreas antes impróprias. Estende-se das argilas às areias, das coxilhas às várzeas, no embalo da força de seu exógeno motor econômico e, também, no particular atrativo financeiro gerado pela conjuntura de permanência do

dólar em um patamar alto. No Rio Grande do Sul, o resultado é expresso no mapa atual da soja, que indica sua presença em quase toda a diversidade ambiental do estado. A Figura 12, a seguir, facilita a visualização do fenômeno na medida em que se trata de uma representação elaborada a partir de dados por setor censitário, o que permite chegar ao nível intra-municipal, gerando um retrato mais preciso das áreas em que o cultivo está ou não presente. Nota-se, que além da região pioneira no norte do estado, já se destaca, também, a produção registrada no Sul, notadamente na zona correspondente aos terrenos sedimentares da Depressão Periférica, junto à bacia do Jacuí, e do Ibicuí e de seu afluente, o Santa Maria, em tradicionais áreas de pecuária e arroz.

Figura 12 – Rio Grande do Sul: distribuição espacial da produção de soja (2017)



Fonte: Adaptado de IBGE (2020).

Por outro lado, o mesmo mapa mostra algumas áreas relativamente livres da presença do grão. E, é nesse ponto, especificamente, que voltam à superfície os por vezes encobertos condicionantes do meio, de que tanto se ocupou a clássica geografia de La Blache e Sorre. Mesmo no mundo técnico de hoje, as formas

herdadas, incluindo as formas naturais, continuam sendo uma condição para novas práticas, como bem destaca o sorreano Santos (2006). A racionalidade, neste caso representada pelo agronegócio da soja, não pode ser exercida plenamente se a materialidade não oferecer as condições técnicas, segundo frisa esse autor.

No mapa, é possível perceber que as duas mais notáveis exceções ao avanço da soja no território gaúcho se concentram em áreas geograficamente opostas: uma a nordeste, outra a sudoeste. A primeira se circunscreve a zonas de topografia íngreme, como no rebordo do Planalto junto às subidas da Serra Gaúcha e vales do Caí e das Antas, e de solos rasos e pedregosos de partes dos Campos de Cima da Serra. A segunda, por sua vez, se circunscreve à Cuesta de Haedo. Esta última região aparece, portanto, como a única parte do Pampa mais claramente marginal a esse evento, especialmente em sua porção correspondente aos setores mais a montante da bacia do rio Quaraí.

Conta para isso uma convergência de fatores que tornam significativa parte da Cuesta um ambiente praticamente hostil às lavouras, ao menos por ora. Predominam nessa zona os neossolos derivados do basalto, que distam verticalmente dessa rocha matriz, por vezes, poucos centímetros (Fotografia 14). Trata-se de solos naturalmente férteis, mas rasos, com abundante presença de fragmentos de rocha em decomposição e de afloramentos rochosos (neossolos litólicos).

Essa pedregosidade e essa exposição superficial da rocha matriz são limitantes, sobretudo, porque dificultam a mecanização, ainda que do ponto de vista topográfico não haja empecilho significativo, dado que o relevo é de domínio suavemente ondulado e ondulado. Já sua pouca espessura é fator de contingência para a soja e outras lavouras pelo espaço insuficiente ao pleno desenvolvimento das raízes e, sobretudo, pela baixa capacidade de armazenamento de água. São solos de baixa infiltração que favorecem o escoamento superficial e, portanto, têm baixa capacidade de aproveitamento da umidade. “É um fator que não conseguem entrar com planta aí pra esse lado, que é a irrigação. Um solo que pra ti encharcar ele é inviável”, avalia Anderson, pecuarista em Palomas, ao fazer uma comparação entre os campos onde se localiza sua propriedade e esses campos basálticos sobre o reverso da Cuesta.

A essa segura e superficialidade do solo se agrega um agravante: os deficits de umidade atmosférica e as periódicas estiagens estivais característicos dessa zona. Rossato (2011), por exemplo, regionaliza exatamente circunscrito ao reverso da

Cuesta o tipo climático que registra as mais baixas médias de umidade relativa do ar e o menor número de dias de chuva por ano<sup>30</sup> no Rio Grande do Sul.

Fotografia 14 – Perfil de um campo de solos rasos de basalto. Julho de 2019, BR 293, entre Santana do Livramento e Quaraí, RS.



Fonte: Registro do autor em trabalho de campo.

O resultado é uma dupla contingência às lavouras: solos que já padecem de um pronunciado déficit hídrico somados a um tipo climático pouco úmido que agrava essas condições, especialmente no verão, entre dezembro e fevereiro, exatamente na fase decisiva do desenvolvimento de plantas como a soja. De modo que, se o risco climático de estiagens já é em si um elemento característico do calendário agrícola do Rio Grande do Sul, essa é uma zona em que isso se tornaria ainda mais problemático. “Quinze dias ali sem chuva, tu pegas um sol de janeiro, é seca grande”, garante o pequeno pecuarista.

---

<sup>30</sup> A autora aponta uma série de fatores que contam para isso, entre os quais a relação entre a trajetória das frentes frias e o relevo local.

De ocorrência minoritária sobre esse domínio do substrato rochoso basáltico, aparecem ainda os vertissolos, em forma de manchas relativamente pequenas. Apesar de serem solos mais argilosos, férteis e com boa capacidade de retenção de umidade em comparação com os primeiros, também impõe significativas limitações físicas ao uso agrícola, devido a sua grande capacidade de contração e expansão, se tornando muito duros quando secos e muito plásticos e pegajosos quando molhados, tornando-se um empecilho à utilização dos implementos agrícolas.

Uma síntese com embasamento teórico-técnico e ao mesmo tempo prático-empírico dessas contingências nos é dada por André, que fala a partir de sua dupla condição de agrônomo e pequeno pecuarista nesses campos basálticos, na localidade do Cerro Chato:

os solos que a gente tem são duas zonas de mapeamento: Pedregal e Escobar. É um litólico e um vertissolo. E, esses dois solos, eles têm limitações físicas para a introdução da cultura da soja. O pedregal por ser um solo de camada muito rasa, e, o vertissolo, ele tem uma limitação de drenagem. Tem problemas severos de drenagem, e é muito argiloso, argila expansiva 2 para 1, montmorilonita, que isso dificulta a introdução desse tipo de cultura. Até agora eu não vi nenhuma tentativa de sucesso de implantação desse tipo de cultura.

Na zona de afloramento do arenito Botucatu, por sua vez, em partes de localidades como Areal, Coatepe, Butiazal e Salsal, onde aparecem mais “campos dobrados” ou fortemente ondulados, é a topografia o fator limitante, ao impor restrições à inserção de maquinário (Fotografia 15).

No Coatepe, por exemplo, Nico, pecuarista familiar, diz que, ali, o maior limitante acaba sendo mesmo o “relevo”, segundo expressa, já que a mescla de solos arenosos e pedregosos derivados do arenito que caracterizam a localidade seria, segundo ele, facilmente manejada para o plantio. “Se tu olhares pros lados aqui tu já não vês relevo que dê pra plantar. Tem muito pouco, tem essa parte aqui ó. Mas assim ó, que dê para dizer assim: vamos fazer uma lavoura valendo, não tem. O nosso relevo não ajuda. O solo não impede, o solo os caras fazem”, opina ele.

Fotografia 15 – Campos dobrados: um fator de contingência à agricultura. Março de 2021, Butiazal, Quaraí, RS.



Fonte: Registro do autor em trabalho de campo

Essas singularidades geográficas predominantes no Alto Quaraí geram, portanto, certo efeito protetivo sobre o Pampa, ao restringirem o leque de usos do solo possíveis. Delineiam como que um Pampa “entrincheirado” em sua própria geografia. A fala do Engenheiro Agrônomo Juremir, técnico extensionista rural em Quaraí, a seguir, expressa uma síntese:

Tem áreas também no Areal que são dobradas, que não permitem uma mecanização, essas também são limitantes. Mas no geral são as áreas grandes do basalto que são protegidas pela questão do basalto mesmo né cara. Solo superficial, muito afloramento rochoso.

### **3.1.3 O peso das “mentalidades vindas diretamente da história”**

Evidentemente, no Alto Quaraí existem zonas ou “manchas” onde aparecem distintos arranjos de fatores como solos, topografia e disponibilidade hídrica que, em princípio, seriam propícios ao cultivo da soja, ou, ao menos, não imporiam limitações incorrigíveis ao empreendimento, mas que, mesmo assim, permanecem, por ora,

marginais a essa vertiginosa demanda por novas áreas para a oleaginosa. Nestes casos, entram em cena outras contingências que vão além dessa mais evidente, relacionada às singularidades da geografia física local-regional.

Talvez o principal dos motivos diga respeito à ausência local daqueles que têm sido os principais operadores desse evento na escala de sua realização sobre o Pampa: os investidores oriundos de zonas com tradição sojeira do norte do estado. Ocorre que a “descida” desses novos agentes segue a uma coerência horizontal, numa expansão em contiguidade, formando zonas em que se agrupam. Por isso, ainda que em algumas localidades do Alto Quaraí possa haver pontos ilhados onde o empreendimento poderia ser realizado, a procura ocorre prioritariamente sobre novas áreas que já estejam situadas junto à frente de expansão, notadamente na Depressão Central Gaúcha, onde é favorecido o agir em conjunto e onde já há algum nível de construção de uma viabilidade logística. Santos (2006) lembra, aliás, que a adjacência é fator criador de comunhão, no sentido de que a modernização das áreas agrícolas ocorre mediante uma informação especializada, gerando contiguidades funcionais que dão o contorno das áreas assim definidas, no que o autor chama de “acontecer homólogo”.

Deste modo, sobre as deslocadas e não abundantes janelas de solos mais ou menos propícios do Alto Quaraí, a possibilidade de inserção da soja dependeria, sobretudo, do tino e da iniciativa dos próprios produtores das localidades ou outros agentes locais, sejam eles proprietários de terras ou não. No entanto, é nesse ponto que vêm a luz antigas contingências, notadamente culturais, que conduzem a uma nítida impressão: a depender da iniciativa local, muitas áreas permanecerão *pastoris* mesmo tendo aptidão agrícola. Ocorre que, no Alto Quaraí, não é apenas a poderosa influência do meio natural, percebida por Pébayle (1968) em suas andanças pela Campanha, que permanece viva e coloca-se em algum grau como freio à soja, como também o “vigor das mentalidades vindas diretamente da história”, de que também falava esse autor.

As expressões disso aparecem, sobretudo, quando os produtores locais são indagados sobre se plantariam soja em seu campo, caso houvesse as condições. “Isso daí o cara tem que ter vocação. Pelo duro não planta soja, não colhe soja. É a mesma coisa que pelo duro querer plantar arroz. Gringo planta arroz!”, diz Nico, pecuarista familiar do Coatepe, em Quaraí.

No Espinilho, Rodolfo, pecuarista de porte médio, diz que não plantaria soja, por considerar que uma eventual maior rentabilidade obtida com a oleaginosa não compensaria a satisfação que hoje tem de trabalhar com o que gosta:

[...] eu, como gosto, e faço, trabalho, nisso (na pecuária), por mais que tu vá tirar uma renda (com a soja), tu vai estar tirando uma coisa ali que há anos e anos está ali né, que é o campo. Eu particularmente, não (plantaria), por mais que o cara vai pensar: “Ah, mas dá muito mais dinheiro”. Se o cara conseguir trabalhar na pecuária dá bem igual, não tem essa loucura.

Em sua visão, é compreensível que o cultivo do grão no entorno regional esteja sendo feito por agentes externos, na medida em que “a cultura deles é a agricultura, a cultura deles é produzir, é fazer aquilo ali”, segundo afirma. Sob seu olhar, o que é pouco compreensível é a facilidade com que muitos proprietários da região, na origem pecuaristas, vêm vendendo ou arrendando seus campos para os “granjeiros” recém-chegados: “eu não entendo na cabeça das pessoas que recebem isso aqui e arrendam pra eles ou vendem pra eles. Isso sim”. O criador lamenta, considerando que, nos locais onde há a procura por arrendamento para a soja, por vezes a perspectiva de retorno financeiro fácil e rápido leva a um pensamento-atitude imediatista, conforme analisa: “as vezes o pai ou o vô trabalharam, mas (o proprietário atual pensa:) eu não vou tá passando trabalho, quero só o dinheiro. Então está botando tudo o que as vezes o vô, o pai, se matou pra conservar, tá botando fora”.

Por sua vez, no Marco do Araújo, localidade situada sobre o dorso da Coxilha Negra, na divisa seca de fronteira, o também pecuarista Robert diz que “o cara pra trabalhar com agricultura tá no sangue né, é alemão, italiano e japonês”. Além do que, em seu ponto de vista, a soja tem um inevitável efeito deletério sobre o ambiente, outro dos motivos pelos quais, quando perguntado, respondeu que não empreenderia o cultivo:

Ah, eu acho que não tchê, porque lavrar estraga todo o solo. Quer queira, quer não queira, é o que envenena toda essa água e mata principalmente a fauna né. Vai envenenando e vai envenenando. A água da lavoura vai correr pras sanga, pros rio e coisa, e isso aí tudo vai envenenando né. Não, e aqui tu lavra aí, vira um perau, tudo pedra. É dessa alturinha assim o solo (gesto manual). Tem umas várzea assim que é macia né, mas não muito.

Cabe destacar, que, nesses domínios dos campos sobre basalto, para além das limitações físicas já citadas, há uma outra singularidade física que, em si, não produz uma contingência à entrada da oleaginosa, mas, quando submetida à



valoração social por parte dos pecuaristas, torna-se, visivelmente, um limitante: trata-se da qualidade forrageira dos campos nativos. Enquanto em zonas arenosas da Depressão, junto à frente de expansão, a entrada do grão é facilitada, também, por se dar sobre “campos fracos” para o pastoreio, com significativas limitações em sua qualidade forrageira, no Alto Quaraí e demais zonas basálticas da Cuesta, é exatamente sobre as minoritárias manchas de solos um pouco mais profundos e férteis e com alguma arabilidade, onde haveria possibilidade de empreender a lavoura de soja, que se encontram os domínios do “campo fino”, ou “campo de primeira”, considerados ótimas pastagens nativas para o gado. São campos de forragem mais densa que dão suporte pastoreio mais intenso, onde são comuns espécies como a grama-forquilha e o capim-caninha e leguminosas como o trevo-nativo. De modo que, para um criador local já inclinado a não se aventurar no empreendimento da seara, tal ação poderá tornar-se impensável se isso for implicar substituir exatamente algumas de suas melhores áreas nativas de pastoreio.

Por outro lado, a experiência histórica regional já mostrou antes, ao menos uma vez, que os “nativos” podem aderir por conta própria a esse tipo de empreendimento agrícola, de caráter, digamos, exógeno, economicamente promissor e revestido de uma aura de novidade. Mas isso parece se dar mais em um “segundo” ou “terceiro” momento, por influência do sucesso local de frentes pioneiras chegadas de fora, como bem analisou Pébayle (2017) ao descrever o avanço do arroz sobre a Campanha, no século XX. De modo que, hoje, quando na esteira da sojicização da região, vão se avolumando os exemplos próximos aos pecuaristas e vão aparecendo experiências entre seus pares, é possível que esse segundo ou terceiro momento esteja em curso e comece a botar a prova esses limitantes culturais: pecuaristas e outros agentes locais tornam-se, por conta própria, sojicultores.

Além do mais, há de se considerar que essas expressões sociogeográficas locais de indisposição ao cultivo partem de interlocutores que, pela própria característica de seus campos, não foram confrontados com ofertas de arrendamento por parte dos agentes externos em territorialização no entorno regional. De modo que, os altos do reverso da Cuesta permanecem sobre esse tipo de contingência cultural, sobretudo, enquanto o interesse dos investidores do ramo ainda se ocupam das áreas disponíveis junto à frente de expansão na Depressão Central gaúcha. Se acaso, por lá, esgotarem-se as terras, sem, no entanto, esgotar-se o motor econômico que hoje

empurra a fronteira do grão, poderá se desenhar algo diferente junto a essas ilhas de terras agricultáveis do Alto Quaraí.

A depender das condições técnicas, não é absurdo, inclusive, considerar que poderão ser demandadas até mesmo essas pedologias e topografias tidas como inaptas, que por ora “protegem” o Pampa do vertiginoso avanço do grão. É assim que vê André, por exemplo, que tomando como base o que ocorre no município de Santana do Livramento, pondera: “não dá pra dizer que não pode ser demandada né. Isso aí é uma incógnita. Tem muita “fronteira agrícola” ainda em solos aráveis. O município tem muita área ainda. Mas está indo muito rápido”. Para o produtor e agrônomo, mantendo-se as condições de mercado atrativas aos investidores, a expansão a esses campos poderá ser uma possibilidade, mediante adaptações tecnológicas.

Em outras regiões do Brasil já existem, aliás, experiências de utilização de áreas marginais de características semelhantes. Em 2013, por exemplo, uma reportagem do Canal Rural anunciava, em tom de novidade: “Solos pedregosos não impedem o cultivo de soja e milho em Cristalina (GO)”. Em 2014, uma chamada do Portal G1, apregoava: “Termina colheita de lavoura de soja plantada 'na pedra' em Cuiabá”. Em 2017, uma reportagem da Gazeta do Cerrado já demonstrava, inclusive, um progresso: “Embrapa busca formas de produzir em solo pedregoso do Cerrado do Tocantins”. Essa matéria, em particular, traz inclusive depoimentos de técnicos que evidenciam o fator que leva a soja a esses solos até então tidos como impróprios, dizendo que “o filé mignon acabou”, e que agora é hora de “cuidar da carne de peçoço”.

Por enquanto, no entanto, o fato é que existe, no Alto Quaraí, esse fragmento de Pampa que remanesce “entrincheirado” em sua própria geografia.

#### **3.1.4 Terreno de baixa aptidão agrícola ou conservatório do Pampa?**

É expressivo dessa limitação física que os municípios de Quaraí e Santana do Livramento, cujos territórios estão mais notadamente circunscritos a esses tipos de terrenos sobre a Cuesta, sejam exatamente os dois que, ainda em 2019, conservavam o maior percentual de suas respectivas áreas totais sob “uso natural” no Bioma Pampa (formações campestres e florestais, banhados, rios, afloramentos rochosos, entre outros). Ambos os municípios mantêm 86% de suas respectivas superfícies absolutas

com remanescentes do Bioma Pampa, seguidos de perto pelo município de Pinheiro Machado, que conserva 85,6% de sua área, também circunscrita, aliás, a terrenos “duros”, secos e declivosos no Escudo Cristalino Sul-Rio-Grandense.

O município de Quaraí, em particular, guarda, ainda, uma distinção no que diz respeito ao atual fenômeno do avanço da soja sobre o Pampa. Além da “proteção” oferecida pelos solos superficiais de basalto e pela presença de algumas zonas declivosas, o município permanece, por ora, com suas principais áreas agricultáveis ainda dedicadas ao tradicional uso rizícola, junto aos solos aluviais de “terra preta” dos arroios Garupá e Quaraí-Mirim, principalmente, já junto ao médio Quaraí. Agregado aos demais fatores, isso faz de Quaraí um dos municípios que maior barreira oferece ao avanço da oleaginosa no Rio Grande do Sul. Trata-se do único município da Fronteira Oeste e Campanha Gaúcha e um dos poucos em toda a zona de abrangência do Pampa no estado que permaneceu até 2016 sem nenhum registro de cultivo do grão. Ainda em 2019, ano do último dado disponibilizado pelo IBGE, apesar de já registrar alguma produção, ainda exibia a menor área plantada e a menor quantidade de soja produzida entre os municípios da Campanha, com 400 hectares e 800 toneladas, respectivamente.

Evidentemente, sob o olhar dominante sobre o campo, ainda estritamente funcional-produtivo, essa condição não é considerada propriamente uma vantagem para Quaraí. Pelo contrário, apesar da natural “proteção” ambiental que oferecem, os campos localizados nessas localidades não têm atribuídas a eles outros valores que não os relacionados a sua viabilidade agrícola e pecuária. É expressivo disso que nessas zonas se encontrem alguns dos preços do hectare de terra nua mais baixos do estado, apesar de constituírem alguns dos últimos redutos do Pampa no Rio Grande do Sul. Uma análise do mercado de terras no estado, publicada pelo INCRA (2020), por exemplo, aponta que, na Fronteira Oeste, o hectare da terra nua com produtividade média para a soja pode chegar a custar mais do que o dobro do preço da terra de aptidão estritamente pecuária, mesmo a de campo nativo de alto suporte, como a que ocorre no basalto. No primeiro caso, o preço médio é de 14.300 reais, enquanto no segundo é de 6.402 reais, para os campos de baixo suporte, e de 8.676 reais para campos de alto suporte, segundo o referido estudo.

Em Santana do Livramento, a fala de Antônio, corretor de negócios rurais, é ilustrativa: “os campos mais baratos ficam em direção a Quaraí. Entre Livramento e Quaraí”. Ele explica que, no município, a mesma restrição física que freia as lavouras

é a que desvaloriza o preço do hectare em comparação, por exemplo, com as zonas passíveis de maior diversidade de usos, localizadas mais a leste, junto aos terrenos sedimentares da Depressão, sobretudo em localidades do Distrito do Upamaroti, nos lindes de Dom Pedrito.

Em alguns casos, a desvalorização das terras situadas sobre a Cuesta soma as restrições das possibilidades de uso com o fato de que muitos desses campos de solos rasos de basalto, ainda que conhecidos pela sua boa qualidade forrageira, são muito distantes e de difícil acesso. Ocorre que, nessas zonas do Alto Quaraí e Alto Ibirapuitã, localizam-se algumas das paragens mais remotas do município e região e inclusive do estado como um todo, onde o valor do hectare chega a ser muito abaixo da média, conforme evidencia a fala a seguir do mesmo entrevistado: “Eu tenho áreas hoje de 4 mil reais o hectare dentro do basalto. São regiões que tu leva 3 horas pra chegar, entende? Dentro do município. A estrada é bem ruim. São 70 quilômetros dentro de estrada do município, então é bem complicado”. Cabe destacar que Santana do Livramento é o segundo maior município do Rio Grande do Sul em área, de modo que a manutenção de uma mínima trafegabilidade das estradas rurais é um histórico gargalo. Em outros casos, a desvalorização é acentuada pela localização próxima à linha de divisa seca com o Uruguai, delimitada pela Coxilha Negra, considerada foco do abigeato de fronteira.

No município de Quaraí, por sua vez, algumas das zonas de mais baixo valor do hectare se concentram na direção dos limites com Santana do Livramento, em continuidade aos mesmos tipos de campos basálticos, nos altos das bacias do Quaraí e do Ibirapuitã. Leandro, representante de escritório rural local, reitera entre os campos menos valorizados os de basalto superficial, que chama de “campo duro”. “Essas terras comuns aí que já é pra parte aí de basalto, solo mais baixo (raso), cerro, mato, uns 7 mil reais”, diz ele. Como exemplo, cita os campos do Cati, na divisa com Santana do Livramento: “Pro lado do Cati, lá pra cima já, o Cati né, tu vais ver a profundidade do solo é isso aqui (medida com a mão de menos de um palmo)”, complementa o corretor. No entanto, segundo sua avaliação, ainda mais desvalorizados que os campos basálticos, são os das localidades onde aflora o substrato arenítico, que chama de “campo fraco” e “campo de terceira”, conforme expressa: “Tem uma parte do Areal aqui, entendeu? Areal, Salsal, que já é uns campos fracos. Butiazal, ali. Aquilo ali é área pra, até nem chega a 7 mil. Seis mil reais por aí. Até 5, vou te dizer que já teve negócio de área ali né”, avalia. Quando

perguntado do motivo dessa maior desvalorização, o corretor associa à pobreza dos solos para a agricultura e à baixa qualidade forrageira para a pecuária, mencionando em especial a presença do capim-limão, gramínea fisionomicamente dominante nessas localidades. “Tchê, o solo, qualidade né. Tem, não sei se tu já ouviu falar no capim-limão aquele. Cheio de capim-limão né! Não sei se entre capim-limão e anonni eu prefiro o anonni até porque aquele capim-limão o gado não come”, explica.

O Alto Quaraí corresponde a uma área de mais de 3.000 Km<sup>2</sup>, dimensão semelhante, por exemplo, a da vizinha APA do Ibirapuitã. Mas ao contrário desta, não dispõe, todavia, de mecanismo institucional de proteção ambiental por parte do Estado, ainda que, espontaneamente, através de suas próprias contingências físico-geográficas e sociogeográficas, tenha efeito protetivo semelhante ao de uma área protegida. Os produtores aí inseridos arcam, eles próprios, com as dificuldades e restrições de uso do solo impostas pela natureza em seus estabelecimentos, mas não recebem, de outro lado, os louros de serem os guardiões de algumas das últimas mostras testemunhas do que um dia foi a imensidão do Pampa.

No próximo item, buscamos adentrar a essas formas-conteúdo, analisando o que mais fica do Pampa, para além, digamos, de suas expressões ecológicas ou fisionômicas naturais.



### 3.2 O QUE FICA ALÉM DO “VERDE”

E há quem diga  
 Que a lida do campo não é mais a mesma  
 Que os tiros de laço somente restaram  
 Pra História do pampa  
 E não são mais a estampa da vida rural

Que os homens terrunhos de vozes serenas  
 Não são mais torenas no trono dos bastos  
 Que a base de cascos não se faz mais nada  
 E que a terra plantada não vale um real

Por certo não sabe que lá na fronteira  
 A fibra campeira é o retrato do pago  
 Que o gosto do amargo é o mesmo de outrora  
 E que a pua da espora ainda amansa baguais

Que tiros de laço se acha por farra  
 Sobre lombo, cucharra, ou do jeito que queira  
 Manhãs fogoneiras de pingo encilhado  
 Com o cacho quebrado no velho ritual

Que os homens terrunhos de vozes serenas  
 Ainda são os torenas no sul do país  
 E se vivem no campo e charlam com calma  
 É por terem na alma este mundo feliz

Mas há quem diga  
 Que a lida no campo não é mais a mesma  
 Que os homens terrunhos de vozes serenas  
 Não são mais torenas e que a terra plantada  
 Não vale um real

**Ritual de Fronteira**  
 Rogério Ávila e Márcio Rosado

### 3.2.1 Onde ainda impera a paisagem e a vida pastoril

O Alto Quaraí forma parte de um dos últimos redutos onde estão guardados os mais expressivos elementos naturais do bioma Pampa: a diversidade dos campos, as matas de galeria e os capões de mato; os areais, os afloramentos rochosos e as áreas de recarga e descarga do aquífero guarani; os banhados, os rios e as sangas; a biodiversidade microbiana, animal e vegetal.

Mas, sabe-se já, que isso distante de ser fruto de algum mecanismo institucional de proteção, seja público ou privado, é acaso, sobretudo, das próprias limitações físico-geográficas e sociogeográficas que o território impõe à entrada de diferentes tipos de lavouras. Seria dizer, esse é um Pampa que remanesce devido a sua própria marginalidade, enquanto terra, em geral, de baixo valor funcional-produtivo para a moderna agricultura, atividade agropecuária que, em outras paragens, vai se tornando hegemônica.

No entanto, ali, as mesmas condições, sobretudo edafo-climáticas, que se põem como limitantes à inserção da agricultura, oferecem um domínio de pastagens naturais muito singulares, convidativas desde os primórdios da história moderno-colonial do Pampa à criação extensiva de gado. São campos de domínio dos pastos curtos e de pouca densidade do tapete vegetal e particularmente sensíveis às secas estivais, mas considerados comparativamente mais nutritivos e balanceados, com maior regularidade anual na oferta de forragem com variadas forrageiras de inverno. Por isso, essa zona é considerada um destacado potreiro natural gaúcho, com índices comparativamente altos de procrio e desenvolvimento de ovinos e bovinos.

Torna-se uma obviedade, portanto, que, frente à limitação a outros usos, esse reduto de natureza pampiana, seja hoje, também, um dos últimos redutos da paisagem-vida pastoril construída do histórico aproveitamento dessa oferta espontânea. De modo que, os citados elementos naturais que estão aí guardados como que em relicário – de que são exemplos as próprias formações campestres – longe de tomar parte em uma paisagem natural, são, na verdade, parte de um arranjo histórico modelado, de feitio secular, híbrido de natureza-artifício. Uma paisagem agrária, enfim, hoje protegida por suas próprias contingências.

No Passo do Geromito, em Santana do Livramento, entrevistamos Dioclécio, um peão, tropeiro e ex-domador de cavalos, que, ao resumir as características produtivas da localidade, diz: “Aqui é só pecuária no más, que é só pedra né. Só



pecuária: é ovelha e gado, no más, e cavalo”. No Espinilho, de forma parecida, o médio pecuarista Rodolfo também explica: “essa nossa região mais pedregosa, mais, assim, basalto, ainda resiste muito à pecuária né. Então, pelo lado cultural a gente vê a coisa antiga ainda. As próprias pessoas ainda estão conseguindo trabalhar na pecuária, assim, aqui”, avalia. Por sua vez, para poeta nativista ligado às lides da pecuária e conhecedor do meio rural do município, nessa região do basalto superficial “quem tem campo é pra criar gado, e o campo é bom pra criar gado”, segundo avalia. “Não tem outra, é o que tem. Porque é de pedra, é muita pedra né. Os campos não são agriculturáveis”, opina ele (Fotografia 16).

Fotografia 16 – Lidando com gado de cria em campo pedregoso. Agosto de 2019, Cerro Chato, Santana do Livramento, RS.



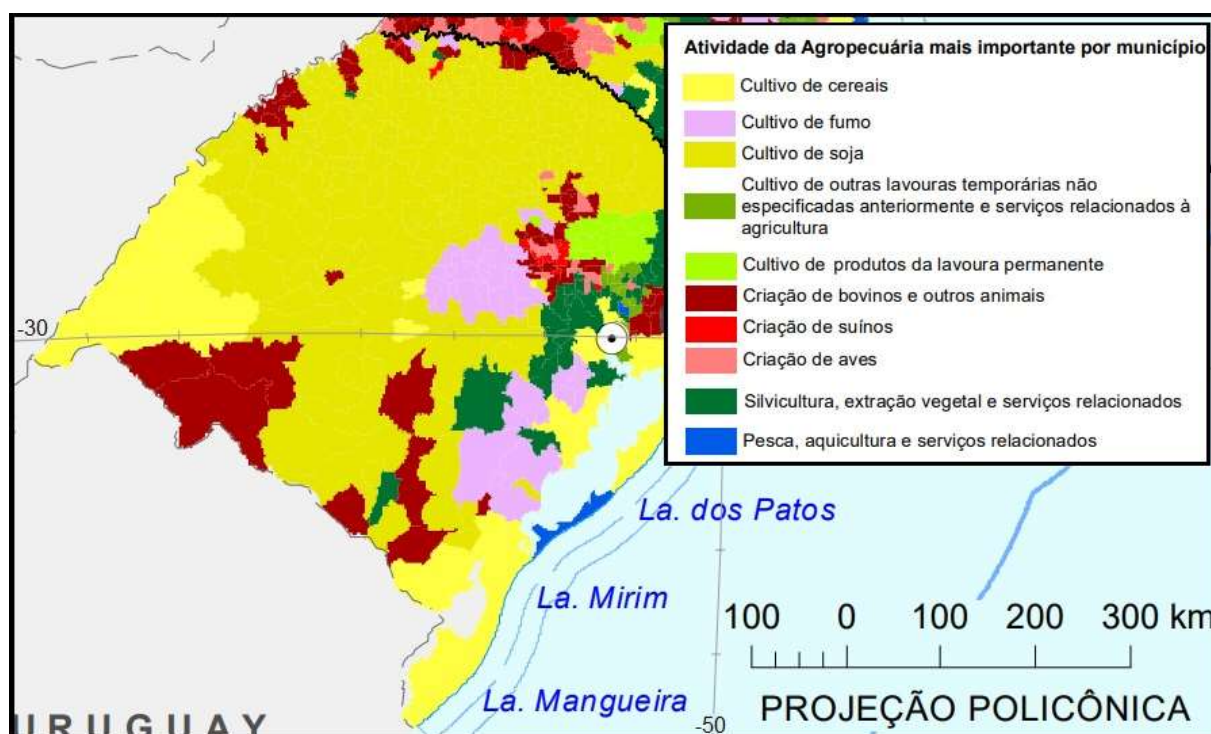
Fonte: Registro do autor em trabalho de campo

Falas como essas são bastante ilustrativas de uma importante máxima do funcionamento do espaço geográfico: a de que a materialidade não é um receptáculo passivo da história, mas uma condição para a sua realização, como ensinou Santos (2006). Neste caso específico desses depoimentos, essa materialidade é

representada pelas “pedras”, tida como a principal influência sobre as possibilidades objetivas do “trabalho vivo” ou simplesmente das práticas que ali são ou não passíveis de realização. Seria dizer, essa particularidade da geografia local-regional se põe como condicionante da própria Divisão Territorial do Trabalho, além do que participa, como demonstram as falas citadas, do sistema de representações sociais desse mesmo lugar.

A Figura 13, a seguir, mostra a atividade agropecuária mais importante de cada município gaúcho, segundo o valor que adiciona ao PIB, para o ano de 2017.

Figura 13 – Rio Grande do Sul: atividade agropecuária mais importante por município (2017)



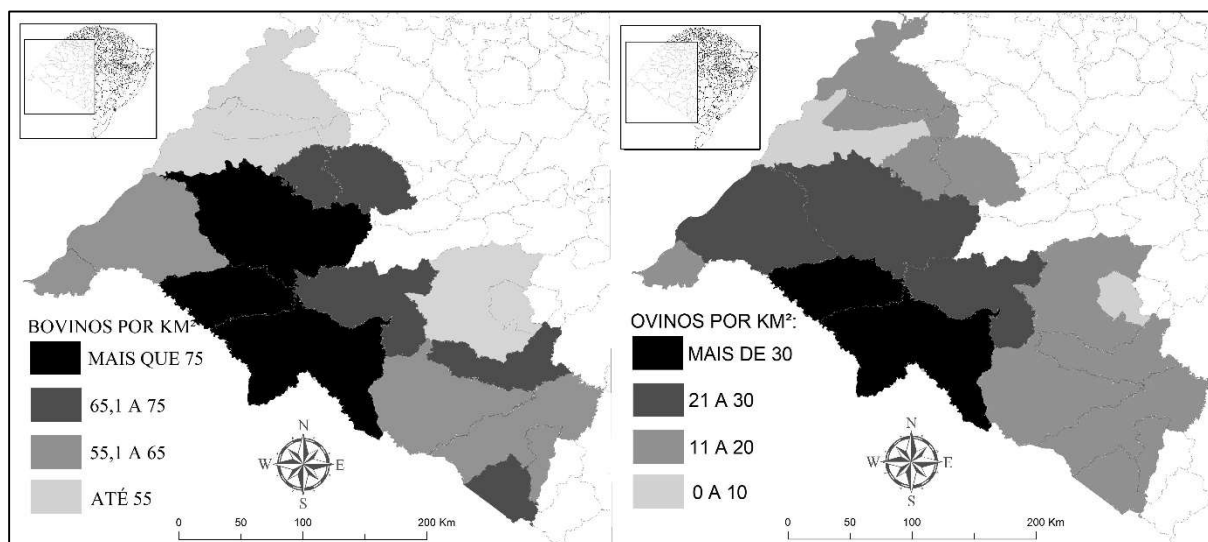
Fonte: Adaptado de IBGE (2020)

Centrando nosso foco sobre o sudoeste gaúcho, é possível notar que nessa região onde um dia a criação de bovinos e ovinos foi o carro chefe do setor agropecuário, hoje tem na soja a atividade preponderante na maior parte de seus municípios, especialmente nos que têm seu território ou parte dele situado sobre os terrenos sedimentares da Depressão Central, como Dom Pedrito e São Gabriel. Os cereais, notadamente, o arroz, vêm na sequência, sendo ainda a atividade mais

importante nos municípios da tradicional zona rizícola das várzeas dos rios Uruguai e baixo Ibicuí, como Uruguaiana e Itaqui. Por sua vez, em nítido caráter residual, a criação de bovinos e ovinos ainda é a principal atividade somente em três municípios: Rosário do Sul, Santana do Livramento e Quaraí, que tem em comum o fato de terem significativa parte de suas áreas territoriais sobre os campos de basalto superficial e de afloramentos areníticos do reverso da Cuesta. Para o que cabe interpretar: a pecuária ainda impera economicamente somente sobre essa geografia contingente a novos usos, onde prevalece, também, o Pampa remanescente.

Estão praticamente circunscritas a esse Pampa residual, as maiores densidades de bovinos e ovinos por Km<sup>2</sup> do Sudoeste Rio-Grandense, como demonstra a Figura 14, que segue.

Figura 14 – Sudoeste do Rio Grande do Sul: número de ovinos e bovinos por Km<sup>2</sup> nos estabelecimentos agropecuários de cada município



Fonte: organizado pelo autor a partir de dados do Censo Agropecuário de 2017

No caso dos ovinos, as maiores populações relativas estão em Santana do Livramento (42 cabeças por Km<sup>2</sup>) e Quaraí (41 cabeças por Km<sup>2</sup>), ou seja, nos dois municípios do Pampa com maior percentual de seus respectivos territórios ainda conservados sob “uso natural” do bioma, como já mencionado. Os demais municípios da região aparecem bem abaixo dessa marca, sendo que, mesmo os mais próximos dessa densidade, alcançam apenas pouco mais da metade dela, como Rosário do Sul (26), Alegrete (24) e Uruguaiana (22). No caso dos bovinos, os dados são parecidos.

O município de Quaraí, com 78 cabeças por Km<sup>2</sup> é seguido por Alegrete e Santana do Livramento, ambos com 76, como os detentores dos mais densos efetivos relativos à área abrangida pelo conjunto de seus estabelecimentos agropecuários.

Esses municípios, que têm parte considerável de seus territórios abrangidos por essa geografia contingente dos domínios dos solos basálticos superficiais, não só concentram os efetivos como também, nitidamente, os têm presentes em grande percentual de seus estabelecimentos agropecuários. Quaraí, por exemplo, é o único da Campanha Gaúcha cuja presença dos ovinos atinge mais de 60% de suas propriedades rurais. Os bovinos, por sua vez, estão presentes em significativos 87% dos estabelecimentos do município. São dados relevantes mesmo se comparados internamente à Campanha Gaúcha, onde, em geral, permanecem altos esses percentuais. Em São Gabriel, por exemplo, município foco da introdução da soja, a presença dos ovinos já cai para 37,8% dos estabelecimentos e dos bovinos para 77,8%. Significa dizer, sobre a Cuesta, onde mais se concentram os remanescentes naturais do bioma Pampa, está o lócus onde permanece pastoril não apenas a paisagem, mas também a vida agrária.

### **3.2.2 Campos ovelheiros e produtores de terneiros**

Evidentemente, a presença mais densa e generalizada dos bovinos e dos ovinos sobre a parte de “campos duros” da Cuesta, não deixa de refletir uma concentração de esforços produtivos na pecuária ante seus limites físicos para outros proveitos. Há, no entanto, também, um componente ambiental.

Como já mencionado, as pastagens naturais desses domínios dos solos rasos de basalto são reconhecidamente nutritivas, com variada oferta de forragem de inverno de qualidade, o que é um de seus principais diferenciais em relação a outros tipos de campos do entorno regional. Por esse motivo, em condições edafoclimáticas normais, isto é, se essas pastagens nativas atravessam o verão sem as frequentes estiagens a comprometê-las, elas oferecem, no caso dos bovinos, uma boa constância de qualidade e quantidade na alimentação dos animais a pasto ao longo de um ano. Isso, aliás, é comumente sentido nas ocasiões em que nem bem chega a primavera e já começa precocemente a parição e o cio das vacas, indicando que atravessaram o inverno em bom estado, repercutindo em bom índice de procriação. De modo que, na sequência de primavera, verão e outono, é favorecida uma boa

aquisição de peso pelos terneiros até o desmame, ainda que sejam criados exclusivamente a campo. Basicamente por esse motivo, esses campos são considerados bons produtores de terneiros para as fases seguintes de recria e engorde.

No entanto, esse pasto produzido sobre o solo raso e pedregoso é um pasto curto, que forma uma cobertura vegetal pouco densa e mais sujeita à míngua estival por estresse hídrico em comparação a outras zonas. São comuns nesses campos, também, grande quantidade de afloramentos rochosos e, em certos casos, de matas de galeria e capões de mato, que reduzem significativamente a área útil de pastos nos estabelecimentos. As periódicas estiagens de verão, por sua vez, ao incidirem sobre esses solos já naturalmente tendentes à baixa conservação de umidade, implicam, frequentemente, drástica redução da quantidade e da qualidade da oferta de forragem natural, sobretudo nos meses de janeiro e fevereiro. Isso torna esses campos marginais em ganho de peso para a fase de engorde. De modo que, sobretudo para a maioria de pequenos e médios estabelecimentos com área modesta, de até 500 hectares – que nessa zona chegam a ser 70% do total – esses campos são em geral pouco apropriados à invernada para abate dentro de um mínimo de regularidade, escala e precocidade.

Seria dizer, são campos que proporcionam excelentes condições de manutenção dos rebanhos em bom estado ao longo do ano, ideais, por isso, para a reprodução, mas que não têm a mesma aptidão para ganho de peso, o que os caracteriza como de baixa aptidão para o engorde. Deste modo, é a cria, enquanto fase considerada mais resiliente, que aparece como especialização produtiva característica dessa zona, conforme sintetiza André, do Cerro Chato:

o gado de cria se adapta bem, agora o boi é um bicho delicado. Se tu botares ele num campo desses ele já para de ganhar peso. E, a vaca não - é um sistema mais flexível - no final das contas se tu conseguires que no entoure ela esteja com uma condição corporal adequada já está bem.

Os estabelecimentos invernadores (especializados no engorde) vão aparecer nessa zona em menor proporção, assim como os de ciclo completo (cria, recria e engorde). Os primeiros vão ser, notadamente, os que dispõem das minoritárias manchas de solos mais profundos, menos sensíveis à seca, com suporte ao engorde, mas ainda assim, mediante baixíssima carga, priorizando ganho de peso individual e

sem logro de precocidade, com idade de abate que gira ao redor dos 3 anos. Já os segundos vão ser especialmente os grandes estabelecimentos, onde o fator extensão é o principal diferencial para a viabilidade econômica de completar o ciclo, ou ainda, os não raros pequenos e médios estabelecimentos que, mesmo com área restrita, criam, recriam e engordam dentro de suas possibilidades, tendo na pecuária, por vezes, uma renda secundária ou mesmo um estoque de recursos ao qual se pode recorrer quando necessário, com motivações além-finanças e forte arraigo cultural.

Assim, em geral, o que ocorre nessa zona é certo nível de especialização, ou, pelo menos, uma presença mais significativa do ciclo da cria, conforme ilustra, por exemplo, a fala de Rodolfo, que trabalha com essa fase no Espinilho:

Muita gente gosta muito desses campos para a cria, o basalto, aqui. Faz o terneiro, vai embora. Por causa que as vezes é capacidade de carga né. As vezes verão aguenta bem, inverno não. Aí se tu for ver aqui, região muito de mato, então, dependendo, tua área já reduz. Aí tem muita pedra, então se tu for somando isso, as vezes tu tens 50 hectares mas tu pode usar 30. Realmente que tu vás aproveitar.

Além do mais, a cria é uma fase naturalmente mais lenta do processo produtivo, que envolve a reprodução, a gestação, a parição e a lactação dos terneiros até o desmame, o que a torna, por isso, um ciclo economicamente mais coerente a esse tipo de zona mais dependente do campo nativo, onde a maior lentidão do ciclo encontra certa compensação no menor custo de produção, possibilitado pelo uso desse recurso espontâneo.

Deste modo, a maior densidade de bovinos nesses campos de solos superficiais de basalto não deixa de refletir essa presença mais significativa da fase de cria, ciclo este que implica efetivos permanentes nos estabelecimentos, entre touros, vacas, terneiros em lactação, terneiras em recria para reposição de matrizes etc., diferente, por exemplo, do que vem acontecendo em zonas já tornadas de domínio agrícola, onde, em muitos casos, os estabelecimentos se tornam apenas “invernadores”, recebendo lotes sazonalmente para o engorde na entressafra agrícola. Deve-se considerar, também, nesses números que formam os mapas, o fato de que o Censo Agropecuário foi realizado entre outubro de 2017 e fevereiro de 2018, período em que, nas zonas onde já domina a paisagem agrícola, os bois gordos produzidos na entressafra já saíram para o abate e as áreas estão ocupadas com os

cultivos de verão, como arroz e soja, enquanto, sobre o basalto superficial do Alto Quaraí e entorno, as vacas ainda estão com terneiros.

No caso dos ovinos, há de se considerar para essa densidade expressivamente maior nos municípios de Santana do Livramento e Quaraí, que em uma zona como essa na qual o leque de opções de uso do solo é restrito, a ovinocultura não deixa de ser a forma possível de diversificação produtiva e de diluição de riscos frente as eventuais conjunturas desfavoráveis na bovinocultura. No entanto, essa concentração dos lanares nessa zona se explica antes de tudo pela presença de um verdadeiro *terroir* de excelência a esse tipo de criação. Se fizermos o exercício de sobrepor o mapa da densidade de ovinos com um mapa físico da região, de topografia e altimetria, teremos o retrato revelador de uma lógica: os ovinos estão concentrados basicamente nos domínios das coxilhas e campos secos de solos superficiais de basalto, a montante das bacias do Quaraí e do Ibirapuitã, principalmente, onde as contingências do meio fazem concentrar os remanescentes do Bioma Pampa.

Nessa área, as condições ambientais para a ovinocultura são diferenciadas. As mesmas características edafo-climáticas que freiam as lavouras e periodicamente prejudicam a bovinocultura, são as que, por outro lado, tornam essa zona um habitat ideal para os lanares: são “campos duros”, pedregosos e secos, tidos como mais limpos de impurezas nocivas à qualidade da lã tais como sementes, areia, argila, galhos, espinhos etc., o que resulta em condições para a produção de velos de melhor qualidade, mesmo na chamada lã de barriga e garreio (produzida na barriga e patas do animal, onde, por óbvio, mais se concentram as impurezas). Além disso, seus recorrentes verões secos, que implicam aos bovinos insuficiências de forragem, aos ovinos conferem melhor estado sanitário, dado que os solos secos de pastos ralos agem como freio à propagação de parasitas comuns nessa época, que são uma das principais mazelas dessa espécie.

Por isso, nessa zona, os rebanhos são comparativamente menos afetados pelas parasitoses internas do que em outras zonas de campos mais úmidos e de bom crescimento estival, onde, por outro lado, há em geral maior oferta de forragem natural aos bovinos no verão. Devido a sua maior rusticidade, melhor mobilidade e predileção por pastagens baixas em relação aos bovinos, os lanares não têm sua nutrição tão comprometida pela frequente míngua estival desses campos basálticos de solo superficial. De modo que, se as condições de deficit hídrico não se estendem ao outono e as chuvas da nova estação não são demasiado abundantes, os animais

dessa zona chegam em bom estado físico ao período de encarneamento, quando brotam os verdes pastos outonais, gerando altos índices de procrio.

Assim, considerando essas características quase opostas à bovinocultura na forma de relação com o ambiente e suas sazonalidades, é compreensível que a criação de ovinos ainda povoe de forma mais significativa esses campos contingentes a outros usos, já que se torna uma espécie de seguro. Não apenas a lã, ainda o carochefe herdado dos tempos áureos do setor no século XX, mas também a carne que tem demanda crescente, além do leite e derivados, são potencialidades para uma conversão, que, inclusive, já pode ser vista. De modo que, pensar na promoção da ovinocultura, ou em uma “rota do cordeiro” no Rio Grande do Sul, passa necessariamente por considerar essa zona como um de seus mais notáveis *terroirs*, tanto no sentido das condições ambientais, quanto no da longa tradição ovelheira acumulada. Como potencialidade, na conjunção desses elementos, há ali uma denominação de origem ou uma indicação de procedência, de lã e de carne ovina, pelo menos.

A síntese mais bem acabada desse arraigo ovelheiro nos é dada por André, em seu olhar técnico-empírico:

Ovinocultura no basalto, regionalmente falando: tchê, primeiro que são uns campos que tem uma aptidão boa para ovinos, por questão do tipo de solo. Solo raso, ele tem uma boa drenagem, solo pedregal, e isso é muito interessante para a ovelha. Segundo: a ovelha é muito resistente à seca e são solos suscetíveis à seca. Então, se dá uma seca, é uma segurança do sistema de produção. Se te faltar água, se der uma estiagem grande, a ovelha não sente, ela segue gorda e segue produzindo. Produz melhor ainda porque a verminose reduz drasticamente. E, isso, em um sistema de produção, ali, ele te dá uma segurança. Então tu consegues balancear isso aí. E outra porque as propriedades diminuíram de tamanho e, como eu te disse, a ovelha é um animal que produz, responde se tu deres um bom manejo. E, culturalmente, aquela região é muito ovelheira, na questão da lã. Eu lembro do meu bisavô me mostrando as mexas de lã, com orgulho, que ele entregava para a cooperativa de lãs aqui de Livramento. Ele criava merino australiano e gostava daquilo que fazia. Então a questão cultural também é muito forte. Questão da aptidão do ecossistema muito forte também. Então eu acho que são dois fatores importantes.

Em suma, o que essas informações sobre as criações ovinas e bovinas demonstram é que o Alto Quaraí e o seu entorno marcado por uma geografia condicionada e erguida sobre a “pedra”, é um reduto de natureza pampiana, mas fundamentalmente um reduto da paisagem e da vida pastoril, caracterizado, particularmente, como de excelência para a cria de bovinos, além de um *terroir*



ovelheiro, no sentido colocado por Flores e Medeiros (2018), qual seja o de uma conexão de fatores físicos e imateriais que constroem a tipicidade de um produto a partir dos elementos da região e da cultura a que pertence.

### **3.2.3 Criar nas “pedras” e criar nas “areias”**

No Alto Quaraí, como vimos, as contingências de seu meio geográfico estão na base da explicação para a continuidade, que ali ocorre, em sua vocação pastoril. Mas esses condicionantes, que são sobretudo naturais (geológicos, geomorfológicos, pedológicos e climáticos), influenciam, também, a própria diversidade das características com que a atividade continua sendo reproduzida em cada um de seus lugares. Como vimos, a vida pastoril dos campos de solos rasos de basalto, por exemplo, é uma vida permeada pelos desafios e amenidades de se criar gado “nas pedras”, enquanto a vida pastoril dos campos arenosos do Areal, conforme veremos, tem as nuances ligadas às especificidades do ser pecuarista nas “areias”. E, isso, cabe destacar, se apresenta tanto na objetividade de cada situação geográfica local, quanto na subjetividade de cada olhar. Nas representações que são feitas dessas diferenças, aliás, está boa parte do seu valor cultural.

Houve um tempo, antes das metamorfoses contemporâneas, em que as distinções entre as mais diversas paragens do Pampa ainda se davam mais por força desses condicionantes postos pelo meio geográfico local do que por casuais novos eventos comandados de fora. Foi uma época em que havia certa estabilidade da posição da região na Divisão Territorial do Trabalho somada a uma lentidão dos transportes e das comunicações, que dificultavam a difusão de novas técnicas. Algo agravado, particularmente, pelo relativo isolamento da região em um Brasil profundo, fronteiro, deslocado dos circuitos hegemônicos concentrados nos litorais. De modo que ainda em meados do século XX o Pampa permanecia quase que indistintamente sob “uso natural”, e a paisagem pastoril, tão diversa quanto eram as geografias físicas que a abrigavam, era a expressão humana dominante em sua imensidão.

Não apenas a organização da produção, como boa parte dos utensílios, a base da alimentação, além dos materiais utilizados nas construções eram amplamente imbuídos das características ambientais de cada lugar: “construía-se aqui em pedra, ali em tijolo, de acordo com o substrato rochoso ou argiloso”, para utilizar-nos da expressão de Claval (2007, p. 251). O universo instrumental dos Homens e,

consequentemente, a própria humanização das paisagens pampianas permaneceram por mais de três séculos permeadas das proposições locais.

No Areal oitocentista, por exemplo, as casas e galpões eram erguidas em blocos de arenito (Fotografia 17), enquanto na Coxilha Negra, no Caty ou no Espinilho, essas edificações, além de cercas, mangueiras e transcurrais, tinham o feitio do basalto (Fotografia 18).

Fotografia 17 – Galpão de um estabelecimento com origem oitocentista com piso e paredes de arenito. Agosto de 2019, Areal, Quaraí, RS.



Fonte: Registro do autor em trabalho de campo

Nos campos arenosos do Salsal, do Coatepe ou do Areal, sua qualidade forrageira inferior impunha importantes limitações à produtividade da pecuária. Esses campos são, em geral, carentes de espécies forrageiras de inverno e têm seu extrato herbáceo dominado fisionomicamente por espécies nativas consideradas ruins à alimentação do gado, como o capim-limão, típico dessas localidades. Em toda essa zona dos campos onde aflora a formação Botucatu, foi prática corrente, desde muito tempo, o combate ao capim-limão através da queima dos campos, geralmente em agosto, para a brotação de pasto novo em setembro. Pelo menos desde o século XIX

esses campos já eram qualificados como “campos fracos”, sendo que em um documento datado de 1874, por exemplo, analisado por Garcia (2005, p. 36), o Coatepe chega mesmo a aparecer como o lugar onde os campos eram “[...] os peiores de toda esta fronteira, como é de pública notoriedade”.

Fotografia 18 - Antiga cerca de basalto, resguardada por outra de arame. Novembro de 2017, Caty, Santana do Livramento, RS.



Fonte: registro do autor em trabalho de campo

Essa materialidade marginal da zona da “janela de Botucatu”, em Quaraí, não plenamente conforme à então atividade pastoril hegemônica, tornou-se, então, o lócus possível a outras formas de uso e de vida. Essa zona arenosa de Quaraí se tornaria, durante muito tempo, a zona das “chácaras”, dado que a maior arabilidade dos solos arenosos, em algumas partes, permitia o desenho de alternativas produtivas agrícolas. Por isso mesmo, nessa zona, um sensível adensamento de habitações, aqui e ali, aliviaria a fisionomia da paisagem do aspecto ermo predominante na região. De modo que, considerada região de campos de “terceira” para a pecuária, alcançaria, por outro lado, o papel “celeiro” de Quaraí, onde essa atividade pastoril de menor

produtividade dividiria espaço com atividades agrícolas de produção para consumo e abastecimento de mercados locais realizadas em pequenas propriedades.

Já nas pedras, ocorreria o inverso: seus campos, de qualidade superior para o pastoreio, não davam, porém, muita alternativa à agricultura. A zona das “pedras” se tornaria um domínio quase exclusivo das criações, particularmente das grandes estâncias, dado que desde a distribuição das primeiras sesmarias os melhores campos foram sendo apropriados pelos mais poderosos. Os pequenos e médios pecuaristas dessa zona acabariam mais dispersos, entremeados nos limites dos grandes estabelecimentos.

Hoje, no entanto, antigas especificidades como essas brevemente citadas vão se tornando residuais como o próprio Pampa, frente a crescente conversão do bioma em áreas dedicadas à moderna agricultura. De modo que, hoje, quando esse processo se acelera a níveis inéditos, a diversidade “natural” do Pampa é substituída de vez por uma nova diversidade, definida agora pela especialização agrícola, distinguindo as paisagens da soja, do arroz, do fumo, do eucalipto, da mineração etc. e, residualmente, as da pecuária extensiva, onde ainda podem ser percebidas algumas expressões resilientes dessa antiga diversidade das relações entre paisagens e práticas de acordo com a diversidade da própria natureza local.

O Alto Quaraí, como área de remanescentes, aparece como espécie de conservatório, também, de algumas dessas antigas singularidades. É assim que as velhas especificidades de ser produtor de gado de corte “nas pedras” e “nas areias” ainda encontram, em alguma medida, sua “raison d’être”, para utilizarmos a palavra de Santos (2006). Expressões estas, semelhantes, por exemplo, às especificidades do lidar em “campos lisos” e em “campos dobrados”, descritas por Rieth et. al. (2019) na região do Alto Camaquã, na Serra do Sudeste. Em ambos os casos, Alto Quaraí e Alto Camaquã, trata-se de relíquias cuja existência, já residual, não se explica fora da também residual materialidade que as abriga: a de um Pampa que remanesce por marginal, ou seja, cuja conservação é produto de seus próprios limites funcionais-produtivos para outras atividades que não a pastoril.

Em Quaraí, é comum que essas comparações perfilhem, de um lado, as formas de fazer adaptadas aos campos sitos sobre a “janela” de afloramento arenítico onde estão localidades como Areal, Coatepe e Salsal, e, de outro, as do entorno basáltico que a rodeia. Já em Santana do Livramento, essas diferenças são delimitadas mais pelo fato do município ter sua área territorial dividida entre duas províncias

geomorfológicas distintas: A Cuesta de Haedo, a oeste, e a Depressão, a leste. Distinguem-se, assim, as formas de manejo dos campos do basalto, onde está o Alto Quaraí, e dos campos mais arenosos, a leste, onde, assim como no Areal, também aflora o arenito Botucatu, além de outras formações sedimentares.

O ambiente só é dotado de existência social a partir da concepção que os grupos humanos têm dele, da análise e percepção que fazem sobre as possibilidades que oferece e através das técnicas disponíveis para explorá-lo, lembra Claval (2007, p. 220). Pois, se, por um lado, essas diferenças entre as “areias” e as “pedras” são bastante visíveis já na própria paisagem, por outro, é na interlocução com as gentes que as vivenciam em seu cotidiano que se revela o seu valor cultural.

Seu José, médio pecuarista no Areal, por exemplo, procura contornar as limitações da oferta de forragem de seu campo no inverno com o plantio de pastagens artificiais. Diz ele que os campos de sua localidade impõem a necessidade desse complemento invernal da alimentação bovina, ao contrário dos campos vizinhos, de basalto, que já dispõem de uma oferta de inverno.

Para explicar essa diferença entre esses dois tipos de campo em Quaraí, o engenheiro agrônomo Juremir prefere comparar através da variação do estado dos animais ao longo de um mesmo ano em um e outro caso. Segundo ele, nos campos basálticos, é possível observar maior estabilidade – ou menor variação – do estado corporal dos animais ao longo das estações, enquanto nos campos areníticos os animais experimentam maior oscilação entre ganho de peso no verão e emagrecimento no inverno.

No verão os animais se mantêm melhor nas areias pela questão das águas que são mais abundantes, né. E no inverno é o contrário. No inverno, como existe muito capim caninha, muita vegetação boa, os animais se mantêm melhor nas pedras que têm mais espécies de inverno que nas areias. Nas areias, no verão, os animais são melhores. É tipo assim, no Areal as vacas são mais “sanfona”: engordam muito no verão e no inverno diminui. Nas pedras os animais se mantem melhor eu acho apesar de ser um verão muito mais tórrido porque a pedra suga muito calor e acaba gerando um calor no entorno assim e seca muito a pastagem.

É interessante que essas duas realidades geograficamente tão próximas, imponham condições objetivas e interpretações tão diferentes, praticamente inversas à atividade pastoril. Em termos gerais, os campos do basalto são considerados de melhor qualidade para as criações do que os das areias. Isso se dá, sobretudo, devido

a essa sazonalidade característica dos campos mais arenosos, relacionada à escassez de forragem durante o inverno.

Anderson, por exemplo, pecuarista nos campos arenosos da localidade de Palomas, em Santana do Livramento, diz que na região do basalto os campos são melhores que os da sua localidade: “É uns campos mais duros ali, mas também de muito boa qualidade, até superior à nossa”, diz ele. Em sua opinião, para esse lado “das pedras” tem lugares como, por exemplo, a localidade do Sarandi, em que os campos não só mantêm uma boa oferta de alimento aos animais no inverno, como também são capazes de suprir até mesmo o engorde em campo nativo, em plena estação fria. “Aqui nesse lado (apontando o braço para a região do município onde ficam os campos basálticos), no inverno tu engorda em campo nativo. Já nós não, tem que fazer a pastagem”, compara ele.

Assim percebe, também, Seu Pedro, dos campos basálticos da Coxilha Negra. Diz ele que “nas areias o bom é pastagem, plantação”, mas que tem muitos criadores que não fazem. Ele avalia que os campos nativos de lá são mais “fracos” que os de sua localidade e que a pastagem artificial, lá, deveria ser um recurso mais utilizado do que já é. “Naqueles campos de areia, até não sei por que esses estancieiros não fazem assim ó: não viram tudo em pastagem. Aí eles ganham dinheiro”, avalia o pecuarista familiar, peão e capataz de estâncias aposentado. O produtor retrata, inclusive, uma prática bastante conhecida no município, que se traduz em jogar com as diferenças entre esses dois tipos de campos de acordo com suas sazonalidades, em favor das atividades de criação. “Tem estancieiro aí que tem campo nas pedras, agarram e, tempo de verão assim ó, trazem o gado tudo pras pedras, e tempo de inverno levam para as pastagens (nas areias) pra engordar e vender bicho gordo”, relata ele.

Historicamente, o privilégio de ter campo tanto nas areias quanto nas pedras foi também um diferencial para lidar com as estiagens estivais ou com os rigores do inverno, através da transumância. Em tempos de seca o gado bovino poderia ser transportado para as areias, onde há solos mais profundos e com maiores reservas de umidade; enquanto em invernos rigorosos, a saída poderia ser levar os animais das areias para as pedras, onde há oferta de forragem de inverno. Para os que não dispunham dessa alternativa, a saída, por vezes, poderia ser o desembolso de quantiosos gastos extras com arrendamentos e transporte de animais para campos de zonas menos afetadas.

Ocorre que “na areia já tem outro pulo”, é mais trabalhoso, segundo opina Dioclécio, peão nos campos basálticos de solos rasos do Passo do Geromito. “Por isso dizem: o pessoal das areias e o pessoal das pedras né. Tem a diferença, mas claro!”, enfatiza o trabalhador. Para designar as características físicas desses terrenos, ele usa os termos “campo duro” para a região das pedras e “campo floxo”, para a região das areias. Já no quesito qualidade alimentar, o peão designa os campos das pedras como “pastagem forte”, isto é, boa, nutritiva, e os das areias como pastagem “fraca” e “aguada”, ruim, pouco nutritiva. Segundo o peão, nas areias, inverno sem pastagem artificial significa prejuízo, estando ou não o campo muito povoado de animais, enquanto nas pedras é possível levar o inverno apenas com o campo nativo:

A areia no inverno se tu não fizeres pastagem e tiver muito lotado tu perdes e se não tiver tu perdes igual porque é um campo mais trabalhoso. E nas pedras não, nós sempre brincamos: passou o agosto vai embora né. O bicho pode estar “magretão”, mas vai embora aqui nas pedras. Aqui nas pedras é diferente. A pastagem é diferente né, a pastagem é forte. Lá é mais fraca [...].

Porém, existem, também, as compensações: nas areias, se por um lado, a qualidade do campo é tida como inferior, por outro, há a possibilidade do uso agrícola, de modo que o leque de possibilidades de usos produtivos do solo é maior. Já nas pedras, se por um lado, o campo é tido como de melhor qualidade para a pecuária, por outro, trata-se de um “campo duro”, de baixa aptidão agrícola, de uso mais restrito à pecuária, segundo explica o campeiro. É isso, aliás, como vimos, o que explica o preço médio do hectare maior nas areias do que nas pedras em Santana do Livramento, especialmente com a demanda de áreas para a soja. “Aqui é um campo duro, porém tu não podes plantar, é esse o problema. Tu não podes plantar uma melancia que não vai dar. De que jeito (risos)! Lá tu vê muita plantação né”, sintetiza ele. Por esse motivo, Dioclécio diz que ali, no Passo do Geromito, as atividades são desenvolvidas “na natureza no más”, conforme expressa, referindo-se à alimentação dos rebanhos, baseada quase que exclusivamente no campo nativo. “Os caras não se dobraram a plantar pastagem, nada. A não ser para o lado das areias como eu digo. (Nas) Pedras eles não têm como fazer também né”, pondera ele.

Além disso, o peão explica que existem as particularidades da resposta às estiagens periódicas. Os campos das areias, embora tidos como de menor qualidade, aparecem como mais resilientes às recorrentes secas, pela capacidade de

armazenamento de água no solo, enquanto os campos das pedras, apesar de mais nutritivos, são mais sensíveis às estiagens. “Aqui, num tempo de seca, se dá uma estiagem, já se foi a água. Lá ainda tem. Aqui já se vai o pasto”, observa o trabalhador. O mesmo tipo de avaliação é feito por Robert, no Marco do Araújo, nos mesmos tipos de campos basálticos. Diz o pecuarista que, ali, as melhores estações são o outono e a primavera, pois “o verão é quente e seca muito a pastagem”, segundo conta. “O verão que faz uma seca fica tudo amarelo em seguida, e as água se somem também”, avalia ele.

Conforme vimos, essas estiagens estivais na zona dos solos superficiais de basalto são o que mais interrompe a sua, em geral, excelente aptidão para a fase de cria de bovinos e um dos fatores que conta para sua pouca aptidão ao engorde. Ocorre que, em geral, nesse período entre janeiro e fevereiro, quando mais comumente ocorrem as estiagens, as vacas estão com cria e em período de monta. De modo que, a falta de forragem em qualidade e quantidade suficientes pode inferir em aumento das falhas e abortos, além de problemas no desenvolvimento dos terneiros em lactação, pela diminuição da oferta de leite por parte das vacas. Por isso, para André, por exemplo, do Cerro Chato, “a grande deficiência do campo de basalto é a seca periódica”, segundo suas palavras: “Parou de chover dezembro, janeiro é muito rápido, a capacidade de armazenamento de água no solo é muito pouca. Tem pouca camada de solo para armazenar água, então seca rápido”.

Por outro lado, em situações de muitas chuvas, os prejuízos e dificuldades são entendidos como piores nas areias, onde há maior problema de atoleiros, alagamentos, umidade e, conseqüentemente, acidentes e doenças nos animais, conforme demonstra a comparação de Robert: “época de seca lá (nas areias) é mais resistente, mas época de chuva lá dá muito atoleiro, vaca magra morre, e enche, e estrada feia. E aqui, não. Aqui chove e deixa que venha no más! É tudo firme em baixo”, garante ele. Para Seu Pedro, da Coxilha Negra, essa característica é, inclusive, um dos principais problemas para o trabalho ou a “lida” nas areias, onde já esteve por muitos anos empregado antes de sua aposentadoria:

Lá nas areias, o que que é: tem muito atolador, tchê. Atolador, e nojento e embarrado e os arreios e cincha, tu não para com cincha. Tu que vai das pedras aqui que não se atola - olha aí ó, pra ti ver ó, tudo seco, chove é um barrinho mas tu não te atola - lá tem banhado, tu tem que ver onde tu botar os animais mais fracos, os animais mais novos, “prenhos”. Tu não podes agarrar e botar em qualquer campo.



Rodolfo, da localidade do Espinilho, reitera essa mesma percepção: “o cara daqui brinca: aqui o cara não atola vaca, lá já tem”, compara o produtor. Aliás, de particularidades como essa, nascem, inclusive, algumas “máximas”, bastante repetidas entre os entrevistados, tais como a de que “cavalo das areias não aguenta nas pedras” ou a de que “a pessoa criada nas pedras e vai trabalhar nas areias não se adapta, e vice-versa”. Para Rodolfo, o que ocorre é que “as próprias diferenças que o solo, que a região, já traz, já fica forte na pessoa”, segundo expressa:

a pessoa que é criada e trabalha muito tempo aqui (nas pedras) e vai para lá (para as areias) já não se adapta aos campos deles lá. E é no mesmo município. É área alagada, área arenosa que é diferente da nossa. É a mesma coisa que um de lá, criado, vem trabalhar aqui: estropeia cavalo, cansa, roda, que nem a gente mexe, porque as vezes tem esses peraus aí, o cara vai correr no meio das pedras, não conhece né.

Eduardo, poeta nativista de Santana do Livramento, recorda, inclusive, que até bem pouco tempo atrás se dizia que era possível identificar visualmente o gaúcho que era das pedras e o gaúcho que era das areias, quando estes iam à cidade. Era atribuída, segundo conta, até mesmo uma forma de se vestir particular a um tipo e a outro:

Há pouco tempo eu ouvi falar que quando vinham para a cidade, os que eram mais pilchados assim, que se pilchavam mais metidão, assim, eram os das areias. Os das pedras eram mais largadão, andavam de qualquer jeito, não se importavam. E esses que vinham daqui (apontando o braço para o lado dos campos de solos arenosos) vinham bem combinadinhos e coisa.

Quando perguntado sobre o porquê dessa diferença, o poeta diz que o motivo poderia ser a “aspereza do trabalho” que caracteriza a vida nos campos pedregosos do basalto, segundo explica. “As tuas roupas duram menos e aquilo ali já vai te influenciando porque tem mato, tem pedra, tu já rasgas uma bombacha, rasga uma bota, e coisa, aquilo ali já vai ficando normal pra ti, andar com aquela tua pilcha velha”, imagina o artista.

Representação inversa a essa, faz, no entanto, André, ainda que se admita suspeito por ser “cria” do Cerro Chato, para o lado das “pedras”. Segundo ele, seria o gaúcho das pedras o “mais caprichoso, mais campeiro”, conforme expressa, e o das areias o “[...] mais largado, assim, cavalo mais magro”. Controvérsia à parte, o produtor classifica como típicas as diferenças ambientais entre essas duas zonas, que

tradicionalmente teriam forjado o que chama de dois “biotipos” humanos, cujas características ele continua descrevendo:

O gaúcho das areias ele é mais agricultor também, mais acostumado com plantio de culturas de subsistência: mandioca, abóbora, batata doce, criação de uns bichinhos na volta, ali, porco e coisa. O gaúcho das pedras é só cavalo. É subiu no cavalo e baixou do cavalo e deu. Então, é diferente.

Para o produtor e agrônomo, essas distinções “tu vês pela questão tradicional”, segundo expressa, no sentido de que são oriundas do processo histórico da constituição da vida pastoril em cada lugar. Ele cita como exemplo a produção de autoconsumo característica de uma e de outro ambiente: “Nas areias geralmente tem uma hortinha. É o que eu te disse, cultura de subsistência: todo mundo planta abóbora, batata doce, essas nossas culturas tradicionais. Plantam uma aveia no inverno. Já o campo das pedras é ovelha, charque de ovelha”, diz.

No entanto, essas diferenças que um dia já colocaram em paralelo dois ambientes essencialmente pecuaristas, hoje mudam progressivamente de natureza e geram outro tipo de perfilamento. Distinguem-se, agora, uma zona de expressão mais estável, rugosa e ainda pastoril, de um lado, e outra mais envolta em transições, transformada e convertida à agricultura, de outro. As representações desse novo paralelo também já são tão correntes quanto essa mesma realidade objetiva.

O engenheiro agrônomo Juremir, por exemplo, que é técnico extensionista rural em Quaraí, mas natural de Santana do Livramento, recorda dos tempos em que, nas areias, “não tinha nada de lavoura ali, não tinha nem assentamento”, segundo comenta. Ele lembra, que nessa época, que era o período de sua infância, essa zona ainda era “totalmente tradicionalista” e que seu pai, que “já teve campo” na localidade da Santa Rita, na divisa com Rosário do Sul, fazia marcações todo primeiro de maio, Dia do Trabalhador, com festa e churrasco. O técnico traz essa sua lembrança para contextualizar a mudança que hoje se observa por conta da expansão da agricultura: “talvez hoje tenha mudado um pouco né cara, tenha se mantido mais nas pedras”, diz ele.

No Espinilho, Rodolfo diz que dividindo-se, hoje, o município entre essas duas partes, areia e pedra, o que muda tudo é a agricultura. “Muda tanto cultural como a própria paisagem já muda né, com a introdução”, especifica ele. O produtor avalia que, embora a pecuária não tenha desaparecido da zona das areias, ela já se encontra

permeada do vínculo e da integração com a agricultura, enquanto nas pedras ainda são mais reproduzidas atividades pecuárias sustentadas basicamente no campo nativo:

esse outro lado (o das areias), claro, tem pecuária, tem o mesmo estilo, mas é bem reduzido. Às vezes tem famílias ali que tem, criam, só que já tem área arrendada pra soja. E aqui, não. E aí naquela área arrendada já entra máquina - que aqui a gente não tem tanto. É pouco ainda. Estou te falando na nossa região, aqui. É pouco ainda - Então já entra máquina. Entrando máquina já muda o solo, muda todo o pensar a criação, porque no inverno eles têm a pastagem e nós temos que introduzir devagarinho, entendeu. E dificilmente, pelo menos na nossa região aqui, dos que eu conheça, que vão virar 10, 15, 20, 50 hectares de solo só pra botar uma pastagem. Não fazem.

Robert, do Marco do Araújo, já especifica o cultivo que mais notadamente move essa nova diferenciação, dizendo: “nessa parte de areia também tão plantando só soja né. Upamaroti, aquela região ali, é tudo (soja). Tem umas estâncias ainda né, mas muitas invernadas é tudo soja agora”, percebe o produtor.

Evidentemente, junto com esses novos objetos e com essa nova fisionomia da paisagem, vem novos corpos, novas expressões culturais e nova vida social. A percepção e as representações disso também já circulam entre as gentes de uma e de outra zona: “A questão da agricultura lá, então introduz pessoas de outro tipo de criações às vezes. Muito gringo, como o cara mexe. Pessoas que são descendentes de alemães. Então já muda, muda a culinária, muda tudo, então mistura”, acrescenta Rodolfo. A título de exemplo, Juremir, o extensionista rural de Quaraí, menciona a função de tratorista, expressão cada vez mais típica da paisagem das areias e ainda pouco presente nas pedras, e brinca com os “trajes” que acompanham essa função:

nas areias existe muito a função do tratorista né. Nas pedras não tem isso aí cara. Tu quebras um galho, leva uma roçada, puxa um terneiro, uma coisa, mas não é que nem nas areias né, que o cara já é meio ‘bonezinho’. Nas pedras é chapéu e boina né cara, boné é mais para as areias (risos).

Já Eduardo, o artista do meio nativista, em suas andanças pelo interior do município, diz ter percebido essas novas expressões, também, através da presença de novos sotaques: “tchê, o ano passado eu andei para aí pro lado da Santa Rita, lá. Divisa com Rosário. Aí lá tem muita gente de fora da cidade, gringo. E uma gurizada, assim, mas tudo de fora. Uns sotaques diferentes”, diz ele. Por outro lado, o poeta ressalta que “ainda tem os rincões crioulos”, segundo classifica, citando como

exemplos, localidades das bacias do Quaraí e do Ibirapuitã: “Aqui pra esse lado, aqui, do São Diogo, tem uns “home véio” gaúcho ainda, pra esse lado das pedras aí, pra linha (divisória). Lá pra Tafona tem também os antigos”, comenta ele. De modo que, para o poeta, “se tu és um turista e tu queres ver o que é a produção, o que é o gaúcho campeiro, é tu ir pra esse lado aí”, sintetiza.

### **3.2.4 Onde o Pampa “é a cultura que nós temos”**

No Alto Quaraí, ao menos em grande medida, a biodiversidade e, de modo geral, a persistência mesma dos atributos pretensamente naturais do Pampa, com suas qualidades ambientais e estéticas, não se explicam fora desse secular uso pastoril, e vice-versa. As formas, os objetos que formam a paisagem desse refúgio de Pampa, mostram-se indissolúveis dessa função, sem a consideração da qual, essa materialidade acaba sendo despida de seu significado e valor social. Tal como alerta Pérez (2010) para o caso da paisagem das dehesas do mediterrâneo espanhol, essa é uma compreensão importante, sobretudo para que se evite situações paradoxais em que, numa sobrevalorização das formas, a partir, por exemplo, de suas qualidades naturalísticas e estéticas, desenhe-se um desentendimento das funções, comprometendo, assim, a própria reprodução das formas, pela inanição dos usos que lhes garantem a existência.

Em nossos trabalhos de campo sobre essa geografia refratária às lavouras, um exercício que se mostrou didático desse forte entrelaçamento entre forma e função foi o de perguntar às gentes de seus distintos rincões o que elas próprias entendiam como sendo o Pampa. Se, por um lado, todos os perguntados foram capazes de emitir um significado para essa palavra, dado que ela faz parte, de algum modo, de seu universo de vida, de outro, teria ficado surpreso com as respostas qualquer entrevistador que esperasse ouvir dessas pessoas apenas coisas sobre o campo nativo e a natureza, o ambiente e a biodiversidade. Ocorre que o mais corrente entre os produtores com os quais conversamos ou tivemos alguma interlocução, foi a concepção de Pampa como algo associado à pecuária, quando não como sinônimo mesmo da vida pastoril. Ou seja, forma, função e significados se entrecruzam no traçado das características desse subespaço.

No Passo do Geromito, por exemplo, Dioclécio chama de Pampa a sua própria cultura, ligada às lides da pecuária e herdada das gerações:

Pra mim é a cultura que nós temos né. A cultura que nós temos sempre, que vem de pai pra filho. Tanto na parte de campo, assim, hoje mesmo eu trabalho de peão campeiro mas já trabalhei de outras modalidade, com tropa, já domei bastante, também, na minha vida, e hoje parei e estou encarregado no campo. É lidar nessa parte cultural nossa né. Porque pra mim, eu conheço como seja isso aí, a parte gaúcha, que tu conheces uma rês, conhece como fazer o serviço né.

Na Coxilha Negra, de forma parecida, Seu Pedro, pecuarista familiar, fala-nos de um Pampa com significado mais agrário-cultural do que propriamente ambiental-naturalístico: “Pampa: vamos botar que seja a pecuária – como é que eu te digo – o pecuarista. Não é a agricultura, é a Pampa tradicionalista: criação de gado, ovelha, cavalo”, diz o produtor.

Próximo dali, no Marco do Araújo, Robert já vê no Pampa uma região, sem mencionar, no entanto, nenhum aspecto que lembre a ideia de Pampa como bioma, salientando, ao contrário, seu sentido histórico: “Pampa é no Rio Grande do Sul e na Argentina né. A localização geográfica dela. Do lado de lá do rio Uruguai é Pampa também. Tão conservando o que era no tempo dos jesuítas né, das invasões dos portugueses e dos espanhóis”. Esse mesmo sentido regional é trazido, também, por Rodolfo, que vê nas expressões tradicionais do Pampa, como o próprio uso do solo, um elemento de identificação:

É uma região nossa, como várias outras regiões, que tem um nome, assim, próprio. E, também, como é que eu posso te explicar, que tem uma parte nossa ainda, uma parte que ainda (ênfase) não entrou muito a tecnologia, se preserva muito a coisa antiga, até os usos dele antigos ainda né.

Ainda que a ideia não fosse compor uma amostragem representativa de todo o Alto Quaraí, é interessante que, de todos os indagados com essa pergunta, digamos, conceitual, sobre o Pampa, apenas um deles, o pecuarista familiar Nico, do Coatepe, trouxe um olhar mais próximo da ideia de bioma, com viés mais propriamente ambiental, conforme segue: “o Pampa, vamos supor assim: é a nossa casa, é o nosso habitat natural. Se nós não cuidar do que nós temos...(silêncio)”, avalia ele. Mas o fato é que essa diversidade de compreensões é bastante expressiva, pois são significados cunhados por aqueles que veem e vivem o mundo a partir de lugares do Pampa. E, notadamente, essas concepções reforçam a constatação de que, nesses campos predominantemente basálticos e com afloramentos areníticos do Alto Quaraí, falar em

remanescentes do Bioma Pampa é, em geral, falar de uma paisagem agrária, cultural: a paisagem pastoril.

### **3.2.5 Onde as rugosidades têm mais vez**

“Tem umas estâncias centenárias aí que chega a te dar medo, a hora que tu entras tu arrepias”, diz Eduardo, referindo-se às relíquias bastante presentes nos campos situados para o “lado das pedras” em Santana do Livramento. Santos (2006, p. 92) chama de rugosidade isso “que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares”.

Essas heranças ou esses remanescentes de outros tempos, não estão presentes igualmente em toda parte. Há os subespaços mais rugosos e os menos rugosos. Há os eventos mais compatíveis com o substrato material herdado e outros que implicam mais modificações, acréscimos e substituições. Claval (2007) vai explicar que, na dinâmica do espaço geográfico, as construções e os equipamentos representam imobilizações consideráveis, de modo que, em geral, sua duração de vida é longa (Fotografia 19). Sólidas razões são necessárias, segundo o autor, para substituir esses objetos, o que somente é feito “[...] para responder a novas necessidades, para romper com os símbolos de um passado repudiado, ou na perspectiva de uma rentabilidade superior (CLAVAL, 2007, p. 309)”.

Observemos, mais uma vez o que ocorre nas zonas de avanço da soja sobre o Pampa. Ali, essas razões citadas por Claval (2007) para a substituição de antigos objetos estão todas em alguma medida presentes: 1) novas necessidades se territorializam; 2) junto a uma perspectiva de maior rentabilidade por unidade de área e, em certa medida; e 3) com a imagem de um “El Dorado” a substituir uma herança tida como representativa de “atraso”. Nesse embalo, mais do que apenas refuncionalizações das formas ou objetos geográficos preexistentes, ocorre, na verdade, uma reestruturação do substrato material, para utilizar a nomenclatura sugerida por Souza (2013), já que o altera significativamente, mudando a sua estrutura. Seria dizer, essa vai se tornando uma zona em que muitas das heranças do passado já não têm mais vez na paisagem, sejam elas o próprio campo e a sua biodiversidade ou as antigas instalações, infraestruturas e equipamentos de trabalho, por exemplo.

Fotografia 19 - Gado mestiço junto às casas. Setembro de 2019, Passo do Geromito, Santana do Livramento, RS.



Fonte: registro do autor em trabalho de campo.

Em uma razão exclusivamente instrumental, investidores sem nenhum vínculo local, buscam extrair o máximo retorno de cada mínima parcela das áreas arrendadas ou compradas. Em um passeio ao longo das estradas que cruzam esse centro nevrálgico da oleaginosa é possível ver, inclusive, lavouras transbordando os limites dos estabelecimentos e ocupando as áreas laterais da faixa de domínio das rodovias, chegando até a beira do asfalto. A mensagem dessa fisionomia é clara: ali impera a produtividade e o lucro, não há espaço para formas “ociosas”. A significação simbólica dessas novas paisagens se limita a isso: “contenta-se em afirmar, em face à natureza, a potência orgulhosa daqueles que os conceberam”, como destaca Claval (2007, p. 316) sobre os ambientes no mundo técnico atual. Ali, não há “interstício onde possam aparecer ervas loucas e onde se possa cultivar flores”, conforme sintetiza esse autor. É evidente, por isso, que um evento como esse tenha tamanho potencial supressor das heranças da antiga paisagem pastoril pampiana e de seus arranjos de

rugosidades. É nesse afã, aliás, que se produz o risco ambiental, como demonstra a fala do engenheiro agrônomo André, que acompanhou de perto desde o início o avanço da soja em Santana do Livramento:

uma evolução desordenada né. Sem respeitar a legislação ambiental, porque muitas das áreas foram suprimidas sem respeitar o novo Código Florestal, sem autorização da SEMA, supressão irregular de pastagem natural, sem a preservação das APPs. Maioria das áreas (plantadas) entrou na APP. Sem um plano adequado de conservação de solo.

Essa é uma realidade bastante diferente da que ocorre nas áreas contingentes às lavouras como as do Alto Quaraí. Ali, é a natureza do campo nativo quem continua ditando os ritmos da produção. A extensão disponível continua sendo um elemento central da reprodução dos estabelecimentos, onde as possibilidades de diversificação das fontes de renda ficam mais comumente restritas à própria pecuária: bovinos, ovinos, equinos. Os limites naturais a certas intensificações do uso do solo tornam os estabelecimentos mais coniventes com as heranças de outros tempos.

No Espinilho, por exemplo, Rodolfo, diz que quase não houve mudanças na paisagem desde que a família chegou na localidade, há cerca de duas décadas:

Se tu fores ver, desde que nós viemos pra cá, até hoje segue a mesma coisa. Então tu cruzas são as mesmas picadas, as mesmas coisas, não tem essa modificação, entendeu? Então lugares ali que nós usamos para banho e coisa, lugares que eu tinha na época 12, 13 anos, está a mesma coisa. Se tu olhares é a mesma coisa, então tu olhas aquilo ali parece que tu estás com 12.

Para o pecuarista, na lógica extensiva de produção a campo nativo, por mais que se invista em produtividade, há poucas repercussões sobre o uso do solo e sobre a fisionomia da paisagem, pois “não tem muita coisa a fazer”, segundo expressa. “Tu vais mudar o gado (melhorar a raça), tu vais mudar teu manejo, talvez tu meliores teu campo nativo com a introdução de espécies de inverno. Então quer dizer que no inverno pode mudar, tu olhar o campo mais verde. Mas no verão, no resto do ano, vai ser a mesma coisa”, avalia ele.

Se nas zonas do avanço da soja, a simbólica ocupação da faixa de domínio das rodovias, expressa um nível de intensificação produtiva em que cada pequena unidade de área pode fazer uma grande diferença em termos de produção e renda, de outro lado, na pecuária extensiva ainda dominante no Alto Quaraí isso somente é sentido a partir de uma certa dimensão. Nessa matemática menos rígida da



extensividade, “a destruição de certos edifícios torna-se, às vezes, mais cara do que o espaço que ocupam”, como explica Claval (2007, p. 309). Taperas e ruínas, casas e antigos galpões, cemitérios e tumbas isoladas convivem comumente com o gado pastando em campo nativo, compondo paisagens típicas, permeadas de passado (Fotografia 20).

Fotografia 20 – Ovinos pastando em torno de pequeno cemitério isolado no campo. Agosto de 2019, Caty, Santana do Livramento, RS.



Fonte: registro do autor em trabalho de campo.

Enquanto nas áreas de lavoura capitalista, rugosidades como essa tem que ser refuncionalizadas ou dar lugar diretamente à lavoura, no Alto Quaraí, comumente não chegam a representar perdas significativas de produtividade na pecuária extensiva. Sem maiores pressões para que sejam substituídas, permanecem como matrizes de representações sociais. “[...] Terminam por ser investidas de valores sentimentais: o passado coexiste com o presente”, nos diz Claval (2007, p. 309).

No Espinilho, um pecuarista familiar, ex-peão e domador de várias estâncias das redondezas, nos diz que na tapera que tem ali perto mora um “fogo” que “já incomodou muita gente” e que se desloca e vem na direção das pessoas que estão

passando a cavalo ou a pé. No Caty, grupos de cavalgadas peregrinam às ruínas do antigo quartel onde o caudilho João Francisco Pereira de Souza, a “Hiena do Caty”, mantinha o comando do policiamento da fronteira nos primeiros anos do século XX, logo após os sangrentos conflitos que marcaram a história do Rio Grande do Sul durante a Revolução Federalista. No Coatepe, Salsal e Butiazal, o palmar de butiás yatay levanta uma miríade de lendas e mistérios sobre sua origem.

Já destacava Santos (2006, p. 150) que essas parcelas do espaço como o Alto Quaraí, “desvalorizadas” por não estarem plenamente conformes à modernidade atual, são aquelas onde notadamente aparecem formas de vida territorializadas, onde a exatidão do “cálculo é desnecessária e a emoção é possível”, segundo expressa. São porções do espaço que, por suas próprias contingências, não são completamente domesticadas pelos imperativos da eficiência, da produtividade e do lucro e sofrem menos pressões de mudança. Para Juremir, por exemplo, agrônomo em Quaraí, é esse um fator que, paradoxalmente, acaba por afetar, inclusive, a viabilidade de muitos pecuaristas familiares e suas chances de reprodução social. “O pequeno pecuarista não decola tanto por isso. Ele se mantém né. Porque tu sabes né, o pecuarista familiar não tem aquela ambição né cara. Quando chega um cara e diz: não, vamos prosperar. Eles: calma!”, analisa o técnico.

Nessa mesma linha pensa Antônio, corretor de negócios rurais em Santana do Livramento, para quem esse é um dos motivos que faz com que na zona do basalto a oeste do município haja maior oferta de terras para venda: “Cultura também antiga de trabalho dentro do campo né, essa região aqui (do basalto) é um pessoal que não gosta muito de se modernizar, então fica muito atrasado, então vai perdendo. Pessoal não gosta, por exemplo, de dar ração pro animal, só larga no pasto e deixa, aí acaba perdendo”, avalia o vendedor.

No Coatepe, o pecuarista familiar Nico equilibra a balança quando perguntado sobre suas motivações em viver e trabalhar na localidade. O fato de estar na vida rural e, particularmente, na pecuária, parece estar ligada à sua trajetória de vida que, segundo ele próprio, esteve sempre permeada desse universo pastoril. Cada fala sua exprime esse, digamos, *habitus*, herdado. Ele diz que, obviamente, ter uma boa receita é uma necessidade para ter uma boa qualidade de vida. No entanto, considera que é preciso ter outras motivações além da financeira. “Se o cara pensar só em dinheiro ele não vai nem sair de casa pra não gastar. Não come um ovo pra não botar a casca fora!”, brinca.

“Tu tens que trazer todas as outras coisas, tudo: a parte afetiva, emotiva, a tradição, o que o teu pai fazia”, considera ele. Como exemplo, o produtor cita o especial apreço que tem pelos ovinos, particularmente os da raça merino, uma herança de família. “Meu pai gostava de merino, eu gosto de merino. Minha família é toda, meus tios gostavam de merino. A ovelha é paixão, os lanares, e o merino é a lâ boa né, e dá para a carne também”, diz. Em defesa da qualidade da carne dos animais da raça de sua preferência, ele nos lança inclusive um desafio gastronômico:

eu faço um jogo contigo na hora assim, a perder dinheiro: Botamos quatro, cinco tipos de carne para comer e somente com sal. Pegamos carne de ovelha de merino, de corriedale, de ideal, de texel, de ile, e fizemos um churrasco. Na mesma brasa, no mesmo fogo, e só com sal, e o mesmo assador. E damos para qualquer um comer, qualquer uma pessoa desses experts. Ele vai no merino, na hora. É a melhor carne. É carne suculenta, carne com gordura dentro. Suculenta, carne boa, gostosa de comer, não é esponja.

Para Nico, uma das grandes motivações de viver e produzir no Coatepe é a qualidade de vida, conforme revela. Tendo vivido uma parte de sua trajetória na cidade, Nico fez uma opção, junto à família, pelo retorno ao campo. Aliás, em geral, os habitantes rurais que entrevistamos ou com quem mantivemos alguma interlocução, tem trajetória permeada desses processos de des-re-territorialização entre campo e cidade. A esposa do produtor ainda trabalha na cidade e ele próprio já tentou manter pequenos negócios urbanos. No entanto, considera que morar no Coatepe proporciona maior qualidade de vida, pois os custos são menores, a estabilidade de sua atividade econômica é maior, assim como a tranquilidade que ali impera. “O campo tem uma tranquilidade, tu não tens que matar um leão todos os dias”, avalia. A título de prova dessa melhor qualidade de vida, Nico fala da vitalidade das gentes rurais, lembrando, com humor, da saúde que tinha o tio de sua esposa já falecido, que era vizinho da família. “Aqui ó, o tio da minha esposa aqui, tinha 97 anos e andava a cavalo! Ali do corredor ele me gritava: tem um traguinho aí meu filho?! E fumava um palheiro e nunca deu nada. Entendeu?”, brinca.

Hoje, com exceção do trabalho urbano de sua esposa, as fontes de renda da família são todas marcadamente rurais, ainda que nem todas sejam agrícolas. Além da pecuária como atividade principal, Nico possui uma máquina de esquila e uma plantadeira com as quais presta serviços na vizinhança, e eventualmente trabalha com

sonorização, divulgando remates de gado. Para o pecuarista, a vida rural é simples e por isso menos cara, o que a dota de maior viabilidade:

O cara da campanha ele tá acostumado a viver – eu te digo por mim – ele tá acostumado a viver com um par de botas, com duas, três bombacha. Aqui, a nossa água mesmo, aqui, nós dependemos da água de um poço aí que vai embora, só tem que pagar a luz. Pensa bem: tu tá na cidade tu gasta todos os dias. O teu nível de gasto na cidade é todos os dias. Concorda comigo? Entendeu?

Todos os lugares se relacionam em alguma medida com o chamado tempo do mundo. Santos (2006) chama de “tempo do mundo” aquele ditado pelas forças do capitalismo enquanto modo de produção dominante. É o tempo de escala global, regido de longe pelos principais decididores mundiais como as empresas transnacionais e organizações internacionais. Nos lugares em que está mais presente e é dominante, caracteriza-se por ser rigidamente medido, preciso, expressivo da razão utilitária que o move. Sua face material é a presença de objetos técnicos modernos, carregados de ciência, tecnologia e informação, que respondem a um modelo mundial. Já sua face imaterial é expressa nas relações sociais pautadas no pragmatismo da busca por objetivos de produtividade e rentabilidade.

Mas há os lugares, como muitos dos que se localizam no Alto Quaraí, em que a materialidade herdada e/ou a corporeidade dos homens, com seus tempos próprios, contingenciam ou “filtram” esse tempo do mundo. Ali, estão presentes limites ou freios ao desejoso domínio absoluto da razão utilitária dominante e de suas formas de ação estândar. Fazem-se mais presentes, então, as contrarracionalidades, que poderíamos dizer que são também contratemporalidades, paralelas à racionalidade hegemônica e ao “tempo do mundo”. A incapacidade de subordinação completa dessas zonas às racionalidades dominantes gera formas de adaptação permeadas de espontaneidade e criatividade.

Pequenos e médios pecuaristas com suas atividades pastoris extensivas “marginais” encontram formas de reprodução socioeconômica no “privilégio” de serem parte de uma geografia menos moderna e mais opaca, em certa medida incompatível com usos hegemônicos. Ali, abre-se uma janela rugosa à reprodução de valores de uso, ao simbólico, à afeição e à topofilia. “Tudo que é estância que tu for, tchê, é cultural assim ó, gostam de cantar um verso, ou prestam atenção num verso que tu falas, ou escrevem um verso. Tchê, a música está extremamente ligada àquele

ambiente”, tal como nos diz, por exemplo, Eduardo, poeta nativista. Trata-se de uma característica imbricada a essa inaptidão geográfica ao pleno domínio do funcional-produtivo e do lucro. Até porque, como nos frisou também Ado, outro dos poetas locais de linha campeira, “em cima de cifra<sup>31</sup> não se faz poesia”.

No Marco do Araújo, junto à linha de divisa com o Uruguai, na Coxilha Negra, Robert toca sua pequena propriedade, fruto da partilha do estabelecimento deixado por seu pai. Ali, seu pai manteve durante anos um armazém conhecido nas redondezas, nos tempos de sua infância. Servidor Público aposentado na cidade, Robert desenvolve somente pecuária de corte, que naquele entorno é a única coisa que se faz, segundo frisa. “É só campo. Lavoura não tem para cá. Só pecuária: bovinocultura e ovinocultura”, diz. Para dispor de maior área, ele arrenda uns campos de alguns dos seus irmãos, reconstituindo parte da antiga propriedade dos pais. Em pouco mais de 100 hectares, ele mantém uma produção pouco especializada, vendendo ora terneiros, ora boi gordo, além de ovinos de corte, de acordo com a conveniência. “Engorda um boi, dois, quatro, cinco, vende, bota mais cinco. Vai levando assim. Ovelha tosa, vende os cordeiros machos. Vende os terneiros machos”, explica o pecuarista.

Os bovinos que engorda, por exemplo, geralmente são vendidos para uma conhecida casa de carnes da cidade, que seleciona e negocia animais junto aos produtores locais e abate em um pequeno frigorífico local. Preocupado com a aceitação de seus animais pelo mercado, Robert mantém um rebanho majoritariamente de cruza Aberdeen Angus com outras raças europeias e sintéticas, com cruzamentos mais antigos com raças zebuínas, que já eliminou, pois não dá boa carne, segundo conta. “Tem que melhorar né, principalmente touro né tchê”, defende ele:

Tu tens que botar um touro que aí tu vende bem o terneiro, (pois) vai ter matriz boa também né. Ele dá mais peso e tem mais aceitação também né. Brangus, Hereford. Tinha um touro aí que era Aberdeen Angus com Hereford, então ele saiu preto e a cara branca, era bonito! Eu tenho um monte de filho dele aí.

Em sua avaliação, economicamente, a atividade tem uma rentabilidade dentro de suas expectativas: “tchê, ela dá pra ganhar uns trocos”, conforme sintetiza. Segundo Robert, a renda obtida de tudo o que sai da propriedade como produto, é

---

<sup>31</sup> Dinheiro.

dividida em três partes: um terço para ele próprio, um terço para o filho com quem divide a lida no estabelecimento, e um terço é depositado em uma poupança, reservada à manutenção da própria propriedade: “tu tens que fazer uma cerca, tu queres uma benfeitoria, tu tens disponível”, explica ele. Segundo comenta, uma das coisas que pretende fazer, por exemplo, é aproveitar a abundância de pedras soltas no campo para construir galpões rústicos para abrigo dos animais em seus poteiros. “Essas pedras aí se tu fazes um tipo dumas paredes de pedra e bota uns paus por dentro e fecha de madeira, fica um galpão pros bichos. E dura o resto da vida né, não termina nunca”, projeta.

Na vida e no trabalho que desenvolve na pequena estância, são nitidamente proeminentes para Robert outras motivações e outros tipos de retorno para além do financeiro. Quando perguntado sobre o que considera de mais positivo em estar ali, responde enfocando as amenidades de que desfruta: “Tchê, positivo é que aqui é um clima bom né, tu respiras ar puro, tu queres caminhar tu caminhas, tu queres andar a cavalo tu (andas). Bom, aquele dia tu viste, eu vou dois quilômetros lá pra camperear lá naqueles campos de lá. E isso aí é bom para a saúde. Positivo, é cuidar o que tem”, resume ele. Em certo momento, revela, inclusive, que a atividade pastoril e em geral o cuidado com a propriedade não deixa de ser “tipo um hobby”, conforme expressa. “Ah, isso aqui não tem coisa melhor, tu encilhas um cavalo, tu vais lá, campereia, arruma um bicho, arruma outro. E, bom, na volta das casas é isso aí ó [tranquilidade]”, comenta o produtor com satisfação.

Na primeira vez que cruzamos com o pecuarista, ele vinha, de fato, exatamente de uma dessas campereadas de que fala com gosto. Em seu cavalo, e na companhia dos seus vários cachorros, ele trazia pelo corredor uma novilha preta que temia que “atracasse”<sup>32</sup>, conforme nos contou assim que parou ao nosso encontro. Na ocasião, parávamos para observar uma conhecida tapera da localidade (Fotografia 21) bem como um também conhecido cemitério (Fotografia 22), cujas origens perguntamos a Robert. Sobre a tapera, disse-nos que é muito antiga e que havia estado ocupada até pouco tempo atrás. Sobre o cemitério, disse-nos que está dentro de sua propriedade e que, inclusive, alguns parentes estão sepultados ali. Disse, ainda que já havia estado no local um grupo de arqueólogos que estimaram a idade da construção em cerca de

---

<sup>32</sup> Distocia, dificuldade de parto da vaca devido a problemas como a posição do feto ou, em novilhas, devido ao animal ser menor, ainda em crescimento, e que nunca pariu. Sem intervenção correta, é um risco para a vida da vaca e do terneiro.

300 anos, o que, aliás, remontaria esse rugoso objeto técnico ao período indígena-missionário, quando essa zona ainda correspondia às bordas da Estância Grande de Yapeyú. Semanas depois, na entrevista, Robert nos falaria sobre seu respeito – ou receio – pelo local, que disse “deixar quieto”, não visitar, que é coisa que não se mexe.

Fotografia 21 – Tapera. Agosto de 2019, Coxilha Negra, Santana do Livramento, RS.



Fonte: registro do autor em trabalho de campo.

Robert é o único da família que efetivamente reside na propriedade. Sua esposa se divide entre a residência da família na cidade e as temporadas que tira junto ao marido na Coxilha Negra. “A mulher vem aqui, fica uma semana, duas, aqui comigo e depois vai pra cidade”, segundo comenta. Para melhor comodidade da esposa e familiares no estabelecimento, o pecuarista diz que estão pensando em contratar serviço de internet, como já o faz, inclusive, um vizinho. “Dava até pra botar a do Uruguai aí, que a do Uruguai é boa a internet, a Movistar, aquela”, diz o produtor, considerando que, por ser uma localidade muito próxima da linha divisória, o melhor sinal de internet, como também o de telefone, acaba sendo, muitas vezes, o de operadoras uruguaias.

Fotografia 22 – Cemitério secular cercado de pedras. Agosto de 2019, Coxilha Negra, Santana do Livramento, RS.



Fonte: registro do autor em trabalho de campo.

Para o consumo da família e para a venda de algum excedente, o pecuarista mantém uma considerável criação de galinhas, que geram uma boa produção de ovos e de onde obtém carne de frango nos finais de ano. Ali, apresenta-se uma produção de autoconsumo típica e tradicional dessa zona das pedras, pois tudo é fruto da pecuária: se não é o da carneação de uma rês ou ovino de seu próprio rebanho, são os ovos e a carne de frango. Além do que, segundo explica, as galinhas são um antídoto contra a presença de cobras: “E outra (as galinhas) não deixa cobra, cruzeira. Tem muita cruzeira aqui né. Vem aí do Uruguai essas cruzeira. Ah, elas sobem (a Coxilha Negra) no verão né, para o campo”. Os excedentes de ovos são normalmente comercializados pela esposa de Robert na cidade, em seu círculo de amigos, de modo que, segundo ele conta, a produção da estância já foi até para fora do estado:



“Isso aí a mulher vende lá no Instituto<sup>33</sup> ali perto da prefeitura, ali, numa mulher que ela vai, lá. Tchê, sem mentira nenhuma, foi até pra São Paulo uns ovos desses aí”.

No demais, do alto de sua Coxilha Negra, dessa sua geografia refratária ou contingente a muitos dos influxos dos “tempos do mundo”, Robert pode se dar ao luxo de parar, vez por outra, para contar os causos de suas lidas, reproduzindo o velho costume, típico das lentidões das lonjuras da vida pastoril. Ele nos conta, por exemplo, que certa feita foi salvo do ataque de um touro pela ação dos seus cachorros e porque subiu em um dos montes de pedras quase centenários que tem em seus campos, heranças de antigas limpezas do solo na tentativa de cultivar a terra, ainda nos tempos de seu pai:

sabe que um dia eu saí a camperear - e esses cachorros são bons né - saí a camperear a pé [...]. E os touros aqui do [vizinho] brigaram, e os dois estavam bravos, e o que disparou vinha bravo e ele me enxergou e se veio em mim né. E aí eu subi em cima de um monte de pedra daqueles e peguei uma pedra grande assim né, e ele veio. E aí, quando vê, os cachorros vinham - eles andavam caçando - e eu chamei. Mas tchê! Esses touros tinham um medo de cachorro! Os cachorros vieram e foram direto nele e ele deitou o cabelo! Mas se tu vais disparar por limpo ele periga até matar o cara porque ele vem “corretiado”, vem bravo já né.

Perguntado sobre a dinâmica da paisagem da localidade, Robert a classifica mais como “estática” do que como “transformada”. Como mudanças, lembra da chegada da energia elétrica, das mudanças de vizinhos devido às vendas e êxodos de antigos moradores, e dos capões de eucaliptos que viu serem plantados para gerar sombra e abrigo e cortados para virar lenha, postes, tramas. Ele se intriga ainda com uma grande área plantada de eucaliptos que costeia significativo trecho da Estrada da Divisa, pelo lado Uruguaio. Sua dúvida com o bosque vem do fato de que parece abandonado, “não teve nem o ‘raleio’, que eles chamam, nem poda, nada”, segundo expressa, ao comparar com as grandes áreas florestadas de pinus e eucalipto ligadas à indústria de papel, celulose e bioenergia, que se iniciam logo mais abaixo do Front da Cuesta, no lado uruguaio, onde há o regular manejo das árvores. “Pra baixo aí, no Platô aí, é um terreno arenoso, [...] tem eucalipto plantado, mas é quatro, cinco anos e cortam e plantam de novo”, frisa.

O divisor d’água da Coxilha Negra, além de delimitar a fronteira política entre Brasil e Uruguai, estabelece também um limite ambiental entre essa zona já altamente

---

<sup>33</sup> Salão de beleza.

fragmentada pela presença da florestação, em território uruguaio, junto à Depressão, e esse Pampa remanescente que se inicia sobre a Coxilha e estende-se junto às fontes do Quaraí, em território brasileiro. O bosque avulso junto à linha divisória, no entanto, é pouco compreendido por Robert, ainda que, para outro vizinho da localidade, Seu Pedro, tenha ajudado na questão da proteção contra as intempéries: “pra nós aqui ele já tá favorecendo porque não vem muito frio, se o vento tá de lá e chuva guasqueada, já nos protege aqui. [...] Quando eu vim para cá não tinha nada, era campo. Era só campo, aí fizeram a floresta”, comenta ele.

Mas para além dessas, digamos, exceções, as coisas ali parecem correr dentro de um particular domínio dos tempos do lugar e da reprodução de suas duráveis rugosidades. Não fosse sua própria geografia “marginal”, contingente ou refratária, e se sobre essa zona pairassem grandes perspectivas exóticas de “novos tempos” mediante usos mais intensivos, qual seria o destino que ali estaria agora se anunciando?

### 3.3 MUDANÇAS DE UM REDUTO DE PERMANÊNCIAS

[...]

*Do que passou até agora  
Ainda sobra o orgulho,  
Mesmo por sobre o entulho  
De uma tapera esquecida;  
Relíquias da pátria antiga  
Ainda se fazem presentes  
Mostrando o valor do aguento  
Pelos volteios da lida...*

[...]

*Então quando munto a'cavalo  
Relembro eras passadas  
Em toda a herança deixada  
Por menestréis e campeiros:  
-A essência vem primeiro  
E logo atrás o respeito  
A humildade de um sujeito  
É o seu valor verdadeiro...*

*Muita coisa se acabou  
Outras, nem tanto assim...  
No catre dos alecrins  
A vaca ainda esconde a cria;  
O saber é a chama-guia  
No lampião da ignorância:  
- Mudou a fé das estâncias  
Mas jamais a liturgia!*

*Menos gente, mais serviço,  
Muita voz, pouco valor!  
Mesmo assim o maneador  
cumpre sua bruta sina...  
O pago não se termina  
Se tem touro e tem pastor  
E algum guri atracador  
Nas potreadas setembrinas!*

*Princípio, lida e consciência  
Esteios da minha gente!  
Mas a questão é a semente  
Para as gerações que virão?  
Essa a minha indagação  
Com voz de copla y milonga  
Pois a tradição só se prolonga  
Quando recebe atenção!*

**Trecho de “História, tempo e legado: o campo que trago em mim”  
Leonardo Borges**

### **3.3.1 Quando o novo é a volta ao antigo: regeneração do Pampa, (re)construção da paisagem pastoril e reterritorialização de pecuaristas**

Trabalho de campo no Areal, em Quaraí, novembro de 2017. Paramos frente a uma casa antiga, com um grande e velho laranjal, de proporções que levam a pensar que seja herança dos tempos em que a localidade era o “celeiro” do município. Residem na casa duas senhoras, mãe e filha – a mãe com 96 anos – com quem conversamos através da porteira, na frente da casa, enquanto tomavam o mate de final de tarde. A propriedade é um patrimônio inegociável que vai ficar para filhos e netos, segundo avisam já para início de conversa. De suas longevas vivências no Areal, as senhoras dizem que o que mais mudou ali foi o número de habitantes, pois as pessoas foram indo embora. Segundo relatam, os pequenos proprietários da vizinhança foram vendendo suas propriedades para os grandes. Elas nos apontam, inclusive, a localização de uma área onde antes viviam vários dos vizinhos, e que agora é uma plantação de eucaliptos, propriedade de um madeireiro. Apontam-nos, também, a localização da escola onde estudaram, cujas formas ainda existentes hoje desempenham outras funções.

Aposentadas, elas criam ovinos e bovinos somente para consumo. Contam-nos que durante toda a vida foram das lides de campo e que ainda o são, e que a família vem de gerações na vida pastoril, sobretudo no trabalho em estâncias. A filha diz que ainda tem um filho que é peão em uma estância de Quaraí. Essas localidades situadas sobre a “janela de Botucatu”, onde historicamente se estabeleceram “chacreiros” e pequenos produtores em geral, foram e em certa medida continuam sendo, também, fontes de mão de obra em estabelecimentos maiores de pecuária extensiva: alambradores, tosquiadores, domadores, peões, capatazes, caseiros, cozinheiros etc.

Na propriedade delas já funcionou um conhecido “bolicho” da vizinhança, onde se vendia de tudo, nos tempos em que o marido da filha era vivo. Segundo contam, a estrada vicinal que passa em frente à casa já foi a principal via de ligação entre o Areal e a cidade, antes do asfaltamento da BR 293. Depois da obra, no entanto, o movimento de pessoas se transferiu para a Rodovia, o que acabou inviabilizando o comércio da família, conforme relembra. Esta última informação nos chamou a atenção, pois ficamos pensando que a introdução de uma nova técnica ou de um novo objeto técnico, pode mesmo ter significativos impactos sociais e geográficos e que,

provavelmente, esse caso singelo da inviabilização do pequeno comércio não tenha sido um efeito pontual e isolado do advento da Rodovia asfaltada sobre esse entorno.

Retornamos a essa zona em agosto de 2019, quando passamos pelo Areal para ir ao Coatepe, que fica a cerca de 10 quilômetros dali, em um caminho pela mesma antiga estrada vicinal. No Coatepe, quem nos recebe é Nico, pecuarista familiar cuja relação com a localidade já tem mais de 15 anos, e iniciou-se através de sua esposa, cuja família é, há gerações, proprietária do estabelecimento onde hoje vive e trabalha o casal. Segundo o produtor, no passado, a atividade principal da família de sua esposa na localidade foi a agricultura diversificada destinada ao abastecimento da cidade, assim como a de quase toda a vizinhança.

O Coatepe, assim como o Areal, foi, durante muito tempo, a zona das “chácaras” de Quaraí. Pelo menos, desde o século XIX, os campos da localidade já recebiam a qualificação de “campos fracos”, de terceira para a pecuária, consistindo, portanto, em uma materialidade historicamente marginal, não plenamente conforme à atividade pastoril hegemônica, onde, não por acaso, desenvolveram-se outras formas de uso do solo e de vida, condicionadas particularmente pela arabilidade dos solos predominantemente arenosos.

“Aqui a maioria da vizinhança, no passado, assim - os tios da minha mulher que hoje já são tudo falecido - eles sobreviviam mais de chácara: de melancia, de melão, de milho, explica Nico. Durante muito tempo, a vitalidade social e agrícola dessas localidades parece ter sido beneficiada, paradoxalmente, pelo relativo isolamento logístico da cidade de Quaraí, que atravessou o século XX ainda precariamente conectada às vias de circulação e de conexão com outras regiões do estado, o que, de certo modo, deve ter acabado favorecendo a reprodução desse circuito curto de abastecimento. A chegada da BR 293 asfaltada a Quaraí, por exemplo, data apenas da década de 1980.

No entanto, como bem havíamos presumido em 2017 quando da conversa com as senhoras do Areal, o advento dessa Rodovia teve reflexos significativos sobre esses rincões arenosos densamente povoados de agricultores. Com a BR, esmorece não apenas aquela rota “de chão” entre o Areal e a cidade que trazia movimento ao comércio daquela família, mas, sobretudo, é inviabilizada, aos poucos, a própria produção agrícola diversificada de hortifrutigranjeiros que abastecia a cidade, já que passa a concorrer com as mercadorias de escala, escoadas desde longe, através da rede de autoestradas.

“[...] Agora quase ninguém aqui planta. Alguma coisa para casa, para consumo próprio, mas pra negócio não tem mais”, segundo conta Nico. O principal motivo relatado pelo pecuarista familiar foi a dificuldade de competir com os produtos que passaram a chegar da CEASA, que eram mais baratos. Atestando esse motivo, ele relata, inclusive, uma experiência pessoal que teve em parceria com um dos tios de sua esposa, quando realizaram uma plantação comercial de melancias e outros alimentos, mas que teve a continuidade desestimulada por essa concorrência desigual:

Uma vez eu fiz uma chácara ali, cheguei a vender 3 mil e poucas melancia. Naquele local ali, naquele início onde tem aquelas porteiras de pau alto, no verde, ali, eu fiz uma chácara. Eu e um tio da minha esposa. Vendemos 3 mil e poucas melancia, vendemos oitocentos e poucos quilos de mandioca e batata e coisa. Deu um bom rendimento. Mas só que o trabalho que deu para manter essa coisa aí! Rapaz, tu saías de caminhoneta daqui para ir pra cidade, pra vender melancia na cidade, tu tinhas que fazer uma baita carga, aí tu quebravas na estrada, alguma coisa, essa estrada “maravilhosa” que tu viste aí, já foi o lucro da jogada. Aí vinha um caminhão da CEASA, um caminhão das fruteiras aí, vinha carregado de melancia e ele vendia a melancia por menos, mesmo que as tuas tivessem boa qualidade, e tudo, tu já custavas um pouquinho para vender. Aí tu já viste. Então desestimulou.

Hoje, já relativamente esvaziadas de braços dos antigos agricultores e marcadas pelo envelhecimento e êxodo da população rural, essas localidades como Areal e Coatepe, tem na tradicional policultura comercial uma atividade não mais que residual, segundo relata Nico. Os pequenos produtores que ainda povoam essa zona especializam-se, agora, na pecuária de cria de bovinos e ovinos e a antiga policultura característica dos chacreiros vai se restringindo aos estabelecimentos que não possuem um mínimo de área em que seja viável a pecuária, conforme ilustra o produtor na fala a seguir:

Aí mais para o Areal tem gente que tem. Tem umas duas, três propriedade aí que trabalham com hortaliças, que eu sei que existe. Mas é aquele negócio assim: eles têm um local pequeno que não cabe, vamos supor, botar animais. Mas é aquilo que eu te digo: é só isso daí e não tem mais ninguém.

No Coatepe, atualmente a produção diversificada se dá basicamente no âmbito da pecuária, através da produção de carneiros, cordeiros e lã, sobretudo, tendo como elemento importante de viabilidade a negociação coletiva, reunindo as produções dos pecuaristas familiares da vizinhança, a fim de obter garantia de comercialização e melhores retornos. “Nós juntamos entre todos aí e fizemos uma venda, vamos dizer,

casada, aí, de carneiro na feira, de cordeiro, lá, vendemos aí uma partida de lã boa”, explana Nico.

Com vínculo comunitário e associativismo informal já antigo, os produtores formalizaram recentemente a Associação dos Produtores do Butiazal, que, conforme explica Nico, reúne pecuaristas familiares de três localidades vizinhas: a do Coatepe, a do Salsal e a do Butiazal propriamente dito. Através da Associação, a comercialização das produções é beneficiada pela possibilidade de organizar, por exemplo, lotes maiores de carneiros, a partir da reunião da produção de cada um, facilitando a venda. “Às vezes é difícil vir um comprador aqui para levar 15 animais. Mas para levar 50 vem um caminhão grande e aí o comprador (leva). Então a gente já está vendendo as coisas meio juntos, já estamos participando de feiras juntos”, comenta o pecuarista.

É assim que essas três comunidades vizinhas formam um reduto do campo nativo e da paisagem pastoril desse Pampa singular que aflora junto com a “janela de Botucatu”. Enquanto em algumas áreas, isso se dá devido às contingências geográficas a outros usos, impostas pelos campos mais dobrados e com afloramentos do arenito Botucatu e de restos da capa basáltica, em outras, é essa, digamos, “transição de retorno”, em que famílias de antigos agricultores “chacreiros” se convertem em pecuaristas o que faz dessa paisagem novamente um domínio pastoril.

Essa, aliás, é uma característica que diferencia essa “janela de Botucatu” do seu entorno basáltico. Enquanto nos estáveis domínios assentados sobre a rocha ígnea, a maior parte das áreas conservadas do bioma Pampa nunca chegaram a ser suprimidas, nessas localidades do domínio “das areias”, significativa parte delas é fruto da transição. Neste caso, da transição de (re)conversão de antigas áreas suprimidas.

Outro exemplo nesse sentido ocorre em algumas antigas áreas arrendadas à lavoura de arroz na parte mais a jusante do Areal, junto à Costa do rio Quaraí, que hoje voltam ao uso pastoril. Segundo dados em série histórica da produção agrícola, disponibilizados pelo IBGE, a área plantada de arroz no Rio Grande do Sul em 2019 era cerca de 120 mil hectares menor do que 10 anos antes, em 2009. Em Quaraí, essa área era cerca de 2 mil hectares menor, assim como em Santana do Livramento, conforme a mesma fonte.

Os relatos dão conta de um aumento de custos e diminuição da rentabilidade que fazem a lavoura de arroz desaparecer das áreas com maiores riscos naturais,

bem como das pequenas iniciativas, concentrando-se nas áreas consolidadas, em crescente rotação de culturas e concentração dos esforços na obtenção de resultados melhores com menos área, reduzindo custos através de gestão e uso de novas tecnologias. “Nós tínhamos, nós arrendávamos, agora não tem mais. Até eu fui o primeiro que deixei a granja (parou de arrendar) porque era incerto o rendimento né. E pegam enchente. Aqui a enchente é muito grande, no Quaraí, e aqui no Areal também”, comenta Seu José. Ele lembra, inclusive, que nos tempos do avanço das áreas de arroz, no século XX, houve uma significativa supressão das matas de galeria – hoje legalmente protegidas como Áreas de Preservação Permanente (APP) – e que agora estão se regenerando com o recuo dos arrendamentos: “Lá foi limpo o mato, tiraram todo o mato porque tinha granja de arroz né. Hoje está tomado já de mato. Voltou. Até as plantas que tinha, espinilho, branquilho, o araçá, canária, essas já estão tomando conta do fundão lá. Deixou de plantar arroz né, voltou. Está voltando”, constata o pecuarista.

Nas áreas de arroz que se mantém no Areal, ocorre ainda certo conflito com os empreendimentos mais recentes de plantio de uvas viníferas por pequenos e médios produtores-pecuaristas. Já houve episódios de deriva de agroquímicos utilizados na lavoura rizícola sobre as parreiras, conforme relata o extensionista rural em Quaraí, Juremir. No caso específico dessa localidade, isso se torna, de certo modo, um elemento que parece se somar na mudança de relações que culminam no recuo do arroz.

Do mesmo modo, nas zonas basálticas do Alto Quaraí, em algumas de suas não numerosas áreas onde também já esteve presente a lavoura rizícola irrigada – como em determinadas várzeas e minoritárias manchas de solos argilosos mal drenados das coxilhas – a percepção de alguns entrevistados e interlocutores também dá conta de um recuo. É o caso de Eduardo, que ao falar sobre a forte especialização na pecuária extensiva a campo nativo que domina o “lado das pedras” a oeste de Santana do Livramento, faz a seguinte colocação:

Pastagem até planta aqui e ali, um azevém, uma coisa, mas em extensão, assim, não. Arroz que tinha antigamente, as várzeas de arroz, também já não tem mais por que se tornou um troço muito caro para produzir o arroz né. Mas em compensação tem gado e campo bom, campo de qualidade.



Por fim, mas não menos marcante, é uma dinâmica que vem se dando como reflexo do que ocorre fora do Alto Quaraí, em seu entorno regional, onde a soja já se expande: a tentativa crescente de uma espécie de “fuga para as pedras” por parte de produtores tradicionalmente pecuaristas que procuram vender seus estabelecimentos nas zonas de avanço da oleaginosa para adquirir maiores extensões nos campos basálticos a fim de continuar na pecuária extensiva a campo nativo.

Deparamo-nos pela primeira vez com relatos dessa natureza ainda nas atividades exploratórias, no primeiro ano de pesquisa, em 2017. Conversamos com um senhor aposentado, tradicional pecuarista na localidade da Coxilha de Santo Ignácio, para o “lado das areias”, à leste de Santana do Livramento, em direção a Dom Pedrito. Na localidade, que hoje se consolida como um foco sojeiro, a família já arrendava naquele ano a quase totalidade de sua propriedade para investidores no grão, permanecendo apenas com a sede, onde morava um dos filhos administrando a renda da terra e as pequenas criações que permaneciam. À época, o senhor já reclamava da forma indiscriminada com que se dava a nova exploração. “Não estão nem aí”, nos disse. Foi aí que nos contou de seu plano, que era de se desfazer de vez da propriedade para comprar no basalto, onde a soja não entrou, destacando ainda que muita “gente daqui” (de Santana do Livramento, tradicionalmente pecuarista) estava fazendo isso ou pensando em fazer.

Em 2019, quando realizamos a maior parte das entrevistas da pesquisa, isso já era notório. O movimento já era detectado no mercado de terras do município, como destaca, por exemplo, a fala de Antônio, funcionário de uma firma que negocia imóveis rurais: “Pessoas que têm campos na região de lavoura e que trabalham com pecuária estão tentando vender pra comprar na área da pecuária (basalto) mais barato e ter amplitude na área”.

Como analisamos anteriormente, o hectare de terra nua nos campos basálticos a oeste de Santana do Livramento chega a ter, em certos casos, metade do valor de mercado das áreas aráveis do leste do município. Isso possibilitaria, a princípio, uma migração para oeste com ganho em extensão e, inclusive, em qualidade de pasto, devido às características superiores acreditadas aos campos basálticos, tornando a transação particularmente interessante para o tradicional pecuarista, cujo intuito é exatamente “fugir” da nova dinâmica socioespacial e continuar trabalhando exatamente na antiga lógica.

Em 2021, também André, agrônomo com atuação no município, diz perceber esse movimento, embora relativize sua magnitude pelo fato de que a grande demanda de áreas para a soja incidente sobre a região de solos aráveis do leste do município é para arrendamento e não para compra, o que, segundo ele, dificulta a concretização massiva dessa dinâmica de migração para as pedras. “Algumas pessoas migraram pro basalto né, mas não tanto”, expressa o técnico, para quem a movimentação mais efetiva nesse sentido teria se dado, na verdade, em um contexto passado, quando nessa mesma zona de domínio arenoso onde hoje avança a soja passaram a ser instalados assentamentos da reforma agrária, a partir da década de 1990.

O diferencial, segundo explica o agrônomo, é que, à época, houve exatamente uma aquisição massiva de áreas pelo INCRA, que, inclusive, pagava-indenizava os proprietários com valores considerados acima do mercado. Neste caso, aí sim, foi possibilitada significativa migração para o basalto, tanto para o lado brasileiro como para o lado uruguaio, com ganho em extensão devido ao preço mais baixo do hectare. Uma dinâmica, segundo ele, diferente da de hoje que, embora haja o movimento, não há, todavia, a consolidação em grande escala, sobretudo, porque o avanço da soja ainda demanda mais o arrendamento do que a compra de terras, conforme explica: “Da soja são poucas áreas vendidas né. A maioria são arrendadas, então tem alguma coisa (de migração para o basalto), mas não é aquela coisa que tinha na época dos assentamentos”, conclui.

Mesmo assim, independente da efetivação massiva dessa migração, o fato é que há uma movimentação nesse sentido. Dependesse apenas da disponibilidade de áreas para venda no basalto, o processo, ao que parece, não teria grandes empecilhos. Em Santana do Livramento, é nessas localidades das “pedras” que se concentra a maior oferta de terras para venda, segundo nos informa Antônio. Conforme o corretor, isso ocorre principalmente por se tratar de propriedades que – até pelas limitações de uso agrícola – restringem-se basicamente à exploração do campo nativo com a criação extensiva de gado, sendo dependentes, em sua viabilidade econômica, de um mínimo de extensão disponível e, por isso, particularmente vulneráveis aos processos de parcelamento e herança. Cabe dizer, em se concretizando, esse seria um movimento com potencial para se somar aos reiterados processos de reconstituição da concentração fundiária que se dá sobre as parcelas mais vulneráveis de produtores, onde, aliás, reside, não raro, as mostras mais emblemáticas do patrimônio agrário desses campos.

O Alto Quaraí, reduto da paisagem pastoril pampiana, não é sinônimo de reduto do estático. De modo que, paradoxalmente, até mesmo algumas ações e feições aparentemente rugosas presentes nessa área são, na verdade, expressões novas, frutos de movimentos recentes. Esse é o caso da paisagem e da vida pastoril que é construída entre famílias de antigos chacreiros do Coatepe. Assim ocorre também com os pedaços de Pampa que se regeneram a jusante do Areal junto à Costa do Quaraí a partir do recuo das áreas de arroz; e assim é, por fim, com os pecuaristas que começam a chegar “fugidos” do avanço da soja em outras zonas que, embora substituam outros pecuaristas inviabilizados, chegam exatamente para reproduzir a velha função pastoril, atuando inclusive na manutenção de certas estruturas rugosas tal como a estrutura fundiária concentrada.

### **3.3.2 Quando o antigo se veste do novo: repaginações na pecuária**

Em um julgamento apressado, poderíamos imaginar que o Alto Quaraí se resume a um reduto da “pecuária tradicional” ou a uma espécie de “bolsão” de lugares marginais à novidade, ao moderno e ao tecnificado. De fato, pode ensejar esse tipo de percepção uma zona com sérias limitações à agricultura e que concentra remanescentes do Pampa, onde os tempos da natureza do campo nativo, com suas sazonalidades, ainda são altamente condicionantes de todo o sistema produtivo das pecuárias aí praticadas.

No entanto, essa imagem começa a ser desfeita já na porta de entrada à realidade desse subespaço, ou seja, já na observação simples da paisagem, dada a diversidade de situações que se anunciam em sua própria fisionomia. Da beira da Estrada do Passo da Guarda, por exemplo, nos campos junto às nascentes do arroio Caty, vê-se, em novembro, um lote de bovinos padrão Braford pastar uma parcela de pastagem natural com boa oferta de forragem, expressando os esforços de manejo técnico do campo nativo com adequação de carga animal (Fotografia 23).

No Cerro Chato, por sua vez, enxerga-se, em agosto, ainda em meio aos aerogeradores do Complexo Eólico, uma área relativamente extensa de azevém onde pastam bovinos padrão de pelagem preta e “colorada” da raça Aberdeen Angus. Próximo dali, avista-se, ainda, um rebanho padrão de gado leiteiro da raça Holandesa pertencente a um “tambo”, nicho relativamente novo nesse que, apesar de ser um

tradicional reduto pecuarista, não foi, ao longo de sua história, propriamente, uma “bacia leiteira”.

Fotografia 23 – Padrão zootécnico e boa oferta de forragem. Novembro de 2017, Caty, Santana do Livramento, RS



Fonte: registro do autor em trabalho de campo

No Sarandi, no início de abril, avista-se da beira da BR 293 um trator que colhe a produção de feno de campo nativo junto a uma pequena canhada de solos basálticos um pouco mais profundos, garantindo forragem para os rebanhos para os meses seguintes de inverno. No frio de julho, em um campo na mesma localidade, vê-se o gado reunido junto a um cocho estrategicamente posicionado na parte mais alta de uma coxilha, em local seco, de fácil acesso e geometricamente rodeado de árvores, para sombra e abrigo, anunciando um sistema produtivo em que a mineralização do rebanho é prática sistemática (Fotografia 24).

Todas essas são expressões técnicas de modernizações na pecuária: padrão zootécnico, manejo do campo nativo, nutrição, sanidade e bem-estar animal, investimento em nichos de mercado etc (FONTOURA, 2000). São como signos da

busca por eficiência, produtividade e rentabilidade em uma pecuária de mercado, evidenciando que, se por um lado, essa zona não é a mostra mais bem acabada de um domínio dos “tempos do mundo”, tampouco se resume a um arranjo de rugosidades.

Fotografia 24 – Saleiro bem sombreado. Julho de 2019, Sarandi, Santana do Livramento, RS.



Fonte: registro do autor em trabalho de campo.

Ainda assim, poderíamos pensar que expressões como essas, representativas de uma pecuária repaginada, adaptada aos imperativos da eficiência e das novas exigências dos mercados, ficam restritas às empresas rurais, aos grandes estabelecimentos. De fato, essas imagens que citamos foram observadas, geralmente, no interior de firmas do agronegócio, por vezes, “cabanhas” e “agropecuárias” que além da produção de rebanhos comerciais se especializam em oferecer genética ao próprio setor produtivo, seja bovina, ovina ou equina.

No entanto, é aí que, novamente, o recurso ao diálogo com diferentes sujeitos sociais aparece como desafio ao aparente. Entre os entrevistados e, em geral,

interlocutores da pesquisa, é generalizada a percepção de que não é mais possível criar gado como se criava antigamente, seja entre pequenos ou médios pecuaristas. Em geral, nos casos com os quais nos deparamos havia, em alguma medida, a absorção de inovações técnicas em resposta aos diferentes graus e formas de conexão com o mercado.

Anderson, por exemplo, lembra dos tempos do seus pais e avós na propriedade em Palomas, em que os rebanhos eram vistos como espécie de “estoque de recursos” a que se poderia recorrer quando necessário. “Meu pai, meu avô, eles produziam ali, iam ficando, iam vendendo às vezes o necessário pra sobreviver”, segundo rememora. Hoje, no entanto, frente aos custos de produção e às exigências do mercado, essa prática torna-se, segundo o produtor, insustentável à reprodução de uma propriedade. “Hoje em dia tu ficar com o animal 4, 5, 6 anos no campo, tu está perdendo dinheiro, está te dando só custo. Tem que tocar adiante, de um jeito ou de outro, ou produzindo carneiro, ou, se é macho, com no máximo 3 anos já tem que estar pronto (gordo)”, explica.

Eduardo, por sua vez, diz que hoje, para quem vive da pecuária, adequar-se com maior eficiência possível aos imperativos do mercado é uma questão de sobrevivência na atividade. Segundo ele, até existe, ainda, o “pessoal que cria e não gosta de vender”, conforme expressa, mas estes são pecuaristas que tem outras fontes de renda, “gente que não depende daquilo pra viver”, segundo avalia. Para os demais, em sua opinião, inserir-se de alguma forma na roda do mercado é uma necessidade: “quem vive disso aí tem que girar sempre”, diz.

Nesse fenômeno de crescente, digamos, “profissionalização da pecuária regional”, Eduardo aponta, entre as mudanças mais notáveis, os melhoramentos zootécnicos: “hoje em dia tudo que é lugar é gado já mais selecionado, até porque tu não consegues vender”, segundo avalia. Ele cita como exemplo o caso dos zebuínos, antes muito presentes nos rebanhos da Fronteira e que, hoje, frente ao refinamento das exigências do mercado vão se tornando restritos a uma condição residual, notadamente junto a essa parcela de pecuaristas com intencionalidades extraeconômicas, em que há algum espaço para se criar pelo “gosto”:

Antigamente criavam muito zebu porque vendiam, e hoje os compradores não querem que tenha aspa, zebu, bicho de pelo pintado. Querem ou preto ou colorado, padronizado. Porque rende mais, tem mais peso, querem uma raça mais britânica. Mas é questão de mercado daí né, não é cultural. Se vai para a cultural é diferente. Esses “véio” gostavam de ver zebu no campo, hoje os

filhos deles já detestam. E, antigamente adoravam, meu tio mesmo adora. Tem um lá, um touro branco. Todo mundo: “tchê, para que tem esse touro aí? Está estragando o rebanho dele, não sei o que”. Ele gosta, não adianta.

Mas esses casos são nitidamente minoritários. No demais, ainda que as motivações de produtores não se restrinjam e, por vezes, nem mesmo sejam prioritariamente as de natureza econômica, a assimilação de algum nível de inovação parece ser uma regra e não exceção entre eles.

André, por exemplo, dedica-se a invernar gado e a criar ovinos a campo nativo nos cerca de 100 hectares de que dispõe, parte que lhe toca da pequena propriedade da família no Cerro Chato. Engenheiro Agrônomo, o produtor tem, ao mesmo tempo, um emprego fixo na cidade e presta serviços técnicos, de onde advém sua principal fonte de renda. André representa, aliás, um tipo bastante presente nesses campos do Alto Quaraí, segundo pudemos observar nos trabalhos de campo: pecuarista de pequeno porte, mas que tem na cidade a moradia e o trabalho fonte de sua renda principal e, por vezes, mantém um funcionário no estabelecimento. Um tipo, digamos, híbrido entre elementos característicos da tradicional pecuária patronal e da pecuária familiar.

No Cerro Chato, aliás, enquadram-se nessa característica a maior parte dos estabelecimentos, segundo nos explica o próprio André. São pequenas propriedades. Notadamente propriedades ovelheiras, com destaque para as raças lanígeras Merino e Ideal e, em menor escala, Corriedale. São estabelecimentos criadores de terneiros e, em menor escala, invernadoras. E, por fim, geridos por proprietários com vida e emprego na cidade e, em geral, contratantes de mão de obra externa. Eis o que André chama de um “novo-velho agro” da localidade, conforme explica a seguir: “é um novo-antigo agro porque isso vem desde a década de 1980 que é assim: que as pessoas foram para a cidade, tem um emprego na cidade, mantém uma renda da cidade, mas tem uma pequena propriedade”.

Nessa condição, André faz da pecuária um investimento e não um meio de sustento. Mas um investimento, cabe frisar, para além do financeiro, dado que cita como principal retorno ou ponto positivo, na verdade, “a questão de manter a história da família”, conforme expressa, além da qualidade de vida que esse envolvimento com a atividade lhe proporciona por ser uma tradição: “Isso é mais forte que tudo, tchê”, frisa o produtor.

Sob essa motivação, ele convive, inclusive, com fatores que podem ser considerados limitantes para a sustentabilidade econômica do estabelecimento. Por trabalhar na cidade, sua constante ida e volta, por exemplo, demanda custos em combustível e manutenção de veículo, significativos em relação ao balanço da renda que entra de sua pequena exploração pecuária, com o agravante das más condições das estradas da localidade. Também a mão de obra, já por si escassa, torna-se especialmente cara para o padrão de rentabilidade de uma pequena propriedade de pecuária extensiva a campo nativo como a dele. A falta de escala de produção suficiente para uma comercialização vantajosa é outro limitante, sobretudo, considerando a falta de coletividade caracterizada por ele como traço característico no município.

É aí que entram as adaptações para conseguir se inserir no mercado, bem como as inovações e os critérios técnicos no processo de produção pecuária que André, como agrônomo com circulação pelos meios acadêmicos, procura desenvolver. Aproveitando o seu campo nativo, que classifica, em suas palavras, como “uma área produtiva” e “um campo bom, que retorna”, o produtor aposta na invernada de bovinos sob capitalização. Esse sistema consiste em um contrato entre uma parte proprietária de certa quantidade de gado ou de capital para adquiri-lo, e outra parte proprietária de estabelecimento rural que se encarregará do processo produtivo (alimentação, manejo etc.). Ao final, os ganhos são divididos entre as partes, sejam eles ganhos com produção de terneiros, no caso de uma capitalização de cria, seja em quilos de ganho de peso, no caso da invernada: “Eu tenho um parceiro, ele bota os terneiros, eu cuido os terneiros, a gente vende gordo e divide o lucro”, conforme a síntese expressa pelo técnico e pecuarista.

Esse tipo de negócio é uma alternativa utilizada por proprietários de campos com excedente de forragem por não terem animais suficiente e que, tampouco, possuem capital para adquiri-los e/ou disposição/condições para aquisição de crédito. No caso de André, houve o problema com um surto de brucelose no antigo rebanho de cria da família, situação em que foram perdidas mais de 40 vacas, segundo conta. Por isso, diz que estão dando um “vazio sanitário” na cria bovina pelo menos nos próximos três anos. Diante desse prejuízo, a estratégia adotada pelo produtor foi exatamente a invernada de bois capitalizados e, em paralelo, a cria de ovinos, que, segundo o produtor, é um “gosto pessoal” e, ao mesmo tempo, um animal mais barato de adquirir e com boa resposta produtiva, conforme avalia:



O preço do carneiro está exorbitante, está um baita preço, é um baita negócio hoje. Só que o investimento no gado é muito alto. Uma vaca hoje está 4 mil. Então é um desembolso muito grande. E aí, para mim me repovoar lá, a ovelha é barato de comprar e ela produz bastante fertilidade e a assinalação é bem alta. E, a borrega, tu botas rápido em cria também. É um animal que exige trabalho, mas tem um retorno rápido né. Então a gente está investindo em ovelha.

Nessa estratégia de reprodução baseada no par internada capitalizada de bois e construção de um ciclo de cria de ovinos, André lança mão de seus conhecimentos técnicos para obter a eficiência necessária.

Nos bovinos, produz bois gordos entre 2 anos e meio e 3 anos, que, segundo conta, ganharam em média 140 quilos por animal/ano na última safra. Tudo isso, “com carga animal adequada, não é um manejo tradicional, é um manejo mais técnico, com adequação de carga animal”, segundo frisa. Conhecedor de seu próprio campo, diz que essa adequação é feita de forma mais “visual”, sem realizar, por exemplo, amostragem de matéria seca, mas amparada nos conceitos de adequação de carga que domina, conforme explica.

Já nos ovinos, André realiza suplementações estratégicas com ração comercial. Dentro de um experimento que é, inclusive, tema de pesquisa científica de sua companheira, o produtor diz que tem aplicado, por exemplo, a técnica chamada flushing, que é uma estratégia nutricional para o aumento do desempenho reprodutivo do rebanho, conforme explica: “é uma suplementação pré-encarneamento pra aumentar a ovulação, pra estimular o número de partos gemelares e estimular a fertilidade e assinalação como um todo do rebanho”. Técnica semelhante ele nos diz que aplicaria, em seguida, no pré-parto:

Uma semana, dez dias antes do parto, eu começo a suplementar com 0,5% do peso vivo para o cordeiro nascer mais forte, para a ovelha ter mais leite no início, ali, da parição. Permaneço 10 dias pós-parto suplementando. E, partos gemelares, mães de dupla, eu permaneço mais: até uns 30 dias. É uma coisa barata, mas... (que dá retorno).

Na viabilização de sua “pequena pecuária”, André busca os benefícios das coletividades, que ele próprio, aliás, admite não ser algo comum no município. “Acredito nesse viés do associativismo, penso nisso como uma saída para o futuro, para viabilizar o negócio da família e essas coisas assim”, expressa ele. O produtor participa de uma associação de ovinocultores e de um grupo do programa “Juntos

para Competir”, do SEBRAE, através do qual se beneficia de compras coletivas de ração para suplementação das ovelhas. Junto ao grupo, está agora planejando também as vendas coletivas. “Fizemos uma comissão de venda pra escoar porque a escala é pequena né, pra gente tentar – isso falando em ovinos – tentar viabilizar a comercialização”, explica ele. Em paralelo, no âmbito da vizinhança no Cerro Chato, criou recentemente um grupo do Whats App, em princípio que se comuniquem quanto à questão do abigeato e, sobretudo, para que se organizem quanto ao problema das estradas, pois, segundo conta, estão em péssimo estado devido a uma obra no Complexo Eólico com utilização de maquinário pesado. No entanto, não esconde certa expectativa de ir além: “depois de séculos sem nenhuma organização, vamos ver se agora (anda, vai). Até eu tenho que fazer um texto e botar no grupo ali. Mas todo mundo muito retraído, muito...mas vamos ver se evolui”, diz.

Como técnico e produtor no Cerro Chato e, portanto, como partícipe de uma geografia refratária ao avanço da soja e outras lavouras, André faz projeções de futuro com base exatamente nessa característica, a de ser parte de algo que vai se tornando excepcional:

eu estava conversando com a minha família isso aí, que apesar de a gente ter uma área pequena de pecuária, num futuro, é um patrimônio de família que a gente não pode se desfazer. Porque essas áreas de pecuária cada vez vão estar mais escassas, desse tipo de pecuária: a campo nativo, com diferencial. Então, eu vejo, visualizo, um patrimônio nesse sentido, não como uma terra para agricultura, mas como terra para uma produção futura que vai ser rara. Sustentável, com uma pegada ecológica diferente, né. Com um bem-estar animal diferente. Tem o aspecto do turismo também que a gente tem ali o parque eólico, de repente pode ter no futuro a questão do turismo. Eu penso assim. Também tenho uma visão que quero a médio e longo prazo organizar emissão de cotas ambientais, o Código Florestal permite.

Frente a essas várias expressões de busca por tecnificação, eficiência e visualização de mercados, perguntamos a André o que fica, a não ser a própria permanência na pecuária, das práticas das gerações anteriores. Ao que nos responde prontamente: “tudo é um mix né, tchê. Tem várias coisas que vêm da minha família e tem várias coisas que vêm de estudo”, frisa. Entre os exemplos, ele cita a percepção da lotação ou da carga animal de seu campo, cuja perícia considera vir dos aprendizados técnicos, mas também da longa vivência na área. Cita, ainda, o manejo sanitário, para a realização do qual recorre frequentemente à experiência de seu pai e, sobretudo, os conhecimentos campeiros que, segundo ele, são coisas que só se adquire na vivência da campanha desde a infância:

esse negócio de conhecer um cavalo, de saber tocar um gado, tu não aprendes isso na técnica. Encilhar um cavalo, juntar uma tropa de boi, esse conhecimento campeiro, de saber curar um bicheira, saber laçar uma ovelha na mangueira, se eu fosse um técnico só acadêmico eu não teria esse conhecimento.

No Espinilho, também Rodolfo, vê no Pampa uma pecuária crescentemente repaginada. Perguntado sobre o que identifica como principais transformações da atividade na região, cita exatamente a tecnificação, resultante do crescente caráter empresarial que vai tomando a atividade, destacando, sobretudo, a mudança genética dos rebanhos e, associada a ela, a diminuição do tempo necessário ao abate. “Se tu for ver em 1990, 1980 e poucos, ali, eu estava recém pequeno, mas se tu for ver os estudos, era as raças continental: charolês, tinha outras raças que hoje já não são vistas, basicamente”, afirma. Ele menciona a introdução e a seleção de raças britânicas e a utilização de raças sintéticas obtidas da cruzada destas com raças zebuínas como determinantes no aumento da velocidade de abate. “Imagina, esperavam 7 anos pra abater e hoje em dia é 3 e quando muito”, admira-se.

Por conta disso, Rodolfo considera que, para que um produtor possa acompanhar esse processo, um movimento importante é o da mudança genética, que, por sua vez, associa-se a outras mudanças técnicas no sistema produtivo. “Essa tecnificação, essa velocidade, entendeu. Se tu for ver, muito melhoramento de campo, muita gente já está fazendo muita pastagem, muita coisa”, explica. Para o pecuarista, quem vê na atividade verdadeiramente um negócio e está inserido em um mercado regular, invariavelmente está aderindo a esse ritmo, introduzindo novas técnicas e objetos técnicos em seus estabelecimentos. “Está procurando tudo que é novidade e coisas diferentes. Foi-se o tempo do cara largar um animal ali e só rezar”, explana. Ele frisa, no entanto, que ainda são muito presentes formas tradicionais de criação extensiva e de perfis de criadores reticentes a mudanças. “Se for ver ainda tem muitos produtores antigos, ainda com o mesmo pensamento, e às vezes, mesmo, bate, não deixa um filho que tem uma faculdade, que tem um curso técnico, alguma coisa, decidir”, pondera o produtor.

Jovem zootecnista, ele administra, reside e trabalha – com o auxílio de um único trabalhador fixo – na propriedade média de sua família. O estabelecimento é dedicado exclusivamente à criação de ovinos e bovinos. Nos ovinos, gere um rebanho dedicado à produção de lã, com projeto de inserção futura no ramo da produção de

genética. Nos bovinos, a atividade é especializada na cria de terneiros, com recria de terneiras para reposição de matrizes. Afora o próprio vínculo especializado com o mercado através da produção de lã e terneiros, o que considera de mais inovador na propriedade é o melhoramento zootécnico que já vinha sendo feito desde antes de sua administração e que vem sendo agora continuado e aprimorado:

principalmente o gado que está modificando muito, padronizado. Eu mesmo faço menos o uso de zebu. Nós tínhamos muito o gado “zebuado”. A gente tinha, bom, o Santa Gertrudis, que já é um gado grande. Já vários anos já vinha introduzindo o Angus. Eu agora só estou selecionando mais.

Rodolfo se descreve como um produtor atento ao mercado e aberto a inovações. Como fruto do trabalho de anos de cruzamentos e seleções genéticas por padrão e produtividade, ele já vê o seu rebanho mais para padronizado do que o contrário. “A nossa genética eu já considero cruza angus, por absorção né. Que é aquele cruzamento há vários anos com reposição só da raça”, classifica.

No manejo reprodutivo dos bovinos, o pecuarista explica que se baseia na Inseminação Artificial em Tempo Fixo (IATF) e utiliza os touros para o repasse. A IATF é uma biotécnica que permite obter uma sincronização do cio das fêmeas bovinas em um curto e predeterminado período, mediante uso de fármacos (tratamento hormonal), conforme protocolo fornecido pela própria indústria da biotecnologia. Com isso, sincroniza-se, também, a própria inseminação, a parição e o desmame, ajustando-as ao período desejado. O objetivo é, basicamente, a maior eficiência reprodutiva, pois possibilita maior controle e praticidade no processo da cria bovina, resultando em maior produtividade e, por fim, lucratividade.

“É uma ferramenta que é uma velocidade grandíssima de ganho né. É muito diferente, por mais que tu compres touro melhorador para melhorar o teu gado, demora. E a IATF já é muito mais rápido”, comenta ele. Trata-se, enfim, de uma técnica bastante representativa dos processos de intensificação e modernização da pecuária. No caso do estabelecimento, ela é expressiva, sobretudo, da forma singular com que em muitos casos acontece essa modernização em zonas de remanescentes de campo nativo: investimento no aspecto zootécnico, tradição e economicidade na forma extensiva de criação.

As expressões dessa busca por eficiência aparecem em diferentes nuances da fala de Rodolfo, em quesitos como a nutrição, a sanidade e o manejo. Tal como vários

outros de nossos entrevistados, o pecuarista cita o exemplo da míngua da tradição das castrações e marcações, que vê como um sintoma típico da tecnificação da pecuária. “Acho que ficou mais...a modernização, tu já não perdes tempo, tu já não fazes isso aí. Tu já está só largando, está só girando”, opina. Ele conta que tem vendido os terneiros “inteiros” (não castrados) e que isso representa uma economia de tempo e recursos. “Eu, já desde que entrei, foi uma marcação só no caso, uma capação só, depois foi só vendendo bicho inteiro, então facilita”, avalia.

O destino de seus animais é a venda através de escritórios rurais locais ou regionais, já que, conforme explica, ainda não dispõe de um padrão de produção a ponto de já tê-la previamente negociada: “claro, ainda não tenho um padrão assim de culote grande, padronizado, ao ponto de já ter o cliente, entendeu: ah, tchê, vai pra tal lugar, ou então qualquer um vem buscar. Não!”, destaca ele. No entanto, diz que pretende ingressar na venda para exportação, para o “navio” como tem se falado na região. Ele diz que tem melhorado o padrão e o peso dos animais, mas que na última safra alguns terneiros tinham peso abaixo do exigido para esse tipo de comércio, pois eram mais novos, fruto do repasse com os touros, conforme relata.

Nos últimos anos, a exportação de terneiros vivos vem experimentando significativo salto no Rio Grande do Sul e no Brasil. No final de 2020, foi realizado o maior embarque da história do Porto de Rio Grande, quando 25 mil cabeças foram despachadas em um mesmo navio. Os números crescentes só foram interrompidos pelos impactos da pandemia e da crise econômica nos países importadores. O destino de cerca de noventa por cento desses animais é a Turquia, cuja demanda é especificamente pelo gado do tipo europeu que caracteriza o rebanho gaúcho. Outros 10% se dividem entre países como Egito, Líbano e Jordânia. O padrão exigido por esse mercado é o de machos de até 12 meses, com peso entre 180 e 250 quilos, com genética britânica e inteiros (não castrados). Após a viagem, que dura cerca de 20 dias, os animais vão para o engorde.

O fator religioso é elemento importante das características desse mercado. A importação de gado vivo e a exigência desses países por animais não castrados mesclam motivos econômicos com os da fé islâmica. A compra de animais vivos garante, lá, a agregação de valor, fomentando a indústria interna e a geração de empregos, ao mesmo tempo em que garante que os animais sejam abatidos dentro dos princípios do chamado abate halal, ditado pelo Alcorão. Do mesmo modo, a demanda por animais inteiros diz respeito à maior capacidade destes de atingirem o

ponto do abate com maior proporção de carne em relação à gordura, mas também, do mesmo modo, tem a ver com as regras islâmicas de abate que têm no não sofrimento dos animais uma premissa, de modo que não são aceitos animais muito jovens ou que tenham sido acometidos por doença ou que tenham sido submetidos a qualquer tipo de sofrimento, incluindo o gerado pela castração.

Em meio a controvérsias sobre o bem-estar animal em longas viagens de navio e sobre os efeitos das exportações sobre o mercado interno e indústria frigorífica nacional, o fato é que a venda para o exterior de terneiros é uma realidade. Os municípios da Fronteira Oeste e Campanha são a principal origem dos animais com esse destino e isso visivelmente já tem impactos sobre o manejo da fase de cria, a exemplo das mudanças na questão da castração e no período de desmame para se adaptar a essa demanda.

O estabelecimento da família de Rodolfo, embora com vida social significativamente atravessada pelos “tempos do mundo”, não demonstra isso, no entanto, já de cara, em sua fisionomia. Farta de campo nativo, capões de mato e gado pastando livre, a paisagem se mostra econômica, por outro lado, em construções e benfeitorias, acusando o tipo extensivo da atividade que ali se desenvolve. A disposição da sede e demais prédios, apesar de recente, reproduz o antigo feitiço singelo próprio de uma atividade cujo principal insumo é uma oferta natural: Uma casa, galpão guardando basicamente os equipamentos de montaria, e mangueiras onde é reunido o gado maior e menor, rodeadas de alguns umbus que fazem as vezes de sombra. Não fosse o recurso a interlocução, passaria, talvez, despercebida a singular combinação que reveste o lugar: Rodolfo, embora carregue a identidade de um Camponês da Campanha, é um zootecnista, com conhecimento técnico e gestão empresarial de sua propriedade. E, o estabelecimento, embora inspire uma imagem de tempo lento, simplória e de abundante natureza, é um empreendimento especializado na cria bovina, conectado ao mercado e adepto de inovações técnicas, fornecendo regularmente ao comércio animais de corte com qualidade zootécnica, além de lã.

Caso semelhante é o de Nico, nos campos de solos de origem arenítica do Coatepe, pecuarista familiar que, junto da esposa, também toca um estabelecimento especializado na fase de cria de bovinos, além de lã e cordeiro. “A gente faz nascer os cordeiros e vende. Faz nascer o terneiro e vende. É gado de corte e ovelha de corte”, segundo define o produtor. Atento ao mercado, ele vem em um processo de

padronização zootécnica de ambos os rebanhos: raça Merino nos ovinos e Braford nos bovinos:

O rebanho é merino. Todo padrão. O que não tinha eu fui tirando. Ainda estou no processo disso. De alguma manchinha alguma coisa que descaracterize do merino eu estou tirando fora. E do gado é Braford, eu também estou fazendo isso. O que eu consegui tirar eu já tirei de preto, brasino, eu estou tirando. Essas terneiras que eu fiquei mesmo, tudo colorada, cabeça branca (padrão Braford).

Explicando sua especialização produtiva, o pecuarista diz que é preciso haver uma coerência na escolha do ramo de atuação, esclarecendo que “se tu for fazer o teu canhão dar tiro para tudo que é lado, tu acabas acertando em nada. Tu tens que mirar o teu canhão”, segundo expressa: “por exemplo, assim, eu mirei nas ovelhas e estou tentando fazer um rebanho bom. Eu mirei no gado e estou tentando transformar o gado tudo furta-cor que a gente tinha em Braford, que é para manter um padrão, pra manter a qualidade”.

No sistema pecuário de Nico, mesclam-se práticas mais tradicionais e inovações. No manejo reprodutivo, por exemplo, ele se mantém na monta a campo (“natural”), segundo conta. O produtor diz que até já experimentou a inseminação artificial, mas que em sua condição, trabalhando basicamente sozinho, não foi uma opção compensatória. “Uma que a mão de obra é muito complicada, o manejo dos animais é muito complicado, ter que estar encerrando todos os dias, muito estresse, muita coisa, não deu para mim. Na época de monta eu solto ele (o touro) aí e deu pra bola!”, explica.

Por outro lado, em aspectos como o manejo do campo nativo, o produtor rompe significativamente com certas práticas tradicionais na localidade. Ele conta, por exemplo, que no Coatepe era muito comum e, em certos casos, até hoje, existe a prática da queima dos campos, geralmente em agosto, para a brotação de pasto novo em setembro. Em toda essa zona dos campos onde aflora a formação Botucatu, historicamente, essa prática teve a ver sobretudo com o combate ao capim-limão, gramínea que, embora nativa, é considerada ruim ao pastoreio. Nico, no entanto, pouco tempo depois que chegou à localidade, abandonou o costume, substituindo-o pela roçada estratégica: “Eu nunca mais queimei o campo aqui. Eu roço, tu estás vendo aí que está roçado ali? Olha lá ó. Eu roço o campo”, defende.

Segundo conta, sua adoção à roçada se deu por influência das práticas de uma propriedade que visitou no município de Cacequi, há mais de uma década, em uma região de campos arenosos, semelhantes aos do Coatepe. Com essa prática, somada ao complemento com pastagens artificiais tanto no inverno quanto no verão, Nico avalia que houve significativo aumento de produtividade por área nos pouco mais de 120 hectares da família:

eu dobrei a lotação depois que começamos a roçar, que eu comecei a cuidar do campo, eu dobrei a lotação do campo, eu dobrei a produção de bicho. Eu tenho, em 66 hectares que é essa área, primeira área, que é da casa aqui, tenho 50 e poucos bovinos e tem cento e poucas ovelhas, e dando cria. Ano passado eu fiz 42 terneiros em cima dessa área de 60 e poucos hectares. E ainda tinha mais vacas, que algumas não deram cria.

Com esse manejo, o pecuarista diz que, inclusive, tornou-se dispensável o acréscimo extensivo de área que praticava por via do arrendamento junto a terceiros, pagando por cabeça bovina em pastoreio, prática que, segundo ele, custava-lhe mais tempo, dinheiro e mão de obra, pois a área ficava no Cati, distante da propriedade. “Tu tinhas que ir lá duas, três vezes na semana. Para trazer de lá era duas horas a cavalo para vir e duas horas pra levar os bichos. Aí, então, assim ó, o rendimento não era aquele satisfatório”, comenta.

Inúmeros foram os cultivares de pastagem artificiais já experimentados por Nico no estabelecimento. Mas, entre todas elas, considera melhores as que utiliza no momento: a aveia, o sudão e o aries. “Aqui em casa tu pode ter certeza: se eu mover o trator para plantar eu vou plantar sudão ou vou plantar aveia. E se eu tiver dinheiro para plantar a semente do aries eu vou plantar o aries”, define. Entre as outras cultivares que já experimentou estão o azevém e, inclusive, a braquiária. Do azevém, o pecuarista diz não gostar por ser mais demorado. Da braquiária, diz que ainda deve ter algum pé na propriedade, pois segundo conta, “a braquiária não morre bem assim”.

Bem diferente, no entanto, é a avaliação que faz de suas preferidas. Considera ser o aries a melhor de todas as pastagens. “É um pasto feito pela Matsuda. O troço dá da altura dum cavalo e é palatável o tempo todo, não endurece, não faz nada. Tu botas as vacas caindo nele e quando tu vês as vacas estão gordas”, diz. Já a aveia que utiliza é a ucraniana, também chamada de aveia crioula, de fertilidade tal que “se tu atirares um balde d’água aí, amanhã ela está brotada”, conforme brinca o produtor. Essas forrageiras exóticas são semeadas em cerca de 8 hectares da propriedade.



Quando de nossa visita, que foi no final de agosto de 2019, já havia sido consumida pelos animais uma área de 5 hectares de aveia, dividida em dois piquetes. A mesma área seria plantada, em seguida, com o capim sudão, para o verão. Outra área, um pouco menor, já estava semeada com aries, que é uma forrageira híbrida obtida de cruzamento artificial. Na ocasião, Nico estava planejando, para o próximo ano, aumentar mais uns 5 hectares de área cercada com pastagem.

A produção resultante de todo esse processo é escoada, sobretudo, através da venda coletiva. É aí que entra um importante diferencial da condição de Nico como pecuarista familiar na localidade, que é a existência da Associação dos Produtores do Butiazal, outra das mais expressivas “repaginações” na vida pastoril com as quais nos deparamos na pesquisa. Apesar do vínculo comunitário não ser recente e da existência, há anos, de certo associativismo informal, a formalização da Associação se deu apenas em 2018, com a expedição de CNPJ. Para isso, foi fundamental o trabalho de entidades como a Emater e o Senar. A Feira de Terneiros de Quaraí é o principal canal de comércio dos produtores da Associação. Nico explica que até existem outros mercados, mas a Feira ganha preferência exatamente pela possibilidade de fazer lotes coletivos a serem expostos em pista onde se reúnem muitos compradores, possibilitando melhores preços e menores riscos, já que sempre vendem todos os lotes. Da comunidade, seguidamente saem lotes premiados por peso e melhor valor de venda:

Nós estamos fazendo os lotes para a feira e nós estamos tentando vender tudo igualzinho os terneiros, bonitinho. Fizemos quatro lotes juntando aí para a feira esse ano, juntando dois três de um, quatro, cinco de outro, para fazer um lote vermelhinho lá e ganhar no leilão. Entendeu? Os lotezinhos que foram daqui foram os mais bem vendidos da feira. O ano retrasado eu fiz o lote mais pesado da feira.

Para além dessa vantagem no âmbito da comercialização, o pecuarista cita inúmeros outros benefícios do grupo formalizado da Associação, entre os quais estão, por exemplo, a economia gerada através da aquisição coletiva de insumos, a possibilidade de acessar recursos de origem pública ou privada, a própria vida em comunidade e o sentimento de grupo que vai se estabelecendo, e, sobretudo, o acesso a saberes técnicos em diversos temas relacionados à produção agropecuária. Seria dizer, o advento da Associação é ele próprio uma expressão de repaginações

na vida pastoril local – considerando a existência de certa reticência histórica regional a certas formas associativas – que, por sua vez, induz uma série de outras inovações.

A qualificação técnica e suas repercussões sobre os sistemas produtivos, por exemplo, é citada por Nico como o principal benefício da Associação. “Nós fizemos muitos cursos, o aprendizado melhorou bastante depois que a Associação começou a funcionar bem. Começou a ficar bom”, frisa. As atividades vão desde curso de manutenção de máquinas agrícolas, passando por oficinas de reconhecimento de campo nativo até práticas de manejo, entre outras. Como exemplo da importância desses aprendizados, Nico cita uma difícil, mas eficiente mudança que fez em sua forma de manejo das ovelhas a partir dos novos conhecimentos adquiridos, que foi a adoção da prática da tosa pré-parto, também chamada de esquila de inverno. A mudança é classificada por ele como difícil, porque envolve o rompimento com uma lógica enraizada, herdada de gerações.

Até tu implantar na tua propriedade, vai longe. Vai longe porque o teu pai não fazia assim, a tua família não fazia assim. Deus o livre: eu estou tosando no inverno. Meu rebanho eu tosei fim de maio, início de junho. Se o meu pai fosse vivo eu jamais ia fazer um negócio desses, nem com a banda tocando. Entendeu?

Nico conta que precisou participar de várias dessas ocasiões de aprendizado técnico para conseguir se convencer da mudança. Foram, segundo ele, três anos em processo de assimilação até a tomada de decisão. “Eu custei. Eu participei de várias coisas para conseguir chegar no dia de dizer assim: tchê, vamos tosar no inverno e vamos experimentar”, recorda. A prática dessa tosquia pré-parto é associada pelos técnicos à melhora da sobrevivência dos cordeiros ao nascer, bem como ao aumento de seu peso de nascimento e ao maior ganho de peso até o desmame, entre outros ganhos produtivos. Os efeitos da técnica, monitorados de perto pelo pecuarista, são explicados em detalhe:

Realmente, o animal fica menos molhado, fica menos lã. Eles pastam mais. Eles caminham mais no campo atrás de comida. Protegem o filho. Eles já procuram um lugar para dar cria que não tenha tanto frio porque elas também estão com frio. E, assim ó, o cuidado delas com o cordeiro: se ela está com aquele monte de lã ela não está nem aí, ela está com aquele cobertor em cima, o cordeiro que se lixe. E até o animalzinho, teve vários casos - comigo aconteceu - de eu olhar e achar que o cordeiro estava mamando e na verdade ele estava chupando lã. Mesmo que faça a limpeza pré-parto aquela que a gente faz, mesmo que faça tudo isso, tem lã no bicho e aí tu corres o risco de acontecer isso. E, assim, ela estando limpinha, ela vai embora, não tem. E outra, pensa naquela camada de lã molhada, quantos dias de chuva teve

agora no nosso inverno? Então os bichos se sentavam, deitavam, ficavam todo o dia quieto porque com aquela chuvarada. E, elas sem lâ dão uma sacudida estão secas. É outra situação.

Na ocasião de nossa visita, Nico disse que também estava construindo um galpão que seria destinado à parição das ovelhas, outra benfeitoria relacionada às qualificações a que teve acesso. “Então, assim, a situação é essa. Essa foi a parte importante da Associação”, finaliza ele, referindo-se às melhorias oriundas dos aprendizados técnicos.

Até 2019, a Associação dos Produtores do Butiazal contava com entre 15 e 18 pecuaristas, segundo informações de Juremir, que atua na comunidade como técnico extensionista. Ele cita como um dos principais desafios para a sustentabilidade da organização e da própria pecuária familiar desenvolvida na comunidade a questão da sucessão. “Os pecuaristas estão envelhecendo e têm pouca sucessão. Nem todos têm herdeiros para deixar que tenham o perfil de tocar a propriedade”, avalia o técnico. Aliás, a vida pastoril regional, em sentido amplo, já vem há muitas décadas em um processo de esvaziamento, masculinização e envelhecimento particularmente acentuado em comparação a outros tipos de sistema agrário (COSTA et. al., 2013).

Expressão inversa a essa realidade é, no entanto, uma cena que vivenciamos no Coatepe, em nosso último trabalho de campo, em 2021. Do corredor, avistamos ao longe um homem e uma menina da faixa de apenas uns 5 anos de idade que vinham conduzindo a cavalo um lote de vacas e terneiros no campo. Saberíamos depois que eram pai e filha. Na divisa entre dois potreiros, o pai apeou e passou a orientar com gestos a filha para que induzisse o gado a cruzar o acesso para o outro campo (Fotografia 25). A cena tinha todos os ares de uma aula, e, a menina, apesar da pouca idade, já demonstrava grande destreza na realização da tarefa. A imagem nos fez pensar exatamente sobre esse gargalo local da sucessão e sobre o quão flagrante de uma cuidadosa preparação para ela parecia ser aquela cena.

Já sabíamos, também, através de Juremir, que quem exerce a presidência da Associação é exatamente uma mulher, jovem e sucessora de seu pai no pequeno estabelecimento da família. Ou seja, a liderança do grupo é uma representatividade diametralmente oposta a esse meio envelhecido, masculinizado e com dificuldades de sucessão. Ainda que a presença de mulheres gerindo e/ou lidando diretamente com o gado não seja novidade – sobretudo internamente entre os que vivem o

universo pastoril há gerações – parecem ser bastante novas, por outro lado, as condições que se colocam para o seu protagonismo.

Fotografia 25 – “Lida de pai para filha”. Março de 2021, Coatepe, Quaraí, RS.



Fonte: Registro do autor em trabalho de campo.

As famílias estão menores e, por isso, é menor o leque de possíveis sucessores ao mesmo tempo em que é necessário que alguém continue. Paralelamente, a qualificação técnica e, em geral, os níveis de escolarização vão contribuindo para o rompimento de antigas barreiras de gênero e as mulheres jovens rurais vão tendo menos problemas em empreender, liderar e interessar-se por essa ou aquela atividade independentemente de qual seja. Em vários âmbitos da sociedade são tensionados e desconstruídos certos estereótipos e papéis de gênero com influxos que incidem sobre as comunidades rurais que, mesmo nos rincões do rural profundo, já não vivem mais isoladas. De modo que, no Coatepe e, em geral, entre os pecuaristas familiares das localidades que formam a Associação de Produtores do Butiazal, os rearranjos de questões de gênero e o aumento do protagonismo das

mulheres parece ser também uma dessas repaginações da vida pastoril que se operam na busca pela reprodução social.

Assim, os vários exemplos trazidos nesse item apontam que o Alto Quaraí, como reduto pampiano onde ainda impera a vida pastoril, não é, no entanto, simplificarmente um reduto da “pecuária tradicional” ou, genericamente, de uma atividade incipiente, rústica ou rudimentar. Enquanto deixa de acolher muitos feixes de vetores já dominantes em outras paragens circunvizinhas, recebe, ao seu modo, uma série de outros. Como em todos os lugares, a particularidade com que ali se arranjam o local e o global, a verticalidade e a horizontalidade, é o que dota esse confim pampiano de individualidade. As modernizações são diversas qualitativa e quantitativamente, permeadas de coexistências, mesclas e hibridismo com o antigo. De modo que, da dicotomia entre pecuária tradicional, de um lado, e pecuária moderna, de outro (FONTOURA, 2000), as expressões que mais notadamente observamos no Alto Quaraí não são nem uma e nem outra. Parecem se situar, na verdade, ao longo de diversos pontos intermediários entre esses extremos.

### **3.3.3 Quando o novo são ameaças: a falta de braços e o abigeato, as invasoras e os parasitas**

Anteriormente, no capítulo da metodologia, citamos a assertiva de Duncan (2004, p. 97) de que “[...] nem tudo que é real e/ou tem poder causal pode ser observado ou experimentado”. Pois, sabe-se já que, no Alto Quaraí, o avanço da soja não é o principal evento causador de transformações, ao contrário do que já ocorre em grande parte do Pampa. Não há, ali, portanto, ao menos de forma disseminada, a presença de novos objetos que denunciem fisionomicamente grandes metamorfoses, com efeito visual altamente impactante de substituição da paisagem pastoril e sua vida por outras formas-conteúdo. Numa leitura apressada, isso poderia levar a pensar numa pretensa ausência de ameaças significativas aos seus elementos naturais, à sua biodiversidade e à própria reprodução da pecuária extensiva em campo nativo.

No entanto, eis aí o limite da observação pura e, eis aí, também, um bom exemplo da importância de se deixar falar as vozes locais, daqueles que vivem a paisagem: “Tem muita coisa que acontece na noite e que a gente não vê. Só vai ver na conta depois, que não fecha”, fala-nos, por exemplo, Ado, referindo-se ao abigeato. Ele cita o roubo de gado como uma das características – neste caso, problemática –

mais marcantes dessa zona do Alto Quaraí, sobretudo nas suas localidades mais lindas ao Uruguai. Sua fala é bastante representativa disso que nos plantea Duncan (2004), na medida em que traz um dado que é parte da vida pastoril local, tem poder causal sobre vários de seus aspectos, mas que não está exposto na paisagem, embora explique algumas de suas dinâmicas. Ora, se quem é atingido pelo abigeato “só vai ver na conta depois, que não fecha”, estamos falando de um problema com incidência sobre as condições de reprodução social na pecuária extensiva, e, portanto, com influência sobre a função que sustenta essa paisagem.

Um de nossos interlocutores, trabalhador de estâncias aposentado e pecuarista familiar na Coxilha Seca, localidade das Andorinhas, utiliza um termo bastante representativo do quão presente e frequente é o problema. Diz ele que “coopera” seguidamente com alguma quantidade de gado levada pelos ladrões, no sentido de que se trata praticamente de um tributo que “paga” para reproduzir a atividade na localidade, dada sua constância. O produtor revela ainda que as pessoas ali penam muito, pois os “campos duros” da região sofrem demais com as estiagens estivais e quando contam com um verão transcorrido em condições normais, em que os animais se mantêm em bom estado, os abigeatários “levam”.

História parecida é contada também por Robert, no Marco do Araújo, sob a linha de fronteira seca com Uruguai, dorso da Coxilha Negra. O roubo de gado é citado pelo produtor como o ponto mais negativo da vida que leva ali, conforme expressa: “Negativo é esses ladrões que incomodam né. Te roubam uma vaca, te roubam um boi, te roubam uma ovelha. Tem uns loucos aí que roubam até galinha, cachorro”, reclama ele. Tal é o grau de perturbação causado pela incidência desse delito na vida do produtor que ele cita entre as mudanças mais positivas que vivenciou ao longo dos anos na localidade o advento do telefone celular, que permitiu aos vizinhos se comunicarem, monitorarem a área e controlarem o movimento, prevenindo a ação dos abigeatários. É flagrante na fala do pecuarista o estado de alerta como parte do próprio dia a dia da vida e do trabalho na localidade, o que parece incluir, não raro, a necessidade de estar preparado para eventuais encontros com a ação dos abigeatários: “Tu não podes te regalar e nem acender lanterna e coisa, tem que ter técnica”, explica ele.

De fato, permeia esses campos e corredores um evidente ar de discrição, desconfiança e vigília. A arraigada incidência desse crime é associada exatamente à possibilidade de praticá-lo de forma pendular, furtando-se os animais de um lado da

fronteira e carregando-se para o outro lado. Uma prática associada, portanto, ao “contrabando” e cheia de meandros de difícil esclarecimento. Rodolfo, do Espinilho, por exemplo, classifica como um problema, sobretudo, geográfico: “A nossa questão é territorial né, por causa do Uruguai”, segundo afirma. De modo que, a recorrência e os prejuízos que causa, chegam a influenciar, na visão do produtor, a própria forma de condução das atividades produtivas, a especialização em uma ou outro tipo de criação e, em certos casos, inclusive, a decisão por abandonar a atividade:

Tem muita gente que deixa de criar e arrenda. E as pessoas às vezes de fora, não sabem a realidade e vem igual, vem tentar igual. Mas o abigeato muda muito o jeito. E muita gente mesmo, aí tu fazes um melhoramento dum gado, uma coisa, e aí te levam. Então tem gente que (diz): não, não vou investir, deixa assim, cria isso aí e está.

Enquanto para alguns, chega-se a um ponto em que a desistência e posta das terras para arrendamento ou venda se torna a saída mais viável, para outros, a criminalidade no mínimo desencoraja o investimento, atuando como fator de manutenção de uma pecuária tradicional. Para outros, ainda, a saída pode ser a especialização apenas nos bovinos, tal como vimos em alguns casos em Quaraí, desfazendo-se a criação de ovelhas, mais vulneráveis aos abigeatários pela maior facilidade “logística”. Outros, ainda, têm no fator abigeato um elemento importante em sua decisão de migração para a pecuária leiteira, por exemplo. Todos esses são exemplos de mudanças com impacto sobre a paisagem e que têm no invisível, mas onipresente, crime do abigeato, um fator causal.

Citando como exemplo a Coxilha Negra, Rodolfo diz que “muita gente desistiu daquela região ali por causa disso”, evidenciando essa localidade, talvez por sua condição de marcador de fronteira aberta, seca e remota, como um foco do abigeato. De fato, não são poucos os casos citados em entrevistas e interlocuções que haviam ocorrido ali. Eduardo, por exemplo, lembra de uma situação que lhe chamou atenção durante uma cavalgada pela Coxilha, junto a um grupo ligado ao meio nativista:

Tem um campo ali, vai pela estrada da linha, no corredor, tem um campo que tem uma cerca no chão e tem um Marco, e, pra baixo, umas canhadas, assim, lindo! Um cerro, um mato! Ali parece que tem umas duas ou três quadras de campo vazias, sem cerca, campo aberto. Porque era dum - o Ávila me disse de quem é aquele campo ali - dois velhos que tinham um mercado aí, não sei o que, e cansaram de tanto que roubaram deles. Tchê, roubaram tudo deles, o abigeato. Aí um dia derrubaram a cerca e deixaram. Aí os vizinhos botam gado ali e tiram de noite. Tchê, eu nunca tinha visto, mas um campo aberto no corredor assim! Tchê, cria quem quer ali.

Tal é o peso dessa incidência que acaba refletindo na avaliação dos imóveis da localidade no mercado de terras, conforme explica Antônio, corretor de Santana do Livramento: “região perto da linha divisória é barata também, porque tem mais roubo de gado, roubo de ovelha né. Então, apesar de ser campos melhores (qualidade forrageira), eles são um pouco mais baratos por causa disso”.

Como se não bastasse enquanto infortúnio, o abigeato é, no entanto, apenas um entre outros vários desses problemas mais discretos do ponto de vista da fisionomia da paisagem, mas que aparecem latentes quando se recorre às vozes locais. Um deles, aliás, relaciona-se ao abigeato por deixar vazios populacionais que acabam facilitando essa prática: o êxodo rural e a escassez de braços na reprodução da pecuária. A palavra escassez e suas variantes foi uma daquelas que permearam as interlocuções e entrevistas da pesquisa, quase sempre se referindo à progressiva diminuição tanto de gente vivendo quanto de braços disponíveis para o trabalho.

Embora não se trate de uma transformação das mais evidentes à observação simples em trabalho de campo, ainda assim deixa suas marcas, seja nas emblemáticas taperas ou, ainda, no que parece ser uma certa reconstituição das vastidões despovoadas que tanto marcaram a percepção dos viajantes europeus oitocentistas nos albores da dominação luso-brasileira da Campanha. “Parece que está retornando os tempos de antes que tinha pouca gente”, nos diz, por exemplo, Eduardo, ao ser perguntado sobre o que considera como mudanças significativas que vêm ocorrendo. “Na estrada tem gente passando toda hora, mas da cerca para dentro tu não vê, não enxerga mais gente. Os que estão são velhos, muita gente velha”, observa o artista.

No Coatepe, o extensionista Juremir já havia mencionado que a dificuldade de sucessão frente ao envelhecimento é hoje um dos maiores gargalos para a reprodução socioeconômica dos pecuaristas familiares e, por extensão, para a própria Associação formada por eles. Nico, por sua vez, cita o progressivo envelhecimento, falecimento e êxodo de vizinhos como uma das principais modificações que percebe na localidade:

Tem a mudança assim: aquela casa tinha gente, aquela outra casa tinha gente, essa aqui da frente tinha gente, mas foram ficando velhos, morreram e os filhos foram embora. Venderam os campos, venderam tudo. Os filhos foram tudo embora. Tem uma casa, aquela que está lá ó, são três filhos, o velho morreu agora bem a pouco. Já tem um dizendo que vai vender o pedaço



de 4 hectares. Isso significa que os irmãos vão ter que ir junto, quem é que vai ficar com 4 hectares?

No Espinilho, um de nossos interlocutores, pecuarista familiar, também vai nessa mesma linha, dizendo que o que mais mudou ali é que tem cada vez menos gente. Nascido e criado na localidade, o senhor, hoje aposentado, foi peão e domador e trabalhou em várias estâncias da redondeza. Segundo nos conta, nos tempos de antes, as estâncias tinham várias funções, como caseiro, cozinheiro etc. e, hoje em dia, são poucas as que têm cozinheira, por exemplo. Diz ainda que, antigamente, o comum era que houvesse capataz nos estabelecimentos, sendo que os peões obedeciam a ele, enquanto hoje as ordens são recebidas pelo telefone ou pelo rádio diretamente do patrão na cidade e que o mais comum é haver um só peão para cuidar de muitas quadras de campo. Atualmente ocupado de seus cavalos e de sua pequena criação de bois, ovelhas, porcos e galinhas destinados ao consumo e à venda quando precisa de dinheiro, o experiente campeiro diz que já não pode caminhar muito e nem ir muito longe a cavalo, pois tem problema em uma perna. Fala que as lides da pecuária mudaram muito e que muitas das coisas que sabe já não servem mais, que antigamente a coisa era mais na “brutalidade”.

Vizinho dali, também no Espinilho, nosso entrevistado Rodolfo, pecuarista de porte médio, diz que “o pessoal de campo já está mais escasso. As famílias de campo já estão mais escassas”, conforme expressa. Ele avalia que a mão de obra para a pecuária extensiva diminui cada vez mais, porque não há renovação geracional como antes:

os antigos vão parando ou morrendo e não estão passando isso aí ou não está dando tempo de passar, porque eu me lembro quando eu era criança, guri, eu queria vir pra campanha, hoje em dia são poucos que querem vir. É jogo, é isso, aquilo, tem muito mais coisa para fazer lá do que aqui. Então aí como é que tu vais ensinar uma pessoa, uma criança?

Na avaliação de Rodolfo, a situação é bastante complicada e, segundo projeta, sua geração será a que vai vivenciar, de forma mais pronunciada, o problema da escassez de mão de obra. Na opinião do produtor, ainda que sua atividade seja conduzida em um padrão empresarial, trata-se de uma atividade extensiva de cria, e isso tem implicações sobre o tipo de mão de obra que demanda e sobre o teto salarial que é capaz de comportar:

A nossa atividade, se o cara vai tocar como empresa, o que uma empresa faz? Tu vais pedir um currículo, tu vais dizer que tu precisas de vagas, vai ter gente trazendo currículo, tu vais estudar o currículo da pessoa, se realmente ela tem uma qualificação, e a nossa atividade, por mais empresarial que seja, é extensiva ainda, não adianta. O cara tem que ter veterinária, tem que ter agronomia pra trabalhar comigo? Não. Até porque não vai comportar o salário, entendeu?

Ainda que tecnicizada em muitos aspectos, essa é uma atividade para a qual ainda é útil boa parte do repertório de saberes-fazer geracionais herdados da antiga vida pastoril, ou seja, daquela mão de obra que se tornava especializada pela própria experiência vivida, passada como tradição. E, é por esse tipo de serviço campeiro, basicamente, que o estabelecimento pastoril extensivo, permeado de rugosidades, pode pagar. Ocorre, no entanto, que é exatamente esse tipo de ofício que vem se tornando mais escasso, na medida em que há o envelhecimento e falecimento do antigo pessoal, sem a devida reposição. Um resultado, aliás, do movimento de gerações lançadas ao êxodo rural na esteira das crises da pecuária extensiva e da própria simplificação das tarefas campeiras nas sucessivas tecnificações. No estabelecimento da família de Rodolfo, ele oscila entre temporadas em que permanece sozinho acumulando funções e as que consegue manter um trabalhador fixo.

Por fim, no Passo do Geromito, o peão de meia idade Dioclécio faz o mesmo tipo de avaliação, mas do ponto de vista do trabalhador assalariado rural. Filho de peão campeiro e com um filho seu também já na profissão, ele converge, no entanto, para a mesma avaliação de que “está se terminando o homem de campo”, segundo expressa. Em seu ponto de vista, habituados à vida urbana, os jovens já não renunciam a certas amenidades, de modo que, a depender do “custo-benefício” da empreitada rural, já preferem outras atividades:

O homem que trabalha de campo aí hoje está raro. Essa gurizada não quer né. Onde já não pega internet já não tem peão né. Tu chegas aqui já está tapera. A gurizada já não quer né. A primeira coisa, tu vais pegar um rapaz pra trabalhar contigo, mais novo aí, dessa gurizada mais nova aí, de vinte e poucos anos, perguntam: pega telefone? Pega. Pega internet no celular? Não. Ah, já não querem.

Na avaliação do trabalhador, um ponto negativo que acaba influenciando essa condição é a remuneração, que considera ainda baixa, sobretudo, se for considerado que, muitas vezes, o campeiro tem que arcar com despesas relacionadas ao próprio

trabalho, conforme explica: “o pessoal é muito mal remunerado no campo né. Tu gastas né, um par de botas hoje, qualquer botinha aí pra ti trabalhar e não te dura 30 dias. E arreio e coisa que tu gastas no campo né”, diz ele.

De outro lado, para o universo da maioria de estabelecimentos pequenos e médios que operam dentro dos limites de rentabilidade de uma pecuária extensiva, a avaliação corrente é de que a mão de obra está cara como escassa: “hoje tu não tens mais quem queira trabalhar, está difícil. Aliás, até tem, mas é caro. A mão de obra hoje está cara para pequena propriedade. Se tu precisares de alguém para te ajudar é 100 reais, 80 a 100 reais o dia”, avalia, por exemplo, André, do Cerro Chato. Sucede, assim, um desencontro de mãos entre a expectativa dos trabalhadores e a oferta remuneratória desses estabelecimentos.

O esvaziamento-escassez de braços e o abigeato são duas ameaças de face humana-territorial à reprodução da paisagem pastoril. No entanto, há outras duas, de marcado caráter ambiental, também amplamente recorrentes entre entrevistados e interlocutores. Trata-se das chamadas espécies invasoras: o javali e o capim anoni. Tão ausente na paisagem pastoril quanto influente sobre sua dinâmica social é o problema representado pela proliferação do Javali Europeu (*Sus Scrofa*). Nativo da Europa, Ásia e norte da África, o javali foi introduzido no Pampa para fins cinegéticos por fazendeiros do Uruguai e da Argentina, em estabelecimentos específicos desses dois países, no início do século XX. No entanto, desses pontos iniciais, por escape ou por soltura, tomou liberdade pelo Pampa e, na ausência de predadores naturais, com abundância de comida e esconderijos ao longo das matas de galeria e capões de mato nativos, o porco selvagem prosperou.

Com alimentação onívora, as manadas foram procriando aceleradamente e expandindo-se extensivamente, impactando a fauna e a flora nativas, inclusive com repercussões sobre processos erosivos no solo e sobre o assoreamento de corpos d'água. Atraídas por alimentos e resíduos descartados pelas atividades humanas, chegaram às propriedades rurais, cruzando-se com porcos domésticos e domésticos asselvajados, tornando-se ainda mais prolíficos, dizimando lavouras e atacando criações de ovelhas. Portadores de várias doenças, os javalis passaram a ser considerados também um risco sanitário, seja para rebanhos domésticos, fauna e seres humanos. De modo que, no Uruguai, a espécie já é considerada praga nacional desde a década de 1980.

Seja por entrada espontânea pela fronteira ou por introdução, o mais aceito é que seriam basicamente dessa origem os javalis e seu híbridos (“javaporco”), hoje já presentes massivamente na parte brasileira do Pampa e que, agora, fazem parte da realidade – neste caso mais uma vez problemática – de sua vida pastoril. Tal como a ação dos abigeatários, é esse outro dos problemas que, como destacou Ado, “acontece na noite e que a gente não vê”. Pois, de hábitos noturnos, o javali normalmente não é visto, não está exposto na paisagem, mas é outro fator com poder causal sobre as condições de reprodução social na pecuária extensiva.

No Coatepe, enquanto defende que o Pampa “é a nossa casa”, e “o nosso habitat natural” e que devemos “cuidar do que nós temos”, o pecuarista familiar Nico faz um alerta: “se o Rio Grande do Sul não tomar uma providência urgente nós vamos se transformar em anonni e javali. O javali está aí assim ó, aí nesses matos já tem javali”, chama atenção o pecuarista. Por sua vez, Rodolfo, do Espinilho, recorda que, no início dos anos 2000, quando recém a família se instalava na localidade, já se comentava sobre a presença dos javalis. No entanto, como, naquele momento, o problema ainda era pouco evidente, a questão era tratada meio que como caso. “Ninguém acreditava naquilo. E os antigos daqui falavam: aqui tem javali, aqui tem javali, eu já vi. E, claro, hoje em dia tem”, rememora o pecuarista.

Segundo conta esse produtor, o problema foi se tornar mais claro alguns anos mais tarde, quando já havia assumido a gerência da propriedade da família. “Quando eu entrei tinha. Eu via bastante e tinha. Batiam muito. Até mataram um pouco de ovelha”, afirma ele. No entanto, Rodolfo assegura que, hoje, já praticamente não sofre mais com a presença do porco selvagem e acredita que parte disso é fruto do manejo que dedica às ovelhas, preservando sua nutrição e sanidade. “Eu comecei a melhorar a tecnificação, então foi difícil tu enxergar bicho fraco, caindo, entendeu?”. O produtor associa parcela importante das perdas dos pecuaristas por ataques de javalis, sobretudo de ovelhas, à presença de animais deixados no campo em mau estado de saúde. “Muito eu acho também que é assim ó: tem gente que vê, que diz: não! O javali pegou, matou, eu vi matar! Mas aí tu vais ver o estado do animal, o animal tá debilitado, fraco, caído”, opina.

Para o produtor, o crescimento da caça ao javali na localidade também contribuiu, ainda que ele próprio não pratique, segundo conta, por herança de seu avô que tampouco se interessava pela prática. “Então não vi mais ataque. E diminuiu bastante fuçada deles, que o cara enxergava, diminuiu muito. O cara já não enxerga.

E eu acredito, também, por causa da caça, seguiu um pouco. O pessoal está caçando”, conclui. O controle do javali é permitido no Rio Grande do Sul desde 1995. No Brasil, a caça é legalizada desde 2013, quando o animal foi declarado exótico invasor e nocivo às espécies silvestres nativas, aos seres humanos, ao meio ambiente, à agricultura, à pecuária e à saúde pública<sup>34</sup>. Em 2019, foi regulamentado o uso de armas de fogo, de arma branca e de cães para realizar o manejo, além do uso de armadilhas do tipo jaula ou curral<sup>35</sup>. A caça e o abate ainda é a única forma de combate ao procrio desenfreado dos animais, sendo variável apenas o método utilizado no controle.

A localidade do Passo do Geromito, não muito distante do Espinilho, parece sofrer bem mais com a infestação, segundo evidenciam tanto as falas dos interlocutores quanto os indícios que ali pudemos ver presentes na paisagem como em nenhuma outra localidade. Com densa mata de galeria e permeada de uma fisionomia caracterizada por campos salpicados de árvores e capões de mato, a localidade é um habitat privilegiado para o porco selvagem: “Aqui é o foco deles, esse menino. Se tu saíres pra cá tu achas fuçada deles aí. Forte! Ah, forte!”, nos fala Dioclécio, único peão de um estabelecimento médio, onde é responsável por um rebanho de ovinos das raças Ideal e Corriedale, além de bovinos de cria e recria da raça Hereford.

Ali, a presença mais significativa do problema exige respostas que já se fazem notar na organização dos objetos no estabelecimento: cercas elétricas são posicionadas para criar uma área de exclusão do potreiro dedicado à parição das ovelhas e evitar a aproximação das malhadas; cães pastores maremanos acompanham permanentemente o rebanho ovino no campo; e armadilhas com jaula são estrategicamente instaladas visando ao controle das populações de javali.

O proprietário da estância é membro de um grupo dedicado ao controle da proliferação das manadas, conta-nos Dioclécio. Com sede em Santana do Livramento, a equipe é voltada técnica e cientificamente ao tema do javali, em um esforço de criação e implementação de práticas de manejo. O grupo é entusiasta, por exemplo, dessas citadas técnicas das cercas elétricas e do uso de cães pastores maremanos,

---

<sup>34</sup> Instrução Normativa número 03, de 31 de janeiro de 2013, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

<sup>35</sup> Instrução Normativa número 12, de 25 de março de 2019, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

raça italiana cujo diferencial é a capacidade de viver junto com as ovelhas no campo defendendo o rebanho da ação de predadores e invasores.

No entanto, é sobretudo no método de controle das populações através de armadilhas com jaulas e currais que a equipe tem sua contribuição mais importante, sendo, inclusive, de referência nacional, método recomendado pelo ICMBio e IBAMA em manuais e guias de boas práticas de controle<sup>36</sup>, por sua eficiência e capacidade de manutenção do bem-estar animal. É Dioclécio que nos explica o diferencial do método, ao comparar sua eficiência com a da tradicional busca ativa com uso de cães: “com jaula é melhor que com cachorro porque tu pegas um lote né. Tu vais amansando eles primeiro, depois tu mata. Chega a cair de 8, 12, numa pegada. Mais fácil de pegar. Se tu botares cachorro tu ariscas. Pega um, vai embora cinco, seis. Não adianta”, pondera o peão campeiro.

A combinação dessas várias medidas de controle populacional e prevenção da ação predatória dos javalis gera visivelmente resultados satisfatórios na propriedade. No entanto, isso não se dá sem suas surpresas, sustos e riscos, segundo evidencia as históricas contadas por Dioclécio, que lamenta a ausência do proprietário, que, segundo ele, teria outras tantas para contar. Dentro do galpão do estabelecimento, construção rústica erguida em blocos de basalto, herdada, segundo o campeiro, dos tempos das guerras oitocentistas, uma cabeça empalhada de um javali macho faz as vezes de decoração, dividindo espaço com os aperos de montaria e demais utensílios tradicionais da vida pastoril.

O artefato é uma espécie de memória de “batalha” vivida por patrão e empregado, quando em certa noite, ao ouvirem os latidos dos maremanos, saíram de casa para averiguar o que estava acontecendo e foram surpreendidos pelo ataque de um javali. “Mas um javali bem brabo”, segundo conta Dioclécio, que detalha o episódio: “de noite rapaz, nós saímos, os cachorros estavam bravos, nós achávamos que não era porco, nós achávamos que era cachorro. E nós vínhamos os dois assim, mas não tinha visto, saiu do mato, no meio da sujeira. Aí matamos, está aí a cabeça dele empalhada!”, rememora o trabalhador.

Ali, onde o problema com o javali é generalizado, a discrição de sua ação noturna é rompida e as marcas de sua presença e do combate que ali é travado já podem ser vistas na paisagem. A Fotografia 26, a seguir, foi tirada a alguns

---

<sup>36</sup> Tal como IBAMA (2020).

quilômetros de distância desse estabelecimento, após o passo que dá nome à localidade. As peles de parte de uma malhada desses porcos ferais secavam ao sol, penduradas no alambrado de uma propriedade, como que anunciando aos transeuntes daquele corredor o que se passa naqueles campos.

Fotografia 26 - Marcas de um problema em geral oculto na paisagem. Setembro de 2019, Passo do Geromito, Santana do Livramento, RS.



Fonte: registro do autor em trabalho de campo.

O javali é considerado uma espécie exótica invasora, entendida como aquela que, chegada a uma região por assistência humana, prolifera-se gerando impactos negativos sobre o ambiente receptor. A espécie figura, inclusive, em uma lista que elenca as cem piores espécies invasoras do mundo, organizada pelo chamado Grupo de Especialistas em Espécies Invasoras, vinculado à União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN).

A proliferação do javali se torna problemática hoje, inclusive, em regiões onde é nativo, como é o caso da Espanha, onde pudemos observar. Lá, entre os fatores desencadeantes, está, por exemplo, a desapareção de predadores naturais por ação

antrópica direta ou indireta. No entanto, discute-se, também, a influência das ações do próprio setor cinegético. A caça, lá, como aqui, é fundamental no controle dessa espécie e, os caçadores se apresentam, de fato, como detentores desse papel. Ocorre que a atividade, sendo uma tradição arraigada, especialmente importante nas zonas de dehesas da Estremadura e em menor medida da Andaluzia, é extremamente disseminada. Na Estremadura, ouvimos, por exemplo, que a caça é mais popular que o futebol. Os produtos e serviços cinegéticos, seja a própria atividade de caça, seja a produção de carne tida como de pureza e qualidade diferenciada, são hoje uma das principais fontes de renda das dehesas, ao lado da atividade pastoril extensiva, da exploração florestal e das atividades turísticas.

De modo que, apesar da abundância natural de javalis vivendo nesse que é um de seus habitats de origem, a existência dessa verdadeira indústria cinegética acaba influenciando acréscimos externos que ajudam a aumentar a população e diminuem o efeito da caça sobre o seu controle. São feitas, por exemplo, recargas de campos de caça com animais oriundos de granjas que produzem filhotes para esse fim. Cruzamentos com porcos domésticos e, inclusive, importações de espécimes oriundos de outras partes da Europa são realizados a fim de obter javalis ou híbridos maiores. Por conta disso, a caça acaba tendo sua função controladora da proliferação do javali ofuscada pela função econômica, desportiva, recreativa e de ócio. O problema do crescimento populacional se instala, assim, naquela que é uma região de ocorrência natural do javali. Para o caso do Pampa, onde o problema é mais grave, esse é um exemplo que fala sobre os riscos que se corre se, eventualmente, o controle do javali deixa de ser o objetivo principal para se tornar mero argumento para a caça esportiva ou outros interesses relacionados.

As Espécies Exóticas Invasoras são consideradas a segunda maior ameaça à biodiversidade global. A primeira é a supressão antropogênica de habitats naturais, tal como a que ocorre agora com o avanço da soja no Pampa. De modo que, no Alto Quaraí, se essa causa principal ainda é em geral barrada pela geografia local-regional, essa outra que vem logo em seguida já avança com velocidade: as espécies exóticas invasoras proliferam e expandem-se enquanto a supressão pela lavoura moderna ainda é contingenciada. E, nisso, o problema da invasão biológica pelos javalis é acrescido por outro que pode ser considerado o seu correspondente vegetal, dada a proporção similar que toma enquanto ameaça: a invasão pelo capim anónni.



Rodolfo, no Espinilho, por exemplo, cita o anonni como um elemento que relativiza a ideia segundo a qual essa região dos campos de solos rasos de basalto é um reduto de conservação do Pampa:

não sei se tu te deste conta na vinda, eu até tenho aqui na frente um pouco, estou tentando combater ainda mas sem químico, só com o uso normal, que é o anonni. O anonni muda totalmente. Tu vês o corredor: era pra ser o mesmo estilo de campo e não é. Tem campos que na tua vinda ali, se tu cuidares, ele já está tomado. E aí ele vai indo, porque ele é inverno e verão, ele vai tomando. Então, dumas coisas também: se o cara parar pra pensar ele está bem avançado. Está mudando muito a (região, o Pampa).

Com baixa qualidade nutricional, e ao mesmo tempo alta capacidade de propagação, o anonni é capaz de competir e, a partir de certo nível de infestação, causar a diminuição das espécies nativas, resultando em diminuição da diversidade da oferta e da qualidade do alimento ao gado. Diante do problema, Rodolfo salienta a importância do manejo na prevenção da invasora. Em certos casos, a preferência do gado pelas nativas facilita a invasão na medida em que o anonni sobra no campo e vai se reproduzindo enquanto as nativas tendem a ser pastadas a ponto de terem diminuídas as condições de competição. Põe-se, tecnicamente em voga, com isso, a questão do sobrepastoreio como um equívoco no manejo realizado pelos produtores que facilitaria a entrada da invasora.

Zootecnista com formação recente, Rodolfo explica, nessa linha, a forma como compreende o controle da espécie, que, inclusive, põe lado a lado com o avanço da agricultura como um dos principais elementos de transformação do Pampa:

O que eu entendo por controle dele: se tu não mexer no campo, dificilmente ele vai te aparecer, assim. Ele pode até pegar um pé ou outro, dois, três, assim, mas (não toma conta). Ele é oportunista, que nem eu aprendi com um professor. Se tu dás espaço, assim, se tu deixares o campo nu, vem ele. E as outras, por mais nativa que sejam, vão sentir o frio, vão sentir a seca, e ele não, ele se adapta muito né. Ele se adaptou a um clima que lá de onde ele é de origem ele nunca ia ter né. Então, eu vejo como uma mudança no Pampa também o anonni. E, também, claro, a agricultura e coisa. E, claro, o maquinário que a agricultura trouxe que a gente não tinha né. Então muda muito.

Enquanto a lavoura da soja, por exemplo, representa a supressão intencional do campo nativo em favor da intensificação e da lucratividade, no problema do anonni ocorre a substituição não intencional do campo, causando, ao contrário, a perda de produtividade da pecuária, com prejuízos sobre a reprodução socioeconômica dos

produtores-estabelecimentos. Se, nas zonas agricultáveis do Pampa, a paisagem e a vida pastoril minguam fundamentalmente sob a lavoura, nas zonas contingentes, como o Alto Quaraí, são as espécies invasoras como o anonni que ocupam esse lugar.

Vizinha ao Espinilho, a localidade do Cerro Chato, por sua vez, é considerada um foco da invasão pelo capim de origem africana. Nessa zona do Alto Quaraí, é ela, visivelmente, a mais atingida. Ali, uma série de eventos históricos são citados como fatores que convergiram para o progressivo agravamento do problema. Quem nos conta a história do avanço local da invasora é André, pequeno pecuarista na localidade, que de início já frisa: “capim anonni é uma coisa que está me assustando”.

A invasão da gramínea exótica no Cerro Chato não é tão recente, datando pelo menos da década de 1980, segundo o produtor. Na época, conforme ele recorda, a espécie ainda permanecia restrita a corredores, acessos e caminhos sulcados pelos carros no interior dos estabelecimentos, bem como junto a uma ou outra estrutura de manejo do gado como as mangueiras, por exemplo. No entanto, uma severa estiagem ocorrida no final daquela década, em 1988-1989 – a mesma, aliás, à qual se atribui frequentemente o início da entrada espontânea dos javalis no Pampa brasileiro vindos do Uruguai, facilitados pelo rebaixamento do rio Jaguarão – teria sido a pivô da abertura de um vetor de infestação na localidade. Na tentativa de salvar os rebanhos, os produtores teriam recorrido aos pastos dos corredores, onde o anonni já marcava presença. Teria sido aberto, assim, o caminho para o transporte de sementes entre o corredor e os poteiros dos estabelecimentos, onde, por sua vez, o campo nativo já se encontrava em condições desfavoráveis de competição em virtude da estiagem e do próprio pastoreio. O avanço da invasão pelo anonni teria ganhado, então, novo impulso, conforme o pecuarista explica no trecho a seguir:

teve umas secas grandes que o pessoal largava o gado para o corredor para pastar né, e aí também já começou a levar anonni pra dentro das propriedades, porque a seca lá (no Cerro Chato), quando dá a seca é (forte). (Em) 1988 a gente teve uma seca que a gente teve que vender todo o gado. As vacas foram deitadas no caminhão, assim. Tipo, levava morrendo. Botava, vendia a preço de banana para não morrer tudo no campo. (O campo) Ficou terra assim, só terra. Essa questão do basalto é delicada. E, bueno, eu acho que dessa data aí, 88, de repente 88 e 89, em virtude da seca, foi uma porta grande, principalmente em função de que os produtores abriram as cercas do corredor e botaram o gado no corredor. Depois disso, teve gente que pegou o corredor, como era uma faixa de domínio federal, era muito largo, o pessoal estreitou o corredor. Botou parte do corredor para dentro do campo, com o capim anonni dentro.

No entanto, na opinião do produtor, a infestação propriamente dita em extensão e intensidade teria ocorrido mais tarde, a partir dos anos 2000, com o processo de instalação do Complexo Eólico na localidade. André se recorda que quando da implantação do empreendimento, ainda não se tinha real noção do risco representado pela invasão da gramínea africana. “Se tinha, mas é aquela coisa: tu achas, tu sabes, mas tu não viveste na carne. Ninguém tinha vivido na carne”, rememora o produtor. Assim, as obras de construção do parque se procederam mediante intensa movimentação de entradas e saídas dos estabelecimentos e de alteração dos equilíbrios até então imperantes nos campos, segundo rememora ele. As constantes transformações, supressões, substituições e acréscimos de objetos do sistema preexistente foram, deste modo, contribuindo para a disseminação da invasora que já circundava ou mesmo marcava presença pontualmente nos campos:

Então, quando tu implantaste o parque, tu entrastes nas propriedades. Tu saíste do corredor, passou no corredor, passou numa área infestada pelo anonni e aí tu vais ter as obras dentro do parque, dentro das propriedades. Tu vais construir, vai abrir vala para botar rede de média tensão, vai escavar plataforma de aerogerador, vai carregar cabo, vai carregar equipamento: é uma linha de entrada! Então a eólica acelerou drasticamente o processo. Na minha casa o vetor foi esse.

O resultado, segundo o produtor, foi o avassalador avanço do capim sobre o campo nativo. Em sua propriedade, ele calcula cerca de 40 hectares que, em uma escala de infestação entre 1 e 5, situa em grau 3, indo para 4. Em algumas manchas o solo chega a estar acima de 90% tomado, segundo conta. “Eram áreas que eram excelentes e que hoje estão...(silêncio). Até hoje está sem gado lá”, lamenta o pecuarista.

Tendo acompanhado todo o processo de intensificação e extensificação do problema, André diz ter dúvidas sobre um eventual papel da sobrecarga de animais em pastoreio, frequentemente apontada como causa importante de infestações pelo anonni. Mais inclinado ao fator Complexo Eólico como causa principal, ele argumenta, tecnicamente, os motivos que o levam a destoar dessa explicação para o caso específico dos campos do Cerro Chato:

Teoricamente a gente pensa assim: áreas sobrepastejadas são mais suscetíveis à infestação do capim anonni, porque o campo nativo está mais fraco, e assim por diante. E, áreas menos pastejadas, o capim anonni vai competir menos com o campo nativo, e coisa. Cara! Eu não tenho essa certeza na minha cabeça, pelo que eu vi lá (no Cerro Chato). Porque as áreas

sobrepastejadas, principalmente com a presença de ovinos, tu tens a formação (naquele ecossistema. Eu estou te falando no basalto) de um entremeado de pasto, assim. O Milton Carámbula, que é um autor uruguaio de manejo de pastagem natural, ele fala assim: a *estructura gramillar*: tu tens uma predominância de espécies prostadas, adaptadas àquele excesso de pastejo e com uma cobertura muito forte do solo: É um tapete de grama. E o que eu percebi ali – isso poderia ser até tema de um estudo – o que eu percebi é que naquela estrutura o anonni não tem tanta facilidade e, quando tu tens muito pastejo, assim, o anonni vai florescer e o bicho pasteja ele. Pasteja, pasteja, pasteja, e ele não consegue se multiplicar. Já nas áreas folgadas (com carga mais baixa) – lá em casa o manejo era bem frouxo – daí ele floresce bem tranquilo no meio do nativo. Apesar de toda a competição, ele floresce e mete muita semente. Isso é uma análise empírica, expedita, sei lá, visual. Agora, se tu quebraste aquele ecossistema ali – Ah, vou passar uma gradezinha pra fazer uma pastagem; ah, vou abrir uma porteira e o gado fez rastro; botou um saleiro - onde quebrou, onde tu rompeste, deu!

Após a construção do Parque, houve o processo de recuperação ambiental, conforme os protocolos. Depois, algumas iniciativas por parte da empresa estatal responsável pelo Complexo, visando ao controle da espécie invasora, todas essas iniciativas das quais André participou. Atualmente, a empresa mantém um Programa de Controle Ambiental e, através de um convênio entre instituições públicas, a expectativa é que se construa uma espécie de pacote de ações de mitigação, segundo conta o pecuarista. “Ajuda! Se sair, vai mitigar um pouco”, avalia ele.

No entanto, o produtor é cético quanto à perspectiva de uma recuperação completa dos campos da localidade. “Hoje eu não vejo uma solução de conseguir voltar para o que era. Eu vejo que vou ter um custo anual sempre”, lamenta. Além disso, relata ainda certa falta de conscientização dos próprios produtores sobre a dimensão desse passivo ambiental, conforme expressa no trecho que segue:

o pessoal não acredita, o pessoal não tem uma real percepção do problema. O gado come, mas eles não se dão conta de que o ganho de peso não é o mesmo. A biodiversidade não é a mesma. A paisagem não é a mesma, é um campo feio, não é aquele campo bonito de basalto. E por aí vai, são vários impactos.

Diferente do javali, que danifica o campo com suas fuçadas e subtrai diretamente animais de criação, o anonni, com todo o problema que representa, ainda assim, é uma gramínea. Seria dizer, o campo invadido por ele, continua sendo uma formação campestre e, sobretudo, o gado a pasteja, ainda que seja parcamente nutritiva. Trata-se, portanto de uma ação mais silenciosa, cujos resultados, não são tão imediatos e impactantes como o representado, por exemplo, pela imagem dos restos de um cordeiro predado no campo, o que acaba, talvez, favorecendo um

amortecimento maior do impacto e, conseqüentemente, da própria reação (Fotografia 27).

Fotografia 27 – Gado pastando em campo infestado por capim-anonni. Agosto de 2019, Cerro Chato, Santana do Livramento, RS.



Fonte: registro do autor em trabalho de campo

Fosse ainda uma zona altamente movida pela precisão do cálculo matemático da pura racionalidade instrumental típica da empresa capitalista, talvez houvesse menor resignação e maior mobilização, na medida em que, numa lógica puramente utilitária, cada perda em eficiência estaria provavelmente “planilhada”. No entanto, o Cerro Chato é uma localidade com significativa presença de pequenos e médios estabelecimentos, movidos significativamente pelo peso das gerações, com motivações de uso bastante ligadas a tradições familiares e, onde, por fim, o cálculo que embasa a reprodução social dos estabelecimentos é menos rigoroso e envolve fatores que vão além da rentabilidade financeira do negócio.

Assim, enquanto os efeitos do anonni não se tornam efetivamente insuportáveis, o caminho que parece ser seguido é o da adaptação. Como destaca

André, “hoje o campo engorda, hoje o campo rende ainda. O anonni, o gado come. Mas eu estou vendo que está (silêncio com significado de ‘piorando a situação’)”. Daí que essas questões relativas às invasoras e, em geral, ao manejo do campo nativo, sejam temas fundamentais para a gestão dessa paisagem pastoril remanescente.

Por fim, também presente na fala dos interlocutores de forma tão ou mais preocupada, aparece ainda uma quinta ameaça, notadamente sanitária, que embora seja velha conhecida dos pecuaristas, vem apresentando renovado potencial de impacto negativo: o carrapato bovino. Trata-se de uma queixa geral dos produtores e um problema citado entre as principais pragas da pecuária do estado. É considerado particularmente danoso no Rio Grande do Sul, devido ao predomínio regional dos rebanhos de raça europeia, tidos como menos resistentes e mais sensíveis ao ataque do parasita. Agrega-se a isso o fato de que os antiparasitários mais comumente usados já não têm tido a mesma eficiência de antes, devido ao desenvolvimento de resistência pelo ácaro. Isso somado à ocorrência periódica de invernos mais amenos e úmidos, que favorecem a sua criação, resulta em aumento da gravidade do problema no estado. A anemia, a redução de peso, a perda de eficiência nutricional e reprodutiva dos rebanhos e, fundamentalmente, a transmissão da Tristeza Parasitária Bovina, são as consequências diretas da infestação pelo parasita, comprometendo significativamente a rentabilidade de produtores.

Rodolfo, por exemplo, classifica o carrapato como um problema de todo o Pampa e um grande obstáculo para a pecuária da região. Desde que assumiu a administração das atividades do estabelecimento de sua família, ele diz que já entrou com protocolos técnicos de manejo no combate ao parasita. Em sua opinião essa é uma necessidade diante da generalização das infestações e que, em geral, “o pessoal hoje em dia eu acho que está se assustando mais e já está procurando mais técnico, pra tentar, porque já não está mais suportando com os conhecimentos que tinha, já não consegue mais acompanhar”, segundo avalia. O criador acredita que muito do agravamento do problema tem que ver com a questão climática (mudança climática) e essa é outra das opiniões que se repetem com grande frequência entre produtores e outros que vivenciam a realidade do campo. Ao mesmo tempo, Rodolfo não descarta o papel de eventuais erros de manejo, notadamente na aplicação de carrapaticida, para a manutenção desse entrave. “Claro, o cara erra às vezes, tentando manejar certo, erra o manejo com o químico né, mas o clima eu acho que está favorecendo muito”, finaliza.

No Coatepe, Nico avalia o carrapato como o principal entrave sanitário para a pecuária, seguindo a queixa geral entre os produtores. “O negócio do carrapato, tem que estar atento, se não vai pro saco”, diz ele. Por outro lado, na opinião do produtor, para esse e outros problemas de saúde animal, não existe melhor profilaxia do que a oferta de uma boa alimentação. “Bicho que está bom de estado, gordo, não pega nada! Não pega carrapato, não pega febre, não pega nada! Agora, bicho que está ruim pega qualquer... até descarga de banheiro!”, garante, com humor, o pecuarista familiar. Eduardo, por sua vez, diz que as maiores despesas dos produtores hoje são as veterinárias. “O gasto maior da produção é com remédio para combater carrapato, que tem muito. Não sei se é o clima que está mudando, quem sabe”, avalia.

Essa diversidade de percepções sobre o problema do carrapato e, sobretudo, a massiva presença mesma desse tema nas narrativas dos interlocutores, atesta sua emergência entre as ameaças à conservação dessa paisagem pastoril do Alto Quaraí. Paisagem esta que, no conjunto do Pampa, é uma de suas últimas mostras menos fragmentadas, cabe lembrar. Abigeano, esvaziamento e escassez de braços. Javali, anoni e carrapato. Ainda que ocultas, amortecidas ou discretas na paisagem, incidem sobre a viabilidade da tradicional função produtiva que dá a sua cara e compõe o seu espírito. São, portanto, temas fundamentais de gestão desse patrimônio.

### **3.3.4 Meandros da convivência entre vida pastoril e produção de energia eólica**

Há uma década em funcionamento, o complexo de parques eólicos de produção de energia que abrange a localidade do Cerro Chato e seus arredores é, talvez, o evento recente mais significativo dessa zona do Alto Quaraí. Representa uma exceção altamente transformadora às relativamente estáveis paisagens dos campos de solos rasos de basalto do reverso da Cuesta.

São mais de 100 aerogeradores, além de subestações coletoras, linhas de transmissão e demais infraestruturas que se estendem dispostas ao longo de cerca de 10 mil hectares. A área abrange além do Cerro Chato, localidades como Cerro dos Trindade, Galpões, Capão do Inglês, Coxilha Seca e, inclusive, parte da vizinha APA do Ibirapuitã, na outra vertente da Coxilha de Japejú (Santana). A capacidade de geração instalada é de mais de 200 MW, suficiente ao atendimento de cerca de 1 milhão de habitantes. Com aerogeradores de 80 a 110 metros de altura, o Complexo transforma a paisagem não apenas na perspectiva de vista das próprias localidades

onde está instalado, mas também de localidades situadas a muitos quilômetros dali, incluindo de vários pontos das cidades de Santana do Livramento e Rivera.

Comparativamente, poderíamos dizer que, em termos de poder de metamorfose sobre a paisagem, o Complexo está para o Alto Quaraí como o avanço da soja está para as paragens de solos aráveis do Pampa, não fosse uma sensível diferença: enquanto a soja é introduzida mediante efetiva supressão e substituição da antiga paisagem pastoril pampiana, as usinas de geração de energia eólica do Complexo parecem se instalar, sobretudo, através de acréscimos a ela, mas conservando-a e mantendo com ela uma singular relação (Fotografia 28).

Fotografia 28 – Tempos coexistentes. Maio de 2018, Cerro Chato, Santana do Livramento, RS.



Fonte: registro do autor em trabalho de campo

Além do que, mesmo paradigmaticamente, a geração de energia através do vento – portanto, uma energia “limpa” e renovável – diferencia-se do sistema técnico que traz a moderna lavoura de soja ao Pampa, este de idade mais antiga e operante segundo uma lógica que remete à Revolução Verde, modelo agropecuário produtivista



com matriz energética fóssil, com advento no pós-Segunda Guerra Mundial. A energia eólica, de modo geral, e a figura do aerogerador, em particular, são um signo do momento atual, de transição técnica frente à crise ambiental, em que ciência, tecnologia e informação passam a ser mobilizadas agora exatamente em reação aos efeitos deletérios do próprio paradigma dominante de relação sociedade-natureza.

De fato, nas localidades que compõem o complexo eólico hoje existente no Alto Quaraí, a forma com que se arranjam o velho e o novo em muitos dos enquadramentos de vista é, de fato, bastante particular. Junto ao pequeno cerro de feição achatada que dá nome à localidade, por exemplo, uma convivência é simbólica: os modernos (ou seria pós-modernos?) aerogeradores coexistem com um arranjo de objetos representativos da tradição local mult centenária: além do campo nativo manejado e dos bovinos e ovinos pastando em liberdade, figura uma mangueira circular<sup>37</sup> erguida em blocos de basalto, que pela aura histórica que emana, posta-se tão imponente quanto os próprios aerogeradores com sua feição futurista (Fotografia 29). Compõe-se, ali, um híbrido de tradição e tecnologia em uma convivência entre a indústria de energia eólica e a velha paisagem-vida pastoril cujos meandros, todavia, não se apresentam, assim, ao primeiro golpe de vista.

Em um de nossos trabalhos nessa zona, em agosto de 2019, paramos em frente a um pequeno estabelecimento sobre a Coxilha Seca (divisor de águas entre os arroios Espinilho e Passo da Lagoa), onde opera um dos parques do Complexo eólico. O proprietário é um senhor de idade, pecuarista familiar que, ao ver que tínhamos parado, veio caminhando até a porteira, acompanhado de dois cachorros ovelheiros. Sua imagem, junto com o horizonte largo dos campos e a simplicidade de seu rancho, ao fundo, é alegórica de um Camponês da Campanha: chapéu tapeado, camiseta, bombacha e alpargatas. O quadro se completa com o movimento dos aerogeradores, que trabalham em toda a cercania. O produtor nos conta que reside na localidade há cerca de 50 anos. Diz que além dele, moram no estabelecimento a esposa e uma das filhas, a mais velha.

---

<sup>37</sup> Trata-se de um possível testemunho das tropeadas de gado *cimarrón* para as reduções jesuíticas espanholas, no século XVIII, segundo a tese levantada por arqueólogos que estiveram trabalhando nos estudos para a implantação dos parques eólicos do Complexo, conforme nos relata André, cuja família está há gerações na localidade.

Fotografia 29 – Um Parque eólico-pastoril? Outubro de 2017, Cerro Chato, Santana do Livramento, RS.



Fonte: Registro do autor em trabalho de campo

Em seu meio século de vivência ali, dois foram os eventos que considera terem transformado a vida na localidade: a chegada da energia elétrica, na década de 2000, e, exatamente, a do Complexo Eólico, no início da década seguinte. Neste último evento, em particular, uma pequena área de sua propriedade foi demandada para a instalação de um aerogerador. Ele recebe, por isso, um valor mensal pela operação do equipamento em seu campo, e isso, aliás, é o que acabou lhe “segurando” ali, segundo revela. Diz, inclusive, que os aerogeradores “vão ajudar muita gente a continuar” em suas atividades pecuárias.

Mais ao fundo, para oeste, pela mesma estrada junto ao dorso da Coxilha Seca, está a localidade do Espinilho, que já é uma dessas zonas que compõem o entorno do Complexo Eólico. Lá, Rodolfo demonstra certa expectativa sobre a chegada dos Parques até a localidade, em um eventual processo de expansão desses empreendimentos na região. Expectativa esta, aliás, que também testemunhamos entre entrevistados e interlocutores na Coxilha Negra e que parece ser comum a

muitos dos atuais vizinhos do Complexo. “A nossa (localidade) aqui não pegou ainda, mas Cerro Chato (sim). Dizem que vem, outros dizem que não vem, não se sabe ainda né”, comenta Rodolfo.

Em sua avaliação, o evento trouxe desenvolvimento e riqueza para as localidades onde se instalou. Como argumento, ele cita que, para além das grandes propriedades que receberam vários aerogeradores e um significativo incremento em seus ingressos, há os casos dos produtores menores que, com uma ou mais máquinas operando em suas propriedades, obtiveram uma nova fonte de renda a contribuir para a reprodução social de seus estabelecimentos:

trouxe, para mim, desenvolvimento, porque o pessoal dali às vezes tinha uma quadra de campo, não conseguia (ter viabilidade), e ela dá um lucro, dá uma renda né. Então já melhoraram de vida o pessoal dali mesmo. Entra a torre ali, já mantém ele ali, melhora ele ali. E, claro, para os grandes que têm muito campo, também, né. Entra várias torres, mantém toda a propriedade dele (risos).

Para Rodolfo, uma vantagem é a possibilidade de incremento de renda mediante uma transformação que praticamente não envolve redução da área de pastoreio de quem recebe um aerogerador, já que “é uma coisa que tu fazes uma base ali e deu, libera o campo ao redor e ela não degrada mais nada”, conforme expressa ele.

Considerando a realidade desses campos, sequiosos de alternativas de diversificação produtiva e de renda devido as suas limitações de uso do solo, a obtenção de um ingresso com a geração de energia eólica se apresenta como uma excelente alternativa, em sua opinião. “É uma coisa que pro cara aqui não tem coisa melhor, porque ela não destrói nada, ela só faz o pé dela ali que é uns metros que tu perdes de campo e o resto tu vais trabalhar com a energia que é o futuro né, a energia renovável”, avalia.

Em termos de perspectivas futuras, Rodolfo visualiza, inclusive, uma eventual diferenciação no mercado pela associação entre produção de energia limpa e produção pecuária extensiva:

se tu pensares, a lógica do pessoal, a sociedade que está hoje em dia, do buscar isso mais orgânico, de buscar essa questão mais cultural, tu imaginas uma pessoa que gosta disso, futuramente vai procurar uma carne: de onde veio? Veio dali onde tem... ah, pra ti ver, o cara cria e ainda tem a energia. Dali que eu quero. Entendeu? É uma lógica que acredito eu que vá somar.

Mesmo assim, o pecuarista não deixa de ponderar, reconhecendo que sua percepção é restrita à condição de vizinho das usinas, alguém que não tem negócios com a empresa operadora do Complexo, e que, por isso, pode haver um outro lado que ele não conheça.

André, do Cerro Chato, por outro lado, é um produtor situado no coração do Complexo Eólico, que presenciou, digamos, desde dentro, os dez anos de advento do empreendimento. Tendo a propriedade de sua família em posição privilegiada em termos de cobertura pelo sistema de vigilância e de ronda dos parques, ele é preciso ao dizer o que considera ser a mudança positiva mais significativa: a segurança. O pecuarista conta que antes da usina, sua família sofreu durante anos com prejuízos e inseguranças decorrentes do abigeato. “Um ano a gente chegou a perder 28 vacas”, recorda ele. As perdas quase inviabilizaram o negócio da família, que se via ameaçada, também, em sua segurança pessoal, segundo revela o produtor.

No entanto, foi já na fase das obras do empreendimento eólico que a situação mudou. Segundo André, desde então, até hoje, a família nunca mais foi roubada e aliviou-se, também, o antigo temor pela segurança de membros da família no estabelecimento. Mesmo assim, ele frisa que essa mudança tem a ver com sua localização mais centralizada no interior do parque, dado que, nas zonas mais periféricas, sobretudo próximas à linha divisória com o Uruguai, o abigeato continua sendo um problema grave, conforme avalia: “O pessoal lá da linha estão roubando. Lá a segurança não é forte”, diz.

Junto com a questão da segurança, o pecuarista elenca, ainda, como transformação positiva do advento do Complexo Eólico, o incremento direto de renda com a operação de um aerogerador no estabelecimento, seguindo, aliás, a avaliação geral dos produtores que receberam um ou mais desses equipamentos em suas propriedades. Em seu caso, o valor mensal varia entre 1200 e 1500 reais, corresponde a um percentual fixo do valor total da energia gerada pela unidade, segundo explica. Renda esta que “numa propriedade pequena ajuda a custear”, conforme expressa.

Durante a implantação do Parque, houve ainda uma série verbas indenizatórias ambientais e de servidão de acessos e de passagem de redes, além de ingressos de renda obtidos de vendas de pequenas áreas para o empreendimento que “injetaram capital” na propriedade de várias famílias em um primeiro momento, segundo o produtor. Além disso, a melhoria das estradas, gargalo histórico dessas localidades, também é citada como um dos grandes benefícios dos primeiros anos, figurando como

ponto positivo tão unânime entre nossos entrevistados e interlocutores quanto a posterior degradação, retorno às más condições e, inclusive, seu agravamento, nos últimos anos. “Durante uns 5, 7 anos a gente teve estrada muito boa. Dos últimos anos para cá está ruim, está pior do que estava antes”, conforme sintetiza André, em sintonia com várias outras das percepções que coletamos. Obras mais recentes, relacionadas a novas subestações e linhas de transmissão, têm agravado ainda mais o problema.

Encontramos, aliás, aí, o elo aos meandros do convívio entre a tradição pastoril dessa zona e a indústria de energia a partir do vento. Passada a euforia dos primeiros anos, com injeção de recursos aos proprietários e melhorias de infraestrutura, que outras transformações e que outras avaliações locais são possíveis identificar? De fato, uma das primeiras constatações é a de que a chamada estrada da eólica, que durante vários anos, por sua qualidade, foi, inclusive, um convite à visita ao parque, hoje é uma via que dificulta o acesso. Mas além disso, já na observação simples da paisagem em trabalho de campo, várias outras mudanças se apresentam. Se, em alguns enquadramentos de vista, o conjunto se mostra harmônico e o parque eólico soa vocacionado à integração paisagística, em outros se anunciam desequilíbrios. A infestação dos campos pelo capim anonni, citada anteriormente, e o impacto visual gerado pela densa rede de transmissão de energia são, notadamente, os principais deles. Na consulta às vozes locais, essa percepção é endossada e acrescida de uma outra: a do ruído dos aerogeradores e da subestação.

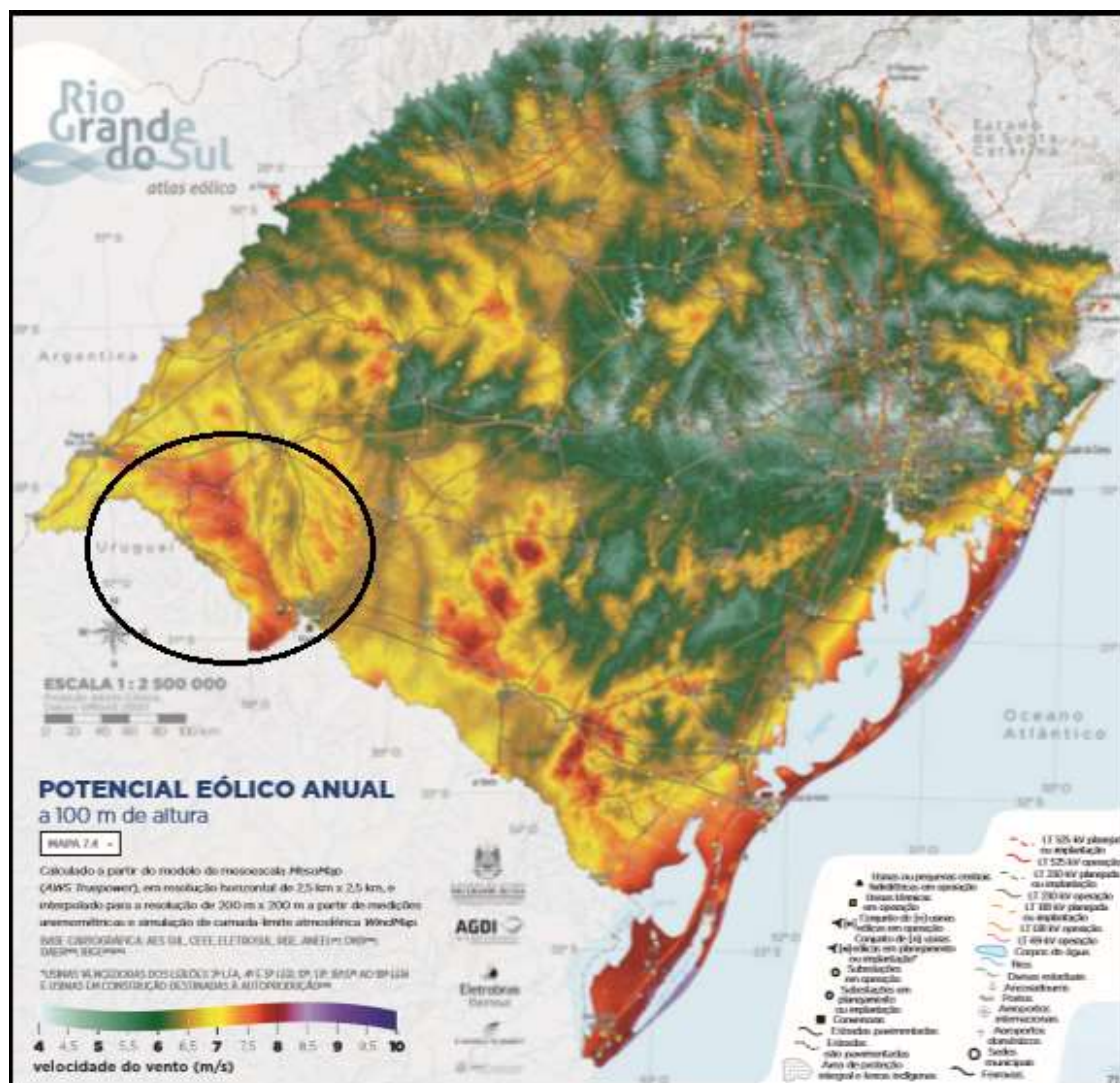
O capim anonni é o problema que mais notadamente tem pesado na balança de produtores em sua avaliação dos prós e contras da presença do Parque. Mesmo entre aqueles que têm renda mensal oriunda da operação de aerogeradores, surge a dúvida se essa fonte de ingressos compensa a possível desvalorização dos imóveis e as perdas na atividade pecuária devido à infestação. As poluições sonora e visual, por sua vez, suscitam a percepção de que “se perdeu aquela natureza assim da campanha, tipo assim, do bioma pampa puro”, tal como expressa André, para quem a localidade não é mais “aquela campanha tranquila, vasta”. Nessa soma de impactos, entre os mais descontentes surge, inclusive, o lamento de que, se hoje fosse possível escolher entre a localidade com ou sem o Complexo, seria escolhida a segunda opção. Para alguns, não fosse a segurança que oferece contra o abigeato, a preferência seria de que o empreendimento não tivesse sido construído ali.

Incremento na renda dos estabelecimentos rurais, segurança, beleza cênica e potencial turístico, de um lado. Manutenção das estradas, infestação dos campos pelo capimannoni, poluição sonora e visual, de outro. Esses são temas que compõem os meandros da transformação trazida pelo Complexo Eólico e da sustentabilidade da área que abrange. Mas, sobretudo, são temas fundamentais para a sustentabilidade de toda essa área de relicários da vida pastoril que é o Alto Quaraí, e, isso, por uma razão altamente decisiva: novos complexos eólicos deverão ser instalados a médio ou longo prazo e tenderão a ocupar significativa extensão.

Ocorre que o Alto Quaraí, notadamente sobre as Coxilhas Negra e de Japejú (braço da Coxilha de Santana), faz parte de uma das 6 áreas existentes no Rio Grande do Sul consideradas promissoras em termos de potencial eólico, segundo o Atlas Eólico do Rio Grande do Sul (CAMARGO SCHUBERT ENGENHEIROS ASSOCIADOS; ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S.A, 2014). Trata-se de uma zona onde os ventos mantêm relativa constância e baixo grau de incerteza de sua velocidade ao longo do ano, o que a dota de um bom potencial de geração. Na Figura 15, a seguir, adaptada do Atlas, aparecem em vermelho as áreas do estado com maior potencial eólico anual a 100 metros de altura. Nota-se que boa parte do reverso da Cuesta e, particularmente, o Alto Quaraí, é uma dessas áreas.

Na Coxilha Negra, por exemplo, em área situada ao sul do atual Complexo, um novo projeto de proporções ainda maiores já está com licença de instalação pelo IBAMA. Idealizada pela mesma empresa pública que já opera os parques em funcionamento, a nova indústria de energia deverá se estender por mais de 12 mil hectares, com 241 aerogeradores e uma capacidade de 482 MW, suficiente para abastecer quase 3 milhões de habitantes. Por sua vez, a noroeste dos parques hoje existentes, a Coxilha de Japejú, velho caminho indígena-missioneiro por onde hoje passa a Estrada do Passo da Guarda (RS183), já tem inclusive uma nova denominação entre técnicos da área: é o “caminho dos ventos”, visado para projetos futuros. Essa estrada, como já mencionamos anteriormente, é hoje um mirante privilegiado do Pampa remanescente aos processos de supressão. É uma “estrada paisagística”, cuja transformação em usina de produção de energia eólica é especialmente demandante de atenção.

Figura 15 – Rio Grande do Sul: potencial eólico anual a 100 metros de altura



Fonte: adaptado de Camargo Schubert Engenheiros Associados e Eletrosul Centrais Elétricas S. A. (2014)

A instalação de parques eólicos no Pampa, como, aliás, também ocorre com a produção em grande escala de soja, por exemplo, segue a tônica contemporânea do distanciamento entre a origem e a realização das ações, ou seja, entre a escala do comando, onde estão grandes decisores como os governos e as grandes empresas, e a escala local, onde ocorre a resposta ao desígnio. Essa sua origem em grandes forças motrizes que operam remotamente, somada à sua grande dimensão em si como evento, dota-o de um argumento econômico que o torna praticamente uma

unanimidade nos lugares que os recebem, se não na escala do sítio mesmo onde é assentada a usina, ao menos no município em que se instala.

Em Santana do Livramento, hoje, é a eólica a maior fonte de retorno de arrecadação de ICMS do município, um recurso tal que se não sana todos os seus problemas, é um aporte sem o qual seria comprometida sua sustentabilidade financeira. Na escala dos estabelecimentos rurais, em particular, se esse tipo de evento costumeiramente já deixa pouca margem de escolha aos produtores, em se tratando de geração de energia elétrica, o uso de propriedades particulares para esse fim se dá mediante Declaração de Interesse Público, em que ocorre a servidão de áreas particulares ao empreendimento. No Alto Quaraí, isso se torna particularmente delicado porque ali existe uma outra questão de interesse público: trata-se de um dos últimos redutos significativamente conservados do Pampa. Reduto este, que, como viemos argumentando até aqui, é, em geral, uma paisagem pastoril, agrária, cultural. De modo que tão importante quanto os protocolos ambientais seguidos em todo o processo de instalação e operação desses empreendimentos é a atenção à sustentabilidade da função ganadeira que, desde séculos, delineaia suas características.

No Cerro Chato, uma movimentação importante foi a recente parceria firmada entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSul), que tem campus em Santana do Livramento, e a empresa pública responsável pela Usina, para utilização do Centro de Visitação do Complexo. Construída pela empresa e concluída em 2016, a edificação que está em uma área de 3 hectares e tem cerca de 700 metros quadrados de construção, passa a ser integralmente operada pela Instituição Federal de Ensino (IFE).

O Centro conta com estruturas como auditório, sala de exposições, além de um mirante com capacidade para 100 pessoas. O prédio é equipado com soluções de eficiência energética e conservação de energia, incluindo sistema híbrido, eólico e solar de geração de energia. Há, ainda, reservatórios para água potável e sistema de captação de chuva, além de coletores solares para aquecimento de água. A estrutura é, inclusive, certificada pelo INMETRO em eficiência energética. Para o IFSul – Campus Santana do Livramento, onde funciona um curso técnico em Sistemas de Energia Renovável, a parceria representa excelentes possibilidades de atividades práticas, além do que deverá funcionar no local o Laboratório de Pesquisas Energéticas, destinado a investigações em energia eólica, solar e biomassa.



No entanto, essa movimentação se torna particularmente importante na perspectiva da gestão local dessa paisagem pastoril pampiana remanescente. A iniciativa prevê que o espaço fomente o diálogo com produtores e população local, empresas ligadas ao Complexo Eólico e demais instituições públicas e privadas, através de projetos de extensão e pesquisa que gerem benefícios à sustentabilidade local em suas várias dimensões. Abre-se um caminho a uma perspectiva endógena e coletiva de gestão dessa paisagem.

### 3.3.5 A “janela” de entrada da soja e outros usos

No Alto Quaraí, domínio das fisionomias altamente influenciadas pelo substrato rochoso basáltico, a localidade do Areal é parte de uma exceção a essa regra. Como sugere o nome, ali são as areias o elemento de síntese da paisagem, base da identidade do lugar, o marcador territorial que a singulariza (Fotografia 30).

Fotografia 30 – “Boteco das Areias”: a areia é objeto de identidade da localidade.  
Março de 2021, Areal, Quaraí, RS.



Fonte: registro do autor em trabalho de campo

Por isso, pode-se dizer que a localidade é a antítese do seu entorno, onde essa identidade é dada pela “pedra”, ou seja, a rocha, o basalto. No Areal, mesmo nas áreas onde aflora a rocha em superfície e o solo é pedregoso, essa rocha é de toda uma areia, uma areia petrificada: o arenito da Formação Botucatu. É esse caráter de excepcionalidade de um afloramento arenítico cercado pela imensidão de domínio basáltico, o que confere a essa zona a analogia a uma “janela”.

No âmbito acadêmico e, notadamente, do ponto de vista da obra da natureza, muito se fala dessa zona como uma espécie de abertura à observação de condições ambientais de outros tempos, particularmente, de tempos pretéritos. Algumas de suas mais notáveis feições, cuja excepcionalidade da existência se deve exatamente a essa abertura a um substrato arenítico, são frequentemente caracterizadas pela carga de passado que carregam, como se fossem museus de história natural a céu aberto. Os areais, por exemplo, são entendidos por Pires da Silva (2008) como ecossistemas testemunhos, onde é reproduzida parte das condições ambientais dominantes nessa região há milhares de anos antes do presente, já não mais sustentadas pelos dados climáticos atuais. Assim o é, também, com o butiazal, cuja presença isolada em uma pequena mancha, vizinha, aliás, aos areais de Quaraí, é explicada por Marchiori e Alves (2011) exatamente a partir da existência da lente de solos arenosos-pedregosos cuja formação tem como base o arenito Botucatu. Essa janela é frequentemente vista, portanto, como um reduto de nichos onde prosperam relictos de ambientes passados.

Mas, se do ponto de vista da história natural, essa mancha onde aflora o substrato arenítico é uma janela ao passado, do ponto de vista da obra dos homens é flagrante que ali se abre, ao contrário, uma janela à novidade. No entorno basáltico, as contingências do meio geográfico mantêm a zona alheia aos mais poderosos e recentes eventos em processo no Pampa. Ali, a capa basáltica e os solos predominantemente rasos e pedregosos que derivam dela funcionam como um “tampão” a certos usos novos. Favorecem a permanência de um arranjo rugoso, uma paisagem formada de grande quantidade de objetos herdados de outras épocas. Formam um conservatório da histórica paisagem pastoril. Enquanto, sob essa janela de Botucatu, essas contingências se desfazem, ou, melhor seria dizer, amenizam-se, abrindo-a a sistemas técnicos representativos da diversidade de novas e, por vezes, contraditórias, vias de porvir que pairam sobre o Pampa.

Por isso, no Alto Quaraí, é a localidade do Areal que concentra, por exemplo, as experiências de produção de uvas viníferas e, ao mesmo tempo, a que se torna

foco do agronegócio da soja. Se, no majoritário entorno basáltico, reina a estabilidade e, até mesmo, certa aura de inércia, o Areal é o lugar onde tudo se encontra: a velha paisagem pastoril resiliente ou aquela reconstruída a partir do retorno de produtores à pecuária; os remanescentes da tradicional policultura local das “chácaras”; a já mais ou menos longeva e, agora, por vezes, recuada lavoura de arroz; a monocultura do eucalipto; a vitivinicultura; e, mais recentemente e com progressivo aumento de extensão, a soja. Tudo isso, ali, avizinha-se e relaciona-se, virtuosa ou viciosamente, harmônica ou contraditoriamente.

Hoje, o Areal reúne a totalidade da produção de soja de Quaraí. Em termos de área plantada e de quantidade produzida, são números ainda pouco significativos para esse que é um município grande, não suficientes, portanto, para que deixe de figurar entre os poucos municípios ainda marginais a esse evento no Rio Grande do Sul. Por outro lado, por concentrar a totalidade dessas áreas convertidas à oleaginosa, o Areal já é significativamente transformado. As lavouras de soja já aparecem vizinhas aos vinhedos, próximas às comunidades de pecuaristas familiares do Butiazal, do Coatepe e do Salsal, e lindeiras aos areais, por exemplo. A Fotografia 31, a seguir, mostra uma área de soja que se estende até à beira do Areal de maior dimensão, comumente referido como Areal do Cerro da Figueira ou do Cerro da Panela. O registro foi feito da beira da estrada que leva ao Coatepe e ao Butiazal.

Quem nos resume o motivo de ser o Areal a única janela onde entra a soja nessa zona relativamente conservada do Alto Quaraí é Juremir, o engenheiro agrônomo e extensionista rural com atuação em Quaraí:

É pelo solo arenoso. Embora seja um solo de baixa produtividade, hoje em dia a soja, o pacotão de agroquímicos, tu botas adubação de base pesada e adubações foliares, com fungicida e herbicida e vai embora. Existe um calendário de aplicações, então a soja consegue mais ou menos produzir né.

Nessa “janela de Botucatu”, desenvolvem-se solos derivados do próprio arenito ou de depósitos arenosos inconsolidados de formação mais recente. Esses solos apresentam predominantemente textura arenosa, são pobres em nutrientes e matéria orgânica, tendo, portanto, baixa fertilidade natural, com baixa capacidade de suporte vegetal e animal. São solos frágeis, muito suscetíveis à erosão e têm baixa capacidade de retenção de água. Trata-se, portanto, de solos com significativas limitações para o uso agrícola.

Fotografia 31 - Lavoura de soja lindeira ao Areal do Cerro da Figueira-Panela. Março de 2021, Areal, Quaraí, RS.



Fonte: registro do autor em trabalho de campo

Mas, apesar disso, há neles um diferencial físico que não ocorre no basalto: são solos friáveis, leves e bem drenados, que ocorrem sobre terrenos suavemente ondulados, fatores estes que os tornam propícios ao manejo agrícola com maquinário e demais implementos. Por isso, ainda que com rendimento por hectare baixo, esses terrenos se prestam ao plantio da oleaginosa, dado que os demais fatores limitantes são manejados através de pacotes tecnológicos já previamente desenvolvidos para a viabilização da produção sobre solos como esses, marginais em produtividade, mas que agora são demandados por esse intenso impulso econômico externo.

Até a safra de 2019, ano da última atualização dos dados da Produção Agrícola Municipal pelo IBGE, a área plantada de soja era de 400 hectares. Esse número regula com os obtidos nas entrevistas realizadas naquele mesmo ano em Quaraí junto ao extensionista rural e ao corretor de imóveis rurais atuantes no município, que já projetavam significativo aumento nas próximas temporadas. Segundo essas duas

fontes, até então, essas áreas plantadas no Areal eram empreendimentos realizados por quaraienses. Um deles por via do arrendamento e o outro em área própria.

A influência do que ocorre no entorno regional já aporta, portanto, nessa janela de solos frágeis, mas aráveis. De modo que, enquanto os maiores mobilizadores desse evento na região, os investidores oriundos no norte do estado, ocupam-se da principal frente de expansão, surgem da iniciativa local as primeiras experiências quaraienses, no embalo dos crescentes exemplos próximos em municípios vizinhos.



### 3.4 O ALTO QUARAÍ EM DOIS RETRATOS

*Lugarejo é o meu rincão:  
-Caminhos de areia fina...  
Água boa, Sina-Sina,  
Caraguatá e Corticeiras!*

*Lugarejo, sanga mansa  
Enfeitado a pitangueiras  
Donde o boieiro faz ninho  
Com restoios de clineras...*

*Lugarejo, pampa antiga  
Piqueteado por ausências,  
-Teus aromas de querência  
Povoam minhas lembranças*

*Teus campos de pasto fraco  
Há muito sobram na herança,  
Verdejando nos meus sonhos  
Pendoado de esperanças*

*Lugarejo é o meu rincão:  
Onde chora a dor do eixo  
Da carreta, sem desleixo,  
Na resistência dos bois...*

*Num tranco de camperear  
Tu e eu, não somos dois...  
O tempo, para no tempo  
Pra não pensar no depois!*

*Lugarejo, pago adentro:  
Santa fé e banhada!...  
Entre o viço do xircal  
Escorre a seiva da terra*

*Tua história de trabalho  
Não teve manchas de guerra,  
A lo más, cerro e canhada  
Adonde o terneiro berra...*

*Lugarejo: -Vaca arisca!  
E do potrilho mestiço,  
Algum guri num petiço  
E velhos de mil passagens*

*Não fosse o sangue nas veias  
Que me puxa às tuas visagens,  
Seria mais um rincão...  
Com sua gente e paisagens.*

**Lugarejo**  
Leonardo Borges

### 3.4.1 Seu José, na paisagem das “areias” do Areal

Pela BR 293, vindo de Santana do Livramento para Quaraí, é o arroio Cati que marca a divisa entre os dois municípios. Ao cruzar a ponte sobre o arroio, a entrada em território quaraicense é marcada por uma mudança sensível na paisagem. Os campos de solos rasos de basalto, marcados pela baixa densidade de habitações e pelo uso quase exclusivamente pastoril, dão lugar ao domínio dos campos predominantemente arenosos, ligeiramente mais densos de habitações, em reflexo de seu histórico uso agrícola subsidiário e/ou paralelo a pecuária. Ali “se abre” a Janela de Botucatu”, o afloramento arenítico que condiciona toda uma gama de fisionomias e mesmo uma vida social-produtiva toda particular das localidades aí confinadas, entre as quais, a maior e mais representativa é a do Areal.

Cortada pela Rodovia, a localidade do Areal é hoje popularmente dividida, em termos de referência de localização, entre aqueles que vivem de um lado e de outro. À direita de quem vem de Livramento, estão as zonas a montante do arroio Areal, incluindo seus tributários, Coatepe e Salsal, além de algumas das paisagens mais conhecidas dessa “janela”, tais como a zona mais significativa de arenização propriamente dita, chamada Areal do Cerro da Figueira ou do Cerro da Panela, e o lendário Butiazal. Já à esquerda, estão as zonas mais a jusante do arroio, incluindo o rincão formado pelo seu encontro com o rio Quaraí, onde historicamente se cultivava o arroz.

É para esta última zona à mão esquerda da Rodovia, correspondente a um Areal, talvez mais deslocado de seus lugares mais emblemáticos e, por isso, talvez menos percorrido pelos geógrafos, que se localiza a propriedade de Seu José. Da BR, em direção à zona urbana de Quaraí, é preciso tomar um corredor à esquerda logo após a ponte sobre o arroio Areal e, depois, pela estrada vicinal, atravessar novamente o mesmo arroio, no sentido inverso, para chegar à propriedade do Seu José. Da rodovia até o estabelecimento, o trajeto é uma mostra do que é hoje a paisagem da localidade, sobretudo se comparada com as zonas circunvizinhas de domínio basáltico: uma maior diversidade de usos do solo para além da pecuária extensiva de corte, junto a uma maior diversidade de dimensões de estabelecimentos.

Veem-se videiras de variedades de uvas finas, por entre as quais, em alguns casos, pastam os ovinos. Nessa parte do Areal, há vários viticultores-pecuaristas (Fotografia 32). Alguns estabelecimentos se dedicam à produção leiteira. Outros,



muito pequenos, dedicam-se basicamente ao autoconsumo, com alguma venda de excedentes. No caminho, cruzamos por um menino que trazia uma carga de taquaras no lombo do cavalo. Disse-nos que eram para as benfeitorias de sua casa. Disse que a família criava gado, ovelha e porco. Perguntou, inclusive, se não queríamos comprar um leitão.

Fotografia 32 – o campo de várzea, os espinilhos e a mata-de-galeria, à frente. As videiras por entre as quais pastam ovinos, ao centro. O campo nativo de solos arenoso típico do Areal, ao fundo.



Fonte: registro do autor em trabalho de campo.

Poucos quilômetros adiante, chegamos ao estabelecimento de Seu José, que nos recebe baixo à sombra do arvoredado junto às casas. Na saudação de boas-vindas, um comentário sobre a beleza do lugar já é o ensejo para uma conversa sobre a história da propriedade. “Aqui ao todo eram 13 quadras de sesmaria”, conta ele. Com fala calma, pausada e em baixo tom, Seu José conversa dentro de um típico jeito das gentes experientes ligadas ao campo na fronteira, ainda que sem ostentar nenhuma pilcha ou outro uso que traga embutida essa identificação. Diz ele que os antigos

donos dessa área original, que não tiveram filhos, dividiram-na em duas partes, deixando como herdeiros sua mãe e o seu tio, que haviam sido criados junto a essa família.

Das 13 quadras, Seu José explica que ficaram 7 para a sua mãe e 6 para o seu tio. A parte herdada por sua mãe, equivalente a pouco mais de 600 hectares, foi a que ficou com a sede da antiga estância, e foi para onde a família foi morar quando ele tinha 1 ano de idade. A família era composta por ele, mais as duas irmãs, a mãe, e o pai, que era capataz em uma estância na zona dos campos de basalto:

Eu vim com um ano para cá né. Que o meu pai era capataz da Estância da Tuna, lá na Harmonia. E aí de lá eu vim para cá. Vieram para cá eu tinha um ano. Era naquela época que para ir para a cidade era de 6 em 6 meses e de carroça ainda, com boi (risos). No verão tinha que sair quando o sol estava querendo descer né, porque era uns dias quentes. Aí o pai vinha nos bois. Na carroça tinha colchão para dormir, tinha mamadeira. Chegava 3, 4 horas da manhã (na cidade). E aí foi até 13 anos. Quando meu pai faleceu eu tinha 10.

Tendo vivido na propriedade até o início da adolescência, Seu José lembra dessa época com a clareza de quem viveu profundamente aquela paisagem. Ainda sob o arvoredado, comenta, saudoso, do grande pomar de laranjeiras que havia ali antes, e que, segundo conta, já estava ali nos tempos de infância de sua mãe. Com precisão, crava: eram 332 pés. Além das laranjeiras, comenta que havia um pomar diversificado ali junto à sede, do qual se recorda em detalhes, apontando a antiga localização de cada variedade então existente: pereiras, macieiras, pessegueiros etc. Olhando ao seu redor, lembra que havia até um damasqueiro, espécie de todo incomum na região. “Ali, no lugar daquele umbu, era uma árvore frondosa, muito grande né – esse umbu fui eu que plantei. Essas árvores aqui foi tudo eu que plantei – não lembro como é o nome daquela frutinha amarela, que no comércio tem só passa... o damasco!”, recorda o pecuarista. Segundo conta, foi a partir de uma grande seca sucedida de um inverno rigoroso, com muitas geadas, que foi se dando as mortandades dos pomares.

Perguntado do porquê de ter existido ali tão significativo pomar e desde tão longo tempo, responde: “ocorre que o areal, essa zona aqui do areal, era o celeiro”. Em Quaraí, era essa localidade e, quase que só podia ser ela, o lugar onde a vida pastoril podia ser complementada ou mesmo substituída pela atividade agrícola. Essa foi uma prática comum na história do Areal, que foi durante muitos anos responsável

pelo abastecimento de Quaraí de toda sorte de frutas, verduras, legumes e outros. Esses terrenos arenosos, de “campos fracos” para a pecuária, eram, ao mesmo tempo, os que tinham como alternativa o arado e o plantio. “Aqui o que ia pra Quaraí era do Areal, não vinha nada lá de cima (referindo-se a outras regiões)”, sintetiza Seu José.

O criador lembra que, exatamente por isso, a localidade era bastante povoada. Além dos agricultores, havia os carvoeiros e lenheiros, gente sem-terra que trabalhava em “parceria” com os proprietários extraindo lenha da costa do rio Quaraí e do arroio Areal. Essa vida movimentada se expressava no funcionamento de várias escolas e na significativa quantidade de alunos que as frequentavam, conforme recorda:

Ali onde é o mata burro, ali, tem umas árvores velhas, ali, não tem? Ali era uma escola. Uma escola que o terceiro ano eu fiz ali, do primário. E a minha irmã fez todo o primário ali. Era uma escola municipal. Escola número 12. Quando começou, tinha 62 alunos (risos). Porque nessa costa do Quaraí por aí, tinha muita gente que trabalhava com lenha né, lenha para levar para a cidade, o carvão. Agora não tem mais, tudo fazia carvão. Gente que não tinha campo. Então chegava e fazia uma proposta para o dono do campo: eu lhe dou um pouco do carvão, lhe deixo uma bolsa, duas bolsas, três bolsas, não sei quantas bolsas eram. Lenha astilhada ia para a cidade e de lá vendiam pro Uruguai, a lenha astilhada e o carvão. Depois foram indo para a cidade, não tinham terra. E essa gente daqui e dali, assim, para aí tinha muita gente aí, da faixa pra cá e da faixa pra lá, tinha gente. Vinham estudar aí no colégio.

Em uma caminhada pelas instalações junto à sede, Seu José parece ir trazendo suas lembranças a cada golpe de vista que dá sobre a paisagem ao redor. Dos tempos daquele Areal povoado de sua infância, o produtor fala da importância eleitoral que a localidade tinha para o município: “Aí dava 500 votos. Então, se estavam assim mais ou menos (diziam): e as (urnas) do areal já chegaram? Já contaram? E decidia mesmo”, diz ele. Na localidade chegaram a funcionar 3 mesas eleitorais, segundo lembra, sendo que hoje apenas uma ainda funciona e ainda assim com não mais do que 10 eleitores, conforme lamenta. Da política, o criador recorda da localidade nos tempos de disputas entre federalistas e republicanos. “A maioria dessa gente aqui, assim, tudo era maragato”, conta. Junto à varanda do antigo galpão de arenito da propriedade, Seu José mostra, inclusive, o lugar onde o seu pai, que era pertencente aos quadros do Partido Libertador, reunia-se com seus correligionários:

Meu pai era maragato. Já era só com o voto né (não era guerra civil). E aqui, como tinha essas árvores, essa sombra aí, e tinha o parreiral também que vinha assim, de lá pra cá. Aí seguido tinha reunião do Partido Libertador aqui. Reunião pra tratar das política. E meu pai era um dos líderes.

Das atividades produtivas da propriedade, Seu José lembra que campereava com seu pai e, com a nossa indagação, recorda de algumas práticas daquele tempo, um tanto mais rudimentares que as de hoje. Ele rememora, por exemplo, que a suplementação alimentar dos bovinos era feita a base de sal branco comum, e que era prática corrente complementar esse suplemento através do preparo caseiro de uma espécie de “farinha de osso”, na expectativa de enriquecer a dieta com mais alguns minerais:

Às vezes eu comento assim: nós juntávamos o osso, esse osso da volta das casas, assim, para quando vinha o saco de sal. Aí queimava, num zinco, assim, fazia uma queimação de osso, depois batia com martelo, uma coisa, moía aquilo e ia o sal preparado com osso. Isso era um sistema que tinha. Se não, era só sal branco naquela época. Hoje tem sal para tudo né.

Foi algum tempo após o falecimento de seu pai que sua mãe decidiu arrendar a propriedade. Inclusive, sobre isso, Seu José brinca, dizendo que o arrendamento, na verdade, teve o objetivo de mandá-lo para a cidade. “Mais ela arrendou pra me afastar do campo (risos), porque eu, em férias eu passava toda ela aqui e campereava todos os dia com os peão e andava com a peonada aí”, recorda. Mas o fato é que após a morte de seu pai, o horizonte que se apresentou mais viável à família foi a obtenção da renda da terra pelo arrendamento da propriedade, que assim permaneceu por 20 anos.

Durante esse período, o destino da família não foi imediatamente a cidade, segundo recorda. Houve ainda um tempo em que residiram na região do antigo saladeiro, onde havia familiares, e onde puderam manter alguns animais, trazidos da propriedade. A zona urbana se tornou o destino definitivo apenas após algum tempo naquela localidade. A entrada de Seu José na vida adulta foi, portanto, citadina. Ele lembra que, após a mudança, aos poucos, foi tomando gosto pela nova vida. “Fui entrando em outra fase de idade, já gostando da cidade, daqui, dali, aí já vendi as novilhas pra ir lá não sei onde e tal”, recorda.

Depois de 20 anos de arrendamento da propriedade, quando resolveu retornar ao pago da infância, ele havia se tornado Servidor Público. Da área total de 7 quadras que era da sua mãe, Seu José e suas irmãs são herdeiros, cada um, da terça parte, pouco mais de 200 hectares. E, foi nessa sua parcela, onde está a antiga sede da

estância, sua antiga morada, que iniciou o empreendimento de retorno, retomando a pecuária como fonte de renda.

Ele recorda que, em seu retorno, teve de fazer o reparo de alguns sinistros, heranças das duas décadas de arrendamento. Em seu campo, haviam surgido focos de arenização:

houve um tempo em que a minha mãe passou 20 anos com o campo arrendado, aí faziam o que queriam né. Tinha chácara (plantação) aí de traz. Aí então ali naquela entrada ali, naquele corredor que tu dobraste para cá, aquilo ali era areia solta. Recuperei, plantei primeiro o capim chorão. O capim chorão era um capim que o doutor Heraclides Santa Helena, que foi nosso prefeito aqui, que mudou. Então ele tinha uns campos ali no Quatepe, terra pobre como a nossa, então ele começou a fazer poteiros desse capim. Ele era veterinário e era chefe da inspetoria veterinária. Ele era de Porto Alegre, veio para cá e ficou por aqui, comprou campo por lá, era tudo os piores, e ele botava (esse capim). Um dia ele me disse: “vai lá olhar, qualquer dia que tu queiras”. E aí eu fui lá olhar. “Aquele que tu olhas, assim, de longe, tu vais ver uns piquetes que são verdes como aveia, mas eu ponho ureia no capim chorão e ele se mantém verdinho e o gado come”. Ele era um cara muito inteligente. Aí fui recuperando, mas tem que ter controle né, de boca. E terreno muito (arenoso), arrancam né.

Além da arenização, Seu José fala, também, das marcas deixadas pela orizicultura. A localidade, notadamente nas várzeas do arroio Areal e, sobretudo, na costa do Quaraí, foi uma zona historicamente demandada para o agronegócio do arroz, participando das ondas de avanço do cereal ocorridas ao longo do século XX. O pecuarista comenta que, durante os anos de lavoura, foi feita até mesmo uma mudança de curso do arroio Areal, em busca de melhorias na irrigação. Com humor, descreve a obra como uma transposição, semelhante a que fizeram no rio São Francisco, no nordeste brasileiro. No entanto, conta que, nas cheias, tal desvio fazia com que a localidade ficasse sem passo em determinados pontos do arroio. Então, esse foi outro dos problemas com os quais teve de se envolver após seu retorno, até o momento em que a prefeitura, por fim, resolveu com um aterro, conforme relata:

Aí tinha uma reunião aí, o prefeito fez uma reunião perguntando qual era nossa necessidade né, disse: não, eu quero dar uma mão pra vocês aí, um incentivo, que até agora não tinha feito, não sei o quê. Estava já vindo outra eleição né (risos). Aí ele falou isso. Eu disse: mas se o senhor nos desse uma solução para a transposição do Areal, que causou...e ele: que transposição? Ninguém sabia né. E aí saiu aquele aterro.

Durante algum tempo desde que assumiu sua propriedade, Seu José manteve, ele próprio, uma área arrendada para o arroz, mas depois voltou atrás. Hoje, ele

continua na pecuária como carro chefe, especializando-se na criação bovina de cria, com recria das terneiras a título de reposição das matrizes. “Agora, nos bovinos eu produzo terneiro. Os machos vão todos pra feira de terneiros e as fêmeas se eu vou descartar 30 eu fico com 30 e o resto vendo”, explica.

Quando perguntado sobre qual sua motivação para desenvolver a atividade, ele é direto: “eu estou aqui mais porque tenho vínculo de querência”, diz. Enquanto pontos positivos da vida que leva cuidando da propriedade, Seu José destaca a própria satisfação de estar nela, sem deixar, no entanto, de complementar: “e tem lucro né!”, fazendo questão de deixar claro a importância de cuidar do negócio. “Tem que ganhar dinheiro né, mas só não. Aí o dinheiro ajuda a manter as outras motivações”, comenta.

Ele designa os campos nativos do Areal como “pobres”, de modo que manter ali uma pecuária rentável não é tarefa fácil, ao seu ver. Trata-se de um tipo de campo bastante sensível às sazonalidades das estações, sobretudo ao inverno, conforme explica:

a qualidade do nosso campo que é base de areia né, essas coxilhas de areia aí, essa vegetação, esse nativo, no verão dá uma pastagem boa, assim, alta, os animais tão tudo gordo, bonito né, comendo bastante. Mas em março ele já começa a ficar meio marronzinho e vai descendo assim e quando cai as primeiras geadas ele se liquida, não tem um pasto nativo de inverno como os outros campos de basalto que já tem trevo, tem isso, tem aquilo. Então a gente tem que plantar. Eu tenho 23 hectares de pasto né. Azevém e aveia.

No Areal, a onipresença dos cultivos não deixa de ser um reflexo dessas limitações do campo nativo. Aos que possuem área suficiente para permanecer na pecuária de corte, a expressão disso são as plantações de forragens de inverno. Já aos pequenos, a expressão é a própria vida agrícola no lugar da vida pastoril. “No inverno é escassa a boia né, é só pra não deixar morrer”, diz Seu José.

Essas particularidades que permeiam a viabilidade da pecuária “nas areias” se interligam. As características dos campos tornam indispensável o plantio e, este, por sua vez, demanda insumos externos e mão de obra. E, cada uma dessas necessidades tem suas dificuldades. Seu José dispõe de um trator para suprir as plantações de forragem. No entanto, diz que por limitações físicas, já não pode fazê-lo. Não pode, tampouco, delegar ao seu único trabalhador o acúmulo de mais essa função para além das várias outras que ele já desempenha, conforme argumenta. Ele necessita, por isso, lançar mão do contrato de um tratorista, o que, segundo explica,

é tarefa difícilíssima, pela escassez da oferta desse tipo de mão de obra. “Tenho trator. Esse é o problema de ter trator né, que eu fazia, agora não posso fazer mais. E ele não pode lavrar, plantar, cuidar as parreiras e camperear. Então tem que arrumar um para fazer e não se encontra”, comenta.

Por conta disso, no momento de nossa visita já fazia 3 anos que Seu José não plantava milho, que era prática corrente na propriedade. “Em alguma ocasião que eu consigo plantar milho, eu digo consigo porque tem que achar um tratorista e mais algum outro pra ajudar e nos três últimos anos eu não plantei”, explica. A escassez de mão de obra, não apenas para a agricultura, mas para a própria pecuária é citada por Seu José quando indagado sobre as principais dificuldades ou pontos negativos em sua reprodução socioeconômica. Essa é uma constante, aliás, nas interlocuções e entrevistas que fizemos, como já abordamos. “Pessoal está indo tudo para a cidade, hoje um empregado é uma dificuldade. Tem que ter sorte de ter um bom e saber trabalhar. Esse meu agora aí tem 7 anos”, comenta.

Seu José não é propriamente um pecuarista familiar. Ao menos, não é um pecuarista familiar plenamente caracterizado. Está longe, no entanto, da figura do grande estancieiro. Ao longo do tempo em que está de volta, julgou necessário dispor de mais campo, que foi comprando nas redondezas em diferentes oportunidades, somando outros 200 hectares aos que herdou, totalizando os atuais pouco mais de 400. Ele diz, no entanto, que não pretende ir além disso. “Vou ficar nisso aí no más né, já não posso andar mais a cavalo”, comenta. Em sua reprodução socioeconômica na propriedade contou o fato de ter se tornado Servidor Público durante a vida que construiu na cidade, atividade da qual hoje já é aposentado.

Quase todos os dias Seu José se faz presente na propriedade, que dista uns 15 quilômetros da cidade. Nos finais de semana é ele quem fica no lugar do empregado, que, por sua vez, também é pecuarista na região do Caty, não muito distante dali. Os custos com a mão de obra, para um pecuarista de sua estatura mediana, consomem significativa parcela da renda obtida na atividade. É comum que se fale de uma quase que divisão da renda da pecuária entre patrão e empregado.

Seu único trabalhador fixo “atende o campo e as parreiras”, conforme explica Seu José. Sua propriedade, aliás, é uma expressão dessa nova identidade híbrida que cada vez mais povoa os campos do Pampa, sobretudo em suas zonas arenosas: a das estâncias do vinho. Empreendedor, o pecuarista começou a investir nas

parreiras em 2010, depois de uma tentativa com a fruticultura, frustrada após uma perda com os pêssegos. “Faz pouco tempo que elas estão adultas”, frisa.

A viticultura é feita à guisa de complemento, pois é das crias bovinas sua principal receita agropecuária. Ele recorda que o plantio foi sendo feito aos poucos, sem financiamento, apenas com recursos do seu trabalho como bancário. “Eu fiz sem financiamento, então fui fazendo aos poucos. [...]. Então, se eu podia comprar 100 mudas eu comprava. Ia fazendo”, comenta. Hoje, trabalha com 1 hectare de vinhas, Merlot e Cabernet Sauvignon, e diz que não vai aumentar.

Seu José lembra que enfrentou sérias dificuldades para comercializar as primeiras safras. “No começo era uma coisa horrível a comercialização. Era uma briga”, revela. A entrega a atravessadores que levavam a produção para a Serra Gaúcha não era rentável pelo custo do transporte, segundo relata. Sua saída era tentar incluir sua produção em grandes cargas. “Tinha que achar uma brecha nos maiores, aí, para completar. Encosta aqui, encosta ali, com o deles”, diz. Atualmente, o destino da sua produção tem sido uma vinícola de Santana do Livramento, para onde ele mesmo leva suas caixas de uva. A remuneração, por vezes, é frustrante, segundo afirma. Por ser vizinho das lavouras de arroz, ele enfrenta, ainda, uma questão que tem causado grande preocupação entre os viticultores do Pampa e ganhado repercussão, inclusive, na mídia: a deriva de agrotóxicos das lavouras sobre as videiras.

Tenho o problema do avião agrícola. Aqui todos tem. Eu, o ano retrasado peguei. Tem um trajeto assim para lá. E aí eu nem sabia que estava com (agrotóxico) a gente via umas (uvas) meio enrugada assim, mas não sabia. Até que um dia os caras me disseram: tu debes ter também o problema aí.

Por outro lado, é na pecuária extensiva, atividade com a qual se habituou desde os primeiros anos de vida, que Seu José encontra a base da reprodução de sua propriedade. Mesmo assim, isso não ocorre sem uma dose de problemas e de necessidades de adaptações. Ele relata, por exemplo, que foi obrigado a abandonar a criação de ovinos, que era a de sua maior estima, devido ao abigeato. “Praticamente ninguém tem mais ovelha aqui, porque o roubo. Bueno, então foram saindo, os cunhados venderam as ovelhas, fiquei só eu. Aí estavam batendo nas minhas ovelhas, tive que vender. Mas o que eu gostava mais era as ovelhas”, lamenta.

A reprodução desse problema histórico do abigeato e a conseqüente desistência de muitos produtores da ovinocultura para especializar-se na pecuária



bovina, parece se ligar também, ao deficit crescente de mão de obra. Tanto a prevenção ao roubo desse gado menor quanto a própria sanidade e rentabilidade das criações ovinas dependem de uma maior constância no manejo e na presença de pastores, algo cada vez mais difícil de se dispor.

Seu José relaciona, inclusive, a falta dos ovinos com problemas existentes em sua atividade principal, a criação bovina. Na sala da antiga casa da estância, mexendo em alguns documentos que guarda, ele pergunta: “Tu sabes a maria-mole? Tu sabes o efeito da maria-mole?” Lendo em voz alta um recorte de jornal, ele chama atenção: “a intoxicação por maria-mole já é considerada a primeira causa de morte de bovinos adultos no Rio Grande do Sul! Isso é um levantamento da Emater”, explica. O pecuarista conta que depois que deixou das ovelhas começou a aparecer os chircas e, nesse bojo, a proliferação da maria-mole.

Ocorre que os ovinos são conhecidos pela “limpeza” que fazem no campo de toda sorte de chircas e, sobretudo, de plantas tóxicas aos bovinos. Na falta deles, essas plantas tendem a ter maior proliferação. Para além das ovelhas, Seu José explica que até existem técnicas que são recomendadas para a prevenção da intoxicação por maria-mole. “Tem os conselhos pra gente fazer né, de manter o campo sempre com bom pasto, (daí os animais) não vão na maria-mole”, comenta ele. Porém, conforme explana, essa iniciativa torna-se difícil de ser aplicada ao seu tipo de campo, típico da localidade do Areal, pois é exatamente no período de maior toxicidade dessa planta, corresponde ao outono e ao inverno, que os campos do Areal experimentam sua maior míngua na oferta de forragem. Monta-se, então, o cenário para o prejuízo: animais com fome que dispõe em fartura de uma planta tóxica justamente em seu período de maior toxicidade.

Deste modo, segundo Seu José, sem as ovelhas, uma alternativa seria dispor de uma plantação de pastagem artificial suficiente para manter o rebanho no inverno. Isso, porém, esbarra novamente na questão da mão de obra e, sobretudo, no alto custo, segundo explica o produtor. É assim que o arrendamento para a soja, por exemplo, surge como possibilidade, já que, na entressafra do grão, é uma praxe a devolução do campo ao proprietário com pastagem de inverno. A possibilidade se torna, de fato, palpável na medida em que a oleaginosa já está presente na localidade e começam a aparecer ofertas. Quando perguntado se arrendaria, Seu José esclarece: “de momento não tenho intenção de arrendar. (Mas) Vai ser uma necessidade. Sabe por quê? Porque nós tínhamos a ovelha. E depois que sumiu a

ovelha, surgiu a chirca, e o custo de fazer, de lavrar, de botar uma outra pastagem, é muito alto”, diz.

Apesar de limitantes, essas questões não chegam a impedir que Seu José consiga êxito em sua atividade. Atento ao mercado, ele está sempre buscando melhorias técnicas, sem se apegar a velhas práticas se estas não lhe trazem benefício. “A gente vai procurando sempre inovar. Vai procurando se informar bem. Agora mesmo está surgindo uma nova raça aí, é australiana. Vai estar em Esteio, o lote é da Azul, de Uruguaiana”, exemplifica.

O pecuarista recorda que gostava de criar gado da raça charolês e que chegou a fazer cruzas, também, com nelore. Porém, as crescentes exigências do mercado por padrão racial e a preferência por determinadas raças britânicas o fizeram operar uma mudança genética em seu rebanho. “Eu gostava muito do gado charolês, e tinha um bom gado charolês. Mas chegou o momento em que o comércio, o mercado, queria outro pelo. E aí eu cruzei com o red angus. Já tem bastante colorado”, explica. Com suas cruzas de nelore houve a mesma coisa: “cruzei um momento com o branco aquele, nelore. Mas também eles não querem. Então tem que fazer o que o comércio quer. Não adianta. Tu botas numa pista e não anda. Não compram”, constata ele.

Resulta dessas melhorias que Seu José sempre vende todos os lotes de carneiros que vão à Feira de Carneiros de Quaraí, que é, há muitos anos, o destino de sua produção. Seguidamente, ele é, inclusive, premiado, tanto pelo peso quanto pelo padrão racial de seus lotes. “Vendo tudo e sou premiado também. Pelo padrão racial, o mais pesado. Essas premiações eu tenho tudo. Já tinha com o charolês”, orgulha-se o pecuarista.

No manejo, do mesmo modo, a crescente demanda por qualidade impele aquele que se propõe a uma pecuária de mercado a deixar de lado certas lidas tradicionais. Quando perguntado sobre as marcações e castrações, por exemplo, que foram historicamente motivo de festa nas estâncias da fronteira, Seu José diz: “Se acabou a festa. Nós montávamos, tomávamos um trago também. Agora se acabou”. Esse é um costume que vem desaparecendo da vida pastoril pampiana na medida da tecnificação da pecuária, reflexo da crescente busca por maior eficiência e qualidade do produto. “O carneiro é castrado na moita como a gente diz, ele tá deitadinho ali, chega perto, recém-nascido, já chega ali, já corta, já bota o spray e dá uma dose de Dectomax, que é um vermífico, e tá”, explica.

Na produção dos terneiros, Seu José não usa inseminação artificial, utiliza apenas a monta natural com os touros. Ele diz que, por isso, em todos os poteiros da propriedade sempre tem touros. “Porque, bah, daí não param de dar cria. E minha renda é terneiro. Tem que sair terneiro”, diz. No tema da sanidade, ele comenta que o carrapato é um problema generalizado e é preciso estar sempre cuidando. “Até no Uruguai, nessa zona do outro lado do rio Quaraí, salta o carrapato”, afirma. Comparando com a situação uruguaia o produtor comenta que lá existe um maior controle e que os animais com carrapato sequer são vendidos. “Tu ofereces um lote de vaca gorda, primeiro vai lá os técnicos pra ver como é que está”, explica.

Sua criação, extensiva típica, é reunida na sede apenas sazonalmente, quando chega o momento de “dosar” (vacinação) e, principalmente, de aplicar o carrapaticida. O gado também é reunido junto às casas quando é preciso dar sal, em frequência que varia conforme a avaliação do estado do rebanho. “Num momento de seca tem que tocar mais sal. Quando é verão e está tudo bem, deixa que corra, é economia”, esclarece Seu José.

Nossa visita à propriedade se encerra com um convite para provar algumas das laranjas de seu pomar. Da sala da antiga casa de paredes grossas, erguidas com o arenito típico da região, nos dirigimos às laranjeiras. Ao passo que colhe as frutas que julga de melhor qualidade, o pecuarista volta a lembrar do antigo pomar do tempo de sua mãe. Ele ainda lamenta aquela perda, apesar de já dispor novamente de laranjeiras e de todo um bonito arvoredado junto às casas, que ele mesmo plantou. “A pior lembrança que eu tenho foi desses arvoredos que tinha aqui, das 320 laranjeiras e fruteiras, tudo. Isso aí foi coisa de louco”, recorda.

Antes de nossa partida, Seu José comenta que estava se aproximando a data em que pretendia aplicar o carrapaticida nos animais. Ele diz, inclusive, que costuma comprar em Santana do Livramento o medicamento, em uma casa veterinária específica da qual é freguês. Nisso, comentamos que voltaríamos a Quaraí para realizar outro trabalho de campo no Coatepe e que, por isso, passaríamos pelo Areal na semana seguinte. Oferecemo-nos para trazer o produto e, num rápido acerto, deixamos combinada a empreitada.

### 3.4.2 Seu Pedro, na paisagem das “pedras” da Coxilha Negra

O trajeto entre a cidade de Santana do Livramento e a localidade da Coxilha Negra, localizada no Sexto Distrito do município, é uma jornada típica da fronteira seca ente Brasil e Uruguai. O caminho que tomamos, por ser um bom atalho via território uruguaio, é um dos mais utilizados para chegar até a localidade. Da zona urbana de Livramento, é preciso passar à vizinha cidade conurbada de Rivera e depois tomar rumo oeste, através da zona rural desse Departamento, até subir o Front da Cuesta de Haedo chegando ao topo do seu reverso.

A subida do Front é marcada pela passagem de um domínio campestre e peniplano de baixa altitude a um domínio florestal típico das encostas da Campanha, em uma estrada curvilínea característica das subidas de serras, chamada Subida da Diligência. Até certa altitude, nos cortes da estrada, ainda afloram os arenitos eólicos da formação Botucatu, para logo depois começar a aparecer a capa basáltica, sinalizando a aproximação ao topo da Coxilha Negra, onde inicia o reverso da Cuesta. Lá em cima, os marcos são a única referência do limite político dessa fronteira onde o delimitador é o divisor de águas e não o curso d'água.

Os marcos sinalizam a linha divisória, mas também separam duas bacias hidrográficas e dois tipos de paisagens: no lado uruguaio, que deixamos para trás, são as fontes do arroio Cuñapiru que descem o declive mais ou menos escarpado do Front da Cuesta em um curso anaclinal sob a mata de encosta, para só depois, já nos campos da Depressão, desaguar em um trajeto ortoclinal que alimenta a bacia do Rio Negro. No lado brasileiro, as nascentes do rio Quaraí vertem calmas para o quadrante oeste, em um curso cataclinal, para depois se perderem no largo horizonte campestre.

Do topo da Coxilha, a vista para o lado brasileiro é a de um domínio do campo seco, onde as nascentes do Quaraí recém são olhos d'água e onde a monotonia da planura exclusivamente campestre só é quebrada pela imponência dos aerogeradores do Complexo Eólico Cerro Chato, vizinho dali, mais ao norte. No demais, o horizonte aberto é um mosaico de campo e gado, salpicado, de quando em longe, de capões de eucalipto ou das esparsadas sedes de propriedades escondidas baixo a arvoredos. Ali, as fontes do rio Quaraí recém se tornam sulcos, ainda sem nenhuma mata de galeria. Em uma altitude beirando os 400 metros, essa localidade, que é marcada pelos fortes e constantes ventos, é uma das mais altas de toda a Fronteira Oeste do estado (Fotografia 33).

Fotografia 33 – Rebanho mestiço sendo conduzido nos campos de solos rasos de basalto: ao fundo o Complexo Eólico. Setembro de 2019, Coxilha Negra, Santana do Livramento, RS.



Fonte: registro do autor em trabalho de campo.

É nessa paisagem, encravada na divisa entre Brasil e Uruguai, onde vive o Seu Pedro, em que o marco demarcatório entre duas soberanias nacionais parece virar um simples ornamento em frente às casas. Situada à beira da Estrada da Divisa, sua propriedade chama atenção, ao longe, sobretudo, pelo verde vivo do azevém no campo ao redor das casas. Na aproximação, o estabelecimento inspira capricho ao observador. Árvores cuidadosamente manejadas fazem uma sombra contínua. Nas cercas, cada trama é coberta com um tapume feito com pedaços de latas de alumínio para evitar infiltração de água e dar, assim, maior vida útil à madeira. No varal sobre o azevém, roupas da família secam ao vento. Sobre a cerca, quaram as capas que protegem os cavalos do frio.

Hospitaleiro, Seu Pedro vem nos receber já na porteira, ao ver que vínhamos nos aproximando. Essa visita foi uma das que realizamos de forma espontânea, sem

que houvesse agendamento prévio e sem que conhecêssemos o proprietário. Apresentamo-nos e, já explicando o motivo da visita, convidamos o anfitrião para participar de nossa pesquisa através de uma entrevista. Explicamos em detalhes em que consistia o procedimento e, nisso, prontamente, Seu Pedro aceitou o convite. Pediu apenas que aguardássemos alguns instantes, pois queria estar bem “pilchado” para a ocasião, o que de fato fez, voltando poucos minutos depois, vestindo uma pilcha completa: chapéu, lenço vermelho no pescoço, pala sobre o ombro, camisa, rastra, bombacha, um tirador que levava suas iniciais, faca e chaira na cintura também com suas iniciais na bainha, botas e esporas.

Iniciamos a entrevista-conversa no campo, próximo às casas, em um diálogo que incluiu um giro pelas dependências do estabelecimento e que duraria quase três horas. Seu Pedro nasceu no Passo do Trilho, localidade situada junto ao Arroio Moirões, afluente do rio Quaraí. Trata-se de uma paragem das mais remotas do Rio Grande do Sul, um Pampa profundo, de difícil acesso, situado a cerca de 50 quilômetros da zona urbana de Santana do Livramento. “Nós fomos criados tudo lá no Passo do Trilho. A nossa casa ficava dentro do mato, debaixo duns peraus”, conta. Lá ele viveu a infância junto a outros nove irmãos, sendo destes, 4 mulheres e 6 homens. Segundo relembra, a propriedade não tinha área suficiente para o sustento da família através da pecuária de corte, de modo que seu pai alternava trabalhos em distintos ofícios, tais como os de peão por dia, tropeiro e açudeiro. A principal fonte de sustento da família, no entanto, era o leite das vacas e cabras que criavam, pois além de ser diretamente usado na alimentação, era a matéria prima do fabrico de queijos que eram vendidos ou trocados por outras mercadorias na cidade:

Nossos pais faziam queijo para vender. No tempo não tinha condução, não tinha carro. Tinha só um estancieiro, que era o finado Predinado, que era professor, que tinha um auto, era um jipe dele. E aí nem rádio tinha, pra ti ter uma ideia. E aí ó, nós fomos criados assim: nosso pai fazia queijo, tropeava. Ele tinha um pedacinho de campo, mas não dava pra sustentar, e aí fazia queijo, pegava o cavalo e ia - até um dos guris ia na cidade com ele - ia as maladas de queijo e ele trazia mercadoria, pra nos sustentar, entende? E nós fomos criados com um “engroçadinho”, assim, de leite de chiba, de cabrita, como dizem. Nós fomos criados assim: um engroçadinho com farinha de mandioca. E graças a Deus nunca tivemos doença nenhuma, nada, nada.

Seu Pedro comenta, ainda, que o tempo de sua criação no Passo do Trilho era um tempo de fartura nas estâncias das redondezas, onde, segundo ele, sempre havia um pedaço de carne para o que tivesse fome ou um pouso para quem precisasse.

“Nosso pai nos mandava: guris, vocês vão lá no Artigas (estância), lá. Nos traz umas cabeças, uns pedacinhos de carne, fala com seu Antônio, com o Don Miguel, lá - que era o caseiro que era 20 e tantos anos que eles eram caseiros - E nos davam”, recorda-se. Além disso, em sua percepção, naquele tempo, havia maior confiança entre as pessoas, sendo que a palavra dita tinha o mesmo valor de um documento assinado. “Isso é a coisa mais linda, porque não havia papel, assinatura, havia, como dizia, o fio de bigode: tchê, vou te pagar em tantos dias, tu me dás um prazo, que sei eu, tantos dias o cara te pagava”, conta ele.

Foi em meio a esse ambiente que Seu Pedro foi sendo formado, desde muito cedo, para a lida campeira. “Eu nasci e me criei lidando com os animais, entende? A pessoa nasce, e se criando com os animais, é outra pessoa, não é como a pessoa da cidade que começa a aprender desde grande. Aí é muito diferente”, explica. Segundo sua concepção, para o trabalho nas lides da pecuária, os estudos, apesar de importantes, não o são tanto como a experiência prática de uma vida manejando animais:

Tu sabes, o estudo é muito bom, mas a pessoa tem que ter experiência porque um cara analfabeto em campanha – pra cuidar os animais né – ele tem mais valor que um cara que tem estudo mas que não conhece nada, não sabe andar a cavalo, não sabe como é. O cara que sabe, ele olha um animal lá longe e enxerga: olha, aquele animal está doente. Entende? Se está deitado, está de pé, está meio separado dos outros, o cara conhece de longe. Uma ovelha abichada, está se mosqueando, meio assim: ó, aquela ovelha está abichada. Então por isso a experiência do cara, entende? E o tempo de encarneirar, de entourar o gado, tudo. Isso aí tudo é da experiência do cara. Eu não tive estudo, o quarto ano só eu estudei.

Seu Pedro ainda nem bem tinha saído da infância quando foi trabalhar pela primeira vez como peão campeiro, conforme revela. Desde então, foi peão e capataz em várias estâncias de Santana do Livramento, entre as quais algumas das maiores que existiam à época, de dimensões que, segundo conta, nem existem mais. “O tempo das estâncias, tchê! Que a carne não saía das trempes, viu? De madrugada, três horas, quatro horas, o cara estava comendo carne já. Era só assado também de manhã né, só assado”, recorda.

Ele diz que, atualmente, as estâncias estão muito menores, mesmo as maiores restritas a algo em torno de 10 ou 15 quadras (entre cerca de 800 e 1300 hectares) e que muitas sequer criam ovelhas. Orgulhoso, ele conta que chegou a trabalhar em estância que passava das 60 quadras de sesmaria, equivalente a mais de 5000

hectares, com rebanhos ovinos que chegavam a 10 mil cabeças e sem deixar animal nenhum adoecer.

nós pegávamos tudo que é ovelhinha renga, manca. O cara pega, limpa o casco, corta os cascos, até com a faca, não precisa nem tesoura, nesse tempo nem tesoura havia. Passa-lhe a faca ali, um casco ali, bota um remedinho, já não abicha, entende? Vejo uma ovelha aí com uma feridinha, bota um remedinho, não abicha. E eu cuidava “miles” e “miles” de ovelhas.

Em sua carreira, Seu Pedro trabalhou tanto na “região das pedras”, que é seu ambiente de origem, para o lado de Quaraí, quanto na “região das areias”, para o lado de Rosário e Dom Pedrito. Perguntado se existem diferenças no trabalho em um e outro ambiente, responde: “Tem muita diferença, mas o cara que é da lida, é da lida né”.

Nessa zona das areias, em uma das firmas em que trabalhou, Seu Pedro teve seu mais longo período de permanência, de mais de 14 anos. Ele recorda, inclusive, que esse estabelecimento foi adquirido pelo Estado para fins de Reforma Agrária pouco tempo depois de sua saída, o que o fez perder a oportunidade de ficar com um lote de terra, já que a instalação de assentamentos prevê que sejam contemplados os trabalhadores empregados nos imóveis no momento da desapropriação. “Eu tive 14 anos ali e não recebi nada, e os outros que estavam na estância há dois meses receberam campo e tudo. Eu e meu guri não recebemos nada porque nós saímos antes”, rememora.

Quando perguntado sobre os lugares por onde passou e que considera mais terem mudado ao longo do tempo, Seu Pedro cita exatamente essas localidades tornadas “áreas reformadas” através da instalação de assentamentos. “Mudou foi a faxina lá né. A faxina, que estão os colonos lá, mas estão se virando lá. Se viraram, cada um tem um lotezinho lá né”, responde. Na opinião dele, as pessoas dos assentamentos eram famílias que não tinham nada e que conseguiram um meio de ter um “pedacinho de campo”, conforme expressa. Ele conta que, quando começaram a chegar as primeiras famílias assentadas nas redondezas, ele ainda estava lá, trabalhando na antiga estância e que se dava muito bem com o novo pessoal. “Ah, convivi, convivi. Até os primeiros que vieram era eu que estava lá na faxina, os primeiros que vieram pro São Leopoldo. Até meus patrões até nem gostavam e, que sei eu, mas eu, graças a Deus (interrupção)”. Hoje, ele considera que as famílias assentadas vivem uma realidade muito melhor, após muito trabalho. “Agora eles têm



boa casa, agora eles tão vivendo 'louco de bem'. Até eu tenho um filho meu lá que é casado com uma colona", diz.

Seu Pedro adquiriu sua propriedade na Coxilha Negra com o auxílio do antigo patrão, com quem diz ter uma relação de recíproca gratidão. Hoje aposentado, ele já trabalha e vive em seu próprio campo há 18 anos, junto da sua esposa, que também é aposentada. Enquanto ele se dedica aos serviços de campo na criação extensiva, ela se encarrega, sobretudo, do trabalho nas casas e arredores, segundo detalha. A propriedade tem 186 hectares, acrescidos de outros 26 arrendados na vizinhança, destinados, em sua totalidade, à criação extensiva de bovinos, ovinos e alguns cavalos. A estrada vicinal que passa na frente de sua casa, a chamada Estrada da Divisa, também é frequentemente usada como potreiro, de modo que o pecuarista diz que já chegou a criar mais de 100 reses nesse corredor. Sazonalmente, o produtor dispõe de algum trabalhador pago por dia para lhe auxiliar. No momento de nossa visita havia, inclusive, um casal trabalhando na propriedade, conhecidos de longa data do pecuarista, a quem disse fazer questão de receber para algum serviço. "A gente sempre tem (serviço) né, a gente sempre vai na luta, meio 'curtão' de dinheiro, mas vai levando né. Aí eu dou uma changa para ele. Ele me ajuda e eu ajudo ele", explica.

Seu Pedro recorda que, quando chegou, teve de erguer ele próprio, do zero, seu estabelecimento. "Isto aqui que tu enxergas, essas árvores, mangueira, tudo isso aí fui eu que fiz. Não tinha nada, a casa velha ali estava caída, estava só as paredes, não tinha nada. E aí eu vim para cá e criei raiz aqui", conta ele. O pecuarista revela que, além das benfeitorias como a casa e outras dependências, teve de fazer, também, o próprio campo para a criação, já que, em sua chegada, segundo lembra, a área estava abandonada, tomada pelos chircais. "Só quem conheceu isso daqui para dizer o que era: chirca! Ali atrás da minha casa, ali ó, era um chirca quase do tamanho desse paraíso aí ó. Tudo isso aí ó. Eu arranquei de pico. Só eu! A enxada e pico", orgulha-se o produtor. Além disso, o neossolo originário do basalto com presença de muitos fragmentos de rochas e afloramentos rochosos propriamente ditos, característico dessa região, foi também um dos principais obstáculos que Seu Pedro procurou transpassar para conseguir obter um campo em melhores condições ao pastoreio dos animais, conforme relata:

aqui era grosso de pedra tudo isso, que tu vejas. Só pedra, grosso, grosso. Tudo, tudo, isso daqui ó. E aí me dizem assim: o que tu fizeste das pedras? Aí que é tua pergunta, viste? O que eu fiz das pedras? Sabe o que eu fiz das

pedras? Tinha buraco, assim, lagoa assim ó, eu boto as pedras no buraco e depois boto terra por cima assim ó, fica campo. Fica campo e não aparece nada de pedra.

Hoje, no mesmo lugar onde antes havia sido o domínio das chircas e pedregais, Seu Pedro exhibe sua área de azevém que domina a fisionomia da paisagem nos arredores das casas. Sua área de azevém tem proporções realmente significativas em relação à superfície total da propriedade, algo bastante incomum na vizinhança. “Depois tu agarras e dá uma filmada pra ver onde eu moro e o que eu fiz aqui ó. Isso aí eu fiz, tchê! Eu fiz com esses ‘bracito’ aqui ó, atirando esse azevém por aí, e botando gado e ovelha por cima”, revela o produtor.

Para conseguir a pastagem rica e homogênea de que dispõe, o produtor se utiliza de uma técnica singular, adaptando-se às condições de solos de sua propriedade, que são desfavoráveis ao arado, conforme explica: “Aqui não dá pra lavar, tu sabes? Isto aqui que eu tenho aqui ó, isto aqui é natural, tu atiras o azevém”. Primeiro, é feita a adubação da área com a própria urina e o esterco dos animais, que são colocados a pernoitar no local pretendido para a semeadura, segundo explana. Depois, é feito o plantio do azevém a lanço, seguido, por fim, de uma espécie de fixação da semente no solo através da passagem de ramos de árvores nativas espinhosas como o espinilho e a coronilha. Outra técnica que utiliza é a de colocar os animais a pastar azevém no período em que ele já está seco, para, em seguida, soltá-los ao campo para que semeiem novas áreas através do esterco. “E aí nasce coisa mais linda, melhor do que tu semeares ele”, afirma o produtor.

No que diz respeito ao campo nativo, que é o principal alimento de seus animais, Seu Pedro lança mão de uma série de práticas, que dizem respeito, sobretudo, ao controle de plantas tóxicas e invasoras. Em se tratando de uma pequena propriedade, o produtor diz que, em alguma medida, dá conta de controlá-las simplesmente retirando-as do campo, planta por planta. É o que faz, por exemplo, com o mio-mio e com o anonni. “Esse mio-mio eu arranco ele. Agora mesmo, agora eu vou passar a roçadeira aqui ó. Isso aí mata. Tu comes, morre. Até o gado (bovino) morre, sabe?”, explica ele. “Anonni tem naquele quadro ali ó. Mas estou arrancando já. Eu arranco de pico”, acrescenta. O pecuarista explica que os animais habituados a campos com mio-mio naturalmente não o comem, porém o gado que é repostado trazido de outros campos onde a planta não ocorre, é o que acaba se intoxicando. Contra esses casos, a receita dada pelo produtor é a seguinte: “pra ele não comer tu

tens que agarrar e queimar o mio-mio e esfregar no nariz dele e depois dar uns dias ainda”.

Já no que diz respeito à maria-mole, o controle é feito através do pastejo das ovelhas. Seu Pedro segue a velha premissa campeira de que campo onde tem ovelha é campo limpo. A título de prova, mostra seu próprio campo, apontando ao horizonte: “Tu podes ver meu campo aí ó! Pode tirar uma foto dele, assim. Esses verdes aí tudo é meu, até aquelas águas lá ó. Campo limpo, viste?” comprova ele. Inclusive, o criador diz que as ovelhas hoje estão cada vez menos presentes nas estâncias, e é isso o que, segundo ele, está causando uma sensível mudança na fisionomia e na qualidade dos campos nos estabelecimentos. “Tu podes ver, esses campos a maior parte não têm ovelha, a maior parte das estâncias. Então por isso que tão virando numa (interrupção). Tem estância atirada, entende? Os campos abandonados, um pastizal, um chircal, avalia o experiente homem de campo.

A produção bovina de Seu Pedro não é especializada em nenhuma fase, em específico, seja de cria, recria ou engorde. As vendas são feitas de acordo com o que ele tem disponível em cada momento e, particularmente, nas ocasiões em que está precisando de alguma liquidez, conforme detalha a seguir:

Tchê, eu não tenho balança assim ó. Eu vou levando como Deus me ajuda como diz o outro. Às vezes eu preciso dum dinheiro eu vendo umas vacas assim ó. Umhas vacas de invernhar, umhas vacas de cria, uns terneiros machos, entende? É a minha salvação. Às vezes eu vendo só os terneiros machos e fico com as vacas, entende? Agora mesmo eu tinha tirado um dinheiro no banco, um empréstimo. Aí eu tive que vender um lote de vacas com cria ao pé e terneiro macho.

O mesmo processo ocorre com os ovinos, cujo produto de saída varia entre a lã, o cordeiro e até mesmo os ovinos de corte de outras idades/categorias do rebanho, de acordo com a disponibilidade e a demanda que surge. Na verdade, a relação do produtor com o mercado é nitidamente permeada de significativo grau de autonomia. Característica esta, aliás, bastante descrita pela literatura sobre os pecuaristas familiares, como demonstra, por exemplo, a coletânea elaborada por Waquil et. al. (2016).

O rebanho bovino de Seu Pedro, ainda que não tenha um padrão, é predominantemente de cruza da raça Braford, segundo classifica. Para a reprodução, o pecuarista varia entre a inseminação artificial e a monta natural, de acordo com os recursos de que dispõe, mas deixa claro que já gosta mais da primeira. Em geral, suas

vendas são feitas via corretores. Os terneiros, ele diz que tem vendido “inteiros”, segundo conta, pois diz estar valendo mais a pena. Cabe destacar que muitos produtores veem a negociação de terneiros inteiros como uma economia de insumos e mão de obra, de modo que, se o preço pago pelo quilo compensa, o produtor tende a optar por esse tipo de venda.

Por vezes, quando tem animais gordos, ou quando engorda alguma vaca que “falhou”, Seu Pedro diz que comercializa também para o abate. Ele se queixa, no entanto, que a remuneração das comercializações de animais para abate não tem mais sido feita com base no peso vivo, ou seja, a partir do peso na balança, como era antigamente. Segundo explica, a chamada “venda a rendimento”, praticada hoje, é baseada no peso da carcaça, ou seja, no peso após o abate e limpeza, no frigorífico. Para o produtor, o problema desse tipo de venda é que o pecuarista fica à mercê de critérios de precificação estabelecidos unilateralmente pelo comprador, de acordo com seu interesse, quando os animais já foram abatidos e não há margem de negociação. “Eles vão te pagar o que querem porque são eles que estão com todo o teu gado”, explica ele, complementando, ainda, do seguinte modo:

tu não estás sabendo quanto é que é que tu vais receber. Não é como na balança. Tu botaste na balança é tanto por quilo e vai embora. E a rendimento fica ruim entende? Quase ninguém gosta de “a rendimento”. As vezes pode dar até mais, mas tu vais saber do “a rendimento” depois que tu recebes o teu dinheiro.

No entanto, nitidamente, boa parte das preocupações de Seu Pedro se situam, na verdade, em reproduzir a vida pastoril na qual foi criado e que lhe traz satisfação, mais do que propriamente obter maiores ganhos econômicos. Apaixonado por rodeios e campereadas, ele construiu uma estrutura completa em sua casa para realizar carreiras de cavalos e outras “provas” campeiras. À moda das estâncias de outrora e seguindo um costume que aparece em relatos de viajantes ao menos desde o início do século XIX, Seu Pedro está sempre pronto para receber quem porventura chegue em sua casa. “Se chega uma pessoa, vem cruzando aí, chega aí: seu Pedro eu queria pousar. Mas como não! Bota para dentro aí, desencilha, se é cavalo de cabanha eu já meto naquelas cabanhazinhas, se é de campo, solto em qualquer potreiro aí”, garante o produtor. Para quem chega, ele sempre oferece, no mínimo, um prato de comida, segundo conta. “O que tem, eu convido”, diz. Ele lamenta, inclusive, que, hoje, esse tipo de hospitalidade seja cada vez menos comum na campanha, dizendo que

“tem certas estâncias que negam um prato de comida. Nem uma desencilhada”, lamenta.

Despedimo-nos de Seu Pedro já no início da noite. Mas não sem antes conhecermos a casa principal, sentarmo-nos à frente da lareira – onde a esposa e ele ainda mantêm água quente sempre disponível nas cambonas junto ao fogo – e experimentarmos uma de suas cachaças.



## 4 SÍNTESE

*Meus olhos se perdem longe  
cuidando o campo e o gado  
Por várzeas e coxilhões  
entre horizontes dobrados.  
Nos meus olhos rasos d'água  
todo este verde se estende.  
Imagens de encher os olhos  
que não se compra, nem vende.*

*O campo nos cobra o preço  
mas dá, em dobro o que tem  
Verdeja a grama forquilha  
quando termina o azevém.  
Tem sempre a sabedoria  
que a natureza não nega  
Pastorejando os terneiros  
que nascem pelas macegas.*

*Eu cuido bem do meu jeito  
pois sei daquilo que falo  
O campo é quem nos garante  
ovelhas, bois e cavalos  
É sua essência de terra  
que me faz tão bem assim...  
Eu faço parte do campo  
e ele faz parte de mim!*

*São pontos rubros no verde  
o gado pampa que pasta.  
Eu sou e vivo esta terra  
e gostar disso me basta!  
Hoje meus olhos são mansos  
andam no campo sem pressa  
Conhecem os seus segredos  
onde termina e começa.*

*Por isso que há de ficar  
pra cada um que virá  
O amor por estes campos  
que a gente sempre terá...  
Pois tem um fato que creio  
e rezo sempre pra Deus.  
Quem tem o campo no sague  
passa esse sangue pra os seus!*

**Cuidando o Campo**  
Gujo Teixeira

Nas linhas que se antecederam, nos dedicamos a expressar uma Geografia do Pampa remanescente no Brasil, fruto de uma investigação que durou mais de 4 anos, entre 2017 e 2021. O objetivo foi compreender a dinâmica da paisagem pastoril em sua relação com a vida que a anima, dialogando com sujeitos sociais que com ela interagem. Enfocamos a alta bacia hidrográfica do rio Quaraí, um dos últimos redutos a conservar significativa parcela de áreas ditas “naturais” do bioma. Estiveram em questão causas, características e efeitos geográficos da permanência ou continuidade relativa dessa “mancha” de Pampa, ante um entorno que cede progressivamente à transição.

Como pano de fundo, esteve uma compreensão do espaço geográfico enquanto híbrido entre a materialidade ou configuração geográfica e a vida que a anima, isto é, as relações sociais. Em detrimento de um espaço superfície, conjunto de formas receptoras da história, compreendemos o espaço como sucessão de formas-conteúdo, que condicionam a ação da própria sociedade e, portanto, da realização da história. Disso decorre nossa proposição inicial de que a conservação desses remanescentes do Pampa implica condicionantes postos pelas formas-conteúdo locais, resultando nessas manchas que, por isso mesmo, não são somente manchas de vegetação, biodiversidade, ou, de modo geral, de materialidade em si mesma, sendo indissociavelmente manchas de sistemas de práticas específicos, de ações funcionais e/ou simbólicas, enfim, de conteúdo desses subespaços, em alguma medida.

Em uma pesquisa de caráter qualitativo, operacionalizamos analiticamente o conceito de paisagem enquanto foco conceitual, mas com subsídio em outros conceitos geográficos. Compreendemos a paisagem enquanto marca cultural, uma escrita da superfície terrestre por uma determinada sociedade, estando presente objetivamente em cada território e subjetivamente em cada olhar. Nessa perspectiva a entendemos como um texto, um documento que versa sobre a relação entre sociedade e natureza em cada lugar, passível de leitura e interpretação e, por isso, uma fonte de pesquisa.

Por outro lado, considerando que nem toda uma realidade socioespacial pode ser desvelada pela visão e, ao mesmo tempo, que o próprio olhar do pesquisador é condicionado por filtros, concebemos que a observação da paisagem, ainda que com toda sua importância, não pode ser a única fonte de informações da pesquisa socioespacial. Colocamos em voga, então, a interlocução com os sujeitos sociais que



se relacionam e animam a paisagem, acessando seus relatos ou narrativas. Deste modo, o trabalho de campo, fundado no cruzamento entre observação direta da paisagem e escuta das vozes de suas gentes, constituiu-se na forma privilegiada de obtenção de informações, complementada pelas fontes documentais e bibliográficas. Há o que a paisagem esconde e suas gentes revelam, mas há, também, o que as gentes escondem e a paisagem revela. Buscamos, então, nessa mescla, aproximar-nos da realidade.

O primeiro grupo de achados desse processo, foi fruto de uma Geografia retrospectiva na escala do Pampa brasileiro e do Sudoeste Gaúcho. Através desse exercício, enxergamos a face historicamente construída do Pampa: a paisagem pastoril, uma paisagem agrária. Consideramos que, antes de os europeus começarem a rondar o Prata, no século XVI, a região, embora já fosse um domínio da paisagem campestre, não era um domínio pastoril. Muito mais do que marca das culturas locais, essa paisagem era a sua matriz. As sociedades do Pampa, embora já fossem “sociedades da carne”, não o eram das carnes bovina e ovina.

Avaliamos que a paisagem – e a vida – pastoril começa a ser construída somente na esteira do processo de organização moderno-colonial do mundo, junto a uma gama de outras “paisagens derivadas”, fruto dos intercâmbios tornados globais desde as grandes navegações iniciadas no século XV. A introdução do exótico elemento gado, no século XVII, é o evento chave dessa nova arquitetura, a partir da relação de cotransformação que se estabelece com o sistema preexistente (plantas, animais, solo, gentes, etc). Forma-se, a partir daí, um novo sistema, uma nova marca-matriz cultural em movimento. Uma híbrida de natureza-artifício que contém e está contida no Bioma Pampa, sendo altamente representativa dele, ainda que não seja sua única expressão.

Observamos, também, que, mesmo sendo fruto de uma situação técnica impossível sob os desígnios apenas naturais, a paisagem pastoril manteve uma simbiose com o meio geográfico pampiano anterior. Mesmo nos casos em que o uso pastoril foi conduzido fora dos padrões do que hoje se chamaria “sustentabilidade”, isso se deu mediante perturbações na biota e não em sua efetiva substituição. Esculpida sob uma pecuária extensiva sustentada basicamente daquilo que o Pampa oferecia ao gado, essa paisagem teve na extensão um fator fundamental de produção, característica presente mesmo entre pequenos e médios criadores, se comparados a outras realidades camponesas regionais.

Permeada de lonjuras, a paisagem pastoril fez-se nas grandes distâncias e numa vida a cavalo, onde “os vizinhos não se podem olhar da janela”, tal como percebeu Avé-Lallemant (1953, p. 270). Desprovida das geometrias e densidades resultantes das ações carregadas da racionalidade instrumental que caracterizam as atividades produtivas mais intensivas, ela se revestiu de uma aparente naturalidade. A paisagem pastoril se fez, então, avessa ao pensamento moderno-colonial de onde teve sua própria origem, fundado exatamente no domínio da natureza como base da civilização e da cultura. Para os padrões moderno-coloniais importados, faltou-lhe algo de regular, de padronizado, de linear, de denso, que sintetizasse uma imagem de progresso. Rotulada de expressão “arcaica” e “pré-capitalista”, a paisagem pastoril foi tendo sua imagem associada a um vazio a preencher, a um deserto a povoar ou a um progresso ainda por se realizar quando deixar de ser “só campo”. O Pampa se tornou a “Metade Sul”, a “metade pobre” do Rio Grande do Sul, e o pecuarista, um “gigolô de vaca”, sobretudo se não fosse um rico e poderoso estancieiro.

Sob o peso desse imaginário de modernidade, essa secular paisagem agora sucumbe rapidamente ao avanço da soja, que se dá mediante o slogan do “El Dorado” agrícola da região, professado desde os seus albores. O cultivo da oleaginosa se expande no Rio Grande do Sul dos domínios de solos argilosos do norte, para os de solos arenosos e franco-arenosos do sul, no embalo da associação favorável entre fatores de mercado global, ciência, tecnologia e informação, que vão tornando cada vez mais diminutas as áreas em que as condições naturais preexistentes ainda impõem barreiras ao plantio a ponto de inviabilizá-lo.

Investidores com trajetória no setor, vindos, basicamente, dessas regiões tradicionalmente produtoras da metade norte do estado, movimentam uma grande procura por terras nas localidades do Pampa com solos minimamente viáveis à agricultura. A menor produtividade por área dos solos da região empurra o evento a um avanço extensivo, favorecido pelo baixo preço relativo do hectare. Frente às dificuldades atuais de reprodução na pecuária extensiva, principalmente para pequenos e médios pecuaristas, a conversão de remanescentes de paisagem-vida pastoril é facilitada, de modo que, hoje, já há, na região, mais áreas de lavoura do que de formações campestres nativas.

Restam remanescentes, confinados em geografias refratárias a usos hegemônicos. São espécies de conservatórios que hoje guardam, como fossem grandes relicários a céu aberto, essas formas-conteúdo, essa herança secular da

pecuária extensiva, entre continuidades e descontinuidades. Esses redutos ou conservatórios, remanescem, no entanto, em um momento de emergência de novos olhares, requalificados, que, paradoxalmente, passam a ver qualidades diferenciais nas mesmas características que um dia associaram essas zonas ao “atraso”, o que poderá ser uma potencialidade. A crise ambiental que põe em voga o tema da biodiversidade é, também, a crise da cultura de massa global que põe em voga o que é próprio e distintivo. É a diferença reagindo ao paradigma da repetição mecânica, diria Moreira (2011). Os territórios e suas expressões humanas, além dos biomas e suas expressões “naturais”, são valorizados e a conservação e/ou recuperação de suas paisagens vai se tornando de interesse social e institucional.

Daí que, ao se falar no Pampa remanescente, é oportuno falar na paisagem-vida pastoril remanescente. Seria dizer, além de um patrimônio “natural” ou biológico, estaríamos falando de um patrimônio territorial e agrário. Isso se torna particularmente acertado ao colocarmos essa Geografia retrospectiva do Pampa pastoril dentro de um quadro comparativo com a *dehesa* espanhola. Visualizamos, através desse exercício, duas expressões culturais-agrícolas com trajetórias muito similares. Uma paisagem cultural mediterrânea de feitiço bem mais antigo, mas com semelhante ar de naturalidade, além do que uma marca-matriz cultural também fronteira por excelência, permeada, como aqui, de heranças das disputas territoriais entre Portugal e Espanha.

Uma paisagem, além do mais, também moldada na extensividade de seus usos produtivos, marginalizada pelos olhares modernos e, por fim, suprimida. De modo que, hoje, em geral, também restrita a Geografias hostis a usos intensivos, é agora beneficiada pela paradoxal virtude de haver sido marginal (RIVERA; PÉREZ, 2002; PÉREZ, 2010; PÉREZ; SALINAS, 2015; PÉREZ; SALINAS, 2015b). Na esteira das reações às sequelas do intensivismo e da correspondente massificação das paisagens, a *dehesa* é crescentemente reconhecida social e institucionalmente como um patrimônio a ser conservado. Torna-se protegida por distintos dispositivos em diferentes escalas e dimensões. De outro lado, enfrenta os problemas da valorização naturalística e estética de sua paisagem em detrimento de sua função produtiva, o que, paradoxalmente, põe em risco a própria forma que é valorizada, dado que ela resulta do manejo humano (PÉREZ, 2010). Trata-se de uma realidade similar à da paisagem pastoril pampiana e que traz, portanto, importantes elementos para pensá-la.

O segundo grupo de achados da pesquisa, este na escala da mancha de remanescentes concentrada no Alto Quaraí, é fruto de uma Geografia do presente. Visualizamos, por essa via, um reduto abrigado em uma região natural específica do Pampa, a Cuesta de Haedo, que, aliás, bem poderia chamar-se Cuesta de Yapeyú, por justiça do povo indígena-missioneiro que fundou a pecuária nesses campos. As características dessa região natural, historicamente condicionantes da humanização de suas paisagens, estão, também, na base da explicação da permanência atual dessa zona como conservatório do bioma. Exatamente sobre a Cuesta está a única zona pampiana marginal ao avanço da soja, evento este que já se faz presente em quase toda a diversidade ambiental do Rio Grande do Sul. Evidenciamos, assim, as singularidades geográficas predominantes nessa área como geradoras de um efeito protetivo sobre o Pampa, ao restringirem o leque de usos do solo possíveis.

O Alto Quaraí se constitui em um Pampa protegido exatamente pela espontaneidade de sua própria Geografia, que se põe refratária às lavouras, seja por suas limitações edafo-climáticas e geomorfológicas, seja pelo peso de mentalidades históricas locais, que ainda reiteram em alguma medida antigas posições reticentes às searas. Avaliamos que a partir dessa sua marginalidade para certos usos hegemônicos, desvela-se ali um efeito de filtro que parece impedir o total domínio dos tempos do mundo, definindo essa zona como subespaço onde as rugosidades têm mais vez. Identificamos, assim, uma porção do espaço não completamente domesticada pelos imperativos da eficiência, da produtividade e do lucro. Uma zona que, devido as suas próprias contingências, sofre menos pressões de mudança e torna-se uma janela rugosa à reprodução de valores de uso, ao simbólico e à afeição, frente a um entorno regional que vai sendo mais rápida e profundamente alienado de seus arraigos locais.

Descortinamos, então, um Pampa conservado em maior grau em comparação a outras de suas paragens. Uma área de remanescentes que, para além da dimensão “clorofílica” do que conserva, constitui-se em um arranjo de lugares onde ainda impera a vida pastoril ante um entorno regional já tornado hegemonicamente agrícola. Aferimos o Alto Quaraí como uma zona onde os elementos naturais do bioma Pampa – de que são exemplos as próprias formações campestres – conservam-se arranjados como parte de uma singular arrumação de feitio histórico, uma paisagem agrária, hoje protegida por suas próprias contingências. De modo que, nas vozes locais, o próprio

Pampa aparece como sinônimo de vida pastoril mais do que propriamente um domínio natural.

As mesmas características que contingenciam as lavouras e fazem do Alto Quaraí parte de uma forma residual de domínio da pecuária extensiva no estado são as que tecem as singularidades da própria pecuária ali desenvolvida: forjam um *terroir* ovelheiro e uma zona especializada na fase de cria bovina, vocação esta forjada na singularidade de seus campos predominantemente basálticos, com seus solos rasos e pedregosos e suscetíveis a estiagens estivais. Através das vozes locais, descobrimos, ainda, um conservatório propriamente dito de antigos condicionantes postos pelo meio, com seus significados e representações sociais. Nos campos sobre basalto, presenciamos numerosas expressões de uma vida permeada pelos desafios e amenidades de se criar gado “nas pedras”, enquanto nos campos arenosos do Areal e do Coatepe, por exemplo, testemunhamos as nuances ligadas às especificidades do ser pecuarista nas “areias”. Na objetividade de cada situação dessas e na subjetividade de cada olhar local, apresenta-se um patrimônio territorial e agrário de notável valor cultural.

Por outro lado, trouxemos, dos quilômetros percorridos em campo e das horas de interlocuções com as gentes locais, mostras ilustrativas de que o estável, ali, não é sinônimo de estático e de que o rugoso não se confunde com a ausência do novo. Abordamos, portanto, as várias mudanças que constatamos nesse que é um reduto de permanências. Mostramos que, em alguns casos, essa mudança se apresenta, paradoxalmente, como espécie de volta ao antigo: a biota nativa regenera-se em áreas anteriormente ocupadas com arroz; famílias de antigos policultores chacreiros se convertem em pecuaristas familiares enquanto levas de pecuaristas oriundos das zonas de avanço da soja buscam uma “fuga para o basalto”, na tentativa de continuar na tradição da pecuária extensiva em campo nativo. Em outros casos, é o antigo que aparece revestido do novo, tal como atestam os diferentes níveis e tipos de repaginações na pecuária com as quais nos deparamos. De modo que, nem de longe essa zona se reduz a um refúgio dos pecuaristas reticentes à modernidade. São diversos os graus e nuances das modernizações e repaginações que movimentam a atividade pastoril na direção de sua eficiência e condições mais favoráveis à sua reprodução social.

Por outro lado, há as novidades que se apresentam como ameaças à reprodução da paisagem e da vida pastoril, seja na forma de ameaças novas ou

renovadas: escasseiam-se os braços na esteira do envelhecimento e êxodo da população rural; os agentes do abigeato, por sua vez, encontram convenientes vazios em campos onde atuam menos pastores; enquanto isso, a infestação dos campos pelo capim anonni e pelo javali, e do gado, pelo carrapato, ocupam, ali, o mesmo lugar que, em outros confins pampianos, ocupam a soja e a mineração como agentes de impacto sobre o Pampa.

Há, ainda, outros dois eventos que, embora ainda incipientes em extensão, transformam profundamente a paisagem pastoril dos lugares onde se instalam e já levantam questões sobre o futuro do Alto Quaraí enquanto atual reduto de conservação do Pampa: a soja, principal motor de transformação em outras paragens do Pampa, encontra também no Alto Quaraí o seu foco de introdução, ao ocupar a janela de domínio de solos arenosos do Areal; enquanto, por fim, o grande potencial eólico de geração de energia dessa zona vai tendo como laboratório o Complexo em funcionamento no entroncamento entre a Coxilha Negra e de Japejú (Santana), chamando atenção para a conservação desse relicário pastoril.

Entre inércias, transformações e ameaças, o fato é que o Alto Quaraí remanesce como área relicário, cujas relíquias que guarda são a própria paisagem e a vida pastoril pampiana.

## REFERÊNCIAS

- AB'SABER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- ACHKAR, M. El bioma pampa: un territorio en disputa. In: WIZNIEWSKY, C. R. F.; FOLETTO, E. M. (Org.). **Olhares sobre o pampa: um território em disputa**. Porto Alegre: Evangraf, 2017. p. 126 – 140.
- AHLERT, J.; GOLIN, L. C. T. A estatuária como cultura material constitutiva de espacialidades nas áreas rurais missioneiras. **Revista história: debates e tendências**, v. 17, n. 1, 2017, p. 83-97.
- ANDREOTTI, G. A paisagem como “aparência visual integrada”. In: ANDREOTTI, G. **Paisagens culturais**. Tradução Ana Paula Bellenzier. et. al. Revisão da tradução Giuliana Andreotti, Iria Zanoni Gomes. Curitiba: Editora UFPR, 2013. p. 63-88.
- AVÉ-LALLEMANT, R. **Viagem pelo sul do Brasil no ano de 1858**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1953.
- AZARA, Félix. **Viajes por la America meridional**. Madrid: Espasa Calpe, 1969.
- BAGUET, A. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC; Florianópolis: PAROLA, 1997.
- BARRIOS PINTOS, A. **400 años de la historia de la ganadería en Uruguay**. 2. ed. Montevideo: Ediciones Cruz del Sur, 2011.
- BEHLING, H.; JESKE-PIERUSCHKA, V.; SCHÜLER, L.; PILLAR, V. M. Dinâmica dos campos no sul do Brasil durante o Quaternário Tardio. In: PILLAR, V. P.; MÜLLER, S. C.; CASTILHOS, Z. M. S.; JACQUES, A. V. A. **Campos Sulinos, conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília: MMA, 2009. p. 13 - 25.
- BENCKE, G. A. Diversidade e conservação da fauna dos Campos do Sul do Brasil. In: PILLAR, V. P.; MÜLLER, S. C.; CASTILHOS, Z. M. S.; JACQUES, A. V. A. eds. **Campos Sulinos, conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília: MMA, 2009. p.101-121.
- BERQUE, A. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 84-91.
- BILENCA, D.; MIÑARRO, F. **Identificación de Áreas Valiosas de Pastizal (AVPs) en las pampas y campos de Argentina, Uruguay y sur de Brasil**. Buenos Aires: Fundación Vida Silvestre Argentina, 2004. 352 p.
- BOHN GASS, S. L.; VERDUM, R.; VIEIRA, L. F. S.; CANEPPELE, J. C. G.; LAURENT, F. Os areais do sudoeste do Rio Grande do Sul, Brasil, como patrimônio

geomorfológico. **Physis Terrae** - Revista Ibero-Afro-Americana de Geografia Física e Ambiente, Universidade do Minho, V. 1, N. 2, p, 101-119, 2019.

BONATO, E. R.; BONATO, A. L. V. **A soja no Brasil: história e estatística**. Londrina: EMBRAPA-CNPSo, 1987. 61 p.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevista em ciências sociais. **Em tese**: revista eletrônica dos pós-graduandos em sociologia política da UFSC, v. 2, n. 1, a. 3, p. 68-80, jan./jul. 2005.

BORBA, M. F. S. **La marginalidad como potencial para la construcción de otro "desarrollo"**: el caso de Santana da Boa Vista, Rio Grande do Sul, Brasil. 2002. 336 f. Tese (Doutorado em Sociologia, Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Córdoba, Córdoba, Espanha, 2002.

BRASIL. Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009. Estabelece a Chancela da Paisagem Cultural. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 mai. 2009. Seção 1, p. 17.

BUCCELLI, V. **Uma viagem ao Rio Grande do Sul**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2016.

CAMPAL, E. Introducción y notas. In: CARDIEL, J.; GONZÁLEZ, S. **Las vaquerías del mar**. Montevideo: Enciclopedia Uruguaya, n. 5, 1968.

CHEBATAROFF, J. **Palmeras del Uruguay**. Montevideo: Bouzet Ed., 1974. 32 p.

\_\_\_\_\_. Regiones naturales de Rio Grande del Sur y del Uruguay. In: CARDOSO, E. S.; DE DAVID, C (Org.). **A geografia do Rio Grande do Sul em meados do século XX**: retratos do território e da produção da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Porto Alegre: AGB, 2014. p. 19-35.

CHELOTTI, M. C. **A estância metamorfoseou-se**: (re)configurações territoriais e expressões da reterritorialização camponesa na Campanha Gaúcha (1990-2007). 2009, 288f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, UFU, Uberlândia, 2009.

CHOMENKO, L.; BENCKE, G. A. **Nosso Pampa desconhecido**. Porto Alegre: Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, 2016.

CHRISTILLINO, C. L. **Litígios ao sul do império**: a lei de terras e a consolidação da política da Coroa no Rio Grande do Sul. 2010. 353 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

COLOGNESE, S. A.; MÉLO, J. L. B. A técnica de entrevista na pesquisa social. **Cadernos de Sociologia**, v. 9, p. 143-159, 1998.

COSTA, C.; FROEHLICH, J. M.; CARPES, R. H. **Masculinização rural**: uma abordagem a partir da regionalização por sistemas agrários no Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 30, n. 2, dez. 2013.



COSTA, L. C. N.; SERRES, J. C. P. Memória, identidade e paisagem cultural: interfaces na constituição do patrimônio brasileiro. **Patrimônio e Memória**. São Paulo, Unesp, v. 12, n.1, p. 158-178, jan./jun., 2016.

CLAVAL, P. **A geografia cultural**. 3. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

\_\_\_\_\_. **Terra dos homens: a geografia**. Tradução Domitila Madureira. São Paulo: Contexto, 2014.

CRAWFORD, L. **La provincia uruguay del Tape**. Montevideo: Ed. Geosur, 1983.

CRUZ, R. C.; GUADAGNIN, D. L. Uma pequena história ambiental do pampa: proposta de uma abordagem baseada na relação entre perturbação e mudança. In: COSTA, B. P.; QUOOS, J. H.; DICKEL, M. E. G. (org.). **A sustentabilidade da Região da Campanha - RS: práticas e teorias a respeito das relações entre ambiente, sociedade, cultura e políticas públicas**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, Departamento de Geociências, 2010. 226 p.

DA ROS, C. A. O movimento "vistoria zero" e a resistência do patronato rural às políticas de assentamentos no Rio Grande do Sul. **Sociologias**, n. 22, p. 232-278, 2009.

DE DAVID, C. L'expansion de la monoculture dans la Pampa Gaucha et son impact sur le paysage. **Eso, travaux & documents**, n. 40, p. 75-80, mar. 2016.

DREYS, N. **Notícia Descritiva da Província do Rio Grande de S. Pedro do Sul**. Porto Alegre: Nova Dimensão/EDIPUCRS, 1990.

DUNCAN, J. A paisagem como sistema de criação de signos. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 91-132.

ESCHER, F.; WILKINSON, J. A economia política do complexo Soja-Carne Brasil-China. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, n. 4, p. 656-678, nov. 2019.

FARINATTI, L. A. E. **Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)**. 2007. 421 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

FERNANDES, V. D.; MIGUEL, L. A. A presença histórica da pecuária familiar na região da campanha do Rio Grande do Sul: Santana do Livramento, século XIX. In: WAQUIL, P. D.; MATTE, A.; NESKE, M. Z., BORBA, M. F. S. **A pecuária familiar no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 41 – 61.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução Joice Elias Costa. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FLORES, S. S.; MEDEIROS, R. M. V. La dimension territoriale du développement durable. **Confins [En Ligne]**, n. 38, dez. 2018. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/confins/15992>>. Acesso em: 28 mai. 2019.

FONTOURA, L. F. M. **Macanudo Taurino**: uma espécie em extinção? Um estudo sobre o processo de modernização na pecuária da Campanha gaúcha. 2000. 300 p. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Instituto de Geografia, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2000.

FREITAS, D. **O capitalismo pastoril**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980. 204 p.

GARCIA, G. B. **O domínio da terra**: conflitos e estrutura agrária na Campanha Rio-grandense oitocentista. 2005. 195 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

GAZZONI, D. L. A soja no Brasil é movida por inovações tecnológicas. **Ciência e Cultura**. São Paulo, v. 70, n. 3, jul./set., 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLIN, L. C. T. O caminho das missões. In: PILLAR, V. D. P.; LANGE, O. **Os campos do sul**. Porto Alegre: Rede Campos Sulinos – UFRGS, 2015.

GOMES, E. T. A. Natureza e cultura: representações na paisagem. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 49-70.

G1 MT. Termina colheita de lavoura de soja plantada 'na pedra' em Cuiabá. **Portal G1**. 10 mai. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mato-grosso/agrodebate/noticia/2014/05/termina-colheita-de-lavoura-de-soja-plantada-na-pedra-em-cuiaba.html>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

HAESBAERT, R. Hibridismo, mobilidade e multiterritorialidade numa perspectiva geográficocultural integradora. In: SERPA, A. (Org.). **Espaços culturais**: vivências, imaginações e representações. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 393-419.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_.; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. **Etc., espaço, tempo e crítica**: Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas. 15 de agosto de 2007, n° 2 (4), vol. 1. ISSN 1981-3732.

\_\_\_\_\_. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand, 2014.

HEIDRICH, A. L. Método e metodologias na pesquisa das geografias com cultura e sociedade. In: HEIDRICH, A. L.; PIRES, C. L. Z. (org.). **Abordagens e práticas da**

**pesquisa qualitativa em Geografia e saberes sobre espaço e cultura.** Porto Alegre: Editora Letra1, 2016. p. 15-33.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Manual de boas práticas para o controle de javali.** Brasília: IBAMA, 2020. 40 p.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas do espaço rural brasileiro.** 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 324 p.

\_\_\_\_\_. Nota Técnica do Mapa de Biomas do Brasil, 2004.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Relatório de análise de mercado de terras no Rio Grande do Sul,** 2020.

INSTITUTO CURICACA. **Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade do Bioma Pampa:** Produto 1: Relatório de avaliação dos impactos do processo anterior de atualização das áreas prioritárias do bioma Pampa, 2018.

ISABELLE, A. **Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul.** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2006.

KAISER, B. O geógrafo e a pesquisa de campo. **Boletim Paulista de Geografia,** São Paulo, n. 84, jul. 2006.

LANTMANN, A. Solos pedregosos não impedem o cultivo de soja e milho em Cristalina (GO). **Canal Rural.** 13 nov. 2013. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/sites-e-especiais/solos-pedregosos-nao-impedem-cultivo-soja-milho-cristalina-26338/>. Acesso em: 15 jul. 2021.

LEAL, E. J. M. Um desafio para o pesquisador: a formulação do problema de pesquisa. **Contrapontos,** Itajaí, n. 5, p. 227-235, mai./ago. 2002.

LEVINTON, N. **El espacio jesuítico-guaraní:** la formación de una región cultural. Assunção: Centro de Estudios Antropológicos, Universidad Católica Nuestra Señora de la Asunción, 2009.

LIMA, C. S. **La patria misionera:** la civilización jesuítico-guaraní y su influencia en el pensamiento artiguista. Montevideo: Linardi y Risso, 2007. 142 p.

MARCHIORI, J. N. C.; ALVES, F. S. O Palmar de Coatepe (Quaraí, RS): enfoque fitogeográfico. **Balduínia,** Santa Maria, v. 1, n. 28, p. 21-26, abr. 2011.

MENDES, Carla. Embrapa busca formas de produzir em solo pedregoso do Cerrado do Tocantins.

MINAYO, M. C. S. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa,** São Paulo, v. 5, n. 7, p. 1-12, abr. 2017.

\_\_\_\_\_. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (Org.); DESLANDES, S. F.; NETO, O. C.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 9-29.

MMA - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Áreas prioritárias para conservação, uso sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira: atualização – Portaria MMA Nº 09, de 23 de janeiro de 2007. Brasília, 2007.

\_\_\_\_\_.; IBAMA – INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE. Monitoramento do desmatamento nos biomas brasileiros: monitoramento do bioma pampa (2008 – 2009). Brasília, 2011.

MOREIRA, R. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**, Geographia, n. 1, p. 151-153, 1999. Resenha de: SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **Para onde vai o pensamento geográfico?** Por uma epistemologia crítica. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MULLER, FILHO, I. L. **Notas para o estudo da Geomorfologia do Rio Grande do Sul**. Santa Maria: UFSM, Departamento de Geociências, 1970.

ORNELLAS, M. **Gaúchos e beduínos: a origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul**. 5. ed. Porto Alegre: Edigal/Ed. Evangraf, 2012. 342 p.

PÉBAYLE, R. A vida rural na Campanha Rio-Grandense. **Boletim Geográfico**, n. 207, Ano 27, nov./dez. 1968. p. 18-32.

\_\_\_\_\_. Capítulo 5. In: NEVES, G. R (Org.). **Reflexões sobre a geografia histórica e cultural do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2017.

PÉREZ, R. S. Hacia una valoración patrimonial de la agricultura. **Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, n. 275, out. 2008.

\_\_\_\_\_. La dehesa vista como paisaje cultural: fisionomías, funcionalidades y dinámicas históricas. **Ería**, n. 82, p. 143-157, 2010.

\_\_\_\_\_. SALINAS, V. F. Claves para el reconocimiento de la dehesa como paisaje cultural de UNESCO. **Anales de Geografía**, v. 35, n. 2, p. 121 – 142, 2015b.

\_\_\_\_\_. El patrimonio y el territorio como activos para el desarrollo desde la perspectiva del ocio y del turismo. **Investigaciones geográficas**, n. 46, p. 69-88, 2008.

\_\_\_\_\_. La construcción histórica de los paisajes de la dehesa. In: CANO, M. T. P.; NARANJO, M. L. R. (Eds.). **La dehesa**. Sevilla: Grupo HUM-700, Universidad de Sevilla, 2015, p. 37-46.

PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul**. 9. Ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2014.

PIRES DA SILVA, L. A. **Paisagens dos areais gaúchos**. Conectividades e vivências, caminhando em busca de uma hermenêutica Instauradora a Educação Ambiental. 2008. 155 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2008.

PORTO-GONÇALVES, C. V. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECEÑA, A. E.; SADER, E. (Org.). **La guerra infinita: hegemonía y terror mundial**. Buenos Aires: Clacso, 2001. p. 217-256.

\_\_\_\_\_. **Dos cerrados e de suas riquezas**: de saberes vernaculares e de conhecimento científico. Rio de Janeiro e Goiânia: FASE e CPT, 2019.

QUEIROZ, M. I. P. Pecuária e vida pastoril: sua evolução em duas regiões brasileiras. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, n. 19, p. 55 – 78, 1977.

QUIVIY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de investigação em ciências sociais**. Tradução João Minhoto Marques, Maria Amália Mendes, Maria Carvalho. Revisão Científica Rui Santos. 2. ed. Lisboa: Gradiva, 1998.

RAFFESTIN, C. Uma concepção de território, territorialidade e paisagem. In: PEREIRA, S. R.; COSTA, B. P.; SOUZA, E. B. C. (Org.). **Teorias e práticas territoriais**: análises espaço-temporais. 1.ed. São Paulo: Expressão popular, 2010. p. 13-23.

RAMBO, B. **A fisionomia do Rio Grande do Sul**. 4 ed. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2015.

\_\_\_\_\_. **Viagens ao Sudoeste do Rio Grande do Sul**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2014. 200 p.

REVERBEL, C. **O gaúcho**: aspectos de sua formação no Rio Grande e no Rio da Prata. Porto Alegre: L&PM, 1986.

RIETH, F.; LIMA, D. V.; RODRIGUES, E. B.; HERRMANN, M. B. “Aqui na lida é eu, a esposa e os cachorros”: trabalho familiar e saberes pecuários nos campos dobrados do Alto Camaquã. **Tessituras**: revista de antropologia e arqueologia, Pelotas, v. 7, n. 1, jan./jun., p. 48-68, 2019.

\_\_\_\_\_. “Lida brabíssima”: a cultura da caça como constituidora da relação entre humanos e animais na pecuária extensiva no pampa brasileiro. **Teoria e cultura**, Juiz de Fora, v. 11, n. 2, p. 81-91, 2016.

RIVERA, J. F. O.; PÉREZ, R. S. Aproximación a los paisajes de la Sierra Morena andaluza. In: NARANJO, F. Z.; MORENO, C. V. (Coord.). **Paisaje y ordenación del territorio**. Sevilla: Fundación Duques de Soria – Consejería de Obras Públicas y Transporte, Junta de Andalucía, 2002. p. 71-91.

\_\_\_\_\_. Dehesas de Sierra Morena y políticas agroambientales comunitarias. **Estudios Geográficos**, v. 58, n. 226, p. 203-226, 1997.

ROBAINA, L. E. S.; TRENTIN, R.; BAZZAN, T.; RECKZIEGEL, E. W.; DE NARDIN, D.; VERDUM, R. Compartimentação geomorfológica da bacia hidrográfica do Ibicuí, Rio Grande do Sul, Brasil: proposta de classificação. **Revista Brasileira de Geomorfologia**, v. 11, n. 2, p. 11-23, 2010.

ROSSATO, M. S. **Os climas do Rio Grande do Sul**: variabilidade, tendências e tipologia. 2011. 240 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

ROISENBERG, A.; VIERO, A. P. O vulcanismo mesozoico da Bacia do Paraná no Rio Grande do Sul. In: HOLZ, M. e DE ROS, L.V. **Geologia do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: CIGO/UFRGS, 2002. p.355-374.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

SANTI, J. R. 2004. **Estabelecimento de estâncias**: estratégia imposta pela coroa luso-brasileira na fixação dos limites da fronteira oeste do Rio Grande do Sul. (Mestrado em Integração LatinoAmericana). Santa Maria, UFSM.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SELL, J.C. **Estradas paisagísticas**: estratégia de promoção e conservação do patrimônio paisagístico do Pampa Brasil-Uruguai. Santa Maria, 2017. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Maria, UFSM.

SILVA, E. L. O Pampa e a APA do Ibirapuitã: estratégias e ações para a sustentabilidade In: COSTA, B. P.; QUOOS, J. H.; DICKEL, M. E. G. (Org.). **A sustentabilidade da região da campanha/RS**: Práticas e teorias a respeito das relações entre ambiente, sociedade, cultura e políticas públicas. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, Departamento de Geociências, v.1, p. 01-30, 2010.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SORRE, M. A noção de gênero de vida e seu valor atual. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Geografia cultural**: um século. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2000.

\_\_\_\_\_. **L'homme sur la terre**. Paris: Corriger, 1961.

SUERTEGARAY, D. M. A. Espaço Geográfico Uno e Múltiplo. **Scripta Nova**: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona, n. 93, 15 jul. 2001. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn-93.htm>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. **A Trajetória da natureza:** um estudo geomorfológico sobre os areas de Quaraí-RS. 1987. 243 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1987.

UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial.** Tradução do Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 2006.

VALCÁRCEL, J. O. El patrimonio territorial como recurso cultural y económico. **Ciudades**, Valladolid, n. 4, p. 33-48, 1998.

VÉLEZ, E.; CHOMENKO, L.; SCHAFFER, W.; MADEIRA, M. Um panorama sobre as iniciativas de conservação dos Campos. In: PILLAR, V. P.; MÜLLER, S. C.; CASTILHOS, Z. M. S.; JACQUES, A. V. A. (Ed.) **Campos Sulinos, conservação e uso sustentável da biodiversidade.** Brasília: MMA, 2009. p. 356 - 379.

VERDUM, R. et. al. Um mosaico de relações: o Pagus e as múltiplas leituras para o estudo da paisagem. In: HEIDRICH, A. L.; PIRES, C. L. Z. (Org.). **Abordagens e práticas da pesquisa qualitativa em Geografia e saberes sobre espaço e cultura.** Porto Alegre: Editora Letra1, 2016. p. 211-228.

VIANA, J. G. A.; SOUZA, R. S.; SILVEIRA, V. C. P. Evolução dos preços históricos da bovinocultura de corte do Rio Grande do Sul: tendência e comportamento dos preços em nível de produtor e consumidor. **Ciênc. agrotec.** Lavras, v. 33, n. 4, p.1109-1117, 2009.

ZUSMAN, P. La tradición del trabajo de campo en geografía. **Geograficando**, La Plata, a. 7, n. 7, p. 15-32, 2011. Disponível em: <[http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art\\_revistas/pr.5089/pr.5089.pdf](http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.5089/pr.5089.pdf)>. Acesso em: 17 mai. 2019.

WANDERLEY, M. N. B. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACA, N. **¿Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2001. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>>. Acesso em: 01 mai. 2019.

WAQUIL, P. D.; MATTE, A.; NESKE, M. Z., BORBA, M. F. S. **A pecuária familiar no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. 288 p.

WARNIER, J. P. **A mundialização da cultura.** Tradução Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2000.